

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**VIVIANE DOS SANTOS BROCHARDT**

**COMUNICAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE  
POLÍTICAS DE ACESSO À ÁGUA NO SEMIÁRIDO:  
A EXPERIÊNCIA DA ASA**

**BRASÍLIA**

**2013**

**VIVIANE DOS SANTOS BROCHARDT**

**COMUNICAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE  
POLÍTICAS DE ACESSO À ÁGUA NO SEMIÁRIDO:  
A EXPERIÊNCIA DA ASA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa Políticas de Comunicação e Cultura, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dácia Ibiapina da Silva.

**BRASÍLIA**

**2013**

**VIVIANE DOS SANTOS BROCHARDT**

**COMUNICAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE  
POLÍTICAS DE ACESSO À ÁGUA NO SEMIÁRIDO:  
A EXPERIÊNCIA DA ASA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa Políticas de Comunicação e Cultura, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em 9 de abril de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dácia Ibiapina da Silva (Orientadora)**  
**PPG – Comunicação/Universidade de Brasília**

---

**Prof. Dr. José Walter Nunes (Membro externo)**  
**PPG – História/Universidade de Brasília**

---

**Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino (Membro)**  
**PPG – Comunicação/Universidade de Brasília**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elen Geraldês (Suplente)**  
**PPG – Comunicação/Universidade de Brasília**

[...]

*E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

*E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
E é tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar*

*É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate bem mais forte o coração*

*Gonzaguinha*

*Este trabalho é dedicado aos meus pais,  
Inez Brochardt e Washington Brochardt (in memoriam).*

## **AGRADECIMENTOS**

---

À minha orientadora, Dácia Ibiapina, por acreditar nesta pesquisa. Pela generosidade e tranquilidade necessárias à orientação e pelo respeito às minhas posições. Aos professores Fernando Paulino e Elen Geraldês, pelas contribuições em momentos tão importantes, mas especialmente pelo carinho e pela atenção. Ao professor Tiago Quiroga pelo interesse neste estudo. À FAC, pela oportunidade de desenvolver um tema que alguns teimam em esquecer. Ao CNPQ, pela bolsa de estudos. Aos colegas de linha de pesquisa, Glauciene, Jairo, Livia, Pedro e Suelen, pelos momentos compartilhados.

Às comunidades de João Congo, Canto e Tejuco e a todos os entrevistados pela generosidade com que me receberam e me contaram suas vidas, especialmente Ednan, Edilene, Lúcio, Maria, Marilda, Pedro e Tereza Rocha.

À ASA, pelo apoio a esta pesquisa, mas principalmente por possibilitar, ao longo do tempo em que trabalho na rede, uma formação cidadã e um olhar crítico sobre o mundo. À Coordenação Executiva, especialmente Naidison Quintella e Valquíria Lima, pelas trocas e pela amizade. A todas as organizações da ASA, principalmente Apaeb Serrinha, Cáritas Januária e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia. Aos companheiros dessas organizações: Silvaney, Daiane, Priscila, Valmir e Carlúcio. Aos companheiros da AP1MC, equipes do P1MC, P1+2, administrativo, auditoria, assessoria à CE e, especialmente, ASACom, pelo aprendizado, pela companhia durante anos e por permitirem o acesso a dados essenciais a esta pesquisa. A Gleiceani Nogueira, Mariana Mazza, Verônica Pragana, Yilka Oliveira e Daniel Lamir. À amiga mais que querida Fernanda Cruz, agradecimentos em letras douradas, conforme o prometido, pela disponibilidade, e, sobretudo, pela amizade sincera, construída ao longo desses 10 anos de convivência. Ao meu amigo Marcelo José, pelas traduções, pelas conversas, pelas risadas. A Michela Calaça, amigona-orientadora, que me incentivou a fazer seleção para o mestrado da UnB, pelo ombro amigo, pelos longos telefonemas, pelas trocas, pelas revisões ainda no projeto de seleção, por me apresentar autores, por ter paciências para papos acadêmicos que nosso amigo Marcelo tanto odiava e, principalmente, por ser minha amiga.

À cidade de Brasília, por me receber para esse mestrado e por me ensinar as diversas variações do que é solidão. Lições que jamais serão esquecidas. À amiga do peito Marleide Souza Rios e sua família, Guto e Heitor – meu melhor amigo de seis

anos –, pela acolhida, solidariedade, carinho e amizade em momentos tão difíceis. Valeu mesmo, nunca os esquecerei. A Adriana Barbosa, amiga que Brasília me presenteou, e sua casa-refúgio.

Ao querido Sílvio Porto, por tudo. Por me ensinar a andar de *skate* (e me levar ao hospital após o tombo), pelas tarde no Paranoá a bordo do *Carpe Diem* (se depender de suas aulas de vela, um dia serei capitã), por me socorrer quando quebrei o dedo nos dias que antecederam à finalização deste texto (que para minha felicidade foi um dedo do pé, caso contrário não conseguiria terminar esta dissertação), pela paciência na reta final de escrever este trabalho, pela presença e carinho em todos esses momentos e por acreditar que eu conseguiria. Obrigada.

À minha família e demais amigos. A todos os meus irmãos (muitos) e sobrinhos (mais ainda). Sem querer criar celeumas, pois amo a todos igualmente, à minha irmã-madrinha-amiga Nete, pelos conselhos, por ser minha irmã. A Melissa, Berna, Keyla e, novamente, Marleide, pelos carnavais olindenses, pela presença à distância, por mais de duas décadas de amizade.

Ao Semiárido brasileiro e aos agricultores e agricultoras familiares, pela força, luta, resistência, pela beleza, recriação e sabedoria, por me ajudarem a me construir cidadã e mulher, todos os dias.

E por fim, aos meus pais, pela vida, pelos ensinamentos, honestidade, caráter, firmeza. À minha maravilhosa, amada e sábia mãe, Inez, pelo amor incondicional, serenidade, paciência e presença, sempre. Pelo orgulho que sinto de ser sua filha e aprender com ela, a cada dia, a importância de saber superar as dificuldades com paciência (embora eu ainda não consiga). Por nunca, nunca, ter permitido que nada nem ninguém a tornasse uma pessoa dura, amarga ou difícil, mas ao contrário, por responder à vida com suavidade e amor, mesmo quando o contrário seria aceitável, mesmo quando se doa a quem não merece. Gostaria eu de ter um milésimo de sua sensibilidade, sensibilidade e sabedoria. Muito obrigada, Ná, te amo. A vida seria sem a menor graça sem você, minha flor.

## **RESUMO**

---

A comunicação popular e para mobilização social foram largamente estudadas nas últimas décadas. O que esta pesquisa pretende trazer de inovador é a comunicação popular em diálogo com a comunicação dita massiva, desenvolvidas em rede no território do Semiárido brasileiro, por um coletivo de mais de mil organizações da sociedade civil, denominado Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Esta rede inova na proposição e execução de políticas públicas de acesso à água na região conhecida como a mais seca do País. Essas políticas têm como pressuposto a convivência com o Semiárido em contraposição ao combate à seca. Essa quebra de paradigma orienta todas as ações da ASA, inclusive sua política de comunicação, que tem como público prioritário os agricultores e agricultoras familiares do Semiárido. No momento de realização desta pesquisa, as ações de comunicação desenvolvidas pela ASA já haviam alcançado diretamente mais de dois milhões de pessoas beneficiadas pelos programas da ASA: Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2). As ações de comunicação são realizadas por um coletivo de 46 profissionais da área, entre comunicadores populares e integrantes da assessoria de comunicação da rede. Para conhecer esse trabalho, desenvolvemos a pesquisa de campo em três comunidades: Canto/BA, Tejuco/MG e João Congo/MG e entrevistamos 38 pessoas para entender quais os limites e potencialidades da comunicação desenvolvida pela ASA. A questão principal a ser respondida nesta pesquisa é: Qual o papel da comunicação na mobilização social dos diversos atores que integram a ASA, especialmente os agricultores, na elaboração e execução dos programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2)?

**PALAVRAS-CHAVE:** Semiárido, políticas públicas, Articulação Semiárido (ASA), movimentos sociais, redes sociais, comunicação popular, mobilização social, participação.



## **ABSTRACT**

---

The popular communication and social mobilization have been widely studied in recent decades. What this research wants to show of innovative is the popular communication in dialogue with the so called mass communication, developed in network within the Brazilian semiarid, by a collective of more than a thousand civil society organizations called Brazilian Semiarid Articulation (ASA). This network innovates in proposing and implementing public policies for access to water in the region known as the country's driest. These policies presuppose the coexistence with the semiarid region in opposition to combat drought. This paradigm guide all actions of ASA, including its communication policy, which has as its priority the smallholder in the Semiarid. At the time of this research, communication actions undertaken by ASA had directly reached more than two million people benefited by ASA's programs: One Million Cisterns (P1MC) and One Land and Two Waters (P1+2). The communication actions are performed by a collective of 46 professionals, including members of the popular press and journalists from the network. To know this work, we developed a field survey in three communities: Canto/BA, Tejuco/MG and João Congo/MG and interviewed 38 people to understand the limits and possibilities of communication developed by ASA. The main question to be answered in this research is: What is the role of communication in social mobilization of the various actors in ASA, especially small farmers, to develop and implement the programs One Million Cisterns (P1MC) and One Land and Two Waters (P1 +2)?

**KEYWORDS:** Semiarid, public policies, Semiarid Articulation (ASA), social movements, social networks, popular communication, social mobilization and participation.

## **LISTA DE SIGLAS**

---

ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste

AGRIFERTA – Associação dos Feirantes da Feira Livre de Tejuco e Adjacências

AL – Alagoas

ANA – Agência Nacional de Águas

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores Familiares

AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas

AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

ASACOM – Assessoria de Comunicação da ASA

ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar

BA – Bahia

BAP – Bomba d'Água Popular

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica

CE – Coordenação Executiva Nacional da ASA

CE – Ceará

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CERAC – Centro Regional de Assessoria e Capacitação

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODES – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

ONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COOPAF – Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar

COOPERVIDA – Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Territorial

COP 3 – 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação e Seca  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DRP – Diagnóstico Rápido Participativo  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ENCONASA – Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro  
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos  
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste  
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste  
FNO – Fundo Constitucional do Norte  
FNS – Fundo nacional de Solidariedade  
FM – Frequência Modulada  
GT – Grupo de Trabalho  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome  
MG – Minas Gerais  
MI – Ministério da Integração Nacional  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
MOC – Movimento de Organização Comunitária  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas  
P1+2 – Programa Uma Terra Duas Águas  
PB – Paraíba  
PE – Pernambuco

PI – Piauí

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPG/FAC/UnB – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSF – Programa Saúde da Família

PT – Partido dos Trabalhadores

RN – Rio Grande do Norte

RTV – Retransmissora de Televisão

SE – Sergipe

SIGANet – Sistema de Informação Gestão e Auditoria

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TV – Televisão

UGC – Unidade Gestora Central

UGM – Unidade Gestora Microrregional

UGT – Unidade Gestora Territorial

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1 – Os Retirantes – Cândido Portinari.....	30
Figura 2 – Cisterna P1MC.....	55
Figura 3 – Tanque de Pedra.....	58
Figura 4 – Barragem Subterrânea.....	59
Figura 5 – Barragem Subterrânea.....	59
Figura 6 – Barragem Subterrânea.....	60
Figura 7 – Barragem Subterrânea.....	60
Figura 8 – Barragem Subterrânea.....	61
Figura 9 – Cisterna-Calçadão.....	61
Figura 10 – Cisterna-Calçadão.....	62
Figura 11 – Bomba d'Água Popular.....	63
Figura 12 – Barraginha.....	64
Figura 13 – Cisterna-Enxurrada.....	64
Figura 14 – Barreiro-Trincheira.....	65
Figura 15 – Cisterna de plástico deformada, Piauí.....	68
Figura 16 – Outdoor sobre seca e racionamento d'água.....	90
Figura 17 – Outdoor sobre seca e racionamento d'água.....	91
Figura 18 – Caminhão pipa retirando água de barreiro.....	92
Figura 19 – Caminhão pipa retirando água de barreiro.....	92
Figura 20 – Chuva cai sobre região de Serrinha e entorno, mas não altera déficit hídrico.....	94
Figura 21 – Chuva cai sobre região de Serrinha e entorno, mas não altera déficit hídrico.....	94
Figura 22 – Sílvia e as duas filhas mais novas, Nataluana e Janaína.....	95
Figura 23 – Barreiro seco.....	96
Figura 24 – Barreiro destinado aos animais.....	96
Figura 25 – Cabra se alimenta de mandacaru.....	97
Figura 26 – Sílvia ao lado da cisterna-calçadão.....	97
Figura 27 – José Renato.....	99
Figura 28 – Tereza Rocha na sede da Apaeb.....	103
Figura 29 – Rose ao lado da cisterna-calçadão construída no terreno de seus pais.....	105
Figura 30 – Reunião com agricultores de Tejuco no quintal da casa de Aline.....	114
Figura 31 – Igreja de São José, Tejuco.....	114

Figura 32 – Em primeiro plano, Seu Pedro, com grupo de agricultores ao fundo, na casa de Aline.....	115
Figura 33 – Maria da Graça em frente a sua cisterna de 16 mil litros.....	116
Figura 34 – Manoel Aparecido, Cido.....	117
Figura 35 – Marilda em frente aos fornos e utensílios da fábrica de biscoitos, instalada no quintal de sua casa.....	121
Figura 36 – Comemoração de um ano da Feira Livre de Tejuco, em 12 de junho de 2011.....	122
Figura 37 – Iranete, presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de João Congo.....	129
Figura 38 – Caminho que leva à casa de D. Maria e S. Lúcio.....	130
Figura 39 – Seu Lúcio e Dona Maria.....	131
Figura 40 – Seu Lúcio e Dona Maria.....	132
Figura 41 – Ednan em frente à caixa d’água, que fica ao lado do poço que abastece João Congo.....	134
Figura 42 – Edilene, a primeira professora da comunidade.....	135
Figura 43 – Renê e Ediane.....	136
Figura 44 – Donizete, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Varzelândia.....	136
Figura 45 – Elcio, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Varzelândia.....	137
Figura 46 – Edilene trabalhando na horta.....	140
Figura 47 – Ednan e Edilene alimentando os porcos.....	141
Figura 48 – Casa de Farinha.....	142
Figura 49 – Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Varzelândia.....	143
Figura 50 – Rádio Comunitária de João Congo, A voz do Agricultor.....	147
Figura 51 – Jovens de João Congo que compõem a equipe da rádio.....	148
Figura 52 – Rádio da casa de S. Lúcio e D. Maria, preso ao telhado, onde o sinal é melhor.....	151

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS

---

Tabela 1 – Quantidade de municípios do Semiárido na área de atuação da Sudene.....	25
Gráfico 1 – Recursos empregados nos programas P1MC e P1+2 – Valor e origem.....	45
Gráfico 2 – Recursos públicos aplicados em comunicação – P1MC e P1+2.....	78
Mapa 1 – Nova Delimitação do Semiárido.....	24
Mapa 2 – Áreas Susceptíveis à Desertificação e áreas afetadas por processo de Desertificação no Nordeste.....	27
Mapa 3 – Seca na Bahia em 1965.....	93
Mapa 4 – Seca na Bahia em 2012.....	93

## SUMÁRIO

---

1.	INTRODUÇÃO.....	17
2.	O SEMIÁRIDO BRASILEIRO.....	23
3.	A ASA.....	42
	3.1. A política de comunicação da ASA.....	73
4.	METODOLOGIA.....	85
5.	AS COMUNIDADES.....	90
	5.1. Canto.....	90
	5.2. Tejuco.....	112
	5.3. João Congo.....	128
6.	HISTÓRIAS DE VIDA DE MORADORES E MORADORAS DO SEMIÁRIDO.....	154
	6.1. A história de Tereza Rocha, Canto, Serrinha, Bahia.....	155
	6.2. A história de Marilda e Pedro, Tejuco, Januária, Minas Gerais.....	164
	6.3. A história de Maria e Lúcio, João Congo, Varzelândia, Minas Gerais.....	173
	6.4. A história de Edilene e Ednan, João Congo, Varzelândia, Minas Gerais.....	180
7.	CONCLUSÃO.....	198
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	205
	ANEXOS.....	211
	Anexo 1 – O Candeeiro (Especial EnconASA) – Comunidade de Tejuco.....	211
	Anexo 2 – O Candeeiro – Feira de Tejuco.....	213
	Anexo 3 – O Candeeiro – Banco de Sementes da Comunidade do Canto...	215
	Anexo 4 – O Candeeiro (Especial Enconasa)– Alô comunidade: uma experiência d’A Voz do Agricultor.....	217
	Anexo 5 – A luta de Edinam e Édina na Comunidade de João Congo.....	219
	Anexo 6 – Declaração do Semiárido.....	223
	Anexo 7 – Carta de Princípios.....	231



## 1. INTRODUÇÃO

---

Esta pesquisa analisa a política de comunicação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) no âmbito das políticas de acesso à água no Semiárido. Pretende-se descobrir quais os limites e potencialidades desta comunicação. Para isso, foram estudadas as ações de comunicação desenvolvidas em três comunidades rurais do Semiárido onde existe atuação da ASA.

A ASA é uma rede de organizações da sociedade civil resultante da luta de vários movimentos e entidades sociais que há décadas atuam na região do Semiárido. Em 1999, esse grupo se articulou em torno de uma proposta de convivência com o Semiárido que se contrapõe ao combate à seca.

Para a Articulação, a convivência com o Semiárido está baseada nas estratégias da estocagem de água para beber e produzir alimentos nas comunidades rurais e nas áreas de produção das famílias agricultoras, no acesso à terra, na segurança e soberania alimentar e nutricional destas famílias, na agroecologia, na educação contextualizada, nas ações de combate à desertificação e na promoção da igualdade de gênero. Hoje, existem mais de mil organizações diretamente filiadas à ASA, distribuídas em 10 estados do Semiárido.

A hegemonia das políticas de combate à seca, com a contribuição decisiva dos meios de comunicação social, construiu no imaginário popular e da própria nação uma falsa ideia sobre o Semiárido: um lugar apenas de terra rachada e seca, onde se encontram carcaças de gado morto, crianças desnutridas, agricultura improdutiva. Desse modo, o que era resultado da falta de estrutura e de políticas condizentes virou falta de água; e o que era a ausência do Estado, enquanto provedor de políticas públicas adequadas, passou a ser a incapacidade do povo de inovar e criar alternativas para conviver com as condições de semiaridez da região.

É contra esse modo de ver e de representar o Semiárido que se insurgem as organizações da sociedade civil. Juntas, de 2000 a 2002, desenvolveram uma proposta de convivência com o Semiárido, chamada Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)<sup>1</sup>, com foco na água para consumo humano.

Da água de beber para a água destinada à produção de alimentos: como desdobramento do P1MC, em 2007 a ASA desenvolve o Programa Uma terra e Duas

---

<sup>1</sup>Ao longo do texto, o referido programa será chamado apenas de Programa Um Milhão de Cisternas ou por sua sigla, P1MC.

Águas (P1+2), que tem por objetivo garantir a segurança alimentar das famílias agricultoras da região, mediante a construção de reservatórios de água para a produção de alimentos. Também visa geração de renda para essas famílias por meio da venda do excedente da produção.

É nesse contexto que se encontra o objeto de estudo dessa pesquisa, por meio da qual se pretende conhecer qual o papel da comunicação na mobilização social dos diversos atores que integram a ASA, especialmente os agricultores, na elaboração e execução dos programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Como a ASA chega aos agricultores e agricultoras do Semiárido brasileiro? A comunicação da ASA integra o processo de mobilização social desenvolvido pela rede? É popular? Visa à transformação de uma realidade? É um modo de expressão do povo do Semiárido? Ou é instrumento de promoção da ASA e de suas ações? Seus produtos de comunicação chegam ao público pretendido? Que importância eles têm na mobilização social, participação popular e na divulgação das ações e projetos da ASA?

Para investigar essas questões, desenvolvemos a pesquisa de campo em três comunidades rurais: Canto, no município de Serrinha, na Bahia; Tejuco, em Januária, Minas Gerais e João Congo, em Varzelândia, também em Minas. Além disso, outras atividades da ASA foram acompanhadas, como veremos no capítulo metodológico.

No primeiro capítulo desta dissertação, tratamos do Semiárido brasileiro, a problemática do acesso à água para as famílias e para a produção de alimentos e as políticas implementadas na região. No segundo capítulo, abordamos a ASA, sua história, programas e política de comunicação. No capítulo três, apresentamos a metodologia, cujo método adotado foi o dialético e as técnicas: análise documental, entrevista em profundidade e pesquisa participante. O quarto capítulo é voltado para as comunidades onde foi desenvolvida a pesquisa de campo. Por fim, apresentamos a conclusão, a bibliografia e os anexos.

Aproveito essa introdução para esclarecer os motivos que me levaram a estudar tal assunto. Embora eu reconheça que ao longo da pesquisa, e de toda a minha vida, sofri várias influências que me levaram às conclusões a que cheguei aqui, também entendo que o que eu encontrei não seria o mesmo achado de outro, pois cada um tem um olhar, um lugar de fala.

As primeiras influências que me fizeram escolher esse objeto de pesquisa (ou ser por ele escolhida) vieram de minha própria família. Nasci em Recife, Pernambuco, mas sou olindense de coração. Filha de pai pernambucano-urbano e mãe paraibana-rural-

urbana (nessa ordem). Sou nordestina com muito orgulho. De minha mãe, ouvi histórias de quando Lampião e Antônio Silvino, junto com seus bandos chegavam ao povoado chamado Araçagi, que depois virou cidade, na Paraíba, e eram recebidos por seu avô Joaquim, dono de uma mercearia que abastecia o grupo de alimentos e demais suprimentos necessários para que os cangaceiros seguissem viagem. As mulheres da família “entravam pra dentro de casa”, para não serem vistas pelos homens. Mas, segundo minha mãe, que já ouvia essas histórias de minha avó, havia um código que regia a conduta daqueles homens, que não mexiam com os que lhes ajudavam. A curiosidade era muito mais das “que entravam para dentro de casa”, entre elas minha avó, Rosa, e mais cinco tias-avós, Joana, Maria, Rosalina, Júlia e Etenésia. Além das mulheres, Joaquim teve mais quatro filhos: José, Luís, Olegário e Agripino.

Junto com a mercearia, o avô de minha mãe tinha umas terras onde colocava roça, mas foram vendidas a preço de nada e outra parte, não se sabe que fim levou, “uns tomaram de conta”, é o que se diz. Elas ficaram sem nada.

Quando minha avó casou com Severino – um caboclo das bandas da Baía da Traição, litoral norte da Paraíba, onde vivem os índios Potiguara, dos quais ele descendia e, por conseguinte, eu também – foram morar em Araçagi, na casa do velho Joaquim, onde minha mãe nasceu. Depois, partiram para Rio Tinto, cidade que surgiu vila para acomodar os trabalhadores da fábrica têxtil de mesmo nome, do Grupo Lundgren, e hoje município que abriga as quatro aldeias dos índios Potiguara na região: Silva do Belém, Jacaré de São Domingos, Vila Monte-Mor e Jaraguá.

Arruado de casas conjugadas de porta e janela, com compridos quintais – onde minha avó plantava mandioca e outras culturas, além de criar pequenos animais, para o consumo da família –, Rio Tinto ainda conserva o casario antigo e o prédio da fábrica, onde minha mãe, ainda criança, trabalhou nas caldeiras e nos teares, destino de todos os seus outros irmãos e irmãs, que somam 11 nascidos vivos, de um total de 13 filhos que meus avós tiveram.

Contava meu tio, por belo nome Voluziano, invenção de minha avó, que Rio Tinto era uma vila cercada de mata, que foi sendo desmatada e o manguezal aterrado. Havia rios, um deles perto de casa, onde se tomava banho e se lavava roupa. Tudo era de propriedade da família Lundgren, de origem sueca. Depois, vieram trabalhar na fábrica os alemães, que quase foram escorraçados da cidade no período da Segunda Guerra Mundial.

A exploração dos trabalhadores da fábrica, os baixíssimos salários e a falta de outras opções de emprego fizeram com que parte da família migrasse para o Rio de

Janeiro e outra pequena porção para Recife, Pernambuco, nesse grupo, a minha mãe. Daí, um intervalo entre casório com meu pai e vários filhos, nasci eu, que sigo ouvindo essas histórias, contadas pelo bisavô, pela avó, pelas tias-avós, pelas tias, pelos tios, pela mãe, de um para o outro. Todos se foram, minha mãe segue viva. Ao contar as histórias, estas também vivem, em minha mãe, em mim.

Importante observar que todos partiram, como retirantes, para as capitais, para o Sudeste, mesmo não vivendo nos sertões, mesmo não faltando água, nem das chuvas nem dos rios, foram-se. Então, o problema da região seria mesmo falta de chuva? Seria mesmo a seca? Faltava emprego, escola, saúde, perspectivas, cidadania... Tinha água.

Assim, o Nordeste me compõe, o rural me encanta e isso, junto com outros fatos que seguem abaixo, influenciou na escolha de meu objeto de pesquisa. Uma questão, entretanto, se sobrepõe às demais: o Nordeste e os nordestinos e como estes são vistos e representados pelos não nordestinos, especificamente pelos “do sul”.

Não falo do Nordeste litorâneo, de praias belas e mar azul de águas mornas, postal de agências de turismo. Falo do Nordeste sertanejo, Semiárido, cujo sinônimo é a seca, estampado nos jornais, ano após ano, como uma região problema, de gente pobre igualmente seca. Tudo dito assim, simploriamente, sem saída. Tudo mostrado assim, tristemente distorcido. Sempre me incomodou esse olhar dos outros sobre meus pares, sobre mim. Nunca me identifiquei com isso, com essa história contada, cantada, retratada, televisionada. História repetida que teima em criar verdades únicas, homogêneas, hegemônicas.

Além dessa história familiar e pessoal, minha vida profissional está relacionada ao universo que agora estudo, portanto, incide significativamente na construção de minha trajetória acadêmica. Posso dizer, dessa forma, que o objeto me escolheu, estava maturando em minha mente até o momento de aflorar, conscientemente, como algo a ser estudado, desvendado, desvelado. Isso me remete ao pensamento do educador popular e sociólogo peruano, presidente do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe<sup>2</sup>, Oscar Jara Holliday, segundo o qual:

Um elemento adicional é que as contradições, vistas como tensões, ajudam a entender melhor o caráter ativo e histórico de nossa prática. Não se trata de situar o espaço no qual supostamente o “destino” nos “coloca” de maneira passiva e imóvel. Trata-se de que relacionemos essas tensões, com nossas opções: quando vivemos, optamos; somos parte das contradições, vivemos suas tensões, e nossa prática contribui para reforçar o movimento da história em uma outra direção. Não há neutralidade nem abstenção possível. (HOLLIDAY, 2006, p. 55)

---

<sup>2</sup> Mais informações em: <http://www.ceaal.org/v2/index.php>. Acesso em: 27 fev. 2013.

Assim, acreditando ser possível incidir sobre o “movimento da história”, sem abstenções, iniciei minha vida profissional no trabalho com organizações da sociedade civil, onde comecei a atuar como voluntária antes de concluir o curso de Jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em 1997. Trabalhei como jornalista em outros lugares, em funções diversas, mas é na sociedade civil que encontro meu espaço profissional. Também foi em organizações sociais, ao atuar como assessora de comunicação em uma ONG de direitos sexuais e reprodutivos, que comecei a construção do meu ser-mulher e entender, política e socialmente, o que é ser e se construir mulher sob uma perspectiva feminista, o que se transformou em uma militância.

Esse trabalho com mulheres tinha como público principal as parteiras tradicionais do Norte e Nordeste do Brasil, mulheres que ajudavam outras mulheres a trazer mais vidas a este mundo. Conhecimento acumulado, saber tradicional passado oralmente, assim como a história da minha família. Gente simples, gente sábia, gente do campo. As parteiras tradicionais são majoritariamente mulheres que vivem nas florestas e nas zonas rurais.

O rural se manteve presente nas minhas escolhas ao ir trabalhar na ASA, rede de organizações sociais onde atuo há quase 10 anos, desses, oito integrando a equipe de comunicação como coordenadora e, atualmente, como assessora de comunicação para mobilização de recursos.

Ao longo desses anos, o incômodo de ver, ler e ouvir sobre os retirantes do Nordeste, gente do campo, do Semiárido, foi ganhando mais força e, com ela, mais entendimento do que está incutido nesse discurso tão massivamente propagado pelos meios de comunicação. Por isso, fazer parte da ASA foi fundamental.

Identificar os limites da região, reconhecer suas potencialidades. Perceber as necessidades da população, creditar suas conquistas. Essas realidades duais, ambíguas até, convivem nesse território Semiárido. Se por um lado não é só miséria, por outro é reconhecer que não há uma região idealizada. Aliás, não há uma única região semiárida nem um único povo vivendo nesse território. Falar de Semiárido é falar também do Sudeste, uma vez que o Norte e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, compõem essa região. Para falar desse lugar e dessa gente, foi necessário ouvir. Mais uma vez, ouvir histórias. Isso foi feito por todo o tempo em que trabalho na ASA. Portanto, considero que minha pesquisa não se restringiu ao tempo deste mestrado. Venho pesquisando há 10 anos.

Ao iniciar o Mestrado em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPG/FAC/UnB), desconhecia sua história. Criado em 1974, o referido Programa, em seus primeiros anos, tinha o seu quadro docente integrado por professores do então Departamento de Comunicação Social e acolhia entre os discentes profissionais do Ministério da Agricultura, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e das regionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); além do Ministério das Comunicações e de profissionais da área da cultura. Este perfil inicial tinha por objetivo oferecer capacitação técnica e metodológica e aperfeiçoar conhecimentos sobre comunicação rural.

Vejo que esta pesquisa revisita essa temática inicial, agora com um novo olhar sobre o rural. Falar do rural hoje é considerar essa vasta porção do país uma zona em diálogo com a realidade brasileira – política, econômica, social, cultural. Fala-se aqui de movimentos sociais no campo, mas também de redes de movimentos sociais – caso da ASA. Fala-se de segurança alimentar, sustentabilidade e de convivência com o Semiárido em contraposição ao combate à seca. Aqui, a comunicação desenvolvida no meio rural não é um mero instrumento, nem tampouco está apartada da comunicação midiática. No Bacharelado em Comunicação da Faculdade de Comunicação (FAC), encontrei uma disciplina denominada Comunicação Comunitária, criada e ministrada pelo Professor Fernando Oliveira Paulino, da qual participei como estudante de mestrado em Ensino Orientado I e II; o que demonstra que a FAC mantém o interesse em dialogar com as comunidades, evidenciando a importância da soma dos saberes científico e tradicional.

## 2. SEMIÁRIDO BRASILEIRO

---

A região semiárida brasileira, de acordo com o estudo “A Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro”<sup>3</sup>, de 2005, tem 970 mil quilômetros quadrados e 1.133 municípios. Nessa região vivem 22 milhões de pessoas, cerca de 11,8% da população brasileira, de nove estados (AL, BA, CE, MG, PB, PE, PI, RN, SE). Desse contingente, 38% vivem na zona rural, ou seja, 1,7 milhões de famílias, oito milhões e meio de pessoas.

O estudo para redelimitar o Semiárido partiu da constatação de que apenas a utilização dos dados de precipitação média anual como critério único para caracterizar um município como sendo Semiárido era inadequada. Esse critério era utilizado desde 1989 e constava da definição de Semiárido, adotada pela Lei 7.827, de 27 de dezembro de 1989<sup>4</sup>. Essa Lei definiu como Semiárido “a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene<sup>5</sup>, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia. (Inciso IV do art. 5 do Capítulo II Dos Beneficiários).”<sup>6</sup>

Para a nova delimitação, três critérios foram considerados:

- Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990;

---

<sup>3</sup> Estudo coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e realizado em 2004 por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). O resultado deu origem, em 2005, à publicação Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro, disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/semiario/arquivos/Delimitacao%20do%20Semi-Arido.pdf/view>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

<sup>4</sup> A Lei n. 7.827, de 27 de dezembro de 1989, regulamentou os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Centro-Oeste (FCO) e de Financiamento do Nordeste (FNE). O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), operado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste. Foi criado em 1988 e regulamentado pela Lei n. 7.827/1989. O BNB, o Ministério da Integração Nacional (MI) e o Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene) são os responsáveis pela administração do FNE. Informações disponíveis em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2013. E também <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/sobre\\_nordeste/fne/docs/programacao\\_fne\\_2012.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/sobre_nordeste/fne/docs/programacao_fne_2012.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

<sup>5</sup> A Sudene foi criada em 15/12/1959, pela Lei n. 3.692, e extinta em 4/5/2001, pela Medida Provisória n. 2.146-1, que, ato contínuo, criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Em 2007 é instituída a Nova Sudene, por meio da Lei Complementar n. 125, de janeiro de 2007. Para mais informações, acesse <<http://www.sudene.gov.br/sudene#instituicao%20sudene>>.

<sup>6</sup> Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2005. p. 1. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/semiario/arquivos/Delimitacao%20do%20Semi-Arido.pdf/view>>. Acesso em: 13 jan. 2013. grifos meus.

- Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Com base nesses critérios, 102 novos municípios passaram a fazer parte do Semiárido, sendo Minas Gerais o Estado que teve maior número de inclusões, com 45 novos municípios incorporados ao Semiárido oficial. No Mapa 1 é possível perceber a área atual do Semiárido brasileiro.

## Mapa 1

### Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro



Fonte: Ministério da Integração Nacional <sup>7</sup>

Importante observar que, com frequência, encontramos informações que consideram a área de atuação da Sudene como sendo Semiárido. Aqui, faz-se necessário uma separação. A Superintendência atua em todo o Nordeste, região composta por nove

<sup>7</sup> *Idem*, p. 4.



estados, além de dois estados do Sudeste: Minas Gerais e Espírito Santo. A Sudene atua em áreas que não fazem parte da região semiárida.

No estudo para definir a nova delimitação do Semiárido, os três critérios acima mencionados foram aplicados a todos os municípios que pertencem à área da antiga Sudene. Em dois estados, Maranhão e Espírito Santo, não houve nenhum município que se enquadrasse em pelo menos um dos três critérios mencionados. Na tabela 1 podemos perceber a quantidade de municípios por estados que fazem parte da nova delimitação do Semiárido e a que integra a área de atuação da Sudene.

**Tabela 1**

**Quantidade de municípios do Semiárido na área de atuação da Sudene**

Estado	Qtd. municípios na área de atuação da SUDENE	Qtd. municípios dentro do Semiárido	Qtd. municípios fora do Semiárido
Maranhão	217	0 (0,00%)	217 (100,00%)
Piauí	223	127 (56,95%)	96 (43,05%)
Ceará	184	150 (81,52%)	34 (18,48%)
R.G. do Norte	167	147 (88,02%)	20 (11,98%)
Paraíba	223	170 (76,23%)	53 (23,77%)
Pernambuco	185	122 (65,95%)	63 (34,05%)
Alagoas	102	38 (37,25%)	64 (62,75%)
Sergipe	75	29 (38,67%)	46 (61,33%)
Bahia	417	265 (63,55%)	152 (36,45%)
Minas Gerais	168	85 (50,60%)	83 (49,40%)
Espírito Santo	28	0 (0,00%)	28 (100,00%)
<b>Total</b>	<b>1.989</b>	<b>1.133 (56,96%)</b>	<b>856 (43,04%)</b>

Fonte: Sudene<sup>8</sup>

Estar qualificado como integrante da região semiárida tem impactos econômicos para os municípios, que têm um bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)<sup>9</sup>. Para os demais – da área de atuação da Sudene – esse percentual é de 15%. A Constituição determina ainda:

[...] que pelo menos 50% dos recursos deste Fundo sejam aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do semiárido, o que certamente representa um estímulo à atração de capitais e à geração de

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/semiárido>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

<sup>9</sup> Ver nota de rodapé 3.

emprego na região. [...] Ademais, produtores rurais beneficiários do Pronaf do semiárido têm à disposição crédito com juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até 10 anos e três anos de carência. (Ministério da Integração. 2005. p. 5)

Para aplicação do FNE no exercício de 2012, estimou-se um orçamento de R\$ 11,5 bilhões, segundo o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)<sup>10</sup>. Ainda de acordo com a instituição financeira, no período de 1989 a 2011 foram alocados no Semiárido R\$ 35,1 bilhões oriundos do Fundo<sup>11</sup>.

No Semiárido a vegetação predominante é a caatinga — único bioma exclusivamente brasileiro —, rica em espécies vegetais que não existem em nenhum outro lugar do planeta. Apesar de sua riqueza, esse bioma vem sendo devastado ao longo do tempo. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente “80% de seus ecossistemas originais já foram alterados, principalmente por meio de desmatamentos e queimadas, em um processo de ocupação que começou nos tempos do Brasil colônia”.<sup>12</sup>

Na região, 565,4 mil quilômetros quadrados, ou 58% da área total, estão em processo de desertificação.<sup>13</sup> (Mapa 2). Isso tem impactos significativos na disponibilidade e qualidade de recursos naturais vitais, como água, vegetação e solo.

Das regiões com clima de semiaridez existentes no mundo, a brasileira é a mais populosa e também a mais chuvosa. O que a torna uma região de déficit hídrico é o fato da quantidade de água que evapora ser três vezes maior que a de chuva. Além disso, as chuvas são irregulares e, algumas vezes, há longos períodos de estiagem.

No Semiárido, os períodos de chuva variam, mas se concentram em quatro ou cinco meses por ano; o que acarreta em sete a oito meses de estiagem. Nesse período, conhecido como seca, aumenta a necessidade diária de água para o consumo doméstico, o que obriga, sobretudo, as mulheres, jovens e crianças, a longas caminhadas, por vezes de vários quilômetros, até os reservatórios.

---

<sup>10</sup> Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) 2012: Programação Regional. Banco do Nordeste, julho de 2012. p. 12. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/sobre\\_nordeste/fne/docs/programacao\\_fne\\_2012.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/sobre_nordeste/fne/docs/programacao_fne_2012.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

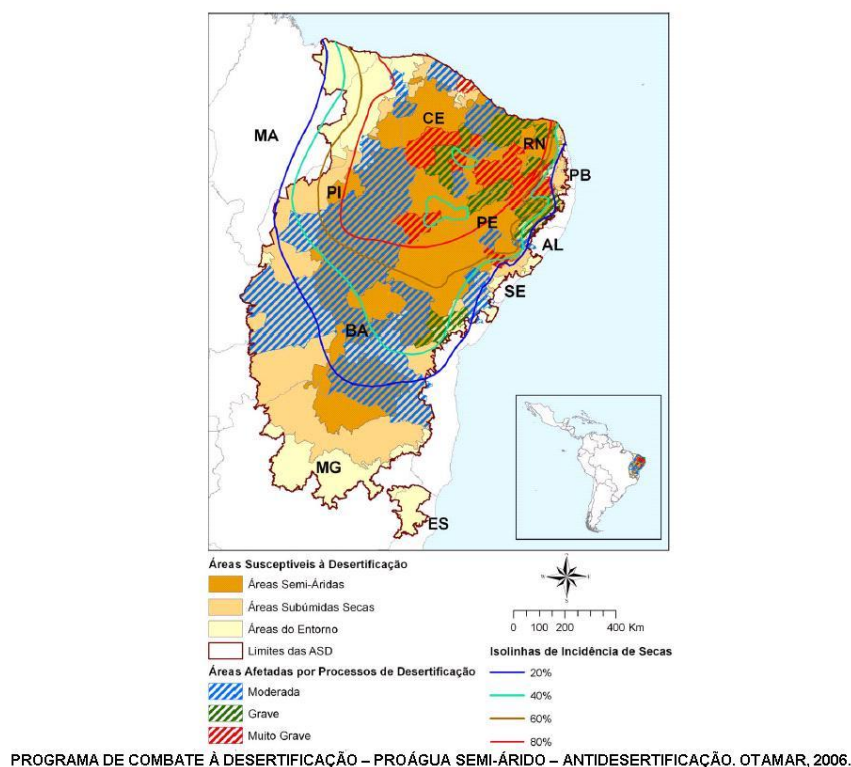
<sup>11</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/item/191>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

<sup>13</sup> Por desertificação “entende-se a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas resultantes de vários fatores, incluindo a variações climáticas e as atividades humanas”. Conceito publicado em **Convênio nas Nações Unidas de Combate à Desertificação**. 3. ed. Ministério do Meio Ambiente, p. 7. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr\\_desertif/\\_arquivos/unccd\\_portugues.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/unccd_portugues.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2013.

## Mapa 2

### Áreas Susceptíveis à Desertificação e Áreas Afetadas por Processos de Desertificação no Nordeste



Fonte: Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca da América do Sul<sup>14</sup>

Geralmente, as águas desses reservatórios têm alto teor de salinização e outras são contaminadas, pelo uso comum entre pessoas e animais. Segundo a Embrapa,<sup>15</sup> dos 3,3 milhões de domicílios rurais do Nordeste, é provável que mais de dois terços se encontrem nesta situação precária. O que submete as famílias aos favores do poder público local, gerando dependência e subalternidade, principalmente, quando o fornecimento da água é feito por caminhões-pipa das prefeituras municipais.

Outro indicativo da importância do armazenamento da chuva de forma descentralizada pode ser observado na pesquisa realizada pela Diaconia<sup>16</sup>, que diagnosticou a situação hídrica de 22 comunidades da região do Sertão do Pajeú, no estado de Pernambuco. A pesquisa revelou que, entre as 250 famílias entrevistadas, os

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.iicadesertification.org.br/lendo.php?sessao=MTA3>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

<sup>15</sup> Fagro/Embrapa Semiárido/MDS-FAO. Relatório Técnico Analítico Final: avaliação ambiental da performance do programa cisternas do MDS em parceria com a ASA (Índice de Sustentabilidade Ambiental – ISA), Brasília, 2006.

<sup>16</sup> BLACKBUM, Daniel *et al.* **Diaconia**. Recife/PE, 2005.

gastos com água de beber, cozinhar e higiene bucal, são em média da ordem de 8,9 litros/pessoa/dia ou 16 mil litros/família/ano.

Segundo a Embrapa, na época da seca, uma família com cinco pessoas despende uma média mensal de três dias/pessoa para obter água. Registram-se ainda, perdas de cinco semanas por ano de trabalho em decorrência de diarreias contraídas pelo consumo de águas contaminadas.

O Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), a partir de dados do Ministério da Saúde, alerta para o fato de que, a cada quatro crianças que morrem na região Semiárida, uma deixa a vida acometida por diarreia, consequência indesejável da ingestão de água imprópria para o uso humano. Os custos financeiros e sociais desta situação são imensos e se repetem com uma frequência inaceitável, principalmente quando se considera que, segundo o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é dever do Estado e direito de todos.

Os piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH) encontram-se em municípios dessa região. Dos estados do Nordeste, oito estão no Semiárido. A exceção é o Maranhão. Essa informação é relevante quando consideramos que, do ponto de vista da elaboração e implementação das políticas públicas, os dados pesquisados tomam como base a divisão regional do Brasil em cinco: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.<sup>17</sup> Nesse capítulo, serão considerados como referencial, quando na falta de dados sobre o Semiárido, os dados divulgados no contexto do Nordeste.

É na região semiárida onde o coronelismo<sup>18</sup> deixou sua marca mais evidente, a partir da concentração do poder nas mãos das oligarquias locais. O coronelismo, segundo o jurista Vítor Nunes Leal, tem suas raízes no Brasil Colônia, vai ganhando força no período do Império, mas é característico do regime republicano.

A abolição do regime servil e, depois, com a República, a extensão do direito de sufrágio deram importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais. Cresceu, portanto, a influência política dos donos de terra, devido à dependência dessa parcela do eleitorado, consequência direta de nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono. Somos, nesse particular, legítimos herdeiros do sistema colonial da grande exploração agrícola, cultivada pelo braço escravo e produtora de matérias-primas e gêneros alimentícios, destinados à exportação. (LEAL, 2012, p. 232)

---

<sup>17</sup> Em 31/1/42, por meio da Circular n. 1 da Presidência da República, a primeira Divisão do Brasil em regiões, a saber: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Mais informações na página <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1)>.

<sup>18</sup> O conceito de coronelismo considerado nesse projeto foi desenvolvido pelo jurista e professor Victor Nunes Leal, no livro **Coronelismo, Enxada e Voto**. 7. ed. [s.n.l.], 2012.

Vinculada a isto, a falta de políticas públicas que levem em consideração as especificidades da região, nos aspectos hídrico, social, cultural, econômico; fortaleceram a chamada “indústria da seca”<sup>19</sup>, que por sua vez beneficiou os mesmos coronéis que dominavam (e, em muitas localidades, ainda dominam) a política local, num ciclo vicioso de concentração de terra, água e poder.

Nessa condição de cabresto, a população é alijada do direito de escolher livremente seus representantes. A concentração dos meios de produção, que nessa região significam terra e água, imputa à maioria da população uma condição de pobreza. Muitas famílias migram para os centros urbanos e as imagens de pessoas pelas estradas fugindo da “seca”, animais mortos e terra rachada ganham os meios de comunicação e formam o imaginário popular sobre a região, que atribui à falta de chuva todas as mazelas. Economicamente a região é considerada inviável, com a ideia de que, no lugar de contribuir para a riqueza do País, o Semiárido “suga” os recursos públicos. A autoestima da população é abalada e tanto a região quanto os que dela se originam são considerados atrasados.

Nesse sentido, a mídia teve um papel fundamental de reprodução do estereótipo até hoje atribuído ao sertanejo – retirante da seca. O sertanejo era apresentado ao Brasil pelas lentes da imprensa da capital, da imprensa do sudeste, para onde os migrantes se dirigiam, com todas as distorções que o preconceito pode gerar. Mas, não foi apenas a imprensa que criou a imagem da miséria atribuída à região.

Nas artes plásticas, Cândido Portinari pinta, em 1944, a série *Os Retirantes* (Figura 1), apresentando figuras esqueléticas que partem do sertão. Na literatura, Rachel de Queiroz publica, em 1930, o romance *O Quinze* e João Cabral de Melo Neto escreve, entre 1954 e 1955, o poema *Morte e Vida Severina*. Em 1965, o poema foi adaptado para o teatro, por Chico Buarque de Holanda, e em 1976 ganhou versão para o cinema, sob a direção de Zelito Viana.

---

<sup>19</sup> No texto **Seca no Nordeste Brasileiro**, publicado com o selo da Fundação Joaquim Nabuco, Lúcia Gaspar define a Indústria da Seca como: “exploração por parte dos grandes proprietários e altos comerciantes, dos recursos destinados ao combate à pobreza da região, no que se denomina de “indústria da seca.” Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=418&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=418&Itemid=1)>. Acesso em: 3 out. 2010.

## Figura 1

Os Retirantes – Cândido Portinari



Do ponto de vista da produção artística, à primeira vista, acontece com o sertanejo o mesmo que lhe acontece na imprensa: ele é retratado por outros e não produz uma imagem de si próprio e de sua realidade. Segundo Luciane Lucas e Tânia Hoff, refletindo à luz dos estudos de Foucault:

[...] a produção simbólica – terreno em que os sentidos são coletivamente construídos e legitimados – resulta, antes, da onipresença discursiva de modos de expressão dominantes. E, ao mesmo tempo, se alimenta de uma multidão de silenciados, simbolicamente excluídos da ordem econômica. (LUCAS; HOFF, 2009, p. 201)

Se a representação feita dessa população se dá sob o ponto de vista da miséria, não se pode negar que ela também está revestida de denúncia. Aqui, deparamo-nos com o que Marilena Chauí<sup>20</sup> chama de *ambiguidade*. Nesse caso, ao mesmo tempo em que as obras de arte tratam do Sertão como local de miséria e dor do qual se precisa fugir, é também essa região a da saudade, lugar das lembranças dos que dele se foram. Observando o sertanejo, se por um lado ele é o sujeito passivo dessa miséria, por outro lado esse mesmo miserável é também “antes de tudo um forte”, conforme o retratou Euclides da Cunha, em *Os Sertões*. Assim, ao trazer a situação à tona, o artista denuncia, critica, mas, ao mesmo tempo, reforça uma ideia carregada de ambiguidades.

---

<sup>20</sup> CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspecto da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 121.

Para entendermos melhor o conceito de ambiguidade segundo Chauí, vejamos um trecho de seu livro, *Conformismo e Resistência* (cujo próprio título é uma ambiguidade):

Quando alguém vê uma piscina, vê águas dançantes, ladrilhos tremulantes, a paisagem circundante habitando as águas. O intelectualista e o empirista dirão que percebem água, ladrilho e reflexos. Além de separar elementos, consideram que vêm os ladrilhos *apesar* da água e que enxergam a água *apesar* dos reflexos. Com esse olho assim purificado, conseguem, finalmente, não perceber o que estão vendo, isto é, a piscina. Pois a piscina é o ladrilho visto *graças* à água – caso contrário não seria ladrilho-da-piscina –; é a paisagem vista graças às águas, estando aqui, na mobilidade líquida, e ali, na região aérea circundante – caso contrário não seria paisagem-à-volta-da-piscina. Perceber a piscina não é ver elementos discretos, mas uma totalidade *sui generis* que transmuta o sentido que as partes teriam se pudessem ser isoladas. A piscina é ambígua. (CHAUÍ, 1986, p. 121-122)

Dessa forma, podemos entender que a ambiguidade da piscina depende de como a vemos. Assim também é com o Semiárido, com o Sertão, com os sertanejos. Não uma coisa *ou* outra, mas uma coisa *e* outra. A ambiguidade aqui entendida é, portanto:

[...] a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo elas também ambíguas, constituídas não de elementos ou partes separáveis, mas de dimensões simultâneas. (Idem, p. 123)

A ambiguidade na forma da região ser retratada pode ser vista em trechos da poesia *A Triste Partida*<sup>21</sup>, de Patativa do Assaré, conhecida nacionalmente na voz de Luiz Gonzaga.

Setembro passou  
Outubro e Novembro  
Já tamo em Dezembro  
Meu Deus, que é de nós,  
Meu Deus, meu Deus  
**Assim fala o pobre  
Do seco Nordeste  
Com medo da peste  
Da fome feroz**  
Ai, ai, ai, ai

[...]

**Sem chuva na terra**  
Descamba Janeiro,  
Depois fevereiro  
E o mesmo verão  
Meu Deus, meu Deus  
Entonce o nortista  
Pensando consigo  
**Diz: "isso é castigo  
não chove mais não"**  
Ai, ai, ai, ai

---

<sup>21</sup> Grifos meus.

Nessas duas estrofes vemos a dificuldade atribuída à seca, à falta de chuva. A perda da roça causada pela seca e a conseqüente fome. “O medo da peste da fome feroz” indica que essa é uma situação recorrente. Diante disso, na tentativa de resolver o problema imediato da fome, o sertanejo toma uma decisão:

Agora pensando  
Ele segue outra tria  
Chamando a fãmia  
Começa a dizer  
Meu Deus, meu Deus  
**Eu vendo meu burro**  
**Meu jegue e o cavalo**  
**Nós vamos a São Paulo**  
**Viver ou morrer**  
Ai, ai, ai, ai

Nós vamos a São Paulo  
Que a coisa tá feia  
**Por terras alheia**  
**Nós vamos vagar**  
Meu Deus, meu Deus  
Se o nosso destino  
Não for tão mesquinho  
**Cá e pro mesmo cantinho**  
**Nós torna a voltar**  
Ai, ai, ai, ai

A decisão de ir pra São Paulo, “pra terras alheias”, onde se vai “vagar” deixa claro que o sertanejo não se identifica com aquele novo lugar, onde ele é um estrangeiro. Mas, diante da situação em que se encontra ele vende o que tem: o burro, o jegue e o cavalo, animais de carga, usados no trabalho na roça. Ao se desfazer deles, o sertanejo vende seus meios de produção. A sorte está lançada: ele vai “viver ou morrer”.

E vende seu burro  
Jumento e o cavalo  
Inté mesmo o galo  
Venderam também  
Meu Deus, meu Deus  
Pois logo aparece  
**Feliz fazendeiro**  
**Por pouco dinheiro**  
**Lhe compra o que tem**  
Ai, ai, ai, ai

Pra financiar a viagem da família, os animais são vendidos “por pouco dinheiro”. Aqui, cabe lembrar que para o agricultor familiar os animais representam uma poupança. Além de ser fonte de alimentos – pois das vacas e cabras se consome o leite, das galinhas se come os ovos, e, geralmente, em última instância, se mata os bichos para comer a carne – os animais, ao procriarem, aumentam os bens do agricultor.



Observe-se que no poema, o agricultor, com exceção do galo, foram vendidos os animais de trabalho, o que pode indicar que o que havia de fonte de alimento já fora consumido.

A compra foi feita por um “feliz fazendeiro”. Isso nos indica que falta de chuva não quer dizer falta de água, pois o fazendeiro teria como alimentar e dessedentar os animais. Ora, se toda a região é seca, como uns precisam se desfazer de tudo porque a chuva não vem e outros encontram nessa mesma situação uma oportunidade de aumento dos bens? A seca para esses é uma oportunidade de “bons negócios”.

Em um caminhão  
Ele joga a família  
Chegou o **triste dia**  
Já vai viajar  
Meu Deus, meu Deus  
**A seca terrível**  
**Que tudo devora**  
**Lhe bota pra fora**  
**Da terra natá**  
Ai, ai, ai, ai

A partida de sua terra não é uma opção para o sertanejo, é uma imposição. Ele parte com tristeza. Mas, ainda assim, atribui à “seca terrível que tudo devora” a responsabilidade de ser posto pra fora “da terra natá”. A seca que devora tudo o que o sertanejo tem não devora o que tem o fazendeiro. Observemos que “a seca terrível que tudo devora” só devora o tudo do sertanejo.

O carro já corre  
No topo da serra  
Oiando pra terra  
**Seu berço, seu lar**  
Meu Deus, meu Deus  
**Aquele nortista**  
**Partido de pena**  
**De longe acena**  
**Adeus meu lugar**  
Ai, ai, ai, ai

[...]

E assim vão deixando  
**Com choro e gemido**  
**Do berço querido**  
**Céu lindo azul**  
Meu Deus, meu Deus  
**O pai, pesaroso**  
Nos filho pensando  
E o carro rodando  
Na estrada do Sul  
Ai, ai, ai, ai

A dor da partida do “seu berço, seu lar”, que se repete no aceno de despedida: “adeus, meu lugar”. Os pronomes possessivos (seu e meu) reforçando o pertencimento ao lugar, ou ao lugar que lhe pertence. A partida é cheia de “pena”, “choro”, “gemido” e pesar. Partir é um sofrimento. Ao observar isso, podemos entender que o agricultor é expulso de suas terras. Ele não tem opção, não há meios que lhe garanta a vida. Meios a que tem acesso o “feliz fazendeiro”.

Chegaram em São Paulo  
Sem cobre quebrado  
E o pobre acanhado  
**Procura um patrão**  
Meu Deus, meu Deus  
**Só vê cara estranha**  
**De estranha gente**  
**Tudo é diferente**  
**Do caro torrão**  
Ai, ai, ai, ai

A gente desse novo lugar é “estranha”. “Tudo é diferente”. A certeza de não ser do lugar. As caras são estranhas, tudo é diferente. Ao chegar, ele “procura um patrão”. Caracterizada aqui a relação de subordinação.

**Trabaia dois ano,**  
**Três ano e mais ano**  
**E sempre nos prano**  
**De um dia voltar**  
Meu Deus, meu Deus  
**Mas nunca ele pode**  
**Só vive devendo**  
**E assim vai sofrendo**  
**É sofrer sem parar**  
Ai, ai, ai, ai

Trabalha sem parar, ano após ano. Mas, o que ganha não dá nem para pagar as despesas, “só vive devendo”. Antes, em sua terra, produzia o que comer, tinha poucos animais, isso indica que era de poucas posses, era pobre, mas não devia. Nessa nova terra, já chegou sem dinheiro, pior do que quando partiu. Não possui meios de produção, tem apenas a força de trabalho para vender ao patrão. Em “seu lugar”, atribuí a falta de água à falta de chuva, a miséria em que vivia à região, pois partiu de lá para resolver o problema. Mas, mesmo em outra região, “no Sul”, a miséria continua e ele continua sofrendo, “é sofrer sem parar”. Se a condição de sofrimento independe do lugar, a que se atribui?

**Se alguma notícia**  
**Das bandas do norte**  
**Tem ele por sorte**  
**O gosto de ouvir**  
Meu Deus, meu Deus  
**Lhe bate no peito**  
**Saudade** lhe molha  
E as água nos óio  
Começa a cair  
Ai, ai, ai, ai

O sonho de retornar pra sua terra “pras bandas do norte” não lhe abandona. Mantém-se informado sobre sua região, com o que “tem por sorte o gosto de ouvir”.

Do mundo afastado  
**Ali vive preso**  
**Sofrendo desprezo**  
**Devendo ao patrão**  
Meu Deus, meu Deus  
O tempo rolando  
Vai dia e vem dia  
E aquela fãmia  
Não vorta mais não  
Ai, ai, ai, ai

**Distante da terra**  
**Tão seca mas boa**  
Exposto à garoa  
À lama e o paú  
Meu Deus, meu Deus  
**Faz pena o nortista**  
**Tão forte, tão bravo**  
**Viver como escravo**  
**No Norte e no Sul**  
Ai, ai, ai, ai

Na nova cidade “vive preso”. A sensação de não ser dono de si, de não ter autonomia sobre sua vida. Vive “como escravo”, “devendo ao patrão”. Aqui, a figura do patrão se assemelha à do fazendeiro. A ambiguidade é percebida no “escravo”, “tão forte, tão bravo” que vive em situação de pobreza e servidão “no Norte e no Sul”.

Além dos efeitos causados pela política local, baseada no coronelismo, é importante trazer para esse debate um olhar sobre a repercussão da política nacional para a região e como esta considera o fenômeno das estiagens prolongadas, mais conhecidas como secas. Para essa reflexão, a teoria de Celso Furtado sobre o desenvolvimento do Nordeste apresenta, grosso modo, os seguintes aspectos, sob o prisma da economia: Furtado defende que o problema do Nordeste não é a seca, mas uma política nacional de industrialização a partir do Sudeste, a concentração de terra em

latifúndios e o uso dos poucos solos agricultáveis para uma agricultura de exportação em detrimento da produção de alimentos. Para ele, repensar o Nordeste significava repensar o Brasil.

Nada é mais importante para o desenvolvimento do Nordeste do que o aumento da resistência da região aos efeitos das secas. Nunca será demais afirmar que estas são parte da realidade nordestina, como as neves perenes são parte do mundo dos esquimós. Ninguém duvida que o impacto das secas seria menos negativo se a economia nordestina fosse mais bem adaptada à realidade ecológica regional, particularmente se a estrutura agrária não a tornasse tão vulnerável à produção de alimentos populares. Se o rápido crescimento das décadas de 1960 e 1970 aumentou a vulnerabilidade da região, é porque o verdadeiro problema não está em aumentar a produção, sim na impropriedade das estruturas. (FURTADO, 2009, p.24)

Sobre a estrutura agrária, o autor acrescenta:

As estruturas agrárias dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social [...] são fruto de uma opção política orientada para formar uma classe de agricultores aptos a assumir um papel dinâmico no processo de desenvolvimento. [...] O verdadeiro objetivo da reforma agrária é libertar os agricultores para que eles se transformem em atores dinâmicos no plano econômico. (Idem, p.21).

Especialmente a partir dos anos 1960, as políticas públicas impulsionadas pelo Estado expressaram-se no Semiárido de forma localizada através de projetos de irrigação associados à implantação de polos de desenvolvimento com base em monoculturas agroquímicas. Em que pese o rápido crescimento econômico que tem marcado o desempenho desses projetos, eles acabaram por se transformar em enclaves de dinamismo, geraram contrapartidas socioambientais negativas, acentuando a histórica diferenciação social no meio rural e degradando o meio ambiente. Foi esta uma das principais constatações da avaliação feita pelo Banco Mundial dos projetos de irrigação no Semiárido brasileiro: “são um sucesso do ponto de vista da lucratividade empresarial e um desastre do ponto de vista dos ganhos sociais”.<sup>22</sup>

Outra característica marcante das políticas públicas implementadas no Semiárido tem sido a construção de grandes infraestruturas hídricas especialmente concentradas e geralmente alocadas nas proximidades das grandes fazendas, engendrando processos de concentração de poder e de dependência econômica e política das famílias pobres para o acesso às fontes de água.

Como consequência deste “latifúndio hídrico”, surgem as milhares de famílias abastecidas pelos carros pipas, bebendo lama e águas impuras, contraindo todo

---

<sup>22</sup> Banco Mundial. *Impactos e externalidades sociais da irrigação no semiárido brasileiro*. Brasília, 1. ed. 2004. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186329487615/19Aguas5final.pdf>>.

tipo de doenças e dependentes, até mesmo da venda de seu voto, para saciar a sede, como vimos anteriormente.

Sem querer minimizar o drama social em que vivia, e em grande parte ainda vive, a população do Semiárido brasileiro, parece não ser por acaso o fato de se aceitar como verdade absoluta a atribuição da miséria da região apenas ao fator climático. Esse mito se destruiria se alguns questionamentos fossem feitos e, melhor ainda, se fossem respondidos: por que o Semiárido só é ruim para os pobres? Por que os coronéis mantêm grandes extensões de terras, mesmo a região nada produzindo? Por que estes também não migravam se a condição de vida é inexistente? Por que nas terras dos coronéis há água? Por que a região é tida como um lugar de seca se é o Semiárido mais chuvoso do planeta?

Não se pretende apenas com essas questões esclarecer os fatores complexos que levaram a região semiárida brasileira à condição de miserabilidade. Mas, sendo essa uma realidade, por que não se questiona se as políticas de combate à seca são as mais adequadas à região? E mais, quem são as pessoas que elaboram as políticas? Não seriam os mesmos coronéis que, ao cabo, seriam os beneficiados por elas?

A aposta do Brasil, entretanto, é numa política agrária concentradora de terra e riquezas. O resultado disso para o Nordeste é devastador. Analisando como essa situação se reflete na mídia, uma vez que os donos de terra na região se configuraram também como os donos dos meios de comunicação, como mostrará pesquisa abaixo descrita, faz-se necessário retomarmos o conceito de coronelismo e seus “desdobramentos”.

Na segunda metade do século XX surge, como uma “evolução” ou herança do coronelismo, o *coronelismo eletrônico*. É a manutenção do mesmo modo de fazer política, que combina favor e coerção aliados aos meios modernos de comunicação, cuja outorga é concedida pela União para que empresas privadas explorem os serviços públicos de radiodifusão. Acontece, segundo Venício Lima e Cristiano Aguiar Lopes (2009), a articulação de emissoras de rádio e televisão com redes nacionais dominantes com alcance para criar consensos políticos que facilitam a eleição de representantes em nível federal, deputados e senadores, e estes asseguram o coronelismo como sistema.

Ao controlar as concessões, o novo coronel promove a si e aos seus aliados. (...) A moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação. (...) Não será coincidência, portanto, constatar que as oligarquias dominantes em vários estados e regiões do país (sobretudo no Nordeste), a partir das últimas décadas do século passado, têm em comum o vínculo com a mídia. Em especial com as emissoras de rádio e televisão comerciais e suas

retransmissoras (RTVs), mas também com as emissoras educativas. Seus membros são detentores de mandatos nos diferentes níveis de representação no Executivo e no Legislativo, mas, sobretudo, são governadores, deputados federais ou senadores. (LIMA; LOPES, 2008, p.74 e 75)

Com a Constituição de 1988 e o advento do município como ente federativo, o município passa a receber verbas diretas da União. Há um redesenho na arquitetura do Estado brasileiro, sendo redefinidos papéis e atribuições para cada esfera federativa na perspectiva de torná-lo mais democrático, eficaz e capaz de resolver os problemas das desigualdades sociais e regionais, entre outras. Neste contexto, a descentralização das políticas públicas, dando autonomia aos municípios, fortalecendo-os e revigorando a política local; possibilitou o nascimento do chamado *coronelismo eletrônico de novo tipo*, que está relacionado às permissões RTVs, em especial as destinadas às prefeituras, rádios FM e comunitárias legalizadas.

Os novos coronéis eletrônicos, como os anteriores, continuam tendo no controle do voto a sua moeda de troca básica com o estado e a própria União. Só que agora com a mediação de representantes em posição política hierarquicamente superior, tanto no Legislativo quanto no Executivo, deputados estaduais e federais, senadores e governadores, sejam eles os velhos coronéis eletrônicos ou não. As rádios comunitárias, na sua maioria, são controladas, direta ou indiretamente, por políticos locais [...]. Vereadores, prefeitos, candidatos derrotados a esses cargos, líderes partidários representam, portanto, uma nova mediação dentro do sistema maior do coronelismo eletrônico que sobrevive como uma prática política. (Idem, p.81)

Perpassando pelos tempos da ditadura e os de democracia, a relação entre radiodifusão e política está arraigada na cultura e na prática da política brasileira. Pesquisa realizada por Suzy dos Santos e Sérgio Caparelli (2005)<sup>23</sup> mostra que 39,6% ou 40 das emissoras geradoras afiliadas à Rede Globo; 33,6% ou 128 de todas as emissoras de TV e 18,03% ou 1765 de todas as retransmissoras de televisão do país estavam controladas direta ou indiretamente por políticos em 2005. Em levantamento feito pela agência Repórter Social, um terço dos senadores e mais de 10% dos deputados federais eleitos para o quadriênio 2007-2010 controlam concessões de radiodifusão. E ainda, em pesquisa realizada por LIMA e LOPES (2008), considerando todas as 2205 rádios comunitárias que receberam portaria de autorização do Ministério das Comunicações entre 1999 e 2004, identifica-se que 50,2% delas têm vínculos políticos e/ou religiosos. Os dados obtidos na pesquisa sobre rádios comunitárias revelam que:

[...] existe uma intensa utilização política das outorgas de radiodifusão comunitária em dois níveis: no municipal, em que as outorgas têm um valor no 'varejo' da política, com uma importância bastante localizada; e no

---

<sup>23</sup> Apud LIMA e LOPES, Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo. In: ROLIM, Renata (org.). **Rádio, Movimentos Sociais e Direito à Comunicação**. Recife: Oito de Março, 2008.

‘atacado’, por meio da construção de um ambiente comunicacional formado por diversas rádios comunitárias controladas por forças políticas locais que devem o ‘favor’ de sua legalização a um padrinho político. (LIMA; LOPES, 2008, p.114)

Sendo as rádios comunitárias, por sua natureza, de abrangência apenas municipal, os vínculos políticos privilegiariam apenas os interesses em nível municipal. Entretanto, a importância desses veículos se torna maior se percebemos que, ao ajudar na legalização das rádios comunitárias, políticos com atuação nacional contariam, de acordo com os autores da pesquisa, com uma base de apoio comunicacional de grande valia em diversos municípios integrantes de sua base eleitoral. Juntando esses dados, podemos perceber que, se a utilização política de emissoras de radiodifusão se dava por deputados federais, senadores e governadores – fenômeno chamado de coronelismo eletrônico –, agora, prefeitos e vereadores também têm domínio sobre a mídia eletrônica – coronelismo eletrônico de novo tipo.

Ao fazermos um recorte da pesquisa citada, olhando para os estados que compõem a região semiárida brasileira, chegamos aos seguintes resultados: 1.177 rádios receberam outorga das quais 586, ou 49,78%, possuem vínculos políticos e ou religiosos. Esse número pode ainda ser maior, pois na metodologia aplicada à pesquisa supracitada, em 188 dos casos do total de rádios estudadas, trabalhou-se apenas com o nome do representante legal da associação à qual a rádio está vinculada, pois não foi possível para os pesquisadores identificar os demais membros da diretoria. Assim, os coronéis da República Velha, donos das terras e dos recursos hídricos, são agora, também, “donos” de metade das rádios comunitárias da região; por meio de seus herdeiros, de sangue ou políticos.

Esse veículo de comunicação, que surgiu como instrumento de cidadania e fortalecimento comunitário, um dos meios democráticos pelo qual a população poderia exercer o direito à comunicação, passando de receptor passivo a produtor de conteúdo; torna-se, em muitos casos, um novo instrumento de poder para a velha e arcaica política coronelista do Nordeste. O domínio político dos meios de comunicação em seus diversos raios de alcance – redes nacionais de televisão e suas afiliadas locais e rádios comunitárias – possibilita a hegemonia<sup>24</sup> de grupos políticos na região.

Todas as questões acima colocadas podem nos dar uma visão dessa imensa região. Mas, se as condições de vida no Semiárido são tão difíceis, o que o faz ainda ser tão povoado? Por que, mesmo com todas as distorções midiáticas, esse lugar, popularmente chamado de sertão nordestino, mantém um quê de romantismo, de

---

<sup>24</sup> Hegemonia aqui usada a partir do conceito de Gramsci.

exotismo, de beleza rude que divide lugar com a ideia de miséria que povoa o imaginário nacional?

Uma resposta possível a essas questões é que o Semiárido é plural. Olhar a região apenas pelo prisma da desgraça é mais uma injustiça. Há outra face que lhe reveste de riqueza e beleza. A questão importante nesse caso reside em desnudar o discurso dominante que agrega valor às “coisas do Sul” em detrimento das do Nordeste. Seria a primeira a região, a do mandar; e a segunda a região do fazer, de acordo com Milton Santos (2011). Isso inclui esconder as potencialidades da região, desqualificar o que lhe é peculiar, como o sotaque de seu povo, ajudando, assim, a criar um sentimento de inferioridade.

O que acontece quando se trocam as lentes que induzem a essa leitura distorcida? A riqueza é desvelada. Uma analogia pode ser a vegetação do Semiárido. Caatinga, que significa mata branca, pela cor que as plantas adquirem no período de seca, no inverno ganha muitos matizes de verde. Nem de longe lembra a galhada seca e retorcida, aparentemente morta. Essa capacidade de perder todas as folhas no verão demonstra a “sabedoria crua” que permeia muitos outros aspectos do Semiárido. Infelizmente apenas o “esqueleto vegetal” foi registrado na memória nacional, assim como as imagens de dor estampadas nos rotos dos que fugiam das constantes secas.

Quando a chuva cai, nos meses de inverno, correm rios onde antes era só secura. A paisagem se modifica. A diversidade da flora e da fauna se torna mais evidente. É o período de engorda dos animais, dos plantios para além dos sequeiros, da produção mais abundante de mel, do crescimento e fortalecimento das plantas que escaparam da estiagem, das frutas maduras no pé. É quando as batatas das raízes do umbuzeiro se enchem novamente de água para servir de fonte nos momentos de precisão. O Semiárido que é verão também é inverno.

A região é também seu povo, que, na verdade, são muitos. São os ribeirinhos, indígenas, quilombolas, comunidades de fundo de pasto<sup>25</sup>, geraizeiros<sup>26</sup>. São nordestinos em sua maioria, mas também são do Norte e do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Chegam quase ao litoral, como no Rio Grande do Norte e no Ceará. São irmãos vivendo no coração dos sertões. Estão ligados pelo rio da integração

---

<sup>25</sup> As comunidades de fundo de pasto utilizam áreas coletivas para a produção de alimentos, especificamente a criação de bois, cabras e ovelhas, que se alimentam da vegetação nativa existente nessas áreas. A valorização do coletivo se estende a outras maneiras de organização dessas comunidades e lhe confere identidade. A Bahia é o estado onde existe o maior número de comunidades de fundo de pasto.

<sup>26</sup> Os geraizeiros são populações tradicionais que vivem na região dos Gerais, em Minas Gerais.



nacional, o São Francisco, ou Velho Chico para os filhos da terra. Estão lado a lado, como em Juazeiro/BA e Petrolina/PE, cada qual com sua singularidade.

Embora de uma imensa diversidade cultural, todos esses povos têm uma identidade sertaneja. Não a do sertão como local, mas como lugar, território, como diria Milton Santos, para o qual o lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência (1996).

As músicas e danças, as festas, as comidas, os sotaques – em especial os dos nordestinos. E assim, no plural mesmo, porque no Nordeste há muitos sons e entonações no falar. Em um mesmo estado não se fala do mesmo jeito – criam-se identidades.

O sentimento de pertencimento é levado para além das fronteiras que delimitam a região e o ser sertanejo recria seu território nos locais para os quais migra. São as feiras regionais, como a de São Cristovão, no Rio de Janeiro; os forrós, que ganharam o público das grandes cidades; o hábito de colocar a cadeira na calçada, levando para as periferias e bairros populares das capitais um pouco do modo de vida dos povoados e arruados do sertão, do ser e viver rural. É a territorialidade, que para Milton Santos (2011) é sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence.

Sendo esta uma pesquisa sobre o papel da comunicação nas políticas de acesso à água no Semiárido, não seria possível deixar de abordar a problemática da seca e seus desdobramentos. É por causa dela que surge a necessidade das políticas de acesso à água. É sobre isso que trataremos no capítulo seguinte, onde também discutiremos sobre convivência com o Semiárido *versus* combate à seca.

### 3. A ASA

---

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por mais de mil organizações da sociedade civil. Sua missão é “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e convivência com o Semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social”<sup>27</sup>. A região de atuação da ASA é o Semiárido brasileiro e parte do Maranhão. Embora criada em julho de 1999, a ASA é resultado da luta de muitas organizações e coletivos que já atuavam na região.

O processo de construção da ASA se deu aos poucos, desde os idos do final da década de 1970, quando a Igreja Católica já trabalhava, na perspectiva de soluções para a questão da água de beber, e mais fortemente a partir de 1990, quando grandes mobilizações foram encampadas em todo Semiárido. (ASA, 2003, p. 8)

Alguns acontecimentos inspiraram a constituição de alternativas sociais para o Semiárido, tais como: a campanha de distribuição de sementes realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no início da década de 1980, após longo período de estiagem, originando várias casas e/ou bancos de sementes na região; a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1993, que apresentou uma pauta de proposições apropriadas à região; as várias romarias da terra e das águas<sup>28</sup>; além de outros que foram ajudando a construir um projeto de desenvolvimento para o Semiárido focado no conhecimento endógeno e nas experiências das famílias agricultoras camponesas.

O debate foi impulsionado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Neste encontro, houve uma grande discussão sobre os programas internacionais de combate à desertificação e ficou acordado que os países atingidos se reuniriam em uma convenção chamada Convenção de Combate à Desertificação – COP, para dar seguimento a estas discussões. Em paralelo a esta Conferência, as organizações da sociedade civil e muitos movimentos sociais promoveram o Fórum Global – mais conhecido por ECO-92. Neste fórum, a sociedade civil debateu sobre os desafios e potencialidades das regiões

---

<sup>27</sup> A missão da ASA está disponível no site da Articulação. Ver: <[http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=97](http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97)>. Acesso em: 9 mar. 2013.

<sup>28</sup> As romarias da terra e das águas são manifestações religiosas, a maioria organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica. As romarias têm um cunho de “denúncia da realidade de opressão vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e das injustiças que contra eles se cometem”, segundo a CPT Nacional. Mais informações disponíveis em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/romarias-da-terra-e-da-agua>>. Acesso em: 9 mar. 2013.

semiáridas, e as organizações do Semiárido brasileiro participaram ativamente das discussões.

Sete anos depois, em novembro de 1999, aconteceu em Recife/PE a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A exemplo do que havia sido feito na ECO 92, organizações da sociedade civil filiadas à ASA montaram o Fórum Paralelo da Sociedade Civil à COP3, que reuniu cerca de dois mil delegados de mais de 150 países. Elas propuseram uma nova forma de se trabalhar no Semiárido, que quebrava a lógica vigente do combate à seca e propunha outra – a da convivência com o Semiárido. É em torno desse novo olhar sobre a região que se forma a ASA.

Sendo a ASA uma rede de organizações, movimentos e outras redes da sociedade civil, consideramos importante discutir o que vem ser sociedade civil. Para isso, buscamos ajuda em Gramsci. Mesmo sendo um autor do início do século passado, seu pensamento continua atual para esse estudo.

Muitos pesquisaram sobre esse tema, como Rousseau, Hegel, Marx, Tocqueville, e os mais contemporâneos, como Arato, Cohen e Bobbio, só para citar alguns. Mas, é no entendimento de Gramsci sobre o Estado e sobre como a sociedade civil o compõe que buscarei alicerce teórico para meus estudos sobre o tema.

Para Gramsci, sociedade civil é uma das partes que compõem o Estado ampliado. A outra é a sociedade política. A sociedade civil é tudo o que não é governamental. Dessa forma o “caldo civil” é muito denso, com instituições privadas de naturezas diferentes, como empresas e organizações sem fins lucrativos. A sociedade política é o governo. O Estado, nessa concepção, é composto por instituições complexas, públicas e privadas, que se articulam na busca da hegemonia<sup>29</sup> de seus interesses, mediante o conflito de forças existentes dentro do Estado. Seria o poder coercitivo (sociedade política) e o poder consensual. É na junção dessas duas partes, que constituem o Estado, onde ocorrem as políticas públicas:

É possível considerá-las [as políticas públicas] como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. (SARAVIA, 2009, pp. 29-30)

Desde sua fundação, a ASA busca propor políticas públicas sustentáveis de convivência com a região, que apostam na captação e armazenamento adequado de água

---

<sup>29</sup> Em Gramsci, hegemonia é o predomínio ideológico das classes dominantes sobre as classes subalternas na sociedade civil.

da chuva para consumo humano e produção de alimentos. Neste sentido, a rede desenvolve o Programa de Formação e Mobilização Social para a convivência com o Semiárido, onde estão inseridos o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Estes programas são pautados na concepção de que é possível ter uma vida digna no Semiárido, estimulando a cultura de convivência adequada com o ambiente, assim como, ter uma vida produtiva na região do ponto de vista econômico.

Para a construção da política pública, independente de sua finalidade, como discorre o conceito acima, alguns passos são necessários. No caso da ASA, o primeiro deles foi colocar na agenda o flagelo da seca como sendo um problema de ineficiência das políticas públicas, sendo a *agenda*:

Processos que conduzem os fatos sociais a adquirirem *status* de ‘problema público’, transformando-os em objetos de debate e controvérsias políticas na mídia. Frequentemente a inclusão da agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas. (SARAVIA, 2009, p. 33)

Alguns entendem políticas públicas como algo a ser executado apenas pela sociedade política (especificamente os governos federal, estaduais e municipais, que são parte dessa sociedade política em Gramsci) podendo caber à sociedade civil a possibilidade apenas de propô-las e/ou contribuir com sua elaboração. Para a ASA, a sociedade civil tem plena capacidade de elaborar e também de executar essas políticas, de gerir os recursos, aplicá-los e executar as ações. Com essa crença, a ASA desenvolve o P1MC e o P1+2.

Os dois programas já foram desenvolvidos em nove estados, 42 territórios, 60 microrregiões e 1132 municípios. Para chegar a todas essas localidades, a ASA identifica organizações já existentes na região, não cria novas. Não é objetivo da ASA atuar como “matriz” e ir abrindo “filiais” pelo Semiárido. Como rede, a ASA agrega organizações que dialoguem com a proposta da convivência com o Semiárido e também desejem fazer um trabalho integrado com a ASA. Portanto, a ASA não é um ente, uma empresa; é uma soma de organizações, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, movimentos sociais, e outras redes, sem vínculos partidários e sem fins lucrativos.

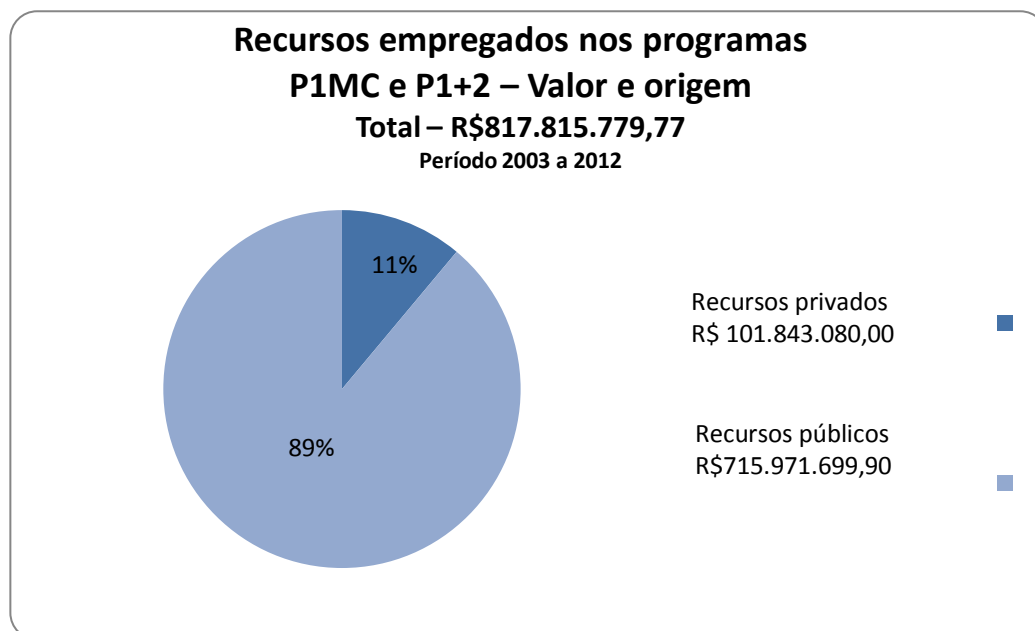
Como resultados<sup>30</sup> alcançados, a ASA apresenta mais de 419 mil cisternas que já foram construídas, assim como outras 18.602 tecnologias de armazenamento de água

---

<sup>30</sup> Todos os resultados foram apresentados pela Assessoria de Comunicação da ASA, por *e-mail*, em 31/1/2013.

para a produção, sendo: cisterna-calçadão – 13.150, cisterna de enxurrada – 1.230, barragem subterrânea – 724, barraginha – 700, barreiro-trincheira – 1.650, tanque de pedra – 640, bomba d'água popular (BAP) – 508.

**Gráfico 1**



Fonte: elaboração própria com informações da ASACom

Para viabilizar suas propostas, a Articulação busca parceiros empresariais, governamentais e agências de cooperação. Entretanto, esses são considerados parceiros e não integram a rede. Para se ter uma ideia da composição da ASA, a integram: o Polo Sindical da Borborema (PB), O Movimento de Organizações Comunitárias – MOC (BA), o Centro Agroecológico Sabiá (PE), a Cáritas Brasileira (vários estados), o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais – CAA (MG), o Movimento de Pequenos Agricultores – MPA (AL), o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA (CE), as Pastorais Sociais (MA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG (PI), a Coopervida (RN) e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Nossa senhora Aparecida (SE).

Para a execução, é necessária a captação de recursos em volumes proporcionais à ampla cobertura desses programas, o que leva a Articulação a buscar recursos públicos, via OSCIP. A ASA, por ser uma rede informal, criou a Associação Programa Um Milhão de Cisternas Rurais para o Semiárido (AP1MC), uma Organização da

Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)<sup>31</sup> que, com a efetivação do P1MC em sua integralidade, passou a gerir os recursos do Programa. Essa proposta passa pelo entendimento da rede de que recursos públicos não são recursos de governo, são recursos do povo, sendo também direito da sociedade civil acessá-los.

É comum vermos o governo abrir editais para contratação de empresas, consórcios empresariais, para executar políticas públicas ou projetos. Mantendo o foco na região semiárida, um exemplo recente desse arranjo é a contratação de consórcios de construtoras para realizar a transposição do rio São Francisco. Ao longo da história, a associação entre governos e setor privado sempre foi um arranjo comum. Ao pagar com recursos públicos por um bem adquirido ou um serviço prestado, o governo passa para o ente privado recursos públicos. Um exemplo são as parcerias público-privadas<sup>32</sup>. Ao acessar recursos públicos para os seus programas, a sociedade civil, ou seja, no caso a ASA, entra em disputa com os interesses econômicos e políticos. É a correlação de forças dentro do Estado, a que se refere Gramsci.

Retomando o pensamento desse autor sobre sociedade civil, e de outros que estudam movimentos sociais e redes, vamos tentar compreender um pouco mais a natureza da ASA, que nos parece um organismo composto de facetas múltiplas, em mutação, não se enquadrando necessariamente em apenas uma denominação. Como já dito anteriormente, a sociedade civil é um caldo denso, do qual fazem parte atores coletivos<sup>33</sup>, como os movimentos sociais e redes. Maria da Glória Gohn entende que:

---

<sup>31</sup> No escopo do Programa se prevê a criação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para captar e gerir os recursos, inclusive os públicos. Com sede em Recife/PE, em 2003 é fundada, então, a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), cuja diretoria é formada pelos coordenadores executivos da ASA. Dessa forma, as decisões administrativas da AP1MC devem estar em consonância com as definições da rede ASA. A diretoria da AP1MC tem mandato de dois anos, podendo ser reeleita. Os diretores não são remunerados. A Coordenação Executiva da ASA é formada por dois representantes de cada um dos 10 estados que integram a rede, sendo um titular e um suplente, eleitos em seus estados. Cada estado possui uma dinâmica diferente na escolha de seus representantes. Há estados que optaram por um mandato de dois anos, sem direito a reeleição. Outros escolheram que podem reeleger seus representantes o número de vezes que a maioria definir. Há estados, ainda, que indicam organizações e a essas cabe definir, entre o corpo técnico, quem poderá assumir a coordenação. Os coordenadores da ASA não são remunerados.

<sup>32</sup> A definição de parceria público-privada consta no art. 2º da Lei Federal 11.079/2004: “é o contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada ou administrativa”. A modalidade patrocinada é “a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado”. A modalidade administrativa é §2º. “o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.”

<sup>33</sup> Para Alain Touraine, sujeitos coletivos expressam demandas de diferentes naturezas, têm capacidade de interlocução com a sociedade, civil e política. Têm também a capacidade de propor ações, criam e desenvolvem uma identidade com o grupo que compõem, baseada em crença, valores compartilhados. A noção de sujeito coletivo tem a ver com a capacidade de interferir nos processos sociais. Eles criam sistemas de pertencimento. Embora Touraine utilize o conceito de sujeito coletivo para qualificar os

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, alianças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilização; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. (GOHN, 2010, p. 14)

A partir da década de 1990, no Brasil, Gohn identifica o surgimento de redes de mobilizações civis:

A sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas e associações por outros eixos – focada menos nos pressupostos ideológicos e políticos – predominantes nos movimentos sociais nos anos 1970 e 1980, e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidades humanas. Dessas articulações surgem as redes sociais e temáticas, organizadas segundo gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas etc., além dos fóruns, conselhos, câmaras etc., que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro. (Ibidem, p. 12)

A autora resume o entendimento de vários teóricos sobre o conceito de rede:

[...] para alguns, rede substitui a categoria movimento social, para outros é um dos suportes ou ferramentas dos movimentos, e, para outros ainda, a rede é uma construção que atua em outro campo, das práticas civis, sem conotação com a política, onde a ideia de ‘público participante’ substitui a de militante, ou cria o ativista, etc. (Ibidem, p. 35)

Para definir a ideia de rede, Gohn recorre a Ilse Scherer-Warren:

Na prática, ela [a rede] caracteriza-se por ‘articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreende vários níveis organizacionais. Estes níveis vão dos agrupamentos de base às lutas políticas mais amplas, transnacionais. (Ibidem, p. 35)

Essas redes, segundo a autora, podem ser agrupadas em três blocos: 1) os movimentos e ações de grupos identitários que lutam por direitos: sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais; 2) movimentos e organizações de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural, que demandam acesso e condições para – terra, moradia, alimentação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc.; 3) os movimentos globais ou globalizantes como o Fórum Social Mundial.

Scherer-Warren denomina o que Gohn chama de *redes de mobilizações civis* de *redes de movimentos sociais*. Para Scherer-Warren essas redes apresentam algumas características comuns: 1) busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; 2) transnacionalidade; 3) pluralismo organizacional e ideológico; 4) atuação nos campos cultural e político. (SCHERER-WARREN, 2011, p. 119)

---

movimentos sociais, estendo esse conceito também às redes por entender que os elementos presentes nele também se encontram nas redes.

É possível perceber similaridades entre as categorias criadas pelas duas autoras. Gohn, citando Scherer-Warren, afirma que essa última “vê nas redes uma possibilidade de retratar a sociedade civil, captando uma integração de diversidades.” (Ibidem, p. 33).

A autora chama atenção, entretanto, para o uso instrumental desses sujeitos coletivos:

[...] como meros agentes instrumentais para resolver problemas decorrentes da má distribuição dos serviços sociais públicos, via a participação daqueles agentes em projetos e parcerias públicas, onde não há autonomia ou horizonte mínimo de emancipação aos participantes. Eles são tratados como responsáveis pela solução de problemas aos quais eles têm direito de ter acesso. Acreditamos que a importância da participação da sociedade civil se faz não apenas para ocupar espaços nas novas esferas públicas, antes dominadas por representantes de interesses econômicos, encravados no Estado e seus aparelhos. A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para se ter controle social e inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais, mas políticas que contemplem o crescimento econômico com o desenvolvimento autossustentável das populações atendidas, assim como respeitem os direitos dos cidadãos(ãs). (Ibidem, p. 37)

Apesar dos inúmeros estudos sobre os movimentos sociais, pois como diz a autora: “os movimentos e as redes estão sempre se recriando” (GOHN, 2010, p. 7), várias lacunas permanecem. Ela elenca sete. Dessas, destacaremos duas: 1) o que distingue os movimentos sociais de outras ações coletivas ou de algumas organizações sociais como as ONGs; 2) como podemos diferenciar um movimento social criado a partir da sociedade civil, por lideranças e mandatários, de ações civis organizadas ao redor de projetos de mobilização social e que também se autodenominam movimentos. (Ibidem, p. 26)

Esses dois tópicos merecem destaque, entre os apresentados pela autora, pois têm uma relação direta com o objeto de estudo dessa pesquisa. À luz das duas questões apresentadas por Gohn no parágrafo anterior, a ASA: ou não se enquadra no conceito de movimento social ou se enquadra com certas “lacunas”. Seria um bom exemplo de que “os movimentos e as redes estão sempre se recriando”. Ela empreende ações civis e apoia outras, articuladas em torno de projetos de mobilização social. Situar a ASA em relação ao conceito de movimentos sociais foi uma reflexão feita no decorrer dessa pesquisa.

Pelo observado das práticas da ASA, ela é uma rede de organizações sociais, com posicionamento de movimento social e práticas empresariais de gestão, no desenvolvimento dos programas que realiza. A eficiência alcançada, diferentemente da iniciativa privada, não visa o lucro, é sem fins lucrativos, potencializa os recursos financeiros recebidos para que, o que seria lucro em uma empresa, se converta em mais



tecnologias sociais para o alcance mais rápido de suas metas, objetivando a melhoria da vida das pessoas do Semiárido. Nesse sentido, fazendo uma analogia com o meio empresarial, o negócio da ASA seria a participação das pessoas. As pessoas não são o público da ASA, mas seu objetivo final, tendo como pano de fundo a convivência com o Semiárido, que lhe confere a identidade de rede.

Como rede, as organizações que concordam e se reconhecem nos documentos fundantes da ASA, a *Declaração do Semiárido* e a *Carta Política*, passam a integrar a Articulação sem que para isso realizem qualquer pagamento, mensalidade ou taxa de filiação. As organizações, por sua vez, têm as suas próprias ações, missões, razão de existir, seus próprios projetos e recursos. Sua existência independe da ASA. O que as une é a convivência com o Semiárido. Assim, a ASA aglutina pelo tema, é uma rede temática.

Desenvolveu uma forma de organização com instâncias comunitárias, municipais, microrregionais, territoriais, estaduais e nacionais. Em cada uma, aglutina coletivos de organizações formal ou informalmente constituídas, mas reconhecidas localmente, portanto, legítimas. Em nível estadual e nacional são criadas coordenações, eleitas periodicamente. As organizações nos estados são autônomas para definir a composição e a dinâmica de seus coletivos. Para a coordenação estadual, entretanto, alguns critérios foram pactuados: cada estado tem direito a dois representantes na Coordenação Executiva Nacional (CE), sendo um titular e um suplente. As eleições ocorrem a cada dois anos, podendo os representantes serem reeleitos pelo número de mandatos que o coletivo estadual ao qual ele está vinculado definir.

Essa Coordenação Executiva Nacional tem o papel de implementar as decisões tomadas no Encontro Nacional da ASA (EnconASA), que acontece a cada dois anos e cujo resultado dá origem a um documento norteador das ações da rede, chamado Carta Política do EnconASA. Para participar desses encontros, além de convidados, os estados elegem seus delegados. O tamanho das delegações estaduais tem como referência a população residente no Semiárido em cada unidade federativa. Esse coletivo presente no EnconASA é a instância máxima de decisão da rede. A Coordenação se reúne em Recife, onde fica o escritório nacional da ASA, uma vez por mês, durante dois dias, de fevereiro a novembro.

Esse arcabouço permite a existência da rede enquanto sujeito coletivo, capaz de propor políticas públicas, mas não lhe permite executá-las, papel que a ASA entende ser possível às organizações da sociedade civil. Para tanto, se valeu de um instrumento previsto na Lei 9.790/99, a Oscip. Criou, então, a APIMC, com instâncias decisórias

espelho da ASA. A diretoria da AP1MC é a Coordenação Executiva da ASA. A Assembleia Geral da AP1MC é formada pelos delegados da ASA.

Por sua natureza, a AP1MC está apta a captar e gerir recursos públicos e privados. Essa organização tem, para cada um dos dois programas da ASA (P1MC e P1+2), equipes que acompanham a execução dos programas em todos os estados, são as equipes da Unidade Gestora Central (UGC). Essas equipes têm coordenações que responde à diretoria da AP1MC, portanto, à Coordenação da ASA.

Para executar os programas nos estados, são contratadas, mediante seleção pública, organizações da sociedade civil que tenham uma trajetória consolidada. Não são criadas novas organizações para compor a estrutura dos programas. No P1MC, as organizações atuam em microrregiões, e são conhecidas como Unidades Gestoras Microrregionais (UGM). Uma microrregião engloba um conjunto de municípios. Atualmente, existem 64 UGMs contratadas. No P1+2, a área de atuação das organizações selecionadas será o território, sendo conhecidas como Unidades Gestoras Territoriais (UGT). Um território abarca um conjunto de microrregiões. Existem 42 UGTs.

Tanto as UGMs quanto as UGTs são contratadas da AP1MC. Possuem metas definidas a partir do tamanho da sua área de atuação e prazos específicos para a conclusão das metas. Os recursos recebidos são repassados mediante cotações com fornecedores locais e previamente analisadas e autorizadas por uma equipe da UGC montada especificamente para essa finalidade. Outra equipe de contadores faz acompanhamento sistemático nas UGs, no que se pode chamar de auditorias preventivas educativas. Um terceiro grupo acompanha o desenvolvimento das metas físicas, dia a dia, avalia a capacidade de execução das UGs e dá suporte para a solução de problemas que estejam dificultando a realização das metas por determinada organização. O conjunto dos dados resultante do monitoramento das equipes é pauta de todas as reuniões ordinárias mensais da Coordenação Executiva da ASA (também diretoria da AP1MC).

Além da gestão feita por técnicos, a AP1MC desenvolveu um Sistema de Informação Gestão e Auditoria (SigaNet), onde contam os dados contábeis, financeiros e físicos de todos os projetos firmados para os programas P1MC e P1+2. Para se ter uma ideia do tipo de informação possível de extrair em relatórios, no SigaNET encontra-se informações de todas as famílias beneficiadas, data de início e término das tecnologias, georreferenciamento de cada tecnologia, dados de todos os contratos com financiadores, fornecedores contratados, etc. O Sistema é alimentado pelas UGs,

monitorado pela UGC e está à disposição dos financiadores para consultas online. Todas as informações são acessadas em tempo real. Pela segurança e estabilidade do Siga, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) considerou esta plataforma para o desenvolvimento do sistema do governo federal de acompanhamento do Programa Cisternas<sup>34</sup>.

Embora responda legalmente à AP1MC, as UGs, em sua maioria são organizações integrantes da ASA e, na estrutura da ASA, essas organizações são acompanhadas pelas Coordenações Executivas Estaduais da ASA. Esse imbricado permite que as ações administrativas da Oscip mantenham coerência com as decisões políticas da ASA.

Localmente, outras instâncias de controle social foram instituídas. Além da Coordenação Executiva Estadual, foram criadas as Comissões Municipais e Comissões Comunitárias da ASA, que fazem parte do coletivo estadual da Articulação. Essas são formadas por grupos ou organizações existentes nas localidades, como clubes de mães, associações, etc. Essas comissões que fazem parte da estrutura organizacional da ASA também são parte integrante da estrutura desenhada para o desenvolvimento dos programas.

Com atuação voluntária, cabe a essas organizações acompanhar a execução dos programas em suas localidades. Cada comissão é formada por no mínimo três e no máximo cinco instituições. Como os programas já alcançaram 1 132 municípios, existe o mesmo número de Comissões Municipais. O número de Comunitárias não é exato, pois o IBGE não georreferencia comunidades, apenas municípios, e é com as coordenadas do IBGE que a ASA Trabalha. Esse conjunto permite uma grande capilaridade, que se reflete em um controle social amplo e em uma capacidade de mobilização social em quase 100% do território do Semiárido. Veremos ainda neste capítulo a importância do controle social na implementação de uma política pública.

Retomaremos os textos de Gohn no que concerne ao conceito de mobilização social. De acordo com ela, existem na atualidade movimentos e redes de mobilizações ou organizações cívicas de ativistas mobilizados em função de projetos sociais pontuais:

São duas formas de protagonismo civil que atuam segundo polos diferenciados da ação sócia – uma trabalha o campo do conflito e a outra o campo da cooperação e integração social. Há tensões permanentes nas duas frentes. (Ibidem, p. 27 e 28)

---

<sup>34</sup> Programa do Governo Federal sob a gestão do MDS. Os recursos para o P1MC, da ASA, são oriundos desse programa.

No caso da ASA, ela trabalha especificamente na região semiárida brasileira sobre a questão do acesso à água e convivência com o Semiárido por parte das populações que moram nesta região. Tenta mobilizar as entidades parceiras, indivíduos, famílias e comunidades para debater a proposta que motiva a “articulação”: *convivência com o Semiárido versus combate à seca*. A partir do que é possível adotar como consenso em cada momento, são elaboradas e organizadas demandas e projetos, bem como formas de encaminhá-los e executá-los.

Percebemos que a ASA trabalha nos dois campos acima explicitados por Gohn: o campo do conflito e o campo da cooperação e integração social. Os conflitos são diversos e um deles é de fundo: o Estado age no Semiárido brasileiro no sentido do combate à seca e a ASA propõe a convivência com o semiárido. Para tal são necessárias a cooperação e integração social, tanto das entidades parceiras da ASA, quanto dos moradores locais. Assim, é indispensável a mobilização social; que por sua vez demanda ações e estratégias de comunicação.

Para entender como os programas surgiram, é importante retomarmos o momento de realização da COP3. As organizações sociais que realizaram o Fórum Paralelo e que compunham a ASA tinham claro que precisavam apresentar uma proposta que possuísse um elemento concreto que fosse de encontro ao problema central do Semiárido: o acesso à água para a população. Não seria suficiente elaborar documentos com denúncias e reivindicações, apontar os problemas da região, que a ASA afirma serem de origem muito mais política que natural.

As instituições entendiam que precisavam apresentar uma proposta enraizada nas práticas das famílias agricultoras, e que essas também deveriam construir a ideia. Não cabia mais a lógica de projetos de gabinete que, segundo a ASA, eram elaborados por técnicos que pouco conheciam a região e que, sob o argumento da modernidade, a influência da Revolução Verde<sup>35</sup> e a prática do extensionismo; impunham métodos e tecnologias que se mostravam inadequados ao Semiárido. Além disso, muitos projetos, de acordo com a ASA, eram elaborados para não dar certo, e dessa forma, alimentar a indústria da seca<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> A Revolução Verde foi um programa de aumento da produção de alimentos no mundo, desenvolvido nas décadas de 1960 e 1970, implantado em países em desenvolvimento, baseado na mecanização, sementes geneticamente melhoradas e uso intensivo de insumos agrícolas, especialmente fertilizantes industriais e venenos, os agrotóxicos.

<sup>36</sup> Ivo Poletto, citado por Wedna Galindo, em seu livro **Intervenção Rural e Autonomia: a experiência da Articulação no Semiárido/ASA em Pernambuco**, explica o que, segundo ele, é a indústria da seca: “Na verdade, a *seca* foi instrumentalizada pelas elites regionais como um negócio, como uma oportunidade para atrair recursos com juros subsidiados ou doados, bem como para organizar, com recursos federais, frentes de trabalho para realizar obras que beneficiam suas fazendas. É isso que ficou

Assim, as organizações identificaram uma tecnologia social já bem conhecida na região: a cisterna. No Semiárido, antes da ação da ASA, já se construía cisternas de alvenaria. Não eram muitas, partiam de iniciativas individuais, feitas por famílias que tinham recursos para a obra. O que havia de positivo em se ter uma cisterna era, além de armazenar a água da chuva – que de outra forma seria desperdiçada –, guardava essa água pertinho de casa<sup>37</sup>, livrando as pessoas da penosa caminhada aos açudes, barreiros e barragens. Como reservatório, eram esses os ganhos de se ter uma cisterna.

E se essa tecnologia simples e barata fosse multiplicada, de forma que todas as famílias da zona rural do Semiárido, que viviam o drama da falta de água para beber, tivessem uma cisterna na porta de casa? E se a esse reservatório fosse associado um processo de mobilização social<sup>38</sup> que objetivasse a cidadania? E se junto a isso também fossem criadas condições de desenvolvimento do comércio local e valorização da mão de obra nas comunidades, mediante a construção dos reservatórios? Que outros elementos, além desses, poderiam ser associados à cisterna? Como criar uma espiral, em que uma etapa da ação alimentasse a outra, tendo como elemento central do discurso a água que mata a sede e traz vida, por meio de uma cisterna cheia de conhecimento, cidadania e empoderamento político da população? Essas questões foram norteadoras para a construção do que viria a ser o Programa Um Milhão de Cisternas.

Essa proposta deveria também compor algo maior, uma política permanente de convivência com o Semiárido. Para isso, era necessário mostrar na prática, no dia a dia das pessoas, o que era conviver com o Semiárido, e isso a cisterna simbolizava. Mas, já no momento de proposição do PIMC, estava claro para a ASA que o Programa Um Milhão de Cisternas era o elemento propulsor dessa política e também um forte instrumento de comunicação do que era a convivência com o Semiárido.

A primeira definição, e que teve relação com o imaginário da proposta, tinha a ver com o nome. A meta de um milhão de cisternas foi baseada em estudos da época que indicavam que existia no Semiárido pouco mais de um milhão de residências, na região rural, que não tinham acesso à água, onde não havia nas imediações nenhuma fonte de recursos hídricos.

---

conhecido como *indústria da seca*. Em vez de buscar um conhecimento mais profundo das condições ecológicas da região e lutar por políticas adequadas a um desenvolvimento favorável a todas as pessoas, a seca serviu como *moeda de troca* das elites com os detentores de responsabilidades governamentais. Com isso os períodos de seca se transformaram em oportunidades de maior enriquecimento e domínio sobre a população.” (GALINDO, 2008, p. 33-34)

<sup>37</sup> As cisternas são construídas ao lado das casas.

<sup>38</sup> O conceito de mobilização social adotado foi desenvolvido por Bernardo Toro e pode ser visto no item 3.1, que trata da Política de Comunicação da ASA.

A partir dessa informação, as organizações encontraram um nome forte, de impacto, para a proposta, que já dizia claramente o desafio que se tinha que enfrentar. Assim nasceu o nome Um Milhão de Cisternas. Segundo José Bernardo Toro e Nísia Werneck (2007), explicitar o propósito de um processo de mobilização social é o primeiro passo no planejamento de uma ação dessa natureza, e está relacionado “à qualidade da participação que será alcançada”. Para esses autores,

Esse propósito deverá estar expresso sob a forma de um horizonte atrativo, um imaginário ‘convocante’ que sintetize de uma forma atraente e válida os grandes objetivos que se busca alcançar. Deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização. Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão. [...] Um imaginário é uma fonte de hipóteses que provê as pessoas de critérios para orientar a atuação e para identificar alternativas de ações. (TORO e WERNECK, 2007, p. 37)

O Programa Um milhão de Cisternas deveria integrar, desde o início de sua elaboração até o atingimento de sua meta, as famílias agricultoras que, com essa lógica, deixariam de ser apenas público beneficiário para ser também proponente. Além dos agricultores, havia outros atores sociais a considerar na elaboração da proposta, como organizações locais, de base, instituições que já tinham experiência na construção de cisternas, universidades, entre outros.

Assim, como forma de garantir a participação de todos, entre 2000 e 2001, em cada um dos dez estados afetados pelo clima de semiáridade<sup>39</sup>, ocorreram reuniões com a participação, em média, de 50 organizações estaduais e microrregionais, além de um coletivo denominado GT Cisternas<sup>40</sup>, mobilizando mais de 500 representantes dessas entidades na construção do Programa. “Não se tem notícia de uma proposta de política pública que tenha sido elaborada com este nível de participação popular.” (ASA, 2003, p. 5) É o que Saravia considera o segundo passo para a construção da política pública: a *elaboração*, definida como:

[...] identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para a sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimentos de prioridades. (SARAVIA, 2009, p. 33)

Paralela à elaboração do Programa, estava em andamento a construção de 501 cisternas<sup>41</sup> (Figura 2), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Esses

---

<sup>39</sup> Esses estados eram os que, à época, integravam a área de atuação da Sudene nas ações contra a seca: AL, BA, CE, ES, MG, PB, PE, PI, RN, SE.

<sup>40</sup> Esse grupo articulava os coletivos estaduais e sistematizava suas propostas para a construção do documento final do PIMC. Foi uma sequência de seminários realizados em inúmeras localidades, culminando no II Encontro Anual da ASA, realizado em Igarassu/PE, em setembro de 2001, do qual participaram mais de 100 pessoas, quando o PIMC foi aprovado.

<sup>41</sup> As cisternas do PIMC têm capacidade para armazenar 16 mil litros de água. São redondas, semienterradas, feitas com placas de cimento pré-moldadas construídas por pedreiros das próprias

reservatórios foram negociados com o então ministro da pasta, Sarney Filho, que estava presente na COP3 e, naquele momento, assumiu o compromisso de viabilizar o pleito das organizações sociais que era a construção de algumas cisternas a título de validação da tecnologia. Ao mesmo tempo em que os reservatórios eram construídos, todo o processo era sistematizado, os resultados confrontados e incorporados às propostas dos coletivos estaduais. Essa foi a fase piloto do Programa.

Dona Tereza Rocha de Souza, agricultora de 65 anos, moradora da comunidade de Canto, no município de Serrinha, no Semiárido baiano, foi uma das pessoas a contribuir com a elaboração do P1MC. Ela conta que: “O Nilton [*Freire de Melo, que fazia parte da equipe do Movimento de Organização Comunitária, MOC, uma das organizações que integrava o GT Cisternas*] ia ao Recife para participar das reuniões do GT e, quando chegava, discutia com a gente tudo o que havia sido proposto lá. Nós dávamos a nossa opinião e ele levava as nossas propostas para a reunião seguinte. Por isso, posso dizer que eu também ajudei a construir o Programa”.

**Figura 2**  
Cisterna P1MC



Foto: João Roberto Riper

Dona Tereza é presidente da comissão municipal do P1MC em Serrinha e fala ainda sobre a experiência que adquiriu nesses anos de trabalho. “As primeiras

---

comunidades, capacitados para essa finalidade. Juntos, esses reservatórios representam uma infraestrutura hídrica descentralizada com capacidade para armazenar 5,3 bilhões de litros de água, beneficiando 1,6 milhão de pessoas. A meta do programa é chegar a 01 milhão de cisternas. Elas são erguidas ao lado das casas e guardam a chuva que cai sobre os telhados e escoam para dentro delas por meio de calhas. A água armazenada nessas cisternas deve ser utilizada apenas para beber e cozinhar e, com essa finalidade, serve a uma família de cinco a oito pessoas por cerca de oito meses, período médio de estiagem na região.

cisternas do Programa foram construídas na minha comunidade e eu acompanhei todo o processo. De lá para cá, eu sou outra pessoa. Adquiri muito conhecimento e hoje não sou mais enganada pelos políticos em épocas de eleição. Na minha comunidade, 95% das famílias têm cisterna e a alegria que vejo no semblante delas é algo que me faz muito feliz”.<sup>42</sup>

Em 2001, começou mais uma etapa, o PIMC-t, ou fase de transição, quando se deveria avaliar a implantação do Programa em larga escala. Nesse período, que foi de 2001 a meados de 2003, foram mobilizadas e capacitadas 15 mil famílias e construídas 12.743 cisternas com recursos da Agência Nacional de Águas (ANA). Como resultado dessas etapas chega-se ao projeto final, com todos os pormenores descritos, custos estimados e componentes delineados. Essa fase é o que Saravia considera como a quinta na construção na política pública, a *execução*:

que é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É por em prática efetiva a política, é a sua realização. Essa etapa inclui o estudo dos obstáculos que, normalmente, se opõem à transformação de enunciados em resultados e, especialmente, a análise da burocracia. (SARAVIA, 2009, p. 34)

Os recursos que possibilitaram a realização das duas fases iniciais do Programa foram gerenciados pela Diaconia<sup>43</sup>. Os resultados obtidos nos primeiros anos possibilitaram que a ASA, em 2003, no início do primeiro governo Lula, assinasse um Termo de Parceria com o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A partir daquele momento, a parceria com o governo federal se estendeu pelos dois mandatos do presidente Lula e a atual gestão, de Dilma, movimentando cerca de 700 milhões de reais<sup>44</sup> e possibilitando a construção de pouco mais de 419 mil cisternas.

O acompanhamento das etapas de execução do Programa, assim como a aplicação dos recursos a ele destinados é feita em vários níveis, pelos coletivos que citamos acima (comissões municipais, comunitárias e outras). Representantes das comissões compõem as ASAs estaduais, que por sua vez compõem a Articulação Semiárido, chamada também de ASA Brasil. Em cada instância são realizados encontros para prestação de contas e para acompanhamento das ações dos programas. As instâncias do que a ASA chama de *controle social* são: municipais, territoriais,

---

<sup>42</sup> Entrevista publicada no jornal **ASA: construindo futuro e cidadania no Semiárido**, 2010, p. 7.

<sup>43</sup> A Diaconia é uma organização integrante da ASA, ligada à Igreja Evangélica com 45 anos de existência e sede em Recife/PE.

<sup>44</sup> Dados informados pela Assessoria de Comunicação da ASA em 14/11/2011.



estaduais e nacional. Saravia considera esse o sexto passo na construção de uma política Pública e o chama de *acompanhamento*,

[...] que é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2009, p. 34)

Além da relação com as organizações locais, a ASA também se relaciona com universidades, órgãos públicos de fiscalização (TCU, CGU), auditorias internas e externas, etc. Algumas dessas instituições realizam pesquisas para medir o impacto do programa nas localidades e avaliar os resultados alcançados, ao que Saravia denomina de *avaliação*, que:

[...] consiste na mensuração e análise, a posterior, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas. (SARAVIA, 2009, p. 34)

Uma vez garantido às famílias o acesso à água para beber, a ação seguinte foi viabilizar a produção de alimentos, respeitando a cultura alimentar da região e o saber dos agricultores e das agricultoras locais. Desenvolveu-se, então, o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). O 01 (um) significa terra para produção. O 02 (dois) corresponde a dois tipos de água — água potável para consumo humano e água para a produção de alimentos.

O P1+2 é voltado às famílias que já dispõem de acesso à água para consumo humano, ou seja, que já tenham sido contempladas com uma cisterna. Essas famílias participam de um conjunto de dinâmicas sociais que se dividem em: formação, com destaque para os intercâmbios entre agricultores; sistematizações das experiências que resultam em boletins de histórias de vida; e construção das tecnologias.

As tecnologias para guardar a água para produção são as mais variadas, levam em consideração as características da propriedade e se inserem em um sistema integrado e diversificado de produção. Alguns exemplos dos reservatórios que integram o P1+2 são os tanques de pedras, as barragens subterrâneas, as cisternas-calçadão, as bombas d'água, cisterna de enxurrada, barreiro-trincheira e barraginha.

O tanque de pedra ou caldeirão guarda a chuva que cai sobre lajedos (formações rochosas comuns na região), mediante a construção de muros, geralmente feitos de pedra. Nesses lajedos, a existência de buracos naturais nas pedras é muito comum. Nesses buracos, chamados caldeirões, já junta água naturalmente, mas, em geral, em pequenas quantidades. Para aumentar a capacidade desses reservatórios são construídos muros que vedam a passagem da água, represam a chuva. (Figura 3)

### Figura 3

#### Tanque de Pedra



Foto Arquivo Cerac

A barragem subterrânea é o que se pode chamar de aquífero artificial. Elas são feitas em área de baixios, de vales, por onde a chuva escorre e se infiltra nos períodos de chuva, formando algumas vezes pequenos riachos temporários. No local onde o vale se afunila, se estreita, são escavadas valas no solo até que se encontre a rocha, chamada de cristalino.

Essas valas, que depois serão fechadas, vedadas, com lona plástica, formando uma barreira, barragem subterrânea (daí o nome da tecnologia), têm profundidade recomendável de até quatro metros, largura média de 80 centímetros a um metro e extensão variável, sendo o mais indicado até 100 metros.

Essa parede subterrânea segura a água que desce das partes altas do vale e se infiltra no solo, aumentando o nível de água no interior da área represada, encharcando a terra. No meio da barragem é construído um poço por meio do qual é possível verificar o nível de água represada e também retirar a água para molhar a plantação. Nessa área são plantadas culturas diversas e no seu entorno estimulada a plantação de árvores nativas e de plantas que “sugam” o sal da terra, evitando a salinização da área, pois o solo do Semiárido tem alta concentração de sais. (Figuras 4, 5, 6, 7 e 8)

**Figura 4**  
Barragem Subterrânea



Colocação da lona em vala  
Foto Arquivo ASACom

**Figura 5**  
Barragem Subterrânea



Preenchimento da vala para formação do muro de contenção  
Foto Arquivo ASACom

**Figura 6**  
Barragem Subterrânea



Construção do poço da barragem com placas de cimento  
Foto Arquivo ASACom

**Figura 7**  
Barragem Subterrânea



Barragem concluída. Agricultores ao lado do poço, com caixa para irrigação por gravidade à esquerda, placa de identificação da tecnologia ao fundo e plantações recentes de mandioca à frente  
Foto Arquivo ASACom

**Figura 8**  
Barragem Subterrânea



Canteiro de horta em área de barragem subterrânea  
Foto Arquivo ASACom

**Figura 9**  
Cisterna-Calçada



Agricultores em frente ao calçada – área de captação –, com cisterna ao fundo  
Foto Rafaella Sabino

A cisterna-calçada tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água. Tem esse nome porque a área de captação da chuva é uma calçada de 200 metros quadrados construída no chão, próximo ao reservatório. Também redonda, essa cisterna é praticamente toda enterrada, ficando visível apenas a sua cobertura. A água armazenada nesse reservatório pode ser utilizada para dar de beber a pequenos animais, como galinhas; molhar hortas e pequenas plantações. Incentiva-se o uso dessa cisterna para potencializar a produção da família no em torno da casa, os chamado quintais produtivos. A ASA acredita que, sendo essas áreas as que tradicionalmente são trabalhadas pelas mulheres, a cisterna-calçada pode contribuir para a valorização do trabalho das agricultoras. (Figuras 9 e 10)

### **Figura 10**

#### **Cisterna-Calçada**



Canteiro de horta com cisterna ao fundo

Foto Rafaella Sabino

**Figura 11**  
Bomba D'Água Popular



Foto José Carlos Neri

A bomba d'água popular (BAP) retira a água subterrânea por meio de poços tubulares desativados. Seu funcionamento é manual mediante o giro de uma grande roda de ferro, chamada volante ou volanta. É chamada de bomba d'água popular e chaga a puxar até mil litros de água em uma hora, em poços de 40 metros, mas pode ser instalada em poços de até 80 metros. É de uso comunitário. Cada equipamento serve a cerca de 10 famílias e pode durar 50 anos. A água é usada para afazeres domésticos, para produzir alimentos e para os animais. (Figura 11)

A barraginha é uma tecnologia que pode ter formatos variados. Algumas se assemelham a pequenos barreiros, com capacidade para armazenar água, e outras permitem a infiltração da água, mantendo o solo úmido por um maior período. Nesses casos, é recomendado que sejam sucessivas. A água acumulada possibilita manter no seu entorno a umidade por mais tempo, favorecendo especialmente o roçado de culturas anuais, como milho, feijão, maxixe, melão, pepino, jerimum, melancia e outros. Deve-se também utilizar essa área para o plantio de árvores frutíferas e nativas, uma vez que o ambiente estará em condições mais favoráveis devido à disponibilidade de água<sup>45</sup>. (Figura 12)

---

<sup>45</sup> As informações para esse texto foram enviadas por *e-mail* pela Assessoria de Comunicação da ASA.

## Figura 12

### Barraginha



Foto CAA

A cisterna-enxurrada é construída dentro da terra, ficando somente a cobertura de forma cônica acima da superfície. Tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água. A água de chuva que escorre pela terra, antes de cair para a cisterna, passa por duas ou três pequenas caixas, uma seguida da outra. A função dessas caixas, ou decantadores, é reter a areia que vem junto com a água para que não cheguem ao fundo da cisterna. Em geral, as cisternas-enxurrada quando bem localizadas enchem com facilidade<sup>46</sup>. (Figura 13)

## Figura 13

### Cisterna de Enxurrada



Tanques de contenção com cisterna ao fundo

Foto Jorge Ricardo Alves de Azevedo

---

<sup>46</sup> As informações para esse texto foram enviadas por *e-mail* pela Assessoria de Comunicação da ASA.



Os barreiros-trincheira são tanques longos, estreitos e fundos escavados no solo. Ele tem esse nome porque se parece muito com uma trincheira. Ele serve para armazenar a água da chuva, matar a sede dos animais e, também, para que a família possa ampliar a sua área produtiva com verduras, legumes e frutas<sup>47</sup>. (Figura 14)

**Figura 14**

Barreiro-trincheira



Foto: Irpaa

A ASA, hoje, desenvolve ações em praticamente toda a região semiárida brasileira. A metodologia dos programas busca articular e encadear alguns passos que seguem uma ordem lógica e integram seis componentes: mobilização social; capacitação em gestão da água; construção das tecnologias; fortalecimento institucional; comunicação e controle social. No caso do P1+2, além dos componentes acima, existe ainda o intercâmbio e a sistematização de experiências<sup>48</sup>.

No desenvolvimento de suas ações e programas, a ASA encontra uma série de obstáculos e vive situações de conflito. A correlação de forças existentes dentro da rede e seus enfrentamentos com parceiros e adversários fazem parte do cotidiano e da própria natureza de rede social. Espera-se que nesse tipo de conformação o poder seja distribuído, mais horizontal, democrático. Entretanto, não se pode desconsiderar que, sendo uma relação de pontos que formam a teia, alguns nós são mais fortes que outros.

---

<sup>47</sup> As informações para esse texto foram enviadas por *e-mail* pela Assessoria de Comunicação da ASA.

<sup>48</sup> Trataremos sobre a sistematização de experiências no item 3.1 deste capítulo.

Há lideranças que se sobressaem, organizações com mais experiência, grupos com mais influência. Mas, como diz Pedro Demo<sup>49</sup>, a participação é uma conquista.

Se por um lado isso pode levar ao protagonismo de uns, é certo também que promove a solidariedade ao partilhar o conhecimento e criar uma forma de gestão dos programas em que as dificuldades e sucessos de algumas organizações interferem no resultado de todas, fazendo com que haja uma mobilização do coletivo para se atingir as metas e para criar capacidades, o mais igualitárias possível, para a intervenção das organizações nas esferas: social, política e econômica das comunidades em que a ASA atua.

Nas comunidades participantes dos projetos da ASA, a relação com o poder público é inevitável e faz parte da proposta. Essas relações, entretanto, nem sempre levam a interesses convergentes e têm um histórico de antagonismo enraizado na maneira como a política na região foi estabelecida em feudos, os chamados currais eleitorais.

“Antes de a ASA chegar em nosso município, era como se a gente não existisse. Quando chegava a emergência [os trabalhos gerados pelas frentes de emergência], a gente tinha que correr para as cidades, para as prefeituras, e quando a gente pegava uma vaga, se tivesse menino pequeno, levava pra sentar lá na beira do barreiro, tinha que trabalhar e nunca a gente via a água desses barreiros. Pra receber [o salário] era um tumulto, que a gente sofria bastante, era um trocadinho e, às vezes, até, acontecia da gente trocar uma parte daquele dinheirinho por um feijão que a gente colocava no fogo dia e noite e não cozinhava, [...] uma mercadoria que a gente adquiria a troco da metade daquele dinheiro [...]. A gente cavava barreiro nas terras de fazendeiro [...]. Eu cavava de enxadão [...]. Às vezes eles [os fazendeiros] negavam a água. Eu nunca fui pedir não, eu obedecia antes e não ia”, afirma a agricultora Cícera Gama da Silva, 54 anos, moradora de Lagoa Seca, Águas Belas/PE.<sup>50</sup>

Por estarem geograficamente próximos, organizações sociais e poder público municipal têm uma probabilidade maior de vivenciarem situações de atrito, como também de desenvolverem parcerias. Isso não se dá apenas no âmbito local. No final de 2011, a ASA mobilizou 15 mil pessoas em um ato público pela continuidade da parceria com o Governo Federal. Após oito anos de ação conjunta com a Articulação, o

---

<sup>49</sup> *Apud* PERUZZO, 2004, p. 73.

<sup>50</sup> Entrevista concedida a esta pesquisadora, em 20/10/2011, em Salvador/BA, por ocasião do Encontro de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos no Semiárido.

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), afirmou que não mais renovaria o Termo de Parceria com a AP1MC.

Meses antes, a ASA havia se pronunciado publicamente contra a decisão do governo de investir na instalação de cisternas de plástico na região, criando a campanha *Cisterna de Plástico, Somos Contra*<sup>51</sup>. O governo argumentou que tal decisão visava dar celeridade ao processo de levar água para as populações difusas do Semiárido, uma vez que as cisternas de PVC já chegavam prontas e era apenas colocá-las ao lado das casas. As cisternas de plásticos integram as iniciativas do programa federal Água para Todos<sup>52</sup>, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, executado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

A ASA entendeu que as cisternas de plásticos traziam uma série de problemas: contaminação da água pelos *ftalatos*, componente químico presente em plásticos e que são associados a problemas de disfunção sexual masculina, infertilidade e interferem no desenvolvimento cerebral; a desmobilização das comunidades que se organizavam em comissões para discutir o P1MC e, a partir disso, desencadeavam outros processos; o enfraquecimento da economia local, uma vez que os pedreiros contratados pela ASA, mais de cinco mil, e por outras organizações e governos estaduais que faziam cisterna de placas de cimentos estariam sem a renda proveniente da construção e o comércio de materiais de construção, que cresceu na região decorrente da construção das cisternas, empregando mais pessoas, também seria atingido. Além disso, as empresas contratadas pelo governo para instalarem as cisternas de plásticos não se responsabilizavam por eventuais reparos nos reservatórios, o que seria de se esperar, pois o solo da região, de massapé, tende a expandir na época da chuva e a ressecar no verão, podendo rachar o reservatório.

Embora o Ministério da Integração, em seu site, afirme que esses reservatórios “Por serem produzidos especialmente para a exposição solar recebem aditivos para resistir a raios ultravioletas”<sup>53</sup>, não foi o que aconteceu com as cisternas de plástico instaladas nos município de Paulistana (PI), Estrela de Alagoas (AL), Cedro e Araripina (PE), que derreteram dias após serem instaladas (Figura 15). O Ministério reconhece o problema, mas afirma que apenas 134 unidades das cisternas apresentaram problemas e

---

<sup>51</sup> Ver site da ASA: <<http://www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp>> e Facebook da campanha: <<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=156728654425120&set=a.144381752326477.29254.124613907636595&type=1&theater>>.

<sup>52</sup> Mais informações em <<http://www.integracao.gov.br/agua-para-todos>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

<sup>53</sup> Ver <<http://www.integracao.gov.br/cisternas-barreiros-e-sistemas-coletivos>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

já foram substituídas<sup>54</sup>. Diversas matérias sobre o assunto têm sido produzidas, a exemplo da reportagem Cisternas de plástico doadas pelo Governo Federal apresentam defeitos no Piauí, exibida no Globo Rural de 26.07.12<sup>55</sup>. A posição do governo federal, entretanto, é de manter a distribuição desses reservatórios. No Ceará, 26 mil unidades serão entregues ao longo de 2013.

### Figura 15

Cisterna de plástico deformada, Piauí



Fonte: Globo Rural<sup>56</sup>

Para a ASA, as cisternas de plásticos eram um retorno à indústria da seca, pois voltavam a beneficiar a relação empresa/governo. A moeda de troca deixava de ser a lata d'água ou o caminhão-pipa para ser a cisterna. Essa posição da ASA causou repercussão no Governo Federal.

Contrária à instalação de cisternas de plástico na região e com a notícia do encerramento da parceria com o MDS, a Articulação mobilizou na segunda quinzena de dezembro de 2011, além da população, a imprensa, o que resultou em uma apuração mais detalhada por parte da mídia sobre as cisternas de plástico, levando às denúncias de beneficiamento de grupos empresariais ligados ao ministro Fernando Bezerra Coelho, da Integração Nacional; e ao seu irmão Clementino Coelho, à época, presidente interino da Codevasf. Em janeiro de 2012, a presidência da Companhia passou às mãos de

<sup>54</sup> Fonte: Agência Brasil de Notícias. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-04/governo-usa-tecnologias-diferentes-de-cisternas-no-semiarido-e-gera-debate-sobre-modelo-mais-conveniente>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

<sup>55</sup> Globo Rural. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/globo-rural/v/cisternas-de-plastico-doadas-pelo-governo-federal-apresentam-defeitos-no-piaui/2058892/>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

<sup>56</sup> *Idem*.

Guilherme Almeida Gonçalves de Oliveira, servidor de carreira da estatal. Clementino Coelho voltou a ser diretor. Em maio do mesmo ano, mais uma dança das cadeiras: Almeida volta a ser diretor e assume como presidente o engenheiro civil Elmo Vaz Bastos de Matos.

Sob a gestão do irmão do ministro, a Codevasf fechou um contrato de 210 milhões de reais com uma empresa mexicana que vai espalhar 60 mil cisternas na região. Para isso, a Acqualimp, do grupo Rotoplas, já instalou fábrica em Petrolina/PE e em outras cidades do Semiárido. Destaque para o fato de o filho do ministro, Fernando Coelho Filho, do PSB, partido do pai e do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ter sido candidato a prefeito de Petrolina. No pleito, conseguiu 32,51% dos votos, perdendo a eleição para Júlio Lóssio, do PMDB, que teve 45,26% dos votos na cidade pernambucana.

Várias matérias veiculadas em jornais e revistas de circulação nacional apontam para suspeitas de favorecimento do Ministro, que é acusado de destinar para a cidade da qual já foi prefeito três vezes, a maior parte das cisternas de plásticos adquiridas com recursos públicos. Some-se a isso o fato de as cisternas de plástico serem mais caras que as de cimento, chegando a mais do que o dobro do preço.

A busca por novos parceiros é também uma constante. Mas de 80% do orçamento da APIMC é proveniente de recursos públicos, o que poderia ser considerado compreensível, uma vez que os programas da ASA se inserem dentro de políticas públicas de ampla cobertura geográfica. Isso leva, entretanto, à dependência financeira e à instabilidade, podendo a qualquer momento, a depender da linha política do governo vigente, ocasionar a desestruturação dos programas.

Por isso, a ASA, recentemente, criou um setor de mobilização de recursos, visando a parcerias com empresas privadas, institutos e fundações para o qual há uma linha de comunicação para a mobilização de recursos, com as diretrizes ainda em construção.

Não é a primeira vez que a Articulação se lança no universo empresarial. Desde 2003 que a rede estabeleceu parceria com a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN). Esse enlace, entretanto, gerou uma série de discussões internas, pois para muitas organizações era inadmissível ter como aliado o expoente do capitalismo, que é o setor financeiro, representado pelos bancos. Após ampla discussão, sem chegar a um consenso até hoje sobre esse tipo de parceria, a decisão da maioria foi aceita e,

com recursos da Federação, na ordem de 40 milhões de reais, mais de 30 mil cisternas foram erguidas.

Em 2012, outra parceria gerou controvérsia na rede, desta vez com o Instituto PepsiCo Brasil, braço social da PepsiCo, empresa estadunidense de bebidas e alimentos, cujo produto mais conhecido é o refrigerante Pepsi. No Brasil desde 1953, a PepsiCo está presente também na Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Américas do Sul, Central e Norte.

A parceria consiste na construção de mil cisternas de 16 mil litros, para consumo humano, construídas em residências, e 20 cisternas de 52 mil litros, para consumo humano, construídas em escolas rurais. Para isso, é necessário um investimento de 3,5 milhões de reais, repassados ao longo de três anos.

Além disso, fora os recursos previstos no contrato de parceria, as equipes de comunicação da PepsiCo e de comunicação e mobilização de recursos da ASA, idealizaram uma campanha<sup>57</sup> nas redes sociais *youtube*, *facebook* e *twitter*, chamada *Colhendo Chuva*. As agências de comunicação que prestam serviço para a PepsiCo desenvolveram a proposta. O objetivo era promover a parceria e informar sobre o projeto.

A campanha foi dividida em três etapas, de 17 de julho a 10 de setembro de 2012: contextualização da região, buscando conscientizar para a causa da convivência com o Semiárido e justificar a importância do projeto cisternas; apresentação do projeto cisternas; engajamento dos internautas curtindo, compartilhando a campanha no *facebook* ou doando recursos diretos para a ASA.

Para essa última etapa, que durou um mês, criou-se uma “moeda”, chamada Asa. A cada 2 mil Asas uma cisterna era construída. Para chegar a isso, a cada “curtida” do internauta, uma Asa era computada, a cada “compartilhamento” três Asas e a cada doação em recursos, 10 Asas. Como resultado, 90 mil pessoas curtiram a campanha e 14 mil compartilharam. Foram construídas cinco cisternas que levaram os nomes de produtos PepsiCo, como os refrigerantes *Pepsi* e *H2OH*, aveias *Quaker*, chás *Lipton* e batatas *Ruffles*. Entre os produtos elaborados para a campanha, destacamos o vídeo documentário das cisternas<sup>58</sup> e o vídeo de agradecimento<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> Vídeo sobre o P1MC e a parceria ASA/Pepsico pode ser visto pelo *link*: <<http://www.youtube.com/watch?v=RofzFmt-008>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

<sup>58</sup> Vídeo documentário das cisternas. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=RofzFmt-008&feature=plcp>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

A contradição dentro da ASA em relação a essa parceria reside no fato da Articulação ter posições políticas conflitantes com as práticas da PepsiCo. Como exemplo, podemos citar a posição contrária da ASA em relação a alimentos transgênicos e o fato de inúmeros produtos da PepsiCo serem elaborados à base de milho transgênico, como os salgadinhos *Baconzitos* e *Doritos*. Embora a parceria com a PepsiCo esteja em andamento, a ASA tem reconhecido a necessidade de levantar mais elementos para avaliação do que significa parcerias com a iniciativa privada, uma vez que esse não é o segmento com o qual a ASA tem se relacionado com mais frequência. Por isso, a ação de mobilização de recursos com empresas privadas e seus institutos e fundações está sendo avaliada pela Coordenação Executiva<sup>60</sup> da rede.

Enquanto isso, a Articulação ocupa outros espaços de construção de políticas públicas, a exemplo de alguns conselhos. A partir da Constituição de 1988, floresceram espaços privilegiados e vitais para a interferência nas políticas: a participação e o monitoramento dos orçamentos em seus variados níveis e fases e a participação nos conselhos de gestão, fóruns e conferências.

A ASA definiu como estratégia estar presente nestes espaços, articulando-se com outras redes e organizações, na perspectiva de apresentar e lutar pelas suas propostas de políticas, monitorar sua concretização e buscar políticas mais amplas e que materializem a justiça e a equidade.

Por isso, a ASA se faz presente no CONSEA Nacional (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e em muitos dos CONSEAs estaduais e municipais; ocupa espaços no CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) e respectivos conselhos estaduais e municipais; atua nos conselhos nacional e estaduais de Economia Solidária, conselhos de Educação, conselhos regionais de Desenvolvimento Sustentável e espaços públicos variados de combate à desertificação.

A ASA tem estado, também, na base da organização e realização de muitas conferências. Nos textos aprovados destas conferências encontram-se muitas das propostas da ASA e são explicitadas as políticas básicas de convivência com o Semiárido.

---

<sup>59</sup> Vídeo de agradecimento. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=DRhN8i0QBfQ&feature=plcp>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

<sup>60</sup> A Coordenação Executiva é composta por 20 integrantes, sendo 10 titulares e 10 suplentes, eleitos pelas ASAs estaduais.

Como resultado, o P1MC integra as propostas de políticas de água e do Semiárido aprovadas pela segunda, terceira e quarta Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O mesmo aconteceu na maioria das conferências estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional do Semiárido, assim como daquelas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

O Programa Cisternas do governo federal, com recursos alocados pelo MDS, foi estruturado de acordo com a metodologia do P1MC. Neste particular, dois fatos merecem destaque: as cisternas, hoje, são construídas não apenas pela ASA, mas também pelos estados e municípios. Contudo, vale à pena ressaltar que, mesmo quando as cisternas não são executadas pela ASA, os componentes hoje exigidos pelo próprio MDS são aqueles propostos pela rede.

Em quatro estados (BA, MG, PE e CE) que desenvolvem programas de construção de cisternas, com recursos próprios e do MDS, a ASA estabeleceu parceria e executa as ações nos moldes do P1MC. Os reservatórios, nesses casos, não são computados como meta do Programa.



### 3.1. Política de Comunicação da ASA

Com o propósito de construir uma política pública voltada para a convivência com o Semiárido, a ASA estabeleceu formas de interação social, tanto com as famílias dos agricultores e agricultoras, quanto com as instituições e movimentos sociais que os congregam em suas demandas. Neste item, vamos focar os processos de comunicação desenvolvidos e implementados pela ASA no decorrer desses mais de 13 anos de existência da Articulação. Qual é o pensamento comunicacional adotado pela ASA? Como ele se materializa em políticas de comunicação, participação e mobilização?

Vamos trabalhar ao longo deste capítulo com alguns conceitos, tais como os de: comunicação, participação e mobilização social; como veremos a seguir.

#### A comunicação é entendida aqui

[...] como processo de interação social democrática, baseada no intercâmbio de símbolos, os quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas experiências sobre condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação. Todos têm direito à comunicação com o propósito de satisfazer suas necessidades de comunicação por meio da utilização dos recursos de comunicação. Os seres humanos comunicam-se com múltiplos propósitos. (Unesco, Apud PERUZZO, 2004, p.141)

A isso se soma o fato da ASA afirmar em seus documentos que a sua proposta deve envolver as bases, no caso, as famílias agricultoras. Ao mesmo tempo, ao analisarmos alguns textos orientadores da ação comunicacional da rede, percebem-se elementos de uma comunicação dirigida e institucional, muitas vezes voltada para o relacionamento com meios de comunicação midiáticos<sup>61</sup> e que pouco se referem à construção participativa e, apenas de maneira tangencial, apontam os agricultores como público ou como partícipes na construção dessa comunicação.

Por outro lado, ao verificarmos as ações de comunicação efetivamente desenvolvidas, em especial as que se destinam à capacitação e mobilização das famílias agricultoras, o enfoque parece ser outro, o da valorização de ações de comunicação popular. Para aprofundar o que entendemos por comunicação popular, vamos trazer o conceito construído por PERUZZO, que costura os conceitos de outros três pensadores e chega ao seguinte formato:

“A comunicação popular refere-se ao modo de expressão das classes populares de acordo com sua capacidade de atuar sobre o contexto social da qual ela se reproduz”.<sup>62</sup> Ela “está ligada à luta do povo e tende a converter-se

---

<sup>61</sup>TV, rádio, jornal, sites e portais de notícias.

<sup>62</sup>FESTA, Regina. **Comunicação popular e alternativa**: realidade e utopias. [s.n.l]: 1984. p. 169-170.

em um processo dialético entre a teoria e a prática”.<sup>63</sup> Ela não tem um fim em si mesma, mas relaciona-se com um pleito mais amplo. É meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicação dos setores organizados da população oprimida. “Deve estar vinculada à luta pela conscientização [e integrada] num processo de luta com perspectiva de [uma] nova sociedade”<sup>64</sup> (PERUZZO, 2004, p. 125)

Parece-nos ser importante trazer para essa discussão o conceito de povo. Aqui, concordamos com Peruzzo, quando esta diz que para discutir comunicação popular no Brasil e na América latina, que estão em constante movimento de mudança, é preciso estar aberto para “as situações históricas conjunturais”. Assim, para essa autora,

O povo é composto por classes subalternas [em oposição às dominantes<sup>65</sup>], mas não necessariamente só por elas. Há momentos em que ele engloba quase toda a nação. Foi o que aconteceu, por exemplo, [...] nos processos brasileiros das eleições ‘diretas já’ e do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo. [...] Povo, nesse sentido é todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria. (Idem, p. 117)

A autora acrescenta ainda que

Povo não tem estatuto teórico universal, não se podendo, portanto, vê-lo sob uma categoria de análise prefixada. É preciso apanhá-lo em seu contexto, como uma realização histórica, cuja composição e cujos interesses variam em função de fatores determinantes, estruturais e conjunturais, constituindo-se sempre num todo plural e contraditório. (Ibidem, p. 117-118)

À luz do pensamento de Peruzzo, consideraremos, ao falar de povo no contexto da ASA e do Semiárido, os agricultores e agricultoras familiares, os moradores da região, em especial os da zona rural, que sempre estiveram alijados de seus direitos mais básicos, submissos aos poderes políticos e econômicos locais e muitas vezes esquecidos pelo Estado. Esses comporiam a classe subalterna.

Berguer, citada por Peruzzo, apresenta um aspecto da comunicação popular que se relaciona diretamente ao que a ASA diz se propor, que é a valorização da cultura do Semiárido em todas as suas ações e produtos de comunicação. Para a autora, “falar de comunicação popular implica falar de cultura, de relação.” Para isso, necessita da interdisciplinaridade.

Trazer a comunicação popular para o espaço da cultura fez introduzir a dimensão do conflito [...] histórico do qual o popular se define enquanto movimento de resistência [...] E, conseqüentemente, a ideia de ação, de práxis. A comunicação popular é uma prática em conflito. (Ibidem, p. 113-114)

---

<sup>63</sup> MERINO UTRERAS, Jorge. **Comunicación popular, alternativa y participatoria**. [s.n.l.]: 1998. p. 20.

<sup>64</sup> GOMES, Pedro G. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. [s.n.l.]: 1990. p. 39.

<sup>65</sup> Acréscimo desta pesquisadora.

Falar de popular também carece de definição. O que vem a ser popular? Nos estudos de Peruzzo, ela destaca três correntes: popular-folclórico, popular-massivo e popular-alternativo. É sobre este último que trataremos a seguir, pois para essa corrente de estudos, o popular situa-se no universo dos movimentos sociais. Canclini, citado por Perruzzo, afirma que “trata-se de uma nova maneira de pensar o popular, ligando comunicação e cultura”. (Ibidem, pag. 119) Dessa forma, o autor dialoga com a definição acima, de Berguer.

Vejamos o que vem a ser a comunicação popular, entendida pela corrente de estudos do popular-alternativo. Essa corrente trata a comunicação em organizações e movimentos sociais vinculados às classes subalternas ou “da comunicação ligada à luta do povo”, por meio dos movimentos de base organizados. Subdivide-se em duas linhas de pensamento:

a) a primeira, surgiu no início dos anos 1980 e entende a comunicação popular como

[...] libertadora, revolucionária, portadora de conteúdos críticos e reivindicatórios capazes de conduzir a transformação social; ela concretizar-se-ia pelos meios ‘alternativos’, como contracomunicação da cultura subalterna, colocada em antagonismo com a comunicação de massa. (Ibidem, p. 119)

b) a segunda linha surge 10 anos depois, no começo da década de 1990, pela própria reelaboração da sociedade civil. Tem uma postura mais “dialética e flexível”, entende “que a comunicação popular pode inferir modificações em nível de cultura e contribuir para a democratização dos meios comunicacionais e da sociedade [...]; e, por concretizar-se em espaço próprio, não se contrapõe a comunicação massiva.” (Ibidem, p. 119) Os estudiosos da corrente popular-alternativa aceitam a coexistência das duas linhas de pensamento e entende que:

[...] a comunicação popular como uma realização da sociedade civil, que se constitui historicamente e, portanto, é capaz de sofrer as metamorfoses que o contexto lhe impõe, admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, como as redes virtuais (internet, etc.) (Ibidem, 2004, pp. 119 e 120)

O que nos leva a concluir que, no caso da ASA, há uma comunicação híbrida, com fortes elementos de popular – prática característica das organizações que compõem a Articulação – associada a novas tecnologias, profissionalização das atividades, busca de inserções nos meios de comunicação midiáticos<sup>66</sup> para divulgar campanhas e para

---

<sup>66</sup> TV, rádio, jornais, revistas, *sites* e portais de notícias.

publicar matérias não pagas; como forma de interferir na agenda política a respeito do Semiárido, legitimar suas ações, entre outros objetivos.

Vejamos como isso se dá: no documento que resultou do processo de elaboração do P1MC, do qual a ASA afirma terem participado cerca de 500 pessoas, representantes de organizações estaduais e microrregionais, os agricultores não aparecem como público-alvo da comunicação.

Públicos-Alvo:

- População em geral, através dos meios de comunicação social;
- Segmentos da população ligada a projetos, com mídias específicas;
- Comunicadores;
- Financiadores;
- Parceiros;
- Entidades internacionais;
- Governantes, parlamentares, personalidades políticas;
- Empresários;
- Universidade, escolas afins, rede de ensino em geral. (ASA, 2003, p.43)

As famílias agricultoras também não estão nos objetivos gerais da comunicação do P1MC, que são:

Projetar a imagem da ASA como um fórum que dinamiza a estratégia de convivência com o semiárido, expressando os valores de diversidade, solidariedade e prática democrática;  
Garantir o acesso comum às informações e a interação entre as organizações integrantes da ASA, através de um sistema descentralizado para o pleno funcionamento do P1MC. (Idem, p.43)

Percebe-se que esse texto, embora referente a um componente do P1MC, trata da comunicação da ASA. Isso é perceptível ao longo de toda argumentação do componente comunicação, que ora se refere ao P1MC, ora se refere à ASA. Acreditamos que isso ocorre, pois a ASA e o P1MC “nascem” juntos, como vimos anteriormente, e o P1MC faz parte de uma estratégia da ASA de convivência com o Semiárido. Sendo assim, esta comunicação está, também, a serviço da rede.

Já nos objetivos específicos encontramos uma referência aos agricultores familiares, como “homens do campo”. Em outros, esse público pode estar subentendido. Já a referência à ASA, com ações específicas para a rede, se mantém. São os seguintes os objetivos específicos do componente comunicação do P1MC:

- Afirmar a imagem positiva do Semiárido brasileiro como uma região viável, de soluções e convivência harmoniosa com a natureza e o clima,

sobrepondo-a a imagem negativa de região-problema, sempre fracassando no que se denomina, equivocadamente, de “combate à seca”;

- Valorizar a cultura do Semiárido, fortalecendo a autoestima da região;
- Possibilitar que o homem do campo se reconheça na comunicação da ASA e do P1MC;
- Difundir a história, os conceitos, as articulações e a experiência da ASA, com destaque para o P1MC e os GTs de novos programas;
- Divulgar as ações das organizações estaduais e locais da ASA, as parcerias e personalidades do Semiárido integradas à ASA e seus programas;
- Estabelecer instrumentos de mobilização social para o P1MC;
- Apoiar as estratégias estaduais da ASA;
- Estimular processos de integração e a troca de experiências entre os integrantes da ASA. (Ibidem, pag. 43)

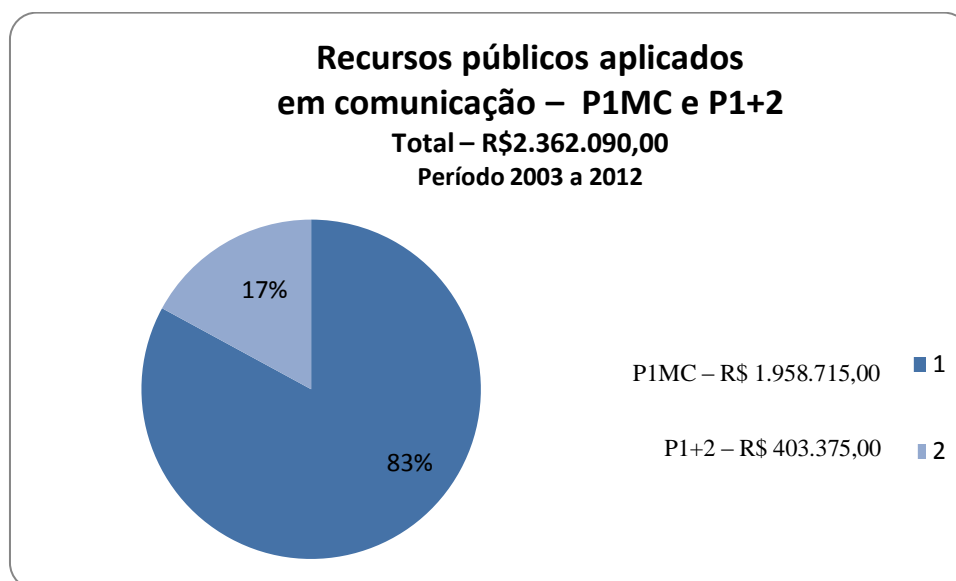
Para chegar a esses objetivos são desenvolvidos produtos e atividades (Ver no Gráfico 2 o total de recursos aplicados no P1MC e P1+2 para essa finalidade). No caso dos produtos, devem buscar facilidade da assimilação e a valorização dos elementos da cultura local. São divididos em informativos e pedagógicos. Estes últimos são elaborados para as famílias beneficiadas pelos programas e é importante que levem em consideração o fato da maioria delas ser analfabeta ou analfabeta funcional. Já os materiais informativos são desenvolvidos para as organizações integrantes da ASA, parceiros, imprensa, etc., com linguagem e formato variados. A seguir, listamos alguns produtos de comunicação desenvolvidos pela rede:

- Produtos informativos e institucionais: site, boletim eletrônico, folders, agendas e calendários, vídeos institucionais e materiais promocionais – camisetas, bolsas, bonés, brindes.
- Produtos pedagógicos: cordéis, cartilhas, cartazes, documentários, desenhos animados, e boletins de sistematização de experiências.

Há ainda a produção semanal de programa de rádio, a ação diária de monitoramento da mídia e a realização pontual de campanhas publicitária e de mobilização. A ASA realizou uma campanha publicitária, duas de mobilização e recentemente, uma de mobilização de recursos em mídias sociais, em parceria com a PepsiCo, como vimos no capítulo sobre a ASA.

Com o recurso público na ordem de R\$ 2,36 milhões a ASA produziu 2,3 milhões de exemplares de produtos impressos destinados às famílias beneficiadas pelos programas, além de alguns documentários, programas de rádio e *banners* e realizou quase duas dezenas de oficinas de comunicação.

**Gráfico 2**



Fonte: elaboração própria com informações da ASACom

Já a comunicação desenvolvida com/para os agricultores/agricultoras está mais presente nos componentes mobilização e capacitação. Percebemos isso nos elementos metodológicos da capacitação, que buscam a construção coletiva e participativa do conhecimento, a valorização dos diversos saberes, da teoria e da prática, com objetivo de:

- Incrementar a mobilização, a motivação, a compreensão e o conhecimento das famílias, agentes de saúde e professores das comunidades, sobre cidadania e convivência com o Semiárido;
- Capacitar as famílias dos beneficiários em captação, gestão e manejo da água de chuva na cisterna, além de agentes de saúde, professores e, preferencialmente, mulheres; todos atuantes nas comunidades envolvidas diretamente com o P1MC.(Ibidem, pag. 41)

Na mobilização social a comunicação está ainda mais presente. O objetivo da mobilização no Programa Um Milhão de Cisternas é:

[...] criar um projeto de futuro para as populações do Semiárido brasileiro e não simplesmente um evento ou uma campanha passageira. Para se criar um projeto de futuro é necessário uma dedicação contínua de quem está mobilizado, um esforço de se produzir quotidianamente resultados positivos e se ter a capacidade de compartilhar os resultados, as informações, os discursos, as ações, os fundamentos da mobilização. É imprescindível que quem atua na mobilização numa organização comunitária lá no Ceará, com sua característica própria, se sinta unido à ONG que está atuando lá no norte de Minas Gerais. Isso dá estabilidade ao processo de mobilização. (Ibidem, p. 26)

Para a ASA, todas as ações de mobilização devem levar em consideração o fato de serem desenvolvidas para a zona rural do Semiárido, que não é a mesma coisa de

ações voltadas para o Sudeste, nem para as cidades – o urbano. “Os caminhos para convocar vontades, sentimentos e razões dentro do contexto do Semiárido brasileiro vão trilhar as veredas e picadas próprias do sertão”. (Ibidem, p. 26)

Esses dois componentes, capacitação e mobilização, são tão importantes na estrutura do P1MC que, juntos com as cisternas, fazem parte da própria intervenção a que se propõe a ASA no Semiárido e dão nome a ela: Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais.

É importante, portanto, aprofundarmos o conceito de mobilização social. Para isso, recorreremos ao pensamento do sociólogo José Bernardo Toro. No artigo *Mobilização social: uma teoria para a universalização da cidadania*, publicado no livro *Comunicação e Mobilização Social*, da série *Mobilização Social/UnB*, Toro define o ato de mobilizar como sendo “convocar voluntários a um propósito, com interpretações e sentido compartilhados”.

1) Se mobilizar é convocar, que dizer que mobilizar é antes de tudo um ato de liberdade. Esta é a diferença entre a mobilização e os atos de manipulação, de persuasão, de chantagem pública que, às vezes, ocorrem.

2) Se é voluntário é um ato de paixão, ou seja, não é possível mobilizar uma sociedade se não se despertar previamente a paixão.

3) Se é um propósito, quer dizer que é um ato de precisão, ou seja, de precisão pública. Não se convoca para qualquer coisa ambígua ou vaga, é algo que tem que ser claramente delineado, delimitado.

4) Se é compartilhada com interpretações e sentidos, a convocação é um ato de comunicação. (TORO, 1996, p. 26)

Compartilhar sentidos, convocar pessoas requer ações de comunicação. Para Márcio Simeone Henriques, “a comunicação adequada à mobilização social é antes de tudo dialógica, libertadora e educativa”. (2004, p. 20) É dialógica, pois considera o homem um ser de relações, sujeito de saberes. Não transfere conhecimento, mas propõe um encontro de interlocutores.

A coparticipação nesse diálogo é que torna o homem capaz de transformar a realidade que o cerca, sem a invasão ou a imposição unidirecional. Assim, a comunicação para a mobilização deve ser dialógica, na medida em que defende uma causa de interesse mútuo, que deve ser compartilhada entre os sujeitos, comprometidos com um fim único, comum a todos. (HENRIQUES, 2004, p. 27)

É libertadora, pois não há manipulação do outro. Tenta, junto com o outro, problematizar uma situação para compreender uma realidade, explicá-la e transformá-la. É também pedagógica, pois uma vez que é compreendida pode gerar mudanças de atitudes. José Luiz Braga, citado por Henriques, referindo-se ao caráter pedagógico da comunicação, afirma que “a cada momento, através das interações no espaço social e

das relações com o mundo natural, o ser humano se modifica, se constrói e elabora sua identidade”. Henriques conclui, então, que:

[...] a comunicação é grande responsável pelo estabelecimento destas interações entre os indivíduos que, simplesmente, não absorvem os materiais simbólicos comunicados, mas interagem com estes, percebem suas interpelações, reagem e interpretam. (Idem, p. 27 e 28)

Recorrendo mais uma vez a Braga, Henriques afirma que para interpretar a mensagem, a informação recebida, o sujeito utiliza seu próprio acervo cultural. Dessa forma, para ambos os autores, a comunicação para mobilização social passa pelo modo de inserção das pessoas: é pessoalizada, diversificada, de inserção cultural e etno-orientada. É local, em um ambiente “onde as relações e as interações ocorrerão através do diálogo livre entre os sujeitos, e o conhecimento será apreendido e reelaborado através dos próprios contextos da comunidade.” (Ibidem, p. 28)

Reconhecendo o lugar da comunicação nas dinâmicas dos movimentos sociais, Henriques chama atenção para o fato de que, sendo importante para garantir a sobrevivência dos projetos sociais, a comunicação para mobilização seja cada vez mais especializada, mas que não caia na “cristalização do movimento, institucionalizando-o e burocratizando-o a ponto de impedir a vinculação espontânea dos indivíduos”, devendo ser “plástica e flexível o suficiente para não corromper o dinamismo dos desejos e interesses das pessoas mobilizadas, e, assim, assegurar a participação democrática desses atores.” (Ibidem, pp. 29 e 30)

Seguindo um pouco mais o pensamento do autor, a participação é uma condição intrínseca e essencial para a mobilização. José Bernardo Toro vai além dessa afirmação e entende a participação em um processo de mobilização social, como sendo:

[...] ao mesmo tempo um objetivo a ser alcançado e um meio para realizar os outros objetivos. Por isso não podemos falar da participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela precisa crescer em abrangência e profundidade ao longo do processo. (TORO, 2007, p. 28)

Para essa discussão teórica, considero importante trazer mais um conceito de participação, definido por Pedro Demo e adotado por Cicilia Peruzzo em seu livro *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Para esses autores, “a participação não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada.” (Apud PERUZZO, 1998, p. 76)

Se a participação é uma reivindicação, concluo que ela parte de uma necessidade, um desejo. Se é construída, pressupõe estratégias, passos sequenciais e planejados (aqui podemos reconhecer um ato de mobilização). Se não é concessão,



significa que não parte do outro, mas do sujeito que necessita, que reivindica a solução para sua necessidade, a partir da sua visão de mundo. Se é forçada, implica uma mudança de situação estabelecida, alterada por meio de pressão, de conflito.

Com o intuito de ampliar esse entendimento, recorreremos mais uma vez a Bernardo Toro, que destaca três elementos da participação:

**Considerar a participação como valor democrático:** quando uma sociedade entende que é ela que constrói a ordem social, adquire a capacidade de autofundação, de construir a ordem desejada. Ela supera o fatalismo e percebe a participação, a diferença e a deliberação de conflitos como recursos fundamentais para a construção da ordem social. A participação deixa de ser uma estratégia para converte-se em essência, no modo de vida da democracia.

**Considerar a abrangência dessa participação como valor e sinal democrático:** não é possível desenhar, nem saber como será a ordem de convivência democrática e de produtividade sem a participação ativa de toda a sociedade. Não se trata de ter uma ordem social construída por quem acha que sabe fazê-la para que os outros se integrem a ela. Trata-se de construir com todos, inclusive com os pobres, uma ordem social onde todos possam conviver e ser produtivos, econômica, política, cultural e socialmente. Uma sociedade é democrática e produtiva quando todos os que dela participam podem fazer competir organizadamente seus interesses e projetar coletivamente novos futuros. A exclusão de um setor pode ser definida como a impossibilidade de fazer competir os seus interesses frente a outros interesses. Para uma dinâmica de mobilização social é preciso acreditar que existe sempre alguma coisa que uma pessoa pode fazer para que os objetivos sejam alcançados, que todos têm como e por que participar. [...]

**Considerar a participação de todos como uma necessidade para o desenvolvimento social:** a participação é uma aprendizagem. Se conseguimos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa (como a melhoria da escola do bairro), depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas (como a preservação de uma área verde ou a melhoria do trânsito). Podemos ainda nos articular com outros grupos para desafios maiores, como o fim da violência, o combate ao desemprego, etc. Aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente; ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia. (TORO, 2007, p. 29 e 30)

Assim, entendo a participação não apenas como uma etapa de um processo de mobilização, mas a participação como exercício de cidadania, como um ato político. É possível que um coletivo possa se mobilizar para ter maior participação nas decisões de um projeto, na aplicação do orçamento de um município, na construção de uma proposta, de uma política. Nesse caso, a mobilização tem por objetivo a inclusão ou ampliação da participação de um coletivo nas decisões de um interesse partilhado. A mobilização, nesse caso, é uma das faces de uma moeda, sendo a outra a participação.

A ASA afirma que nas ações de comunicação desenvolvidas pela rede objetiva-se a participação popular como forma de existência da própria Articulação, uma vez que essa forma de organização de coletivos sociais pressupõe horizontalidade. Por participação entende-se conquista, de acordo com Pedro Demo. Mas, existem níveis ou

graus de participação, segundo Juan Díaz Bordenave e Francisco Ferreira<sup>67</sup> que podem variar bastante.

Ao longo da pesquisa, confirmamos a hipótese de que a participação dos atores se dá em níveis diferentes, e ainda que, o amadurecimento político desses mesmos atores é distinto e muda com o tempo. Percebemos que o nível de participação dos indivíduos – nas comunidades, dos espaços coletivos existentes nas localidades onde vivem, nos programas da ASA e em outras políticas públicas desenvolvidas nos três municípios onde se localizam as comunidades estudadas – está relacionado a esse amadurecimento, independente dos canais de comunicação que sejam estabelecidos pela ASA para a construção, execução e monitoramento de suas ações.

Uma definição para participação popular, de Rubén Utria, aponta elementos que podem ajudar a compreender essa condição, pois para ele:

[...] a participação popular começa com um lento e articulado processo de tomada de consciência, pelo qual os indivíduos adquirem uma vivência real de sua situação e de seu destino no universo social e político que os rodeia, elaboram e definem uma imagem de seus autênticos interesses e os contrastes, analiticamente, com a ordem social, política e econômica. Através deste processo, o homem e a comunidade se descobrem a si mesmos, se identificam com tudo aquilo que resulte compatível com sua dignidade humana e que propicie a sua realização e se rebelam contra tudo aquilo que pode conspirar contra seus interesses e aspirações. Nessas condições homem e comunidade estão potencialmente preparados para iniciar o complexo processo de participação popular. (apud PERUZZO, 2004, p. 146)

Sendo assim, vários elementos compõem um quadro que leva a diferentes formas de participação, relacionados à comunicação adotada pela a ASA, mas também influenciada pelo contexto em que se insere a rede e pelos diversos atores que a compõem.

Entre esses atores sociais que compõem a rede – e que, junto com a ASACom desenvolvem as ações de comunicação da Articulação –, destacamos a figura do comunicador popular. Existem hoje 42<sup>68</sup> comunicadores e comunicadoras populares atuando na ASA.

A ideia de ter profissionais de comunicação atuando nas comunidades surgiu a partir de uma demanda real. Com o desenvolvimento do projeto-piloto do P1+2, em 2007, três elementos foram cruciais para a incorporação desse profissional: a inclusão da sistematização como um componente do Programa, o fortalecimento da comunicação entre agricultores por meio dos intercâmbios e a produção de um boletim como produto

---

<sup>67</sup> Apud PERUZZO, Cicília. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. [s.n.l.]: 2004. p. 76.

<sup>68</sup> O primeiro grupo de comunicadores populares da ASA era composto por 26 profissionais. Esse número permaneceu até julho de 2012, quando foi ampliado para 42.

que materializaria a sistematização e seria, junto com o intercâmbio, um instrumento importante de valorização das práticas dos agricultores. Surge, então, uma questão prática: dentro da equipe, qual profissional seria responsável por sistematizar as experiências, produzir os boletins e identificar espaços locais de comunicação importantes para os agricultores?

Consegue-se, então, no projeto-piloto entre ASA, Fundação Banco do Brasil (FBB) e Petrobras, inserir o estagiário de comunicação, estudante de qualquer área do conhecimento, que levasse adiante as atividades propostas. Ao longo de um ano, 10 estagiários assumiram esse papel.

Com o tempo e a experiência adquirida com a prática, percebeu-se que para tais atividades seria necessário um profissional com experiência em comunicação popular, preferencialmente com formação em nível superior na área de comunicação, mas isso não seria obrigatório<sup>69</sup>.

Além das ações desenvolvidas pelos estagiários, caberia aos comunicadores populares serem mediadores da comunicação entre as organizações locais da ASA, os agricultores e os meios de comunicação existentes em seus territórios. Ao comunicador popular também caberia contribuir para o desenvolvimento da comunicação da ASA Brasil, na produção das peças de comunicação desenvolvidas pela ASACom, especialmente o programa de rádio Riquezas da Caatinga.

Com isso, esperava-se criar uma rede de comunicação, onde as experiências dos agricultores e das organizações, desenvolvidas localmente, pudessem ser identificadas pelos comunicadores e divulgadas nos municípios e territórios desses profissionais, por meio da relação que eles deveriam estabelecer com os veículos locais.

Por outro lado, essas experiências saíam do nível local e, via a interação com a ASACom, ganhariam outros estados. Além disso, fariam chegar às comunidades as experiências vivenciadas em toda a região do Semiárido. Seria dessa forma um espiral, uma comunicação horizontal e em rede, com um fluxo contínuo de troca de informações entre as microrregiões, os territórios, os estados do Semiárido; e desses para o restante do País e inversamente.

Para essa pesquisa entrevistamos seis comunicadoras populares de Minas Gerais e da Bahia, como veremos no capítulo seguinte sobre a metodologia adotada nesta pesquisa. As questões por elas levantadas foram de grande importância para nos ajudar a compreender as ações de comunicação desenvolvidas nas comunidades estudadas,

---

<sup>69</sup> Até hoje, muitas organizações não consideram este item como exigível, mas desejável, nos processos de seleção desses profissionais.

especialmente o processo de sistematização de experiências e a produção do boletim *O Candeeiro*.

Outros aspectos de grande relevância afloraram durante a entrevista com as comunicadoras. Entretanto, dentro do escopo e do tempo desta pesquisa, não foi possível aprofundar as questões levantadas, que pretendemos trabalhar em futuros artigos.

Sendo a ASA uma rede, a comunicação são seus fios de ligação. São as artérias comunicacionais que possibilitam a oxigenação e a nutrição dos temas, a tomada de decisões, a manutenção da identidade desse coletivo, que une os pontos. É também a comunicação que age como membrana entre o meio interno e externo, de troca de informações com o mundo em que a rede está inserida.

As formas de comunicação na ASA são diversas: comunicação interpessoal, existente nas capacitações e mobilização das famílias e das comunidades; e comunicação mediada, pelos diversos meios que a rede desenvolve, descritos anteriormente, bem como no relacionamento com os meios midiáticos. É a comunicação que estimula a participação, que produz a mobilização. Veremos na conclusão quais são os limites da comunicação e da participação nos processos comunicacionais da ASA identificados durante essa pesquisa.

A ideia de realizar essa pesquisa sobre as políticas públicas de acesso à água no Semiárido brasileiro foi inspirada na história e nas ações da ASA, apresentadas neste capítulo. Nossa intenção inicial era conhecer e avaliar os processos comunicacionais da ASA. Que produtos e veículos de comunicação essa Articulação desenvolve? Como os agricultores e agricultoras familiares acessam esses produtos? Como os avaliam? No decorrer da pesquisa, percebemos que não bastava conhecer os produtos, processos e ações a partir da ASA. Avaliamos que seria necessária uma pesquisa de campo onde fosse possível conhecer os pontos de vista dos destinatários das políticas públicas de acesso à água, bem como das ações de comunicação da ASA. Essa decisão nos levou a visitar três comunidades: Tejuco/Januária/MG, João Congo/ Varzelândia/MG e Canto/Serrinha/BA. A opção por visitar essas comunidades e não outras, bem como os resultados dessa pesquisa de campo, serão objetos no próximo capítulo.

#### 4. METODOLOGIA

---

O método adotado nesta pesquisa foi o dialético, por entender que o conflito está no cerne da atuação da ASA, desde a sua criação. A opção pela participação popular em todos os momentos de constituição da rede e da formulação de seus programas, e, na sequência, nos momentos de implementação, monitoramento e avaliação das ações, significa que, mesmo com objetivos confluentes de melhoria da condição de vida da população da região, ideias diferentes convivem e, por vezes, se chocam, competem entre si.

A quebra de paradigma do combate à seca e a tentativa de instaurar o da convivência com o Semiárido é um exemplo bem claro dessa dialética. Segundo Demo:

Toda realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para sua superação. A antítese alimenta-se da estrutura do conflito social, tornando-se também marca estrutural da história, que caminha por antíteses. O esquema básico consagra a trilogia: tese, antítese e síntese. Na verdade é uma dualogia, porque a síntese é apenas a próxima tese. (DEMO, 1995, p.91).

Dessa forma, o combate à seca é a tese e a convivência com o Semiárido a antítese. A síntese, portanto, é o que resultar desse confronto.

A quantidade de organizações que compõe a ASA, de naturezas distintas; a grande diversidade de atores envolvidos como: agricultores, técnicos, coordenadores, etc.; vários estados integrando a região de atuação da rede, com realidades socioeconômicas, culturais e políticas diferentes, além de outros fatores, fazem com que a ASA, internamente, navegue em um caldo denso, por vezes conflituoso ou ambíguo<sup>70</sup>. Isso não acontece apenas internamente, mas também da ASA para fora: na relação com seus parceiros; na constante negociação e correlação de forças com o Estado; na disputa por recursos públicos e privados; na necessidade constante de mudar a realidade do Semiárido, com suas peculiares, bem como a inserção da região no contexto mais amplo de País.

Perceber que a ASA não está isolada e que a construção de seus ideais não se passa em um campo fechado, mas dentro de um contexto histórico é, como diz Demo, reconhecer que:

O processo participativo precisa do ator político capaz de construir a história dentro do contexto objetivo, não se deixando reduzir a mero paciente da história ou a objeto de manipulação externa. Nesse espaço coloca-se sobretudo a importância das condições subjetivas para transformações históricas. Por exemplo: a existência objetiva da pobreza não faz sozinha o revolucionário. Para tanto, é mister construir a consciência crítica e

---

<sup>70</sup> Ambiguidade de acordo com o entendimento de Marilena Chauí, abordado no capítulo sobre a ASA.

autocrítica, capaz de perceber a pobreza, para além de condições objetivas, como injustiça social, como opressão e, a partir daí, construir caminho próprio da conquista da autopromoção. Nem vale o contrário, como se a mera organização política fizesse sozinha a revolução. (Idem, p. 96)

No âmbito da comunicação desenvolvida pela ASA, o conflito continua. Associar duas formas de comunicação, a popular e a relação com os meios de comunicação midiáticos, sendo esta última muitas vezes objeto de críticas por parte de pessoas e entidades que integram a ASA. Reconhecer a necessidade de atuar junto a essa chamada grande mídia, buscando mostrar outra face do Semiárido: região que é viável, onde se produz, onde pode haver dignidade; é uma luta constante. É construir uma realidade na contradição. Mudar a imagem que o País tem da região significa atuar também no campo do simbólico, de uma construção de ideias feita ao longo de muitos anos. Estimular a participação de pessoas na construção de sua própria representação por meio da comunicação, seja em nível comunitário, seja na ocupação de espaços na mídia. Todos esses aspectos do objeto de estudo dessa pesquisa configuram ser o método dialético o mais adequado.

### Técnicas

Foram empregadas quatro técnicas complementares: análise documental, análise de produtos de comunicação, entrevista em profundidade e pesquisa-participante, conforme segue:

1. A análise documental “... compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim.” (MOREIRA, 2011, p. 272). Esta parte da pesquisa teve por objetivo analisar o conteúdo dos documentos da ASA que versam sobre sua criação, bem como sobre a comunicação defendida e adotada pela rede. Foram analisados: Declaração do Semiárido, Carta de Princípios, livro P1MC.
2. A análise de produtos de comunicação verificou como as propostas da ASA para esse tema, identificadas nos documentos, se materializaram em um dos produtos de comunicação mais importantes da ASA, o boletim *O Candeeiro*. Foram analisados seis exemplares do referido boletim, produzidos nas três comunidades estudadas.
3. Entrevista em profundidade

É um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. [...] As perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilita ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada. (DUARTE, 2011, p. 63).

Na pesquisa, a entrevista, além de elucidar dúvidas que surgiram da análise documental, também serviu para trazer à luz outros elementos. Foi com essa técnica que pude encontrar informações mais qualificadas sobre a comunicação na ASA e também conhecer qual a percepção que as comunidades têm dos produtos e processos de comunicação desenvolvidos pela ASA e/ou estimulados pela rede a serem desenvolvidos por e nas comunidades. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Foram entrevistados: fundadores da ASA/integrantes do GT Cisternas (2), comunicadores populares (6), agricultores/as (30).

Sobre os fundadores da rede e integrantes do GT, seus depoimentos foram importantes para reconstruir a história da ASA e a criação do P1MC. No caso das comunicadoras populares entrevistadas, cinco são de Minas Gerais e uma da Bahia. Todas são mulheres, mas não foi um critério estabelecido como parte da metodologia desta pesquisa, é um fato. Em Minas, por ocasião da Oficina de Sistematização de Experiências preparatória ao VIII EnconASA, as comunicadoras do estado estavam reunidas, por esse motivo foi possível entrevistar todas. No caso da Bahia, a entrevista se deu com a única comunicadora do território de Serrinha.

Na maioria dos casos, as entrevistas foram individuais. Com os seguintes entrevistados foi escolhida a entrevista em grupo: com os comunicadores populares da ASA em Minas Gerais (5 integrantes)<sup>71</sup>, com os jovens da rádio *A Voz do Agricultor*, da comunidade de João Congo (7 pessoas), com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia (2 entrevistados) e com os casais Ednan e Edilene, Lúcio e Maria, Pedro e Marinalva e Renê e Ediane. Nestes casos, a entrevista em grupo foi aplicada por estimular o debate, considerando que:

A interação do grupo pode gerar emoção, humor, espontaneidade, e intuições criativas. [...] o grupo focal é um ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros. (GASKEL, 2011, p. 76)

Os depoimentos colhidos na entrevista foram, em grande parte, utilizados na construção desse texto. Sobre cada assunto discutido, buscamos trazer a íntegra do pensamento do entrevistado. Alguns depoimentos são longos, mas a opção metodológica foi evidenciar o ponto de vista do entrevistado, o olhar deles sobre sua realidade. A partir da narrativa dos entrevistados, construímos o presente texto.

---

<sup>71</sup> Em Serrinha, Bahia, existe apenas uma comunicadora popular, portanto, a entrevista foi individual.

#### 4. Pesquisa participante

Nesta modalidade, a pesquisa participante na área de comunicação tem se concretizado num tipo de investigação em que o pesquisador interage com o grupo pesquisado, acompanha as atividades relacionadas ao 'objeto' em estudo e desempenha algum papel cooperativo no grupo. [...] Em geral, a motivação é compreender de modo sistemático e com base científica os processos de comunicação existentes, como forma de identificar suas inovações, virtudes e avanços, mas também as falhas e os desvios de práticas comunicacionais, levantar as práticas participativas e de gestão, entender os mecanismos de recepção de mensagens e auscultar as aspirações dos receptores, de modo a aperfeiçoar o trabalho desenvolvido nos meios de comunicação grupais ou midiáticos de alcance comunitário ou local. Paralelamente, poderá ter a preocupação de documentar a história das experiências consideradas relevantes e dignas de serem registradas e dadas a conhecer a outros públicos – como o acadêmico – e ao conjunto da sociedade. (PERUZZO, 2011, p. 137-138).

Essa técnica foi de grande relevância, por exemplo, para perceber como são realizadas as sistematizações de experiências que resultam nos boletins com histórias de vida dos agricultores – *O Candeeiro*. Também foi importante para averiguar a participação dos diversos atores envolvidos nos processos comunicacionais da ASA, a comunicação desenvolvida pelas próprias comunidades e os espaços mais importantes de comunicação das comunidades estudadas, entre outras coisas.

A pesquisa-participante foi realizada nas seguintes etapas da pesquisa: participação da ASA na Cúpula dos Povos – RJ (1), oficina de sistematização de experiências – preparatória para o VIII Enconasa–Januária/MG (1), sistematização de boletim *O Candeeiro* – para receber visita do VIII Enconasa – Tejuco/MG (1), visita de campo com entrega do boletim – parte da programação do VIII Enconasa – Aldeia indígena Xakriabá (1), oficina de comunicação do VIII Enconasa – Januária/MG (1), VIII Enconasa – Januária/MG (1), pesquisa de campo durante 17 dias nas comunidades de Canto/Serrinha/BA, Tejuco/Januária/MG e João Congo/Varzelândia/MG.

Tendo em vista que algumas das 06 etapas acima mencionadas foram mais significativas com relação aos objetivos desta pesquisa, foram selecionadas parte das experiências para uma descrição mais densa e uma análise mais aprofundada. Selecionamos as atividades de pesquisa-participante realizadas Canto, Tejuco e João Congo.

Seguem os motivos pelos quais foram selecionadas estas comunidades e as experiências nelas realizadas:

Canto, na Bahia, foi a primeira comunidade onde foi implantado o P1MC, no ano 2000, ainda na fase piloto do Programa. Nessa localidade também foi desenvolvido, recentemente, o P1+2. Das três comunidades estudadas, é a única que tem os dois programas da ASA. Em Canto foi desenvolvido um boletim *O Candeeiro*, com a



experiência da comunidade, bem como outros 31 números desse impresso foram elaborados com experiências de agricultores e de comunidades do entorno, num total de 32 números. O espaço de encontro e de comunicação mais importante da comunidade é a igreja. Também há um programa de rádio semanal, produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha, ouvido pela comunidade de Canto.

Em Tejuco, Minas Gerais, o programa de cisterna para consumo humano é o Guarda-Chuva, desenvolvido pela Cáritas Regional Minas Gerais em parceria com o Governo do Estado. Embora esse programa não seja da ASA, é desenvolvido por uma organização da ASA (Cáritas) e é inteiramente estruturado nos moldes do P1MC. Em Tejuco, o espaço de comunicação mais importante é a feira, realizada todos os domingos. Também foram elaborados naquela comunidade dois exemplares de *O Candeeiro*, ambos sobre a experiência da comunidade, sendo um sobre a feira e outro sobre acesso a programas de crédito para a agricultura familiar. Ainda encontramos em Tejuco um pequeno serviço de alto-falante como meio de comunicação da comunidade.

João Congo, também em Minas Gerais, é uma comunidade onde não há programas de acesso à água sendo desenvolvidos, nem da ASA nem de organizações que compõem a Rede. Nessa comunidade, a própria população, com apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), construiu o sistema de abastecimento que leva água de um poço para as casas. Em João Congo, há atuação de uma organização da ASA, que é a Cáritas Regional Minas Gerais, que apoia as ações da comunidade voltadas à segurança alimentar, como a construção das casas de farinha e de sementes e a rádio comunitária, importante meio de comunicação e afirmação da comunidade. Em João Congo também foram elaborados o boletim *O Candeeiro*, com três números, sendo um de experiência familiar de produção de alimentos, outro de experiência comunitária de segurança alimentar e o terceiro da rádio comunitária.

Com essas três comunidades, podemos observar a ação da ASA com seus dois programas (P1MC e P1+2), a ação da ASA em parceria com outras instituições com o intuito de concretizar outras políticas públicas (Programa Guarda-Chuva) e a ação de organizações da ASA no fortalecimento de estratégias comunitárias posteriores ao acesso à água. Conheceremos cada uma dessas comunidades no capítulo seguinte.

## 5. AS COMUNIDADES

---

### 5.1. Canto – Serrinha – Bahia

A Comunidade de Canto faz parte do município de Serrinha, na Bahia, distante 173 km da capital do estado. No percurso entre essas duas cidades, no final de maio de 2012, época de realização desta pesquisa de campo, alguns *outdoors* com mensagens sobre a seca e o uso racional da água chamavam atenção (Figuras 16 e 17). Entre Feira de Santana<sup>72</sup> e Serrinha havia um caminhão-pipa retirando água de um pequeno açude já quase seco (Figuras 18 e 19). Às margens da estrada, vários açudes e barreiros secos ou com pouquíssima água.

**Figura 16**  
Outdoor sobre seca e racionamento de água



Foto Viviane Brochardt

---

<sup>72</sup> No percurso entre Salvador e Serrinha, passa-se por Feira de Santana, uma das maiores cidades da Bahia.

**Figura 17**  
Outdoor sobre seca e racionamento de água



Foto Viviane Brochardt

Nesse período da pesquisa de campo, a seca de 2012 já se revelava uma das piores já ocorridas no Semiárido. Embora seja do conhecimento de órgãos públicos e instituições sociais que trabalham da região, e a mídia venha divulgando essa informação com mais frequência, que a cada 11 anos há um período de estiagem mais severa e que a cada 30 anos a seca se apresenta implacável no Semiárido, os governos, ano após ano, década após década, tratam esse fenômeno natural como uma grande surpresa, tendo em vista o despreparo e a falta de infraestrutura hídrica adequada à região.

Na Bahia, dias antes de minha viagem, a população já sofria com a falta de chuva. O secretário da Casa Civil e coordenador do Comitê Estadual para Ações Emergenciais de Combate à Seca, Rui Costa, afirmou que esta é uma das secas mais intensas dos últimos 47 anos, com reflexos na agricultura e pecuária. Dos 220 municípios que, à época, decretaram situação de emergência, 209 tiveram o pedido homologado, entre eles Serrinha<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> A lista dos municípios em situação de emergência, reconhecidos pela Defesa Civil à época, está disponível no site do Ministério da Integração Nacional: <[http://www.integracao.gov.br/pt/c/document\\_library/get\\_file?uuid=de26c310-07a5-4c8f-bbfa-1b54cc20fa8d&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=de26c310-07a5-4c8f-bbfa-1b54cc20fa8d&groupId=10157)>. Acesso em: 5 nov. 2012.

**Figura 18**  
Caminhão pipa retirando água de barreiro



Foto Viviane Brochart

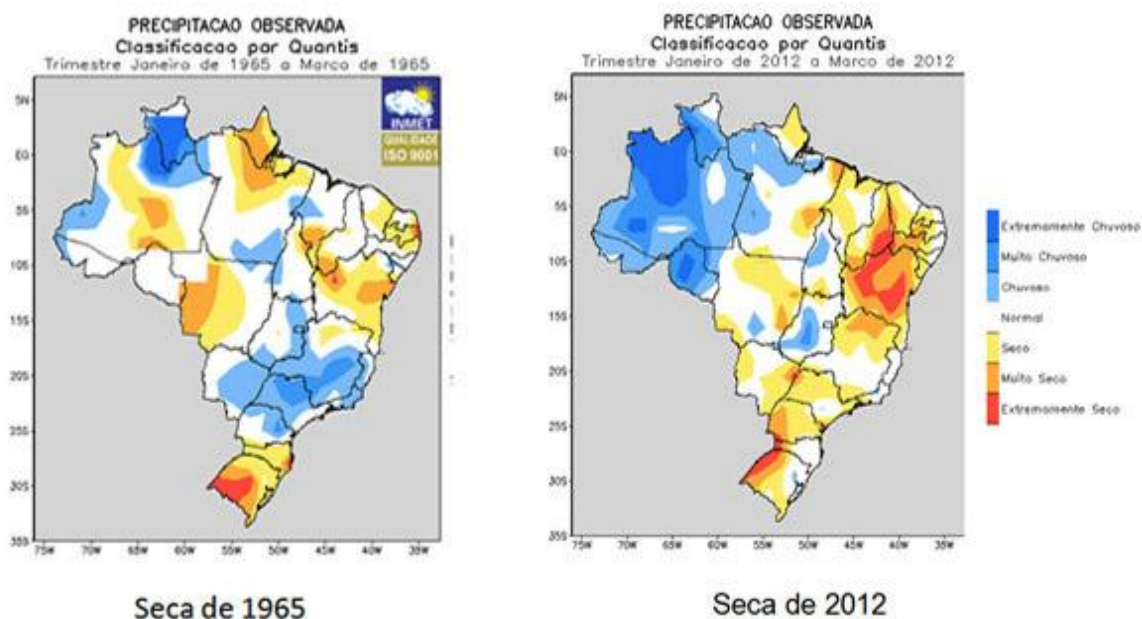
**Figura 19**  
Caminhão pipa retirando água de barreiro



Foto Viviane Brochart

"Cerca de dois terços do estado, quase 63% do território baiano está no Semiárido. Nesta região é comum chover durante os meses de novembro a março. Mas tem cidades que não viram água da chuva desde março de 2011", afirmou o secretário em entrevista publicada no portal G1, onde também foram divulgados os mapas que refletem a seca na região em 1965 e em 2012<sup>74</sup>. (Mapas 3 e 4)

**Mapa 3** **Mapa 4**  
**Comparação da seca na Bahia em 1965 e em 2012**



**Foto: Divulgação/Comitê da Seca na Bahia**

Para alegria dos moradores da região de Serrinha e entorno, dias antes de minha chegada começou a chover. A chuva durou mais um dia, mas a precipitação não foi suficiente para alterar a situação de déficit hídrico. (Figuras 20 e 21)

Em Canto, as nuvens passavam escuras, porém altas, indicando que a chuva cairia em outro lugar. Vivem naquela comunidade 190 famílias<sup>75</sup>, uma delas é a de Sílvia, 41 anos, quatro filhos entre 18 e oito anos. (Figura 22) Sílvia olhava as nuvens que teimavam em seguir no céu um caminho em que Canto era apenas percurso, não destino. Dos dois barreiros que ficam próximos à sua casa, um já estava seco (Figura

<sup>74</sup>Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/05/seca-na-bahia-e-maior-dos-ultimos-47-anos-diz-secretario-da-casa-civil.html>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

<sup>75</sup>SOUZA, Silvaney. **Impacto de novas tecnologias de acesso à água no semiárido baiano**. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Administração, apresentado à Universidade Norte do Paraná. Serrinha, BA, 2012.

23), o outro “tá quase lá... só um pouquinho de água (Figura 24). A conta pros animal. Bebeno, se a chuva não aumentar, não vai oito dia.”, explica.

### **Figura 20**

Chuva cai sobre região de Serrinha e entorno, mas não altera déficit hídrico



Foto Viviane Brochardt

### **Figura 21**

Chuva cai sobre região de Serrinha e entorno, mas não altera déficit hídrico



Foto Viviane Brochardt

## Figura 22

Silvia e as duas filhas mais novas, Nataluana e Janaína



Foto Viviane Brochardt

Os barreiros são as fontes de água que ela e três irmãos destinam para os animais que criam. “Quarenta cabeças, entre cabra, cabrita e carneiro. Mas é dividido entre eu, meu irmão e minha irmã”. Além desses animais, mais uma vaquinha, um bezerro e um “burro véio, que tá cansado, com muita dificuldade”. Os animais ela alimenta com mandacaru e farelo. A palma já acabou. (Figura 25)

Mulher alegre e falante, Sílvia me recebeu como a quem reencontra uma amiga, mesmo sendo aquela a primeira vez que nos víamos. Abriu as portas de sua casa, na verdade a porteira de seu pequeno sítio, e me levou para o lugar de honra: a cisterna-calçadão (Figura 26). “Tem uns 20 centímetros de água”. A chuva pouca que caiu dias antes tem agora um lugar para ser guardada. Ao redor da cisterna, canteiros novos já produzindo.

“Melhorou, porque aquilo que você gastava, 10 reais de hortaliça, tipo: coentro, cebolinha, pimentão, um alface e outras coisas, eu já não gasto esses dez, já é uma economia pra família. Eu também já comercializo 10 ou 15 [reais] por semana, então gera uma renda familiar”, contabiliza a agricultora. Pra completar, o Programa Bolsa Família, benefício mensal que ela recebe dos filhos mais novos: Mônica Ayala, 17, Nataluana [porque nasceu no Dia de Natal, senão, seria apenas Luana], 11, e Janaína, 8. O mais velho, Marlon, já está trabalhando.

**Figura 23**  
Barreiro seco



Foto Viviane Brochardt

**Figura 24**  
Barreiro destinado aos animais



Foto Viviane Brochardt



**Figura 25**  
Cabra se alimenta de mandacaru

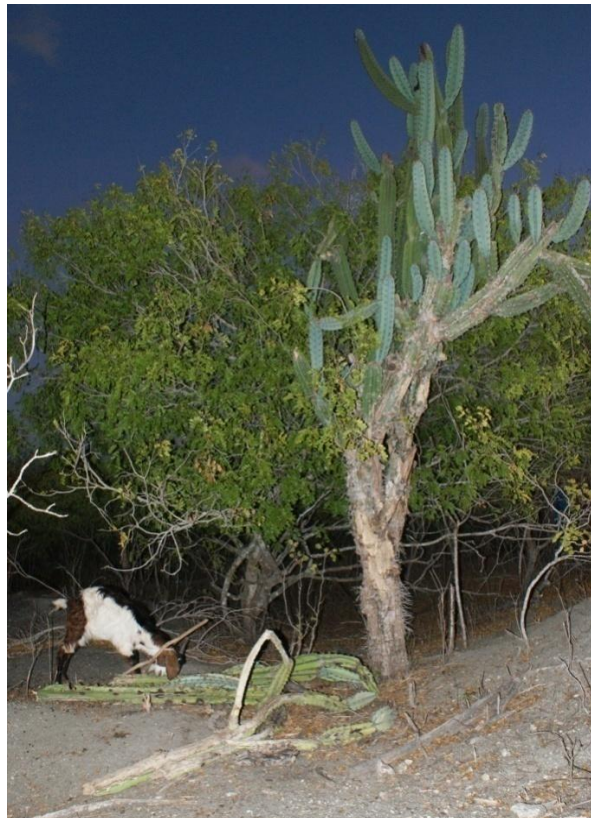


Foto Viviane Brochardt

**Figura 26**  
Sílvia ao lado da cisterna-calçadão



Foto Viviane Brochardt

Além do dinheiro economizado e da nova renda, Sílvia soma aos benefícios que vieram com a nova cisterna: os cursos, os intercâmbios e a assistência técnica que recebe da Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Município de Serrinha (Apaeb/Serrinha), uma UGT do P1+2.

Eu tenho viajado, tenho ido ni viagem de intercâmbio e tenho tido muita experiência. Tenho recebido visita aqui, tem os técnicos que vem ver minha horta, como é que tá, se tem alguma coisa, algum fungo que tá atrapalhando o prantio e me incentiva. Tem sempre alguém me visitano, pra mim tem sido muito. Tenho cartilha...

Assim como Sílvia, outras 11 famílias têm cisterna-calçadão do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Esses reservatórios foram construídos na comunidade entre 2007 e 2011. Canto, entretanto, conhece há bastante tempo a importância de guardar a chuva, foi a primeira comunidade do Semiárido onde foi implantado o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Portanto, as cisternas para consumo humano têm mais de 10 anos.

A cisterna do P1MC de número 1 está localizada em Juazeiro da Bahia. Foi construída ali por ser Juazeiro da Bahia uma cidade que está no “centro” do Semiárido, simbolizando a necessidade das famílias da zona rural de todos os estados da região semiárida terem o reservatório. Porém, foi em Canto, no ano 2000, que foram construídas as primeiras seis dezenas de cisternas do Programa P1MC. Na comunidade, hoje, existem 90 desses reservatórios, alguns construídos com recursos de outros projetos.

Na época, não havia água encanada na comunidade. Desde 2008, a água percorre as tubulações e chega às torneiras das casas. Mas, o que deveria ser pura alegria, é só felicidade à conta gotas, pois o abastecimento não é contínuo. “Passa até meses, mas o certo é passar assim uns vinte e um dia, vinte e cinco dia, vinte e sete... Antes de completar trinta dia, chega. Sempre foi assim”, explica Sílvia, que também tem uma cisterna para consumo humano, que não é do P1MC, com capacidade para 18 mil litros. Por esse motivo, todas as famílias que tem “cisterna da pequena”, como também são chamados esses reservatórios, abastecem-na com a água da rede de abastecimento, distribuído pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). A maioria das famílias não guarda mais água de chuva nas “cisternas pequenas”.

A mudança da água que cai do céu para a água que desce pelo cano não altera a finalidade da cisterna, que é armazenar água para famílias que vivem em situação de insegurança hídrica, ou seja, que não tem fonte de abastecimento contínuo, pois,

naquela comunidade, tão escassa quanto a chuva, está sendo a água distribuída pela Embasa.

Nos primeiros anos de existência das cisternas, entretanto, a chuva era a única água que enchia esses reservatórios. Para construir as cisternas, foi necessário formar os pedreiros. José Renato, 44, é um deles (Figura 27). Ele conta como foi esse início:

Quando não tinha seu serviço nenhum, foi lançado esse projeto Um Milhão de Cisterna. Empregou muita gente. A gente tomou curso aqui pra trabalhar de pedreiro, certinho direitinho. Aí rodamos por aí tudo aqui na Bahia. E aí foi assim que começou. Eu tenho dois meninos, todos dois fizeram curso, aprenderam a trabalhar, saiu mais eu por aí, trabalhando. Hoje, a gente não faz nenhum programa. Também trabalhando fixado em Salvador. Tem um ano e pouco que eu saí, porque parou um poquinho, pra prestar conta e tal, essas coisas... Aí a gente, pra não ficar parado, fomos pra cidade, começamos a trabalhar lá na cidade, mas antes a gente trabalhava no projeto e não era ruim não.

**Figura 27**  
José Renato



Foto Viviane Brochardt

José Renato trabalhou construindo cisternas em alguns municípios do entorno de Serrinha. Ele lembra como era o processo de mobilização das comunidades e como se fazia a seleção das famílias:

O projeto era assim: ia vê as pessoas. Por exemplo, uma casa que tinha mais criança, que precisava ser atendida primeiro, de três, quatro, cinco crianças. Às vezes tinha outra casa que não tinha nem criança e o pessoal tinha mais condição. Aí, a cisterna ia praquele mais fraco. Quem fazia essa história nessa cidade [Quijingue, próximo à Serrinha] era Seu Né, que era um senhor que todo mundo conhece. Ele ia lá e conversava com o pessoal na associação, fazia as reuniões e explicava direitinho a gente: “o programa atende os que mais precisa, depois vem pros outros. Os que mais precisa a gente vamos acudir logo, que tão precisando agora, já na hora”. E aí, tudo bem, deu tudo certo, todo mundo gostou.

No momento de implantação do Programa a ação de comunicação era diferente do que é hoje, era algo que estava sendo construído e testado, como todas as outras ações. A ação de comunicação era mais voltada para a mobilização social em duas frentes: mobilizar as comunidades onde o programa seria desenvolvido e mobilizar a sociedade brasileira para o significado da convivência com o semiárido tendo como símbolo da mudança – a cisterna. Naquele momento havia poucos materiais pedagógicos, apostilas foram elaboradas e, algumas delas, serviram de referência para a criação das cartilhas atuais. Sobre isso, vemos o depoimento de José Renato:

A gente aprendia aquelas coisa que tinha que ser feito, como é que era, tinha aquela cartilhazinha [uma apostila sobre construção e cuidados com as cisternas], pra gente estudar como era, ela era boa. Mas, a gente aqui, com a experiência que a gente tem, se a gente quisesse mudar alguma coisa pra melhor a gente muda, porque sempre tem uma coisa que a gente acha que pode ser melhor, então a gente cria. Quer dizer, cada hora, a gente vai pensando, criando um novo esquema melhor. Começa de uma maneira, aí vai estudando e melhorando.

O conhecimento que ele foi adquirindo com a prática o tornou um pedreiro-instrutor, ou seja, pedreiro que forma outros pedreiros. Ele conta como:

Depois eu aprendi, passei pra eles, muitos deles, foi muito que eu ensinei. Mas antes, eu tive que tomar curso pra poder passar o curso. Não é chegar lá, já vou dar curso, sem ter tomado nada, que aí não pode. Seu Né, um senhor de idade, tomava conta de tudo. A gente foi lá. Nós já sabia trabaiaí, como é que era tudo... Botou um grupo de pedreiro com outro grupo de pedreiro. Foram de dez a doze pedreiro. Aí, foi eu e Paulo [pedreiro-instrutor da região], cada um ficou com um grupo de seis. Aí, a gente vai repassando pra eles as coisa que eles não sabe, e a gente trabaiaando também. Às vez, tem trabaiaadô que, porque vai ensinar, ele não quer trabaiaí, só ensina. Mas eu mesmo, aonde eu trabaio, não tem isso não, eu vou ensinando, trabaiaando também, que é pra adiantar e terminar rápido, porque precisa andar rápido, que muita vez tem um tempo determinado pra tá pronto. Aí, a gente pega na massa também, vai trabaiaando, faz massa, busca água e vai com o pessoal. É muita gente, é mulher, é criança, todo mundo que puder dar uma forcinha é bom, porque é seuviço...

Segundo José Renato, pra construir uma cisterna, além de conhecer cada etapa da construção, é necessário ficar atento à qualidade do material utilizado:

Porque o segredo da cisterna é nivelar, arrumar certinho e obedecer o traço da massa, que é o que segura a água. Se a massa tiver fraca, não segura água. Então, tem que conhecer o traço da massa. Tem que ter areia adequada, areia lavada, peneradinha, tudo certinho, pra dá tudo certo. Se tiver uma casca, ela fura no lugar onde tá a casca. Ela aprudece, aquele lugar já é um buraco. Uma pedra não, que ela não aprudece, ela sustenta até a água ali. Se for um pedaço de madeira, apodrece no lugar. A água tem força, ela fura ali onde ela achar o lugar mais fraco, ela vai e fura.

A capacidade de adaptação e criação deste agricultor-pedreiro-instrutor fez com ele, inspirado na cisterna, construísse pequenos cômodos e, agora, pensa em reformar sua casa usando placas de cimento:

Eu com projeto de cisterna, eu crio muito na minha mente. Ó, aquela casinha lá é toda de praca que a gente criou, eu mesmo faço um bocado de inventivo pra economizar mais. A areia é daqui, a água é daqui. Aí, amanhã eu não vou trabaiaí pra ninguém, aí eu vou faço as praca e tal, que é pra ir trocando as parede... aí eu mesmo faço, já fiz um bocado de praca aqui. O broco [tijolo] é caro. Você pode fazer a conta, pra fazer uma casa dessa aí, o que gasta de broco. Se você fizer as praca, com a metade do dinheiro dos broco você já faz a casa. Não vou comprar nada, vou criar aqui.

José Renato se lembra das primeiras cisternas que ajudou a construir fora da comunidade:

Às vez, quando a gente chegava lá, o chão era pedra, não tinha cavado todos [os buracos] ainda. Uns dava o chão bom de cavar, já tava pronto. Outros ainda tava cavando, dava pedra, era um sufoco. Eu cheguei uma vez pra trabaiaí, numa casa, era uma senhora de idade e ela não tinha quem cavar. Eu peguei mais aquele menino ali, comecemo a cavar a cisterna dela, trabaiaiva ni uma cisterna e a hora que parava um pouquinho pra descansar, ia cavá o dela, pra ajudar a ela. A gente ajudou, só que quando cavou cinquenta centímetro, deu só pedra. A gente tiremo mais de duas caçamba de pedra pra poder chega ao ponto pra fazer a cisterna dela. A gente ficou lá, ó, muito tempo... Quebrava com marreta. A gente já tinha o treino de quebrar as pedra. Arrumava um marretão, quebrava direitinho, planeava o chão, e aí fizemo a cisterna dela. O local chamava Lagoa do Fechado. Foi a cisterna mais difícil... Como é que a gente ia sair de lá, com todas as cisternas pronta e a dela não?.

Histórias curiosas brotam do vasto repertório de José Renato, que aos poucos vai se revelando um grande contador de “causos”:

Essa cisterna de praca, as praca, uma por uma, tudo bem feitinha, não tem pobrema, não dá defeito, só se for mesmo um contratempo. No caso, em Quijingue estourou uma, mas estourou como? Veio uma trovoada muito forte, aí o rapaz tava na porta, em pé, com um garfo na mão. Aí, quando o relâmpago pego ele, coisô o garfo, ainda coisô a ponta dos dedos dele e partiu a cisterna toda. Mas, aí, foi a força da natureza, né? Que com ela ninguém pode... Tá vivo, só coisô os dedos. Perdeu os dedos não, fez só sapecar, porque não pegou ele direito, passou e pegou tudo na cisterna e numa banda da casa. Aí, a cisterna se partiu todinha... Uns cinco pedaço. Depois ajeitou, fez de novo. O nome dele é... Esqueci o nome dele. Parece que é Noel, o nome dele. Ele era pedreiro também do projeto. Concertou todinha, tá do mesmo jeito de novo. Ele ajeitou tudo.

Em 2000, quando o P1MC começou a ser construído, a comunidade de Canto já era uma comunidade forte, organizada e as lideranças locais já se articulavam fora da comunidade, especialmente com organizações da sociedade civil que atuavam no sertão da Bahia. Entre essas organizações estava o Movimento de Organização Comunitária (MOC)<sup>76</sup>. Uma das ONGs mais antigas da região, com 40 anos, o MOC contribuiu para a constituição de várias instituições no Sertão da Bahia. Em Serrinha, ajudou, por exemplo, na organização da Apaeb e Ascoob. O MOC foi a organização responsável pela construção do P1MC em Canto, com assessoria direta de Nilton Freire e Naidison

---

<sup>76</sup> Movimento de Organização Comunitária (MOC). Ver <<http://www.moc.org.br/>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

Baptista. Este último, hoje, é presidente da APIMC e coordenador executivo titular da ASA representando o estado da Bahia. Representa, ainda, a ASA no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

O MOC, assim como outras organizações em distintos estados do Semiárido, tinha experiência em construção de cisternas. Isso fez com que a organização integrasse o Grupo de Trabalho Cisternas (GT Cisternas), que, àquela época, estava elaborando o PIMC. Nilton e Naidison eram os representantes do MOC no coletivo nacional do GT, que tinha ainda coletivos estaduais que se encarregavam das discussões nas comunidades. Canto era uma dessas comunidades, já conhecida do MOC.

Ao passo que as primeiras cisternas eram construídas na comunidade de Canto, o que era observado no processo de construção, as adaptações necessárias, as contribuições das famílias beneficiadas e dos pedreiros, eram repassadas ao GT Cisternas. Como vimos anteriormente, no capítulo sobre a ASA, dezenas de pessoas se envolveram nesse momento de elaboração do PIMC.

Em Canto, um elo importante dessa corrente foi Tereza Rocha, 65 anos, forte liderança na comunidade. Parte de sua vida ela dedica às causas sociais. Já foi presidente da Associação Comunitária de Canto, que ajudou a fundar. Atualmente, é presidente da Apaeb Serrinha. Integra a Comissão Municipal da ASA<sup>77</sup>, representando a Igreja Católica; o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; e é sócia da Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (Ascoob Sisal), que é uma cooperativa de crédito. (Figura 28)

Naquela fase em que o Programa estava sendo desenvolvido e testado ao mesmo tempo, Tereza Rocha e Nilton Freire viviam em constante troca de informações. O trabalho dela em prol da comunidade, de forma voluntária, é reconhecido por todos. Segundo o pedreiro José Renato:

Tereza Rocha foi quem conseguiu todos esses projeto aqui, na nossa comunidade. Ela é quem é a mãe do PIMC aqui, na nossa comunidade. Foi através dela, ela é quem é a mãe do programa aqui dentro. Às vez, até fora, que ela corre atrás, vai, viaja por muito lugar, conhece, busca projeto pra cá, pra comunidade. Todo mundo aqui deve isso a ela, porque se não fosse ela, praticamente tava parado.

---

<sup>77</sup> A Comissão Municipal da ASA, criada para acompanhar o PIMC e o P1+2 na região e mobilizar as comunidades onde os programas serão desenvolvidos, é hoje referência na discussão de recursos hídricos para projetos desenvolvidos por estado e prefeitura. Fazem parte dessa Comissão a Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Município de Serrinha (Apaeb), a Igreja Católica (paróquia de Serrinha), o Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (Sintraf), a Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (Ascoob Sisal), a Associação de Moradores da Comunidade do Canto, a Associação de Agentes Comunitários de Saúde e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

Para Sílvia, a gratidão a Tereza Rocha não está ligada às cisternas, mas ao conhecimento que ela tem das coisas, orientando as pessoas da comunidade como agir para buscar “seus direitos”. “Tem uma irmã minha ali que ela teve um derrame, ficou paraprégica. Eu consegui encostar ela com muita dificuldade, aposentar. Aposentou com a ajuda de Tereza Rocha, amiga tá aí!” Reconhece Sílvia.

Quem olha Tereza, à primeira vista, vê uma mulher pequena, expressão séria, olhos astutos, pisadas fortes, às vezes caminha olhando para o chão, como quem está sempre a solucionar uma questão. Pode até parecer aos desavisados uma figura cabisbaixa. Esse é um grande engano. A fala mansa tem tom firme. Em reunião, começa calada, ouve muito.

**Figura 28**  
Tereza Rocha na sede da Apaeb



Foto Viviane Brochardt

Eu a acompanhei a uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, do qual é conselheira, para tratar da distribuição das sementes enviadas pelo governo federal. Seguiu seu roteiro: calou, ouviu, começou a falar fazendo perguntas, esclarecendo os pontos que tinha dúvida. Assim, ao emitir sua opinião, seria com fundamento. E o foi. Todos a ouviram. Depois de algum tempo de reunião, outros pontos de pauta não acordados começaram a ser discutidos. Com a mesma voz mansa, Tereza foi avisando: “Isso aí eu tenho que discutir lá na organização. Não posso colocar nada aqui sem discutir com eles. Eu vim pra tratar das sementes. Então, agora eu vou embora”. E foi. Quieta, às vezes olhando para o chão, atravessou a rua, foi cumprimentando um sem número de pessoas com as quais cruzava na calçada; voltou a pé para a Apaeb.

Para ela, o fato da comunidade do Canto ter sido a localidade onde as primeiras cisternas do PIMC foram construídas tem relação com a organização da comunidade:

Eu considero que nós temos o programa da ASA na comunidade por causa do nível de organização que a comunidade tem. Eu acho interessante a organização das pessoas. As pessoas que são organizadas, elas crescem, crescem com relação a conhecimento, a desenvolvimento. Vejo que tem pessoas dentro das próprias comunidades que não se envolvem muito com a questão dos movimentos [sociais]. Eu fico um pouco triste, porque pra gente conquistar algo pra nossa vida, temos que estar envolvidos, temos que estar participando de alguma associação, de sindicato ou de outras instituições, porque uma andorinha só não faz verão. Então, nós temos que tá entrosado, integrado e organizado. E também eu gosto de trabalhar pra ajudar as pessoas.

Ao falar sobre o PIMC e a ASA, Tereza faz uma análise:

Aqui na comunidade, depois do PIMC, mudou bastante. Algumas pessoas que não faziam parte da Associação, começaram a fazer parte, outras que não faziam parte da Igreja, começaram a fazer parte, passaram a acreditar mais na questão dos movimentos, nas articulações. E como esse pessoal começaram a participar mais das reuniões, também foi mudada a relação com seus plantio, evitando as queimadas, as derrubadas, tudo isso são mudanças que vem acontecendo dentro da própria comunidade. Pra nós aqui do Semiárido, eu acho muito interessante o PIMC, porque se não é esse programa, até existia cisterna aqui no Semiárido, porém não com a quantidade que existe hoje. Depois da criação da ASA, o Semiárido mudou, e mudou bastante. Hoje, se nós não estamos sofrendo, ou até já morrendo de sede, foi por causa dessas ações que existem, da ASA, tanto a cisterna de consumo como a cisterna de produção e outras tecnologias. A ASA é muito interessante pra nós aqui do Semiárido. Então, é interessante louvar a Deus pra quem fez essa implantação do PIMC.

E louvar a Deus é o que a comunidade de Canto faz todos os domingos à noite. A pequena igreja, no meio da comunidade, é destino dos fiéis católicos para a celebração semanal. Como o padre só vai à comunidade um domingo por mês, foi instituída a figura do/a animador/a, muito comum na zona rural. Em Canto é uma animadora, Rosinaide, 29 anos, a Rose, que também é presidente da Associação Comunitária. (Figura 29)

Após a celebração, as pessoas se reúnem na frente da igreja, onde alguns, a maioria mulheres, vende doces, bolos e outras guloseimas. Esse é um importante momento, pois é quando as pessoas discutem os problemas, trocam informações, conversam. A celebração, além de um momento religioso, é um momento onde a coletividade trata de assuntos de interesse comum. A igreja, além de um local destinado às atividades religiosas, também é o espaço onde a comunidade se reúne e, se configura o momento mais importante de comunicação da comunidade de Canto.

Depois da parte “litúrgica”, a animadora coloca os assuntos de interesse em pauta, marca reuniões, divide tarefas como o cuidado da igreja, sobre novos projetos, etc. Quando eu estive lá, estavam organizando uma festa religiosa. O que me chamou



atenção foi como a celebração dialogava com as “coisas terrenas” vividas por aquele grupo.

### Figura 29

Rose ao lado da cisterna-calçadão construída no terreno de seus pais



Foto Viviane Brochardt

Eles iriam celebrar Pentecostes, e Rose fez toda uma relação do que significava aquilo, da vinda do Espírito Santo. De como tínhamos que preparar a casa de Deus para isso. Aí, o que pareceria uma pregação sem fim, toma outro rumo, porque a animadora afirma que a casa de Deus não são as paredes, o templo, a casa de Deus somos nós. Então, como nos prepararmos, corpo e espírito, para a vinda do Espírito Santo? Como mudamos em nós o que não queremos no outro? Como mudamos em nossa comunidade o que não queremos no mundo? Se o homem é a imagem e semelhança de Deus, então, temos que nos preparar para o próximo, e aí entra toda a Teologia da Libertação<sup>78</sup>.

Antes, à tarde, eu a tinha visto na catequese das crianças, falando do Povo de Deus, que fugiu do Egito, que era escravo do faraó, que não tinha terra para plantar, que era explorado etc., etc.. Daí, para discutir a escravidão, trabalho análogo à escravidão e reforma agrária, tudo numa linguagem bem simples, foi um pulo. Para mim, esses dois episódios, além de outras conversas, deixaram claro que a Teologia da Libertação ainda é muito forte naquela comunidade.

---

<sup>78</sup> Teologia da Libertação nasceu na Igreja Católica como resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e a fé cristã de maioria de sua população. Ela rompe com conceitos tradicionais da Igreja institucional introduzindo na história da Igreja ideias de igualdade social e direitos humanos, reivindicando para si como herança os lemas: liberdade, igualdade e fraternidade advindos da Revolução Francesa. (NORONHA, C. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-186). Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307/1410>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

Rose é um exemplo de como as pessoas da comunidade se inserem nas organizações, redes, movimentos. Ela é coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Serrinha e também do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semiárida da Bahia. São oito municípios que compõem o movimento regional. É secretária da Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar (Coopaf), coordenadora de comunicação da Rede de Produtoras da Bahia, presidente da Associação Comunitária de Canto, e, na mesma comunidade, animadora da Igreja Católica. Em todas essas atividades ela participa como voluntária.

Embora em Canto Rose exerça a função de animadora e líder comunitária, explica que é uma coincidência, que cada espaço tem bem claro a sua finalidade:

A comunidade se organiza nas diversas instâncias. A gente tem a Associação, que é a organização dos moradores, que diz respeito à organização social, é de lutar pelos direitos, de buscar projetos pra comunidade, de organizar os moradores pra reivindicar alguma coisa. A Associação visa a luta dos direitos da comunidade, do desenvolvimento da comunidade, porque se a gente vive isolado na nossa família, no nosso espaço, a gente não consegue muita coisa. Quando as pessoas se unem, se organizam, facilita a conquista de várias coisas: lutar por educação, saúde, geração de renda, enfim, pro bem estar da comunidade no que diz respeito à questão social. Então, ao que diz respeito à organização social, a Associação.

Já a comunidade religiosa, segundo Rose,

[...] é a gente tá ligado à Paróquia. Nós representamos o padre na comunidade, porque o padre vem e celebra a missa mensal, e nós estamos todos os domingos. Eu, enquanto animadora, eu sou a representante da comunidade. Daí, forma as demais pastorais, que são ligadas à pessoa que está à frente, que na verdade não é quem está comandando, mas é uma referência. Porque comunidade se dá como um todo, cada um exercendo a sua função. Por exemplo, na festa do nosso padroeiro [a Santíssima Trindade], cada um se articula, cada um se mobiliza e vai fazendo acontecer. A igreja não fica separada do social. É tipo assim: a religiosidade na palavra, na partilha, no diálogo, na reflexão, colocando em prática na ação social o bem comum, o bem do outro. Na verdade, se casam, não podem viver separadamente. A questão religiosa e a questão social se unem.

Nos outros espaços, ela exerce funções diferentes, mas não está à frente deles, como no caso da Associação e da igreja. Rose explica que:

O movimento de mulheres tem a sua resolução, que é organizar as mulheres em busca dos seus direitos, geração de renda... Então, a gente tá pra isso, pra lutar fazendo com que as mulheres conquistem seus direitos. Tipo assim, abrindo os olhos pra que elas possam participar dos espaços, que elas saibam que nós somos tão iguais quanto os homens. São formações, oficinas, conversas, intercâmbios, essas coisas. Na Associação não se dá diferente, a diferença é que é mista, homens e mulheres.

A militância feminista ganha espaço na agenda da jovem:

A Rede de Produtoras da Bahia é uma cooperativa de mulheres voltada pra geração de renda. São vários grupos de produção, todos formados por mulheres, não tem homem. Vive para o fortalecimento da autoestima, da

geração de renda das mulheres, pra que elas próprias conquistem um dos seus direitos, que é a autonomia financeira. Aí tem diversos grupos na região toda. São cinquenta e cinco grupos cadastrados na Rede inteira, mas a participação direta a gente sabe que não é cem por cento, mas tem cinquenta e cinco cadastrados. E o nosso trabalho é buscando projetos, porque a Rede sobrevive de projeto, das ações dos projetos. Um dos projetos da Rede é fazer divulgação da produção dos grupos, do que as mulheres produzem, desde artesanato até alimentação. Fazer essa divulgação não só no município, mas fora também. A Rede buscou um projeto que era de tá buscando algumas jovens do município pra tá identificando as ações dos grupos e lançar no site da cooperativa. Então, o nosso trabalho é justamente esse: fazer a divulgação do que acontece nos grupos, os avanços, os produtos novos que vão surgindo, fazer essa comunicação. E a comunicação interna também, entre a gente.

Como animadora da igreja, Rose está no segundo mandato, mas avalia que é saudável haver mudanças nas representações:

A gente tava pra substituir a animadora, fizemos a eleição e tudo. A comunidade escolheu Zenilda [moradora da comunidade], mas como a formação era logo na sequência, não houve tempo pra ela se decidir. Ela ficou insegura, acabou perdendo o prazo. Mas ainda tá em vista trocar, porque eu completei agora cinco anos em fevereiro, aí precisa mudar, pra ter uma cara nova, uma liderança nova. As coisas precisam ser mudadas, pra dar mais ânimo. Cada um tem a sua dinâmica.

Para Rose, esses espaços são:

[...] uma escola da vida, porque é diferente da escola comum, normal, que a gente participa, troca as experiências, mas que a gente tá ali, em quatro paredes, que prende. Mas a escola da vida, você aprende com outras pessoas, essa é que ensina, que você aprende de verdade, na prática. Então nesses diversos espaços que eu participo, eu aprendo a cada dia. Aí assim, acho que não é problema falar, hoje eu não tenho um emprego, um trabalho remunerado. A família, às vezes até cobra, mas eu acho que eu tô construindo alguma coisa, eu tô construindo a minha escadinha pra, quem sabe, mais adiante, me estruturar de alguma coisa, eu não sei... Porque o aprendizado é uma coisa que ninguém toma, ninguém tira. O que eu tô tendo agora, talvez se fosse financeiro, já teria se perdido, mas como é um aprendizado, não, tá sendo guardado, tá utilizado.

Única filha solteira de 12 irmãos, Rose vive com os pais. Define-se como uma pessoa tímida, característica que saltou aos olhos assim que começamos a entrevista para esta pesquisa. A timidez, entretanto, não parecia existir quando ela estava no altar da igreja realizando a celebração dominical. Ela explica que foi se soltando mais depois que começou a participar das atividades da igreja ainda criança, com nove anos:

Assim, eu sou uma pessoa tímida, calada, eu sou introvertida, não me solto muito, sou mais pra dentro. É, no período que eu estudei crisma, que minha base mesmo é comunidade religiosa, foi aí que eu comecei a dar os meus primeiros passos. Antes disso eu era muito calada, não dizia um ai, muito quieta mesmo, muito. A partir do curso de crisma que eu comecei a participar, comecei a ensinar catequese e fui me desenvolvendo e hoje não tenho mais tanto receio de falar. Falo pouco, só aquilo que eu compreendo acabo falando, mas não tenho medo como tinha há um tempo atrás. A gente sempre tem medo de alguma coisa, sempre vamos ter medo do novo.

A comunidade de Canto, hoje, é muito forte dentro do município, com um processo consolidado de organização comunitária. Assim como acontece com Rose, as

lideranças participam de vários espaços coletivos e os agricultores entrevistados são, na maioria, sindicalizados. À medida que conquistam novos projetos para a comunidade, vão se fortalecendo.

Em 2007 chegou à comunidade o P1+2. Para os que fazem parte desse Programa, me pareceu claro que os produtos de comunicação para a formação (gerenciamento de recursos hídricos, plantio, etc.) surtiram pouco efeito. Havia agricultores que se referiram ao “livrinho” disso e daquilo, mas sem muita memória do que eram, quantos eram, para que eram e do que tratavam. Nota-se que a interação entre os envolvidos os marcou mais do que o material didático; embora as lideranças ressaltem sua importância.

Um produto, entretanto, foi unânime entre eles, como sendo importante para a comunidade: *O Candeeiro*, que é o boletim de sistematização de experiências. Além desse produto, um momento que foi citado por todos como sendo importantíssimo foi o *intercâmbio de experiências*, que é a visita de um grupo a uma experiência comunitária ou individual de armazenamento de água, produção de alimentos, sementes, etc.; em outra comunidade. Todos disseram que esse foi um momento muito rico para a troca de experiências, para o encontro de agricultores, para conhecer o que e como o vizinho estava produzindo e também para conhecer outros estados e relacionar sua realidade à do local visitado. Também foi falado que era importante ter agricultor falando para agricultor e que eles se sentiam valorizados.

Até 2012, foram produzidos pela Apaeb 32 boletins *O Candeeiro*. Tereza Rocha fala sobre a importância do boletim:

Esse boletim ajuda bastante, porque faz com que as experiências sejam socializadas com outros agricultores ou outras pessoas. Vai levando a sua experiência para outros municípios, até para outros estados. Eu vejo que os agricultores, com essa questão da divulgação das experiências, estão sendo mais valorizados. Hoje, os agricultores já tem aquele orgulho de dizer que ele é agricultor e, quando a experiência dele é divulgada, ele se sente mais valorizado ainda.

No município de Serrinha, o Sintraf produz o programa de rádio *A Voz do Homem do Campo*, apresentado ao vivo, às segundas-feiras, ao meio-dia, na Rádio Continental AM, com alcance em 10 municípios da região. Maria Vilma da Silva Jesus, 29 anos, agricultura familiar, sindicalista, estudante de jornalismo, é a apresentadora do programa. Ela é moradora da comunidade Boa Vista Três, no meio do caminho entre a sede de Serrinha e Canto. Na região, todos a conhecem, seja da rádio, seja do Sindicato, onde é diretora. A Rádio Continental é uma das quatro emissoras existentes no

município, as outras são: Jacuipense, Morena FM e Regional AM. Segundo Vilma, todas as rádios são ligadas a grupos políticos.

Essa percepção é partilhada por Tereza Rocha:

Aqui tem os grupos políticos e esses grupos político é quem tem o domínio dessas rádios. Cada um vai transmitindo o que é de seu interesse. Não vai fazer uma transmissão de acordo com o que o público realmente tem interesse. Cada um vai transmitindo sua notícia visando o interesse daquele grupo político.

Para Vilma, a comunicação que informa e faz com que os agricultores busquem as políticas públicas existentes no município “se dá, principalmente, nas bases, não é nas associações; mas sim nas reuniões que acontecem na casa do vizinho, na casa de um amigo, na escola local”. Além desses momentos presenciais, ela destaca o rádio como um meio para alcançar os agricultores:

Nós não temos a rádio comunitária, nós temos rádio comercial. Aqui em Serrinha nós temos o programa do Sindicato, que é aberto pra fala, pra participação dos diretores de outras instituições, no caso, os parceiros. Eles podem tá levando o que tá se passando no município, na região, sobre políticas públicas, como é que as pessoas podem acessar. Então, nosso programa tem esse caráter informativo. É aberto tanto pra o P1MC, P1+2... A gente deixa sempre aberto pra que eles possam levar as informações e, a partir disso, as pessoas possam buscar as entidades [que desenvolvem os programas].

A *Voz do Agricultor* é, basicamente, um programa de recados e informes do Sintraf. Estive na rádio e acompanhei uma apresentação. Se a agenda do Sindicato permite, o programa é, geralmente, apresentado por Vilma, com participação de Zilda Oliveira, presidente do Sintraf, e Dãozinho, diretor do Sindicato.

A abertura é sempre feita com a “mensagem do dia”, que, na ocasião foi um texto sobre a organização das abelhas, numa analogia a necessidade de organização da sociedade. Músicas são tocadas ao longo da apresentação, em geral, composições dos movimentos, com palavras de ordem e mensagem de luta e resistência. Também são lidas mensagens dos ouvintes que chegam por e-mail ou cartas. Os que telefonam podem ser colocados ao vivo no programa. Denúncias também são feitas. Como Vilma também é conselheira municipal de saúde, ela fez, na ocasião de nossa visita, uma denúncia sobre o serviço de fisioterapia destinado aos idosos, que não tinha macas disponíveis. A agenda da semana é divulgada, com os eventos culturais e políticos e os aniversariantes.

Tereza Rocha acredita que o programa poderia ser diferente:

O programa de rádio do Sindicato eu ouço de vez em quando, quando estou em casa. Eu acho que não é um programa educativo, eu acho que é um programa mais informativo, pra tá registrando aniversário dos associados e também pra tá divulgando a agenda do sindicato. Seria bom se tivesse uma

parte educacional para os agricultores, mas, até hoje, infelizmente, isso ainda não acontece. Mas quem sabe...

Essa etapa da pesquisa-participante em Canto/Serrinha/BA nos permitiu conhecer, *in loco*, uma comunidade participante dos programas desenvolvidos pela ASA: P1MC e P1+2. Canto é pioneira neste sentido, como foi explicitado neste capítulo. Podemos notar como a comunidade ajudou a construir os dois programas mencionados e como deles se apropriou. Conhecemos Canto em época de seca e vimos como as cisternas são importantes na região.

Entrevistamos duas lideranças comunitárias: Tereza Rocha e Rose. Observamos que nos dois casos os movimentos sociais se apoiam na Igreja e vice-versa. Na atuação de Rose nota-se uma prática e um discurso religiosos próximos à Teoria da Libertação. No caso de Tereza Rocha, nota-se uma liderança bastante articulada, apoiada no carisma, personalizada e, sob alguns aspectos, tradicional.

O pedreiro José Renato nos mostrou como foram os processos de mobilização social e os desafios para a construção das primeiras cisternas do P1MC. Ele foi “capacitado” para fazer cisternas no modelo proposto pelo P1MC e depois se tornou um “capacitador”, um mestre na construção das referidas cisternas. Ele ressaltou como as cisternas podem gerar como consequência, emprego e renda na região onde mora. Os documentos da ASA apontam que os dois programas (P1MC e P1+2) mudam a vida das comunidades e ajudam a desenvolver a região do Semiárido. Os depoimentos de José Renato nos mostraram como isso se dá na prática.

Em Canto, podemos checar também os processos de comunicação da ASA. Vimos como o boletim *O Candeeiro* gera autoestima nas comunidades e como a “troca de experiências” abre horizontes para quem delas participa: podem viajar, trocar experiências, sair do cotidiano e voltar para ele com novidades a compartilhar com a família e com a comunidade.

Por outro lado, ficou claro que as cartilhas e outros materiais didáticos produzidos e distribuídos pela ASA não marcaram como era de se esperar os moradores de Canto. O mesmo foi observado em outras comunidades visitadas, tais como João Congo e Tejuco – ambas em Minas Gerais. Uma explicação possível seria que a cultura das pessoas dessas comunidades é marcada pela oralidade e, por outro lado, elas talvez prefiram formas de comunicação onde possam participar de sua construção. Outra possibilidade é a forma de uso desses materiais, ou seja, a metodologia adotada pelas organizações, que pode valorizar/utilizar mais ou menos os produtos nos momentos de formação.

Em Canto, vimos também como a comunicação pelo rádio continua a ser importante no meio rural e como o programa *A Voz do Agricultor*, produzido e apresentado em uma rádio comercial, por lideranças do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Serrinha não agrada a Dona Tereza Rocha. Este é um exemplo de que nem sempre há consenso entre lideranças dentro dos movimentos sociais presentes em Canto.

Vimos também que existem muitas questões envolvendo a mídia rádio no meio rural: quem são os concessionários? Como os partidos políticos, por meio de suas lideranças, se apropriam desse meio de comunicação em benefício próprio? Como as rádios comunitárias são ao mesmo tempo uma necessidade e, talvez, uma impossibilidade? Esse tema esteve presente em Canto, mas também em Tejuco/Januária/MG e João Congo/Varzelândia/MG.

Este é um tema que, por si só, demanda uma pesquisa que extrapole a questão dos levantamentos sobre as emissoras comunitárias atualmente existentes. Seria interessante pesquisar como as comunidades podem tirar da clandestinidade rádios comunitárias de interesse local, como funcionam essas rádios clandestinas, como conseguir uma concessão para rádio comunitária, como aferir os dados de audiência, como elas podem ser apropriadas pela comunidade como veículo de comunicação comunitária. Isso já é outra pesquisa.

## 5.2. Tejuco

Tejuco é distrito do município de Januária, Norte de Minas Gerais. Distante 25 km da sede, é uma localidade de poucas ruas, um povoado, com praça, igreja – onde, aos domingos, os agricultores fazem a sua feira –, comércio quase inexistente e a escola. Esta funciona em um prédio que destoa das características arquitetônicas de Tejuco, moderno e grande.

Saindo das ruas calçadas de casas coloridas e emparelhadas, as moradias já surgem mais espaçadas, divididas por cercas de arame ou pela memória dos donos, que sabem de cabeça ou referenciados pelos “pés de pau”, até onde vão suas poucas posses. Ter o que lhe pertence ao alcance dos olhos dá uma boa medida do tamanho das terras dos agricultores familiares, cada vez mais divididas entre a família que se multiplica.

Em um desses terrenos fica a casa de Aline, filha mais velha de Marilda e Pedro, agricultores da localidade. Ao redor da casa, no quintal, plantam, criam pequenos animais e têm um viveiro de mudas “para formar a chácara”.

A história das famílias de Tejuco se confunde com a da própria comunidade. Os moradores trazem na memória o que ouviram de seus pais. Apresentamos a seguir Tejuco pelas palavras de alguns de seus moradores que, reunidos no quintal da casa de Aline, falaram durante um dia inteiro sobre suas vidas, famílias e sobre o lugar onde vivem. Assim, foram remontando, frase a frase, a história da coletividade e suas identidades. (Figura 30)

Essa reunião aconteceu como momento preparatório para a oitava edição do Encontro Nacional da Articulação no Semiárido (EnconASA)<sup>79</sup>, que se realizou na sede de Januária, de 19 a 23 de novembro de 2012, quatro meses após a realização dessa reunião<sup>80</sup>, cujo objetivo era sistematizar a história da comunidade para atualizar o

---

<sup>79</sup> O EnconASA é um encontro que acontece a cada dois anos, sempre em um estado diferente do Semiárido. As organizações do estado que sedia uma edição do Encontro, ou seja, a ASA estadual, é responsável, entre outras coisas, pela programação e metodologia do EnconASA. Inspirada em edições anteriores, a ASA Minas Gerais propôs como parte da programação e como instrumento metodológico para a reflexão sobre agricultura familiar no Semiárido, a realização de visitas de campo. Cada participante do EnconASA escolheu uma experiência/comunidade para conhecer. Ao todo foram 21 experiências divididas em 10 temas: água, terra e território, sementes, educação no campo, soberania e segurança alimentar, comunicação popular, auto-organização das mulheres, acesso a mercados e economia popular solidária, política de assistência técnica e extensão rural (Ater)/construção do conhecimento e financiamento/créditos e fundos solidários. Para discutir sobre este último tema foi visitada a comunidade de Tejuco. Mais informações sobre o VIII EnconASA podem ser obtidas no site do Encontro, disponível em: <[http://www.oitavoenconasa.org.br/oitavoenconasa/index.php?option=com\\_content&view=article&id=106&Itemid=223](http://www.oitavoenconasa.org.br/oitavoenconasa/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=223)>. Acesso em: 17 jan. 2013.

<sup>80</sup> Participaram da reunião oito agricultores – dois homens e seis mulheres –, quatro técnicos de organizações da ASA – que, posteriormente, sistematizariam a história contada e a transformariam em boletim, e eu. Entre os técnicos, três eram da Cáritas, sendo: uma de Januária, que conhecia a comunidade



boletim *O Candeeiro*. Eles já tinham um número desse jornal falando de como se organizaram para montar a feira. A nova edição também trataria das linhas créditos acessadas pelos os agricultores e como estes estavam empregando os recursos, tanto os oriundos de programas públicos quanto os provenientes de projetos de organizações sociais.

As visitas eram preparadas junto com as comunidades com bastante antecedência. Discutia-se o quê, como e quem iria apresentar. Um instrumento utilizado para todas as experiências foi o boletim *O Candeeiro*, edição especial EnconASA. Com diagramação em diálogo com a proposta gráfica adotada em todas as peças do Encontro, *O Candeeiro*, que já é um boletim editado pelo coletivo da ASA, desde 2007, ganhou roupa nova e foram impressas em suas páginas, em uma única folha, frente e verso, as histórias sistematizadas por um coletivo da ASA Minas Gerais capacitado para essa finalidade. Fizeram parte desse coletivo todas as quatro comunicadoras populares do Estado que atuam nas seguintes organizações: Cáritas de Almenara, de Januária e de Araçuaí e o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Porteirinha. Além dessas, compôs a equipe a comunicadora do Centro de Agricultura Alternativa no Norte de Minas (CAA/NM) e cerca de 10 técnicos de campo das organizações da ASA Minas.

A fé em São José, padroeiro de Tejuco, foi o elemento aglutinador dos moradores da região. Na formação do povoado, a missa acontecia uma vez ao ano, no Dia de São José, 19 de março. No Sertão, fala-se que se chover no Dia de São José é garantia de ano bom de chuva. Era uma festa de três dias e o povo do lugar saía de suas casas na roça e ia para o arruado que foi se formando no entorno da igreja e lá ficava durante os dias de festa. Por isso, algumas famílias, como a de Seu Pedro, tinham casas no povoado, que antes se chamava arraial. (Figura 31)

Esse centro urbano de Tejuco se formou pela fé de muitos e pela esperteza de outros. Manoel Alexandrino de Carvalho era o coronel da região. Ele doava os lotes de terra para as pessoas construírem suas casas, mas, essas tinham que ser todas construídas mais baixas que a do coronel, todas na mesma altura, só a casa do coronel podia ser a mais alta, a maior.

---

e os agricultores; um de Belo Horizonte que conhecia o trabalho realizado pela instituição na comunidade, mas não conhecia as pessoas; e a terceira da cidade de Almenara, que havia recém sido contratada. A quarta técnica era a facilitadora da oficina de sistematização, trabalha em uma organização da ASA chamada ASPTA. Eu era a quinta pessoa de fora da comunidade. Não conhecia o trabalho e nenhum dos agricultores presentes. Apresentei-me como funcionária da ASA e como pesquisadora, e que meu papel ali era de estudante/pesquisadora.

### Figura 30

Reunião com agricultores de Tejuco no quintal da casa de Aline



Foto: Viviane Brochardt

### Figura 31

Igreja de São José, Tejuco



Foto: Rômulo Henok<sup>81</sup>

Curioso é que o coronel doou terras que não eras dele, mas de São José. Expropriou o padroeiro do lugar. Terra que a comunidade chama “terra de santo”. São terras doadas para um santo como pagamento de promessa ou deixadas de herança por um devoto mais fervoroso. Se valendo do fato do dono em questão não vir cobrar a posse de suas terras, ao menos nessa vida, o coronel, autoridade máxima da região,

---

<sup>81</sup> Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/cidade/4016/tejuco-mg.html>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

doou para a população as terras que não eram dele, capitalizando politicamente para si com gesto tão “generoso”. Os agraciados com o lote eram, então, devedores desse “favor” ao coronel.

O povoado, pelas contas de Pedro, tem mais de 100 anos. E já tinha gente morando no lugar antes do coronel chegar por aquelas bandas. As pessoas que construía suas casas no povoado, depois da festa voltavam pra roça, continuavam morando na roça. No arraial não tinha escola, o que existia era uma escolinha organizada pelas famílias. Depois veio o comércio. O trabalho no roçado “era no braço” feito pela família, especialmente os homens. Mas, também, trocavam trabalho. Naquela época, não se pagava por serviços nem se vendia os produtos, tudo era no escambo. “A gente nem sabia que podia vender. Depois é que a gente teve conhecimento da venda”, explica Pedro. (Figura 32)

### Figura 32

Em primeiro plano, Pedro, com grupo de agricultores ao fundo, na casa de Aline



Foto: Viviane Brochardt

Não se conhecia nem se usava utensílios de alumínio nem de plástico. O leite da vaca se “aparava” na cuia, não se usava nem copo. O que se plantava era feijão, abóbora, mandioca, milho, fava, algodão, melancia, mamona e arroz. Juntava o que plantava o ano todo e vendia em Januária uma vez por ao. “Vinha um caminhão de um amigo de meu pai e levava a produção pra vender em Januária. Com o que vendia,

comprava tecido pra fazer a roupa da família, que ia usar o ano todo.” O que mais vendia em Januária eram: farinha, algodão e mamona.

Os pais dele não sabiam ler nem escrever, viviam da roça e “naquele tempo não tinha facilidade nenhuma, plantava roça e esperava dar”. O pai deixou uma terra de 12 alqueires, dividida entre os 12 irmãos. A terra fica a oito quilômetros da sede do distrito.

Para uso de casa, usavam o algodão para fazer pavio do candeeiro e a mamona para fazer o azeite. Carne se comia uma vez no ano. Já o peixe “tinha pra todo lado”, de um riacho próximo, mas que hoje, secou. “A gente vivia da caça, não era proibido. Quando Deus dava, não faltava, mas quando o homem persegue um pobre, sei não...”, fala Maria da Graça, irmã de Pedro, entre lágrimas, e completa: “Aqui tinha alambu, tatu, pato... Aqui, nos matos, a gente tinha caju, arará, favela, pequi, mangaba. Hoje, ou acabou ou tem quase nada”, lembra a agricultora de 61 anos. (Figura 33)

### Figura 33

Maria da Graça em frente a sua cisterna de 16 mil litros



Foto: Viviane Brochart

Mas, eles reconhecem que essa não era a realidade de todas as famílias. Na agricultura, família grande, como a dos irmãos Pedro e Maria, é garantia de mão de obra para o plantio. Ter um pedaço de terra também é determinante e seu tamanho é inversamente proporcional às necessidades pelas quais a família passa. “Antes eu passei fome, fui criado sem pai. Às vezes falta até sal. Era um ano comprando fiado, que pagava com a colheita de junho. A gente não tinha terreno, plantava na terra dos

outros”, explica Manoel Aparecido, o Cido, agricultor que mora sozinho, em um sítio nos arredores do povoado. (Figura 34)

A pouca terra é ainda dividida. Quando um filho casa, forma outra família, mas planta no mesmo canto. Hoje, plantam a mesma coisa de antes, diz Pedro, mas sem o riacho, sem água, não tem mais arroz:

O desmatamento secou o riacho. Dizem que secou pelo desmatamento que os grandes fizeram, pro gado, pro carvão. Outros dizem que foram os poços artesanais. Acabaram as nascentes e as caças. Até as cobras tão se escondendo dentro de casa. Onde tem uma carvoeira não tem nada, água, caça, abelha, nada.

Existiam dois riachos, hoje secos: do Barreiro e do Tejuco. “Também é falta de conhecimento dos pequenos”, opina Maria, “roçando na beira do riacho, acaba contribuindo pro desmatamento. A beira do riacho é como isso aqui do olho da gente”, ela aponta para os cílios, “que se tirar, a gente não dorme”.

### Figura 34

Manoel Aparecido, Cido



Foto: Viviane Brochardt

Sobre a forma de organização do trabalho, lembram que na região havia muito mutirão, juntava muita gente. “De primeiro, se ia limpar a roça de fulano, ralar a mandioca na mão, puxar a roda, plantar o feijão, não precisava nem convidar, falava pra um e já vinha todo mundo”, não faltava pessoa pra ajudar, relata Maria. Ela também lembra “da abundância”, apesar das dificuldades de algumas famílias:

Tudo era mais abundante. Tinha café, almoço e jantar e sobrava. Até as plantações davam mais. As pessoas quando confiavam em Deus era melhor, hoje confiam no poder do dinheiro e não dá. Tem salário e não dá. Quando a

gente partilha, confia, é melhor. Um grupo quando confia no outro, cresce mais.

Hoje não tem mais mutirão como antes, mas tem troca de dia, embora seja pouco. Quando a pessoa tá doente e não pode trabalhar, o povo se junta pra limpar a roça e plantar. Se está necessitada, o povo arrecada dinheiro pra cesta de comida ou pra viagem, em caso de doença que precisa remover para hospital.

A semente é outro elemento fundamental para a agricultura. O grupo lembra que todo mundo guardava a semente de um ano pro outro. Para eles, guardar a semente é uma forma de financiar a agricultura. Mesmo com fome, eles dizem que não comem a semente. A semente, de roça ou de horta, ou emprestam ou doam. Ainda tem semente crioula de feijão, milho e mandioca. Hoje, identificam que a semente que eles guardam está misturada com a do mercado, a vendida na casa da lavoura, e reclamam: “aqui, semente da Emater<sup>82</sup> só chega atrasada, quando vem, e não tem acompanhamento técnico”, explicam.

Para o grupo, as dificuldades pelas quais passam as pessoas que vivem na zona rural têm a ver com a desvalorização do agricultor. “O pessoal mora na roça, mas querem estar onde tem alguma facilidade. Aqui o povo da roça não tem valor. Falta apoio pra plantar, pra produzir, pra comercializar. A gente vende o que produz e depois vai comprar no supermercado, caro. Não tem apoio de saúde, não tem. Tem posto de saúde, só não tem médico nem remédio”.

Eles avaliam que a juventude do lugar, sobretudo, está sendo afetada. Manter seis filhos na escola, só da roça, não dá. Formação para os jovens é a primeira coisa, para eles se desenvolverem e ficarem na localidade. “A juventude, de uns tempos pra cá, acostumou a você ajudar ele. O jovem de hoje não quer ir mais pra roça”, afirma Marilda, esposa de Pedro.

Mas, ao mesmo tempo, o grupo afirma que, apesar das dificuldades, houve mudanças pra melhor. “A gente plantava, mas não tinha conhecimento. Depois dos cursos, aprendemos a cuidar de galinha, de horta, a fazer compostagem, fertilizante, inseticida sem veneno. Fizemos intercâmbio para ver o que tá dando certo. Hoje tem essas capacitações que a Cáritas dá, de avicultura, apicultura. Melhorou 100%”; afirmam.

Para financiar a produção, seja o plantio, a criação ou o beneficiamento de matéria-prima, passaram a buscar crédito oficial, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ou a negociar com organizações

---

<sup>82</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

sociais, a exemplo do Fundo Solidário, da Igreja Católica. “Antigamente, ninguém emprestava dinheiro pra pobre, pra lavrador. Agora, tem gente posando (risos), pegando dinheiro no banco. Isso é reconhecimento”; avalia Cido. Para ele, pagar significa responsabilidade. “Depois que paga é um alívio. A gente se sente também valorizado por ter alguém apoiando a gente.”

Cido também avalia que embora o crédito esteja disponível para o agricultor, é preciso saber como conseguir, como acessar o recurso. “Antes, eles pediam uns papéis que a gente não tinha. Hoje, o governo tá dando oportunidade de trabalhar. Pra quem não tem conhecimento é que tá difícil. Aí, só os aposentados”; afirma referindo-se ao fato de que outra forma de conseguir financiamento é por meio de empréstimos consignados à aposentadoria.

Para esse agricultor, que já conseguiu financiamento por meio de algumas linhas de crédito, “antigamente só os grandes iam no banco pegar dinheiro. Agora o governo tem ajudado os pequenos a pegar dinheiro”. Mas só o dinheiro não resolve, “às vezes pega dinheiro no banco e não tem assessoria e gasta o dinheiro”, explica Cido.

Essa é uma visão partilhada por todos, que acrescentam ainda que dos créditos, só o Rotativo<sup>83</sup> dá assistência. “Eles querem saber se não tá dando certo e por que. Isso faz a diferença”; explicam, sobre a atuação dos técnicos.

Para conseguir benefícios coletivos, em 2004, a comunidade começou a se organizar em torno de associações. Primeiro, formaram a associação em Barra de Tejuco, localidade da zona rural do distrito, com problemas de abastecimento d’água. Segundo os agricultores, é um lugar seco, e, para a comunidade conseguir que fosse perfurado um poço, precisavam se organizar coletivamente. Por isso, fundaram a associação. Depois da água, foram em busca de energia elétrica, a segunda conquista da Associação dos Moradores de Barra de Tejuco. Há no distrito outras associações, como Boa Esperança, Lapa do Tejuco e Barreiro do Tejuco.

A primeira associação foi também a que criou, em 2007, o Grupo de Mulheres de Barra do Tejuco, hoje com 12 integrantes. Quando começaram, as mulheres “só se reuniam e falavam, mas não produziam nada”, elas explicam. A primeira coisa que

---

<sup>83</sup> Fundo Rotativo Solidário é um fundo das comunidades, geralmente criado por organizações sociais com o aporte inicial, no caso dessa comunidade, incentivado pela Cáritas, em que a organização aplica, a fundo perdido, um valor determinado para ser investido pela comunidade em uma atividade que o coletivo defina como sendo prioritária. As famílias que são beneficiadas com esse recurso inicial precisam devolver para o fundo, em parcelas definidas e previamente acordadas, o valor que acessou. O recurso devolvido pelos primeiros beneficiados vai ser usado por outras famílias, que também devolverão o recurso e assim sucessivamente. Para o gerenciamento de um Fundo Rotativo Solidário é criada uma comissão da comunidade que em conjunto com a organização apoiadora, acompanha a aplicação dos recursos, os pagamentos e a assistência técnica prestada às famílias. Essa assistência técnica é dada por profissionais que compõem o quadro da organização social, geralmente agrônomos ou técnicos agrícolas.

fizeram foram esteiras de plástico, que vendia pouco. Depois, passaram para os produtos de limpeza, mas pararam, porque a matéria-prima é “muito pesada para a natureza e para quem faz”. Seguiram, então, para a produção de doces caseiros, mas as embalagens de plástico eram difíceis para elas conseguirem. Aprenderam também a fazer remédios fitoterápicos. Estes, elas ainda produzem um pouco, devido à boa procura, mas, assim como os doces, encontram problemas para embalar. Também é necessário muito cuidado para fazer os remédios, elas contam. No início, os remédios eram feitos para serem utilizados no mesmo dia. Depois, elas aprenderam a fazer a tintura, com validade de até cinco anos.

Depois de tantas tentativas, chegaram à conclusão que precisavam de uma coisa fácil de produzir e que, se não vendessem, poderiam, elas mesmas consumirem. Passaram aos biscoitos caseiros. Para montar a pequena fábrica de biscoitos, escreveram um projeto para o Fundo Nacional de Solidariedade<sup>84</sup>. Com o recurso compraram máquinas, panelas e fornos. Sem uma sede própria e sem recursos para alugar um local, as mulheres montaram a fábrica nos fundos da casa de Pedro e Marilda, coordenadora do grupo (Figura 35).

O grupo se reúne todo sábado para produzir os biscoitos. A falta de recursos para investir na compra da matéria-prima faz com que as mulheres doem para o grupo o que podem. Uma leva um pouco de farinha, a outra leva açúcar; e assim elas seguem. Uma parte do que produzem é vendida na feira e a outra parte é dividida entre elas.

Para conseguir dinheiro para comprar a lenha que alimenta os fornos, elas lançam mão da criatividade. Na feira que acontece na praça, aos domingos, realizam um bingo. O prêmio é um prato de comida que elas preparam no sábado, quando o grupo se reúne. Pode ser também algo que alguma delas leva de casa. Anunciam o bingo no sistema de alto-falante e “vende mesmo”, comemora Marilda.

Apesar de todo o entusiasmo e assiduidade do grupo, a venda dos biscoitos não dá nem para pagar os custos. As mulheres, entretanto, vêm nesse empreendimento mais que uma forma de ganhar dinheiro. Para elas é um espaço de encontro, um dos raros momentos de lazer, quando apenas as mulheres estão juntas, sem filhos, sem marido.

---

<sup>84</sup> O Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) é uma iniciativa da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) administrada pela Cáritas Brasileira, ambas instituições da Igreja Católica. O FNS tem um Conselho Gestor, instância de aprovação das iniciativas a serem apoiadas pelo Fundo. O BNDES é um importante parceiro dessa iniciativa, pois, por meio de um convênio de cooperação, o Banco apoia os projetos aprovados pelo FNS com metade dos recursos necessários para desenvolver as iniciativas. Os recursos investidos pelo FNS são a fundo perdido. Mais informações em: <<http://caritas.org.br/novo/fundo-nacional-de-solidariedade-2012/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.



Para elas, funciona como uma terapia de grupo. “É um momento para crescer, pra se divertir, pra falar dos problemas. Depois, a gente sai mais leve”, elas contam.

### Figura 35

Marilda em frente aos fornos e utensílios da fábrica de biscoitos, instalada no quintal de sua casa



Foto: Viviane Brochardt

Estão em busca, entretanto, de fazer dessa iniciativa uma atividade rentável. Escreveram um projeto<sup>85</sup> para capital de giro, compra da matéria-prima, e submeteram para análise do FNS. Elas já têm clareza que, aumentando a produção para venderem os biscoitos para a alimentação escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>86</sup>, terão que se organizar para terem toda a documentação necessária.

Enquanto isso não acontece, a feira organizada pelos agricultores na praça do distrito ainda é o único espaço de comercialização dos biscoitos do Grupo de Mulheres Semeando para Crescer, de Barra do Tejuco. Além delas, outros agricultores também comercializam seus produtos na Feira Livre de Tejuco, chamada Agriferta, que hoje tem 20 barracas. Para a compra das barracas, eles conseguiram 10 mil reais do FNS (Figura 36).

---

<sup>85</sup> Nas quatro relações dos projetos aprovados pelo Conselho Gestor do FNS, não consta nenhum projeto de Tejuco, em MG. Ver: <<http://caritas.org.br/novo/fundo-nacional-de-solidariedade-2012/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

<sup>86</sup> PNAE – Informações em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

### Figura 36

Comemoração de um ano da Feira Livre de Tejuco, em 12 de junho de 2011



Foto: Priscila Souza/ASA MG/Cáritas Januária

Antes da feira, “o que a gente produzia e não comia, dava ou se perdia. A feira foi criada com essa finalidade, de ser um lugar onde a gente pudesse vender o que produz. A feira é também uma diversão. É uma área de lazer no domingo”, explica Marilda. Antes, a comunidade só se reunia no domingo à noite, na praça, agora é o domingo todo.

A feira começou com três barraquinhas. A diretora da escola, Eliete Carvalho, convidou a Marilda para começar a feira. Chamaram muita gente, mas só Cido e o Grupo de Mulheres aceitaram. No domingo seguinte já tinha mais feirantes. “Pra mim, a feira é tudo, sempre entra um dinheirinho. Nunca mais comprei um quilo de feijão fiado”, comemora Cido, para quem ter dívidas, comprar fiado, remete à época de uma infância e juventude muito sofridas.

Na feira se vende de tudo: galinha, peixe, artesanato, frutas, verduras, carne seca. Tem mais mulheres que homens comercializando seus produtos. Os feirantes não pagam nenhum imposto à prefeitura nem taxa pelo uso do espaço. Eles organizaram uma associação dos feirantes, cujo presidente é Pedro. Além da venda, a feira é também um importante espaço de troca de mercadorias. Muitas vezes, no lugar de vender um produto a outro feirante, eles trocam entre si, retomando uma antiga prática local. É também um momento de as pessoas se encontrarem, trocarem informações, se comunicarem. Em maio de 2013 a comunidade comemorará três anos de existência da feira.

A realização da feira marcou o início da mobilização da comunidade, além de ser um espaço importante de fortalecimento dos laços comunitários, que agrega a população e, também se configura um momento de lazer em uma localidade em que o descanso e o divertimento são poucos.

Do ponto de vista da comunicação, não há nenhum veículo na comunidade nem participação dos agricultores em programas nas rádios locais. Eles citaram o serviço de alto-falante, de Antônio Rodrigues da Silva, como um meio de comunicação e de divulgação da feira e da fábrica de biscoitos. Esse serviço privado existe desde 1958 e foram responsáveis por ele: o coronel Manoel Alexandrino e, depois, Valdemar Nazaré. Em 1974 o sistema, que hoje é um conjunto de quatro caixas de som instaladas nos postes da praça, passou a ser administrado por Antônio Rodrigues.

O serviço de alto-falante funciona todos os dias, “a depender da necessidade”, como explica Antônio. Toca músicas que ele mesmo seleciona e faz as chamadas ou comerciais. O valor varia de acordo com a quantidade de inserções, mas, para se ter uma ideia, duas chamadas diárias custam cinco reais.

Os espaços de encontro e, portanto, de comunicação entre os agricultores, são: a fabriqueta de biscoitos, as reuniões da Associação, a feira e o serviço de alto-falante. A feira, junto com a criação das associações comunitárias das diversas localidades rurais do distrito de Tejuco, teve um papel muito importante, pois foi a partir da organização para constituir as associações e, depois, para montar a feira, que os agricultores passaram a buscar, a partir de iniciativas próprias, outras melhorias para a localidade. *O Candeeiro* também foi apontado por eles como um instrumento de valorização junto à comunidade e à família e que deu gás para o grupo tentar outras coisas.

Em Tejuco é desenvolvido o Programa Guarda-Chuva<sup>87</sup>, executado pela Cáritas Januária<sup>88</sup>. Esse programa segue os mesmos moldes do P1MC, mas os recursos são

---

<sup>87</sup> Iniciado em 2009, em Minas Gerais, o Projeto Guarda-Chuva é desenvolvido pela ASA Minas nos mesmo moldes do P1MC. Todos os componentes do Guarda-Chuva são iguais aos do P1MC e a metodologia adotada é a mesma. Em outros estados, como Bahia, Pernambuco e Ceará, as ASAs estaduais celebram diretamente com o Governo do Estado parceria para realização de programas estaduais inspirados no P1MC. As formas de administração desses projetos são estabelecidas entre o governo e o coletivo estadual da ASA. No caso específico do Guarda-Chuva, a Cáritas Regional Minas Gerais é a organização gestora central do projeto e as unidades microrregionais são: o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), com atuação no Vale do Jequitinhonha, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM) e a Cáritas Januária, ambas com ação no Norte do estado. Disponível em: <<http://asaminas.blogspot.com.br/p/entidades-executoras-de-programas.html>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

<sup>88</sup> A Cáritas é uma organização ligada à Igreja Católica, com atuação internacional. No Brasil, as instituições Cáritas são coordenadas pela Cáritas Brasileira e se dividem em Cáritas Regional, com atuação em um ou mais estados, e Cáritas Diocesana, caso da Cáritas Januária. Fundada no Brasil em 12 de novembro de 1956, a Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, presente em 165 países e territórios. Reconhecida como entidade de utilidade pública federal, ela também é um organismo

captados direto pela ASA Minas Gerais e as cisternas construídas não fazem parte dos resultados do P1MC. É importante esclarecer que algumas organizações da ASA, especialmente a Cáritas, têm programas próprios de construção de cisternas, o mesmo ocorre com algumas ASAs estaduais, como PE, BA, CE e MG. Nesses estados os programas são executados entre governo estadual e ASAs estaduais.

A Cáritas Januária, em MG, é uma UGM do P1MC, mas, não executa esse programa em Tejuco, apenas realiza, naquela comunidade, o Guarda-Chuva. Em Tejuco, há um trabalho da Cáritas Januária, de construção de cisternas nas casas que não têm água encanada, que ficam na área rural dessa comunidade. A escolha de Tejuco para esse estudo se deu por dois motivos: pelo fato de ser uma comunidade com programa de construção de cisterna, mas sem ser o P1MC nem o P1+2, e por ser uma das comunidades que estavam tendo sua experiência sistematizada em um boletim, *O Candeeiro*.

Essa sistematização fazia parte do exercício de sistematizar, que integrava a metodologia da oficina de sistematização, da qual eu participei. Essa oficina foi realizada em Januária como parte de um processo de formação de técnicos de organizações da ASA MG, que realizaram, em sistema de mutirão, em três etapas, as sistematizações das experiências que foram visitadas durante o Encontro Nacional da ASA (Enconasa), realizado de 19 a 23 de novembro de 2012, do qual eu participei.

Então, essa comunidade interessa para este estudo por esses motivos: ser uma comunidade onde era desenvolvido um programa de construção de cisternas que não era o P1MC, mas era de uma organização da ASA; ser uma das comunidades que estavam sendo preparadas para receber uma visita durante o Enconasa e, por esse motivo, estava tendo seu boletim de experiências atualizado (a comunidade tinha um *O Candeeiro* falando da feira). Nesse caso, da oficina, interessava o método adotado pela ASA para a sistematização e para o intercâmbio.

Pelo que foi possível observar, o fato das cisternas construídas serem do Guarda-Chuva e não do P1MC não trouxe diferenças na maneira como a tecnologia é manejada pela comunidade nem nos critérios para implementação do programa, por exemplo: as cisternas foram construídas apenas nas casas sem água encanada e localizadas na área rural do distrito, seguindo os mesmos critérios do P1MC. As capacitações para

---

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atualmente a Cáritas Brasileira conta com 176 entidades-membro espalhadas por todo país e atua em 12 regionais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe). Disponível em: <<http://caritas.org.br/novo/sobre/>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

gerenciamento da água foram realizadas e, nesse caso, assim como observado na comunidade do Canto, na Bahia, as cartilhas<sup>89</sup> foram citadas como material distribuído, mas, apenas citadas, sem que fosse feito qualquer comentário sobre o conteúdo do material. Quando perguntadas sobre o que achavam das cartilhas, responderam: “É bom!”.

Mas, diferente da comunidade baiana, em Tejuco, o material audiovisual foi bem lembrado. Entretanto, é importante observar que no momento de implantação do PIMC em Canto, fase de construção do Programa, não havia material a ser distribuído com as famílias nem recursos audiovisuais desenvolvidos pela ASA. Em Canto, as famílias se referiram às cartilhas entregues no curso de capacitação do P1+2. Nesse caso, é possível apenas considerar a reação das famílias ao tipo de suporte impresso, não ao conteúdo das publicações, pois não se trata dos mesmos programas.

Voltando a Tejuco, embora sem recordar o nome do vídeo<sup>90</sup> exibido na capacitação, toda a história foi recontada, sugerindo que o conteúdo foi compreendido pelos agricultores, como é possível perceber no depoimento de Maria da Graça (Figura 33):

No vídeo, mostrando exemplos de outros lugares, quem cuidou e como. A situação das famílias que cuidava das cisternas bem, e a situação das famílias que não cuidava. Inclusive, mostrou lá no vídeo, a família que não teve cuidado, que enfiava a vasilha na cisterna – que aqui em casa a gente não enfia vasilha, tem a bombinha de puxar –, então, essas famílias que colocava diretamente, que pegava a lata, colocava no chão e colocava na água [da cisterna] e tirava a água pra usar, deu disenteria, adoeceu as pessoas, e quem cuidava direitinho, mudou de vida para melhor. Então eles ensinam não é só falando, é mostrando exemplo de outras comunidades, que já deu certo e deu errado também, na medida em que as pessoas usam a cisterna.

Esse depoimento demonstra que o conteúdo prioritário no tocante à saúde das famílias foi compreendido pelos agricultores, indicando que o suporte audiovisual, a participação de agricultores-atores e o diálogo informal, onde os personagens discutiam seus problemas e mostravam suas soluções, a partir de suas visões, sem esclarecimentos

---

<sup>89</sup> Uma observação importante é que, mesmo se tratando do Guarda-Chuva, um projeto de âmbito estadual, o material pedagógico é o mesmo que o coletivo da ASA desenvolve e utiliza para o PIMC em todos os estados. Isso acontece também nos projetos em que as ASAs estaduais estabelecem parceria com os governos estaduais (BA, CE, MG e PE). Nesses casos, a ASA disponibiliza todo o material pedagógico (cartilhas, cartazes, vídeos) para uso pelas ASAs estaduais.

<sup>90</sup> O material audiovisual em questão é o vídeo-teatro *Cuidados com as Cisternas*. Esse vídeo foi produzido pela Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom), em parceria com a ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, organização da ASA Paraíba, e realizado pela TV Viva. Encenado pelo Grupo de Teatro de Agricultores do Polo da Borborema, Paraíba, o vídeo resultou de uma peça teatral em que uma família não cuidava corretamente de sua cisterna e isso ocasiona a contaminação da água armazenada, levando a família a ter doenças decorrentes dessa contaminação. Uma segunda família fazia o contraponto, cuidava corretamente da cisterna. É no encontro entre essas duas famílias que elas falam de como cada uma cuida de seu reservatório, uma aprende com a outra, sem a presença de técnicos como personagens. Os atores são agricultores do Polo Sindical da Borborema, município de Esperança, Paraíba.

de um técnico, é bem aceito pelos agricultores nos cursos de capacitação. A reação ao material impresso, no caso as cartilhas (o cartaz *Mandamentos das Cisternas* não foi citado espontaneamente por nenhum agricultor) pode indicar pouca familiaridade com o suporte impresso.

Outro indicativo de que a capacitação pode ter atingido o seu objetivo, estimulando os agricultores a cuidar bem de suas cisternas e, assim, melhorando a saúde, é outro depoimento de Maria da Graça. Nele, podemos observar também as fontes de água disponíveis para as famílias e a qualidade do líquido que ingeriam:

Pra nós, essa cisterna foi uma bênção divina, porque antes tinha uma cisterna [cacimba], que a gente puxava água do chão, que tinha a época de chuva, que quando a gente pegava água pro consumo mesmo, vinha dois três sapos na água. A gente era obrigado a usar, porque não tinha pra onde correr, não tinha outra água. Hoje, graças a Deus, tem o poço artesiano e tem essa cisterna [ou caixa]. Isso aí pra nós foi uma bênção divina, porque nós sabemos que é uma água limpa uma água que não tem calcário. A gente usa sabendo o quê que está usando. Usa pra beber e cozinhar, nem pra molhar planta a gente não usa. É uma água limpa mesmo, não tem calcário, não tem. Quando a primeira chuva cai, a gente deixa lavar o telhado primeiro, aí, depois que lava o telhado, a gente pega e lava a bica também, aí depois é que encana pra cair dentro da cisterna. É uma água limpa, a gente tem certeza que é uma coisa que tá usando puro, não tem química, não tem calcário, não tem nada.

Nessa comunidade encontrei alguns agricultores buscando se organizar. A ação da Cáritas nessa comunidade vai além do programa Guarda-Chuva. A Cáritas também atua nessa comunidade prestando assistência técnica aos agricultores em projetos apoiados pelo Fundo Nacional de Solidariedade e pelo Fundo Rotativo Solidário, prestando assessoria para a constituição da associação de moradores e a elaboração de projetos para acessar crédito. Esses são alguns exemplos da atuação dessa instituição na localidade.

A figura de Pedro, liderança local, é muito forte e muito presente. A reunião que foi feita com vários agricultores para explicar sobre a sistematização para o boletim e sobre a visita para o EnconASA, foi feita no quintal da casa da filha de Pedro e Marilda. A fabriqueta de biscoitos que o grupo de mulheres conseguiu recursos para montar está instalada nos fundos da casa de Pedro, pois o grupo não tem sede própria e ele cedeu o espaço. Há uma relação de parentesco muito grande entre eles.

Foi possível identificar certo desconforto no Grupo de Mulheres, quando, por mais de duas vezes elas comentaram que não tinham uma sede, que por esse motivo ocupavam “a casa da comadre Marilda”. Em uma dessas colocações do grupo, Marilda reagiu dizendo que seria bom se tivessem um lugar do Grupo ou da Associação para colocar os fornos e os equipamentos da fábrica de biscoito, que ela e o marido cederam

o espaço por não haver outro, mas que a casa deles estava sempre aberta para qualquer delas que quisesse entrar e produzir biscoitos.

Outro elemento importante relacionado à participação das pessoas da comunidade e a relação de parentesco entre elas é a composição da Comissão Comunitária. Este grupo é formado por três irmãos: Pedro, Terezinha e Maria, a mesma dos depoimentos acima. É possível perceber o envolvimento deles com a comunidade e, como Pedro fala, isso já está na formação deles, da família. Sempre, desde a época dos pais, que se envolvem nos assuntos comunitários. Eles não recebem qualquer remuneração por isso. Pedro e Terezinha não receberam cisternas, pois moram na área urbana do distrito, com água encanada. Maria atendeu aos critérios do programa e, desde que contemple esses critérios, as lideranças da comunidade, mesmo as que fazem parte da Comissão, podem se inscrever para ter uma cisterna. A escolha das famílias se dá por elas próprias, junto com a Comissão e com a UGM, no caso, a Cáritas Januária.

### 5.3. João Congo, Varzelândia, Minas Gerais

João Congo, no município de Varzelândia, Minas Gerais, foi a terceira comunidade desta pesquisa. Estive lá em dois momentos distintos: no começo de julho e no meio de novembro de 2012. Nessa comunidade não foram desenvolvidos o P1MC nem P1+2 porque no momento em que os programas chegaram ao município, já havia água encanada na comunidade.

Isso me permitiu conhecer a ação da ASA sem a presença de seus programas, mas por meio da atuação de suas organizações, no caso, a Cáritas Regional de Minas Gerais, que integra a coordenação nacional da ASA, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, que compõe a Comissão Municipal da ASA.

A atuação institucional na localidade é da Pastoral da Criança, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Varzelândia, da Associação de Moradores de João Congo e da Cáritas. O trabalho desta última é de fortalecimento comunitário. Foi por meio de um projeto da Cáritas, de implantação de rádios itinerante em assentamentos e comunidades rurais, que chegou a João Congo a Rádio Comunitária *A Voz do Agricultor*. Apesar do nome, não é legalizada.

Para conhecer melhor a história de João Congo foi necessário conversar com os mais velhos. Unir as pontas: passado e presente. Buscar na memória dos primeiros moradores da comunidade fatos que não estão escritos em nenhum lugar. Costumes, crenças, modos de vida são remontados por meio das falas de quem não sabe ler nem escrever. Em João Congo, a história oral ganha importância, pois, pelos depoimentos colhidos, muitos dos que têm mais de 40 anos sabem apenas assinar o nome ou leem com muita dificuldade.

A comunidade chamava-se Fazenda Arapuã. Depois, quando foi comprada por Simplício Pereira da Silva, recebeu de seu novo dono o nome de Fazenda João Congo. Foi batizada com o nome de um pássaro muito comum na região, que vivia próximo às lagoas que existiam no lugar. Acredita-se que, por causa do desmatamento, as lagoas secaram e os João Congos foram sumindo.

Os 99 alqueires da fazenda foram deixados por Seu Simplício como herança para os 10 filhos. É nessa terra que se formaram as comunidades de João Congo, Cruzeiro e parte de Lagoa do Joia. Conta-se que toda a área era mata.

Mais ou menos há 100 anos chegaram os primeiros moradores a João Congo. No início, foram construídas cinco casas. As pessoas que lá foram morar bebiam água de um poço e não havia energia elétrica. Estradas para João Congo não existiam. Havia



“carreiros”; caminhos, quase picadas; feitos na mata para passar os animais ou um caminhante.

Entre 1930, 1940, começou a chegar mais gente, aos poucos, todos agricultores. “O povo era arredo, andava armado com facão e espingarda”, conta Carlúcio, funcionário do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Varzelândia. O uso das armas se explica, pois a caça era comum e uma das poucas fontes de proteína na alimentação dos moradores da localidade.

As famílias eram muito pobres. A pouca água que tinham não permitia uma agricultura muito diversificada e viviam, praticamente, à base das culturas de sequeiro<sup>91</sup>, especialmente milho e fava. “As pessoas eram muito carentes, não tinha uma verdura em casa. Como iam plantar sem ter como regar?”, explica Iranete, agricultora e presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de João Congo (Figura 37). A água que a comunidade partilhava era do poço que ficava na casa da sogra de Iranete.

### **Figura 37**

Iranete – presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de João Congo



Foto: Viviane Brochardt

---

<sup>91</sup> Culturas que se desenvolvem sem irrigação, apenas da água da chuva.

Mas, se a solidariedade era grande, a água era pouca, como lembra a presidente da Associação:

Às vezes, na época de agosto, setembro<sup>92</sup>, a gente tinha muita dificuldade, porque aquela água era muito pouca e a gente tinha que dividir ela. Às vezes, chegava as pessoas daqui com seus balde – igual a gente vê passando aí na televisão –, a gente tinha que deixar eles pegarem aquele pouquinho d’água que tinha e ir embora. Aí, à noite, a gente voltava a pegar água.

Para os demais, que não tinham a água nos fundos da casa, o trabalho era maior. “Pra buscar água, nós panhava e tinha ladeira, tinha ladeira pra gente subir, tinha embaixo pra gente descer. Eita pilora, que a gente sofreu...”, lamenta Maria, 82 anos, casada com Lúcio, 84. Eles são o casal mais antigo de João Congo. Ele é o caçula e único filho ainda vivo de Simplício. (Figuras 38, 39 e 40)

O casal foi morar em João Congo pouco tempo depois de casado. Antes, eles viviam em Lagoa do Joia, na casa do patriarca da família. Depois de uma briga com o pai, homem severo e controlador, Lúcio decidiu viver com sua família em outro local, que para ele era longe o suficiente do “véi”. Na verdade, cerca de três quilômetros, talvez menos, da casa de Simplício.

### **Figura 38**

Caminho que leva à casa de Maria e Lúcio



Foto Viviane Brochardt

---

<sup>92</sup> Período que antecede as chuvas na região, quando os reservatórios já estão secos ou com um baixíssimo volume de água.

### Figura 39

Lúcio e Maria



Foto Viviane Brochart

A raiva sentida pela desavença familiar foi grande. Maria prometeu ao sogro que nunca mais ele olharia para ela em vida. Dito e feito. A distância que separava as duas casas só foi transposta no dia do enterro do “véi”, a quem ela atribui o peculiar adjetivo de “nojento”.

Fui pra casa dele com o coração roxo de raiva, porque eu não sabia que ele já tinha morrido. Avisaram que ele tava muito mal. Aí, eu tive que ir fazer a derradeira visita. Mas, fui achando que ia quebrar a promessa. Eita que raiva... Mas, que nada. Quando chegemo lá ele já tava morto. Pois que na cara dele eu nem olhei e na minha, nessa vida, ele também não olhou mais, não.

Lembra a senhora de olhar claro e doce que nem as duras palavras conseguem mudar.

Se conseguiram se livrar da presença opressora do fundador de João Congo, não podiam dizer o mesmo do peso das cabaças cheias de água que tinham que carregar todos os dias. Lúcio, cujo bom humor deixa mais leve as histórias sofridas que conta, lembra-se da época que carregava nas mãos duas cabaças gigantes, cada uma com capacidade para cerca de 25 litros de água. Ele guarda uma delas de lembrança, pois diz não haver mais cabaça daquele tamanho por aquelas bandas.

## Figura 40

Lúcio e Maria



Foto Viviane Brochardt

O trabalho árduo não diminuía a solidariedade nem a fé de Lúcio:

Outras vez, a gente viajando, encontrava um que vinha com mais sede que a gente. Pedia água, a gente tinha que tirar daquela água que a gente vinha trazendo pra dar a um passageiro. Porque a gente achava que era ruim a pessoa, um precisado, carecido, a pessoa com precisão, tá com sede e pedir alguma pessoa na estrada e ele não dá, ele tano com a água. Eu acho que é pecado, eu acho que Deus castiga a gente por causa daquilo, né?

Pergunta-se, com olhar mirando outro tempo.

Essa realidade da falta de água não é uma particularidade de João Congo. O que caracterizava a comunidade era a violência e a discriminação. As armas que serviam para caçar, também serviam para acertar as diferenças. Até bem pouco tempo se dizia nas redondezas que quem ia pra festa em João Congo podia não voltar, que a comunidade era briguenta e que o “povo de lá” matava mesmo. Já a comunidade diz que muitas arruaças eram feitas por gente de fora, que ia pras festas na comunidade e se aproveitava da fama do lugar pra arrumar briga por lá.

O que há de fato é o isolamento a que João Congo foi submetida. As histórias contadas afastavam as pessoas. A gente do lugar, por sua vez, sentia-se menosprezada e não gostava de sair da comunidade. “Tinha gente aqui que com 20, 30 anos, nunca tinha ido a Varzelândia”, conta Carlúcio.

O estigma criado em torno da comunidade não diminuiu com o tempo. Carlúcio conta que havia poucas pessoas na comunidade que se dispunha a fazer compras na cidade. Pra evitar ir à Varzelândia, alguns se submetiam a comprar mais caro na “venda

de Valdir”, um pequeno comércio na comunidade vizinha – Lagoa do Joia. “Vivia tudo feito índio”, compara.

Os 11 quilômetros que separam João Congo da sede de Varzelândia podem ser percorridos hoje de automóvel em meia hora, dependendo das condições da estrada de terra. Mas, quando as pessoas transitavam por “carreiros”, o tempo era bem maior. Considerando que a maioria das pessoas não tinha animal para transporte, o percurso era feito a pé. Só se ia na “rua”, quando se tinha alguma coisa a resolver por lá, vender ou comprar alguma mercadoria ou ir ao médico, quando o estado era muito grave. Então, uma viagem de ida e volta, 22 km, que levava quase um dia inteiro de caminhada, só em caso de muita “precisão”.

Médico não existia no lugar nem passava por lá. As pessoas contavam com as parteiras, com as “curiosas”, mulheres que cuidavam de outras mulheres e também da saúde da comunidade. Tratavam tudo com plantas. Também havia pra bandas da cidade de Januária um “entendido”, “um véio policarpo”, como diz Lúcio, que andava pelas cidades do Norte de Minas cuidando da saúde das pessoas com plantas ou remédios de farmácia que ele mesmo receitava.

Escola também não havia. “Toda comunidade tinha uma escola. Aqui, pra ter uma escolinha foi um problema”, explica Carlúcio. “As outras comunidades, o poder público, eles achavam que aqui a gente era bicho”, recorda Ednan (Figura 41), 46 anos, o filho mais novo de Lúcio.

“Quando a gente passava, falavam assim pra gente: ‘lá vai o João Congueiro’, ou então: ‘O cabelo de vocês é feio, vocês é muito feio’, eles falava assim”, relata Ludmila, 12 anos. Chama atenção o fato de uma menina de tão pouca idade ter passado por situação como essa, o que indica que o preconceito em relação às pessoas da comunidade ainda é muito presente.

A primeira escola de João Congo foi implantada em 1991 ou 92, pelas contas de Ednan, casado com Edilene (Figura 42), a primeira professora da escolinha. Ela lembra que a escola funcionava na sala de sua casa e explica como foi o início da alfabetização das crianças na comunidade:

Tinha criança aqui de 12 anos que nunca tinha ido à escola. Eu trabalhava como professora e servente ao mesmo tempo. Até mesmo pegar água, eu pegava água na cabeça, pra fazer merenda pra essas crianças. Só que valeu a pena, muitas crianças aqui aprendeu fazer os nomes comigo.

Comemora Edilene, 45 anos. Ela própria, só estudou até a 4ª série do primário, o equivalente ao 5º ano do ensino fundamental.

### Figura 41

Ednan em frente a caixa d'água, ao lado do poço que abastece João Congo



Foto: Viviane Brochardt

Hoje, a escola pública municipal está em Lagoa do Joia, comunidade vizinha. Quando chove muito, a estrada de terra estreita com algumas subidas, não permite que o transporte escolar chegue a João Congo. Os pais que têm moto ou bicicleta levam seus filhos, os que não têm, as crianças vão a pé, ou não vão. Os que já cursam o ensino médio precisam ir para Varzelândia.

As condições pouco favoráveis se refletem nos mais frágeis. Crianças desnutridas, fracas. O primeiro filho de Edilene e Ednan morreu ainda pequeno e eles atribuem à desnutrição a morte do menino. Sem água, sem energia, sem assistência médica, com alimentação restrita, com crianças desnutridas, enfrentando preconceito das comunidades vizinhas e sem apoio do poder público, a comunidade percebeu que precisa se organizar e criar os meios para resolver seus problemas.

Foi quando se organizaram para buscar água e energia. Fundaram, em 1995, a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de João Congo e conseguiram um projeto junto a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) para comprar o material necessário para levar água do poço, localizado na parte baixa da comunidade, para todas as casas. Na época, existiam 35 casas na localidade. Essa pequena rede de abastecimento foi construída em mutirão. Cavaram as valas na terra dura, onde colocaram os canos, à mão.

“O povo foi amansando com as reuniões. Tinha época, no começo, da gente fazer reunião todo dia, pra buscar projetos, solicitar ao poder público. Tinha gente que nem tinha documento”, lembra Ednan. Com água encanada, desenvolveram uma horta

comunitária e, depois, conseguiram implantar uma horta por família. Mas, a água precisa ser raciona para a produção, para as hortas, para que não falte para o consumo humano.

#### **Figura 42**

Edilene, a primeira professora da comunidade



Foto: Viviane Brochardt

Ednan presidiu a associação por 12 anos, depois veio Iranete, que ficou quatro anos. Em 2013, ninguém quis assumir o cargo. Ednan acredita que “é porque as pessoas acham que é difícil tocar a Associação e que têm que viajar muito”. Assim, “para não deixar a Associação acabar”, Ednan aceitou voltar. Hoje, estima-se que morem na localidade 59 famílias, 254 pessoas, dessas, 76 adolescentes e jovens entre 10 e 25 anos.

Entre esses moradores encontramos Renê e Ediane (Figura 43), um casal jovem, de 27 e 29 anos, respectivamente. A história deles nos dá um panorama da vida dos agricultores familiares do município de Varzelândia e de como a comunidade de João Congo está inserida nessa realidade. Eles são pais de três crianças pequenas, a mais velha com seis anos e o mais novo com seis meses.

Uma vez por ano Renê vai trabalhar nas lavouras de café no Sul de Minas. Passa por lá de dois a quatro meses por ano:

Eu vou pra lá trabalhar pra ganhar um dinheiro melhor, pra poder dar uma melhorada de vida na família, porque aqui é difícil, por causa de emprego que não tem. Há 12 anos que vou pras lavouras de café. Quando eu comecei a ir, era menor de idade ainda. Eu não tenho estudo pra poder procurar um serviço melhor pra mim. É ruim porque o serviço é duro, tá longe da família. Já é a maior dureza sair daqui e deixar a família em casa. Mas precisa ir, não tem jeito.

### **Figura 43**

Renê e Ediane



Foto Viviane Brochardt

A falta de emprego no campo não é uma condição vivida apenas por Renê. Muitos agricultores do município de Varzelândia e redondezas, seguem, a cada ano, para as plantações de café, no Sul de Minas, e eucalipto e pepino, no Norte do estado. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, Donizete Gonçalves de Souza (Figura 44), de abril a maio a maioria dos agricultores da região, homens jovens, vai para o café.

### **Figura 44**

Donizete, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia

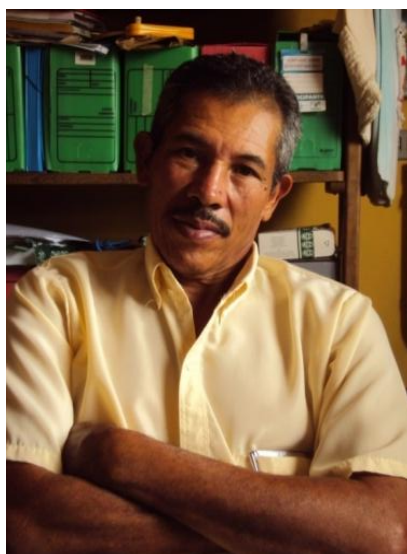


Foto Viviane Brochardt



Além do déficit na oferta de empregos, a pouca terra disponível é outro fator de desagregação dos agricultores familiares. Elzio Alves Pereira, ex-presidente do Sindicato e uma forte liderança local (Figura 45), explica como a situação fundiária da região afeta a vida dos agricultores e os obriga à migração:

A desigualdade aqui é muito grande, muito grande. Em 97, o Sindicato fez um diagnóstico, um DRP – Diagnóstico Rápido e Participativo. A gente fez esse diagnóstico junto com outras organizações, a Igreja, umas ONGs. A gente detectou muitos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. “São aqueles trabalhadores rurais que vivem dentro de uma propriedade que é legal, mas que o pai tem o quê? Dois alqueires de terra, muitas vez tem dez filho, ou as vez tem meio hectare e dez filho também. Porque tem muita gente com dez filho. Eu passei dessa quantidade, sou pai de 12 filhos. E eu não sou pequeno agricultor, não, sou “minipequeno”. E aí, tem pouco terra, mas os filho faz a casinha e fica ali. Mas como é que é? Planta o quê? Meia dúzia de pé de mandioca e um pé de milho e tal. Mas não dá pra plantar muita coisa. E aqui não tem algo assim, por exemplo, que segura esse jovem. Aí ele, parte pra onde? Pros cafezais, principalmente no triângulo mineiro, centro-oeste de Minas, sul de Minas.

### Figura 45

Elzio, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia



Foto Viviane Brochardt

Nos cafezais os agricultores migrantes encontram oportunidade de ganhar mais do que nos empregos ofertados na cidade, explica Elzio:

Um trabalhador rural analfabeto, ganhar de 100, 150 a 200 reais por dia, como muitos tá ganhando, ele não vai largar essa oportunidade pra ficar aqui em Varzelândia, ganhando o quê? Muitas vez 300 reais por mês, quando acha serviço. Que o salário mínimo é legal, no país inteiro é 622 reais, mas ele só tem a legalidade, mas o trabalho é de acordo com a oferta e a procura.

Donizete completa: “A maioria que arruma serviço aqui dentro da cidade, é pra ganhar meio salário. Essas jovens, ainda estudando, o salário é meio salário”. Nos trabalhos ofertados na cidade, percebe-se um interesse maior pela contratação de

mulheres, enquanto no campo a predileção é por contratar homens. Pelas condições explicitadas pelos sindicalistas, é fácil percebermos que as mulheres empregadas são mais mal remuneradas do que os homens que partem para as lavouras.

Em João Congo, entre os adultos entrevistados para esta pesquisa, as mulheres têm mais anos de estudo que os homens. Eles afirmam serem analfabetos, conseguindo apenas assinar o nome, ao passo que elas, mesmo com dificuldade, leem e escrevem. Isso, entretanto, não significa salários melhores para elas. Elzio explica como funciona a oferta de trabalho no município:

A maior empresa que nós temos aqui, a empresa de supermercado, material de construção, eles tem numa faixa de 200 funcionários. Pagam um salário mais alto, melhorzinho, talvez paga um salário, mas é uma fonte só, nós é muita gente. Então, o pessoal parte pra migração mesmo. E a culpa dessa migração, além da questão agrária, tem outras questões sociais também. Mesmo que aparecer terra pra todo mundo, o povo ainda parte, porque tem alguém que tem um pedaço de terra e parte pros cafezais. Eles entendem que, no momento, é uma alternativa melhor. Aqui, na região próxima da Varzelândia, a maior parte das casa mais novas, tudo é dinheiro de cafezais, é dinheiro de migração. Vai lá, busca dinheiro, vem aqui e constrói suas casinhas. Esses lugares podem ser melhor que o nosso, mas não cabe todo mundo. Tem alguém que tá lá fixo, partiu e não voltou aqui não, tá lá fora. Mas não cabe todo mundo, quanto qualquer região.

O trabalho nos cafezais é sazonal. A capacidade de absorção da mão de obra varia com o tamanho da fazenda, como explica Renê:

Tem fazenda que pega de 50 pessoa, outras fazendinha na pega 20, 30. Tem fazenda de vários tamanho. Tem fazenda lá que é de 500 pessoa trabalhando. Tem uma lá que trabáia gente direto, os 12 mês durante o ano. Eu nunca repeti fazenda não. Nós muda de lugar todo ano.

Renê conta que, dependendo do porte da fazenda, a forma de remuneração varia:

Sempre as pequena é melhor. Dá mais oportunidade pra gente. As grande é tabelado, as condição de ganhar ali é aquilo, é “X”. E as pequena, tem vez que a gente dá sorte, pega empreitada, consegue ganhar um poquim mais. E as grande já é tabelada, não é o salário pelo mês, mas tem um preço por litro de café, que é aquilo que você conseguir panhar, a produção sua é aquela. E as pequena não, as pequena tem um preço melhor procê trabalhar lá, o litro que paga, paga mais. Quem colhe mais, ganha mais. E tem uns que pagam mensal, um salário, paga mensal todo mês. Quem quer, trabalha todo mês, quem não quer, trabalha por produção. Depende das pessoa que vai trabalhar.

Para Renê, além do salário as condições de trabalho também são variáveis:

A gente mora em alojamento. Tem fazenda que dá alojamento todo equipado, tem a cozinha deles mesmo e dá tudo. Tem umas que é a gente mesmo, por conta da gente. Só que, geralmente, é difícil nós trabaiá por conta da gente, porque a fiscalização não aceita muito mais. Aí os fazendeiro tá sempre dano a cozinha e dano alojamento. As condição de ficar é boa, a maioria das vez que eu fui, não tenho reclamação de alojamento, não. Tem fazenda que dá a comida e tem outra que eles dá, mas a gente paga pra comer. Tem fazenda que você paga 200 reais por mês, outras você paga 250. Café da manhã,

almoço e jantar. As que dão comida pagam diferente o litro do café. Tem fazenda que, às vez, pra te dar comida, é menor [o preço pago por litro].

Os que saem para as monoculturas extensivas, como o café, eucalipto e pepino, estão sujeitos a outro fator: o veneno usado nas plantações, em diversos estágios do plantio e colheita. Esse é um problema que todos enfrentam, segundo Renê:

Sei que no café se usa muito veneno, preocupa, preocupação grande, mas tem hora que a gente acaba indo assim mesmo, porque não tem outra solução. Eu, pelo meno, quando eu vou é na colheita, pego o veneno que os outro bateu lá. Já tem gente que vai mesmo bater ele, nas plantas. Eu nunca trabalhei com ninguém que adoeceu por causa do veneno do café, mas teve colega aí que teve. Lá é difícil tomar café, tomo café aqui, mas com certeza é desse mesmo que nós colhe, né? Tem veneno também.

A migração dos agricultores da região de Varzelândia pro Sul de Minas não é de hoje, explica Elzio, e o uso de veneno nas plantações de café daquela região é intenso:

Eu já trabalhei nos cafezais vários anos. Tem tempo eu fui lá. A última vez foi em 99. Lá é veneno classe um mesmo, é inseticida classe um. Não é herbicida não, é inseticida mesmo. Lá tem um veneno que eles põem dentro do chão. Aí, cobre aquele veneno com terra, quando ele quebra, ele mata a cigarrinha no pé de café. Agora, e a gente, com o pulmazin tão frágil... Às vezes, o homi fica de dá um de brabo, uma muriçoca meio complicada dá uma picada na gente, já era. Então, o homi não é tão forte assim e você balança aquele café, e a poeira sobe, entra nas suas narina e boca e vai parar no pulmão. Então, já morreu gente envenenada, isso é uma das coisas que chegou detectar que foi veneno dos cafezais. Já morreu algumas pessoas. Eu acredito que os que tá trabalhando, tá tudo meio contaminado, inclusive, eu. A gente tá aí, parecendo que tá com saúde e tal, quando menos espera, tá contaminado no sangue com esses veneno, porque o veneno é muito mesmo, é tarja preta mesmo.

Em outras culturas não é diferente. Muitos agricultores seguem para as plantações de eucalipto e pepino, no entorno de Varzelândia, que usam bastante agrotóxico, segundo o depoimento de Renê:

Pras plantação de eucalipto tem saído muita gente daqui de Varzelândia. Pros lado do Jaíba<sup>93</sup> tem o pepino, a banana, tem vários tipo de planta. O povo que sai pro pepino volta doente e, até mesmo sem pagamento, que eu tenho o meu irmão que trabalhou lá faz uns dois meses e até hoje não recebeu. Além de ganhar pouco, mais veneno de que no café ainda, e ainda, às vezes, nem recebe. Tem um irmão, um irmão não, tem uns oito que trabalhou aí e até hoje não recebeu não. E não tem a quem recorrer quando isso acontece, tem que ficar esperando. Hoje eles fala: 'amanhã eu mando o dinheiro. Dez dias na frente eu mando, venho trazer...'. Fica nessa. Passa dez dia, passa vinte, passa trinta, acaba nem trazendo o dinheiro pra eles.

Embora tenha roçado e horta, ele afirma que o que planta só dá mesmo pro consumo de casa. Na roça, que ele diz ser pequena, planta feijão, milho, melancia, abóbora, mandioca, cana, amendoim. Na horta há alface, cenoura, beterraba, abobrinha

---

<sup>93</sup> Município próximo a Varzelândia.

verde, alho, coentro, cebola. Com o pouco que vende dá pra pagar a conta de luz, a conta de água. O trabalho no campo é dividido entre o casal, nos meses em que Renê está na comunidade, ele fica com a roça e ela com a horta. Nos meses em que ele não está, ela se ocupa das duas áreas e ainda do cuidado com as crianças e do trabalho de casa, leia-se lavar, passar, arrumar, cozinhar. Nos meses em que ele está, Ediane continua se ocupando de toda a lida doméstica.

Ao mesmo tempo em que Renê e Ediane vivem essa realidade, na comunidade encontramos situação oposta. Embora a carga de trabalho seja similar, Ednan e Edilene, com quatro filhos, vivem do que cultivam em suas terras (Figuras 46 e 47). Vendem a produção para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Reconhecem que, para os agricultores entregarem seus produtos para esse programa, precisam se organizar, ter a documentação necessária. Mas, Ednan avalia que se as famílias se juntassem, teriam mais condições. “Só que eu ainda não consegui colocar na cabeça do povo a importância que é pra ele. Eu falo isso, falo, falo, mais ainda não consegui”.

#### **Figura 46**

Edilene trabalhando na horta



Foto Viviane Brochardt

## Figura 47

Ednan e Edilene alimentando os porcos



Foto Viviane Brochardt

Quando olham a caminhada da comunidade, entretanto, consideram que houve muitas conquistas. Junto com o trabalho das hortas veio a melhoria na alimentação. Veja o depoimento de Iranete:

Começou cada um ter a sua cenoura, sua beterraba, sua cebolinha a enriquecer mais a alimentação das crianças, dos adultos, e isso foi mudando a comunidade, foi mudando tudo, até o semblante das pessoas você passou a ver que mudou alguma coisa, a pele mudou, as criança tá mais ativa, cresce mais sem tá muito no posto de saúde, sem tá muito atrás de remédio, eu acho que isso mudou demais.

Depois da encanação da água e do trabalho com as hortas, veio a energia elétrica, em 2001. Antes, usavam o candeeiro para iluminar em casa. O rádio à pilha era o companheiro na roça e, junto com as notícias trazidas pelos que iam para a sede do município ou para comunidades vizinhas, era a forma de saber o que se passava além da comunidade.

As reuniões da Associação, que aconteciam uma vez por mês e a interlocução com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que, com a filiação de Ednan em 1998, passou a ser mais sistemática, eram também espaços de comunicação na comunidade. Nessas reuniões, que aconteciam no quarto domingo de cada mês, à tarde, a comunidade discutia seus problemas. No dia de reunião “até meio dia, você tem compromisso na sua casa, de meio dia em diante, você não tem compromisso, seu compromisso é na Associação”, sentencia Iranete. Se há um assunto urgente, marcam uma reunião extraordinária. Para fazer a convocação, fazem convites impressos, bilhetes, e entregam nas casas.

Lúcio lembra que antes “naquele tempo, [pra dar algum aviso], a pessoa precisava ter que sair na perna e ir onde era de certo de ir”. Ou, como recorda Maria, “fazia era bilhete, mandava. Botava no correio. Primeiro era isso, nós fazia era carta, depois íamos no Correio, aí botava no Correio”.

Com essa dinâmica, avaliam que foram, pouco a pouco, superando a timidez de falar em público, desenvolvendo o hábito de definir coletivamente os rumos da comunidade e criando coragem para buscar formas de realizar os projetos.

Assim, em 2007, construíram a casa de sementes, a casa de farinha (Figura 48) e um espaço para instalar uma rádio comunitária. A casa de farinha, entretanto, era uma prioridade, como explica Ednan:

Aqui, fazer farinha é relar tudo no ralo. As pessoas pegavam aqueles montes de mandioca e relava tudo no ralo pra fazer duas, três sacas de farinha. Aquele sofrimento, trucia no pano, era um sofrimento grande. Aí, eles achou por bem fazer uma casa de farinha.

### Figura 48

Casa de Farinha



Foto Viviane Brochardt

Os três espaços foram construídos em um terreno doado por Lúcio. Ednan conta como foi esse processo:

A gente foi construindo aos pouquinhos, construindo, construindo, mas nem aparelho tinha [a rádio]. ‘E da onde é que vai vir?’ Aí, de conversa com o pessoal da Cáritas, surgiu. ‘Nós temos uma rádio que tá localizada em tal lugar [é uma rádio itinerante]. Nós vamos levar pra lá’. Aí, dentro desse projeto, nós fizemos a fábrica de farinha grande, a casa de semente e a rádio. Tem mais um espaço que é pra uma farmacinha de remédio natural, que é remédio que vai ser produzido na própria comunidade.

A Rádio Comunitária *A Voz do Agricultor*, sintonizada na frequência 96.7 FM, chegou a Varzelândia em 2006, por meio de uma parceria entre a Cáritas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. O objetivo da rádio é fortalecer a organização local dos agricultores familiares. A proposta da rádio é ser itinerante, passando por dois assentamentos da reforma agrária, Betânia e Arapuím e duas comunidades rurais, João Congo e Caatinga. Em Betânia a rádio ficou de 2007 a 2009, quando foi para o Sindicato de Trabalhadores Rurais, na sede de Varzelândia (Figura 49).

### **Figura 49**

Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Varzelândia



Foto Viviane Brochardt

No Sindicato, a Rádio passou a ser monitorada pela Polícia Federal, que já havia fechado três emissoras locais que funcionavam sem outorga. Como forma de driblar a Polícia, durante a programação não se dizia onde a rádio funcionava. Elzio conta que uma vez, quando estava apresentando um programa, recebeu a ligação de um amigo dizendo: “Tira a rádio fora do ar que o bicho pegou aí!”. O cerco foi se fechando e o Sindicato deixou a Rádio fora do ar por dois meses, depois a emissora voltou a funcionar.

Além da rádio dos agricultores, em Varzelândia há outras duas rádios: uma ligada à Igreja Evangélica e a outra se denomina comunitária, mas funciona como uma comercial, de um proprietário chamado Rubens. Uma quarta rádio está sendo negociada

pela Igreja Católica, ainda não está em funcionamento, pois estão aguardando a concessão sair.

A “Rádio do Rubens” como também é conhecida a “comunitária” de um dono só, cuja frequência é 97.3 FM, não está ligada a um partido ou grupo político, “ela é de acordo com o que acontecer, é tipo quem dá mais dinheiro, é mais ou menos assim. A gente pode falar isso abertamente que eu falo é com ele [Rubens]”, esclarece Elzio. A Comunitária” tem um excelente sinal, cobrindo todo o município de Varzelândia. Por esse motivo, o Sindicato tinha um contrato com a rádio para dar informes diários. Mas, segundo Donizete, como eles estavam “falhando muito na divulgação”, o contrato foi cancelado.

O Sindicato acredita que a Polícia Federal tinha formas de identificar de onde vinha o sinal da rádio, mas, além disso, a caça às emissoras era fruto de denúncias. Elzio explica que a perseguição é dos grupos políticos adversários do movimento de trabalhadores:

Aqui, qualquer coisa que os agricultores tenta fazer, a política tenta impedir. A política de Varzelândia é assim, toda vida, e ela continua assim. O Sindicato tem sofrido demais aqui em Varzelândia, muito. Desde sua fundação, dia 23 de setembro de 1979, da qual eu fui primeiro presidente. Desde essa data, sempre teve a política pressionando o Sindicato, que o Sindicato é uma voz, é uma coisa que tá informando o agricultor, o analfabeto lá no fundão ‘olha, o direito seu é isso. Cê pode adquirir isso por causa disso e isso...

Para Elzio, o Sindicato é essa voz.

A relação entre os meios de comunicação, a política e as empresas pode ser percebida nesse depoimento de Donizete:

Uma vez, um setor da Rede Globo em Montes Claros me entrevistou. Eu dei um parecer sobre a questão de sementes e ela falou: ‘O que você falou não pode ser publicado.’ ‘Então, que não me entrevistasse, porque eu quero que publica aquilo que eu tô falando’. ‘Mas, não pode, porque nós temo uma empresa que é patrocinadora nossa e o senhor ofendeu a empresa’. Eu falei: ‘Então, não põe nada. Essa parte que eu mandei cês colocar, se não vai colocar, então não coloca nada’. Se eu não atacasse a empresa que nos ofende, não tinha como o agricultor entender aquela entrevista que eu tava dando. A empresa era a Arapoim, que é uma empresa regional aqui, de sementes, mais semente de milho. Eles insistia que a nossa semente não tinha validade e a deles sim. Na época, acho que não era milho transgênico, mas o monopólio continuava mesmo sem ser transgênico. Mesmo sem ser transgênico tá atacando a gente e muito. O transgênico já é complicado, pior ainda, porque meia dúzia de grão de milho de transgênico já mistura com outra semente e vira aquilo que ninguém sabe o que, que até hoje eles não explica pra gente.

Para os agricultores, a semente é de fundamental importância, significa autonomia produtiva ou subordinação ao mercado, de acordo com o depoimento de Donizete:



Nós aqui do Sindicato, esse ano, tamo com seis casa de semente, com parceria da Cáritas, acho que até da ASA também, onde a gente conseguiu segurar essa semente distribuindo pro agricultor. Se você tem a casa de semente perto da sua comunidade, em vez de você ir no mercado comprar, você vai na casa de semente, pega emprestado. A gente tá fazendo um trabalho aqui pra ver se não deixa entrar tanta semente transgênica. Porque não tem outra forma de você brigar com as firma grande a não ser dessa forma, é você fazer sua própria semente, tentando colocar na cabeça dos agricultor pra eles mesmo faça sua semente, quando chover você tem sua própria semente, sem ir pro mercado, que você não sabe que semente é.

Elzio completa: “E não adianta regularizar essa semente que você não consegue. Pra regularizar, nós vamo enfrentar uma Monsanto da vida, porque é um monstro. Se o pessoal soubesse o tamanho que é a Monsanto... Ela é um monstro!”.

As casas de sementes representam uma estratégia de sobrevivência da agricultura familiar e de resistência para manter as sementes tradicionais ou crioulas, é uma forma de enfrentamento, como explica Donizete:

Como que a gente vai enfrentar isso? A gente tá tentando levar isso pra cada sindicato, pra produzir a própria semente, que é a forma de você afastar a outra do seu município, é só você tendo a sua própria semente. A partir do momento que cada agricultor tiver sua própria semente, a outra vai ter que afastar. Porque se o mercado trouxer uma semente transgênica que não vendeu, que é que vai fazer com ela? Certo? Você não vai comprar, eu não vou. Então, a partir do momento que todo mundo tiver essa consciência, de não comprar do mercado, você vai vencer a firma igual a Monsanto, que tem milhões de semente pra vender. A partir do momento que cada sindicato tiver esse trabalho e os agricultor tiver consciência da semente, que ele mesmo pode fazer sua própria semente, a gente vai sim conseguir afastar a outra semente, que é transgênica do nosso mercado. Pra nós é muito importante tá com esse trabalho aqui no município.

Essa correlação de forças também se dá com o poder público. A população do município de Varzelândia é de 19.116<sup>94</sup> habitantes, 10.212<sup>95</sup> vivem na zona rural, segundo dados do IBGE. O Sindicato tem filiadas nove mil pessoas. Ou seja, quase metade da população do município é filiada ao Sindicato. Ainda assim, essa força mobilizadora não se reflete nas urnas, lamenta Elzio:

O Sindicato sempre tem feito um vereador, mas a maior parte é feita com influência dos grandes. Nas eleições de agora, nós fizemos um vereador. Agora, nós temos uma câmara de onze... É uma menina muito boa, muito inteligente, mas vai sofrer lá, que não é fácil. Eu fico até com dó, porque lá é ela com mais dez canalha, é pouca gente que presta. Infelizmente, a política é assim.

O prefeito eleito também teve apoio do Sindicato. Mas, foi o candidato que, na avaliação das lideranças sindicais, era o menos prejudicial para os agricultores, não o

---

<sup>94</sup> Ver <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=317090#>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

<sup>95</sup> Ver <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

ideal. Não é um trabalhador rural: “é um dos maiores fazendeiro da região, nunca foi prefeito. Apoiamos esse porque é o problema da política, porque o problema com o outro é maior. O outro, por ele, teria fechado esse Sindicato”, explica Donizete.

O partido do prefeito e da vereadora eleitos é o Partido Social Democrático (PSD). Elzio conta, com uma ponta de tristeza como está a configuração político partidária do município e a estende ao restante do País:

Esse negócio de partido já não existe mais. Nós fomos aqui fundadores do Partido dos Trabalhadores. Hoje, o Partido dos Trabalhadores em Varzelândia, como também no país, tá muito aquém daquela história de 1980, 82 e ‘Diretas já!’ Aquela ânsia de revirar o Brasil e Lula e mais... Então, aquilo não tem mais, não. Não tem mais. Eu fui o primeiro presidente do PT aqui. Naquela época, nós fazia muito auê. Eu falo nós, porque sozinho eu não fazia não, mas os companheiro ajudava a fazer. Nós denunciava, prefeito, denunciava secretário, mandava notícia pro ministério, de tudo quanto é ministério e secretaria. Quando chegava o documento na mão deles, o documento tava falando que o documento tava lá em Brasília também. Então, tudo isso nós já fez e hoje, não faz mais. Hoje, tá só na base do ajeito. ‘Faz uma coisa ali, pra poder tirar um pouquim pra mim’. Não tem aquele coletivo mais dentro do PT.

O descontentamento de Elzio com a política partidária se estende às ações governamentais, às políticas públicas voltadas para o campo:

O que o trabalhador sonha não é o que a política sonha. Os trabalhador sonha numa outra história, o trabalhador sonha é ter um pedaço de chão, que não é fácil, não consegue, porque não tem dinheiro. Uma terra boa custa 30 mil reais, 40, 50, de acordo o local. É uma saúde perfeita, que não tem hoje em lugar nenhum quase do Brasil, não tem, é só propaganda. Aqui em Varzelândia, sempre foi assim. A questão de educação não é fácil, pra você conseguir chegar na universidade... Até o ensino médio tá mais ou menos, mas partiu pro vestibular, você não tem dinheiro pra pagar uma particular, mesmo passando no vestibular, não é fácil. Eu tô com um filho fazendo Agronomia, forma esse ano, tá na universidade pública e tá difícil de mantê-lo. A família faz das tripa coração pá manter esse filho aqui em Janaúba. Estuda na UNIMONTES. Então, muitas pessoas: “Oh, mas tá bom demais”. Não tá bom demais, não!” Outros fala: “Mas você tem que dar graças a Deus”. Eu dou graças a Deus, mas não tô contente, porque tá errado. O vereador vai ganhar sete mil, um deputado ganha 20. Um vereador vai na Câmara pra ganhar sete mil e eu trabalhar dia e noite pra ganhar seiscentos reais, tá certo esse negócio? Não tá! Enquanto um fazendeiro tem facilidade de ter dois mil alqueire de terra, eu tenho dificuldade de ter um hectare. A vida social tá boa? Não tá!

Esse panorama do município de Varzelândia contribui para compreender em que contexto se insere a comunidade de João Congo e que papel cumprem os meios de comunicação naquele município e na comunidade estudada. Em João Congo, a *Rádio A Voz do Agricultor* foi instalada em 2009, com um importante papel de resgate da autoestima da população (Figura 50). Assim que chegou, a “rádia”, como é chamada, usava a frequência 95.1, mas passou a interferir no sinal da Rádio América de Montes

Claros. Por isso, mudou para 96,7 FM. Seu sinal chega a Brejo e Olhos D'Água, em Varzelândia, na sede do município e também no município vizinho, Ibiracatu.

### **Figura 50**

Rádio Comunitária de João Congo, A Voz do Agricultor



Foto: Viviane Brochardt

A programação é desenvolvida pelos jovens da comunidade (Figura 51), com atrações do meio dia às seis e meia da tarde, de segunda a sexta-feira. Durante a semana, como a maioria dos jovens estuda pela manhã, a rádio não funciona. Já nos fins de semana, tem programação o dia inteiro. Na primeira visita feita a João Congo para realizar esta pesquisa, sete adolescentes participavam do grupo, entre eles, Ludmila, de 12 anos, que lembra quando as pessoas da comunidade eram chamadas de “João Congueiros” e de outros adjetivos atribuídos à população local de forma pejorativa.

Quando a rádio começou, ela não queria participar, “mas minha mãe falou que era pra mim trabalhar, que era muito importante pra comunidade, aí eu fui e resolvi trabalhar aqui. Agora eu gosto, é divertido”, fala, entre risos.

Edinéia, de 15 anos, durante a semana mora na sede de Varzelândia, por causa dos estudos. Nos fins de semana, quando volta pra casa, trabalha na rádio de João Congo. Nos dias de aula, ouve, da “cidade”, a rádio de sua comunidade, mas vem tendo alguma dificuldade de sintonizá-la, pois o sinal está com interferência da “Rádio do Rubens”, a 97.3 FM. Ela explica o porquê:

O menino lá falou que ia aumentar a potência da dele, pra essa aqui não pegar lá. Então, às vezes ela pega boa, mas às vezes não pega lá. Ele quer fazer isso pra que a gente não interfira no sinal dele e também porque ele não quer que a gente seja ouvido lá, pelas duas coisas, eu acho.

## Figura 51

Jovens de João Congo que compõem a equipe da rádio



Da esquerda para a direita, Tamires, Selma, Ludmila, Edinéia, Jucélia, Fernanda e Maurício

Foto: Viviane Brochardt

Quando a rádio foi ao ar, a reação dos ouvintes das localidades que sintonizam *Voz do Agricultor* foi distinta. Uns diziam que a voz dos meninos era horrível, que eles deveriam ter vergonha de falar na rádio, que eles não sabiam nem falar. Outros diziam que o povo de João Congo não sabia nem falar, como é que queriam falar na rádio? Mas, havia também os que elogiavam, que diziam que os meninos eram corajosos. Essas reações chegavam aos jovens por meio de seus colegas de escola e isso os abalou bastante, pensaram em desistir.

Foram, então, falar com Edilene. A comunidade a ouve bastante, seja pelo respeito conquistado ainda na época em que foi a primeira professora da escola comunitária, seja pelo carinho com que trata todas as crianças em seu trabalho como agente, líder, da Pastoral da Criança<sup>96</sup>. Ela falou o seguinte para os meninos:

Eles queriam desistir. Eu falei assim: 'Cês vão desistir? É isso que eles querem. Cês têm que enfrentar. Eles vão ter que ouvir ocês, eles não querem,

<sup>96</sup> A Pastoral da Criança é uma obra típica do Brasil, fundamentada na evangélica opção preferencial pelas crianças e famílias pobres. Hoje, presente em todos os estados brasileiros e em mais 22 países da América Latina, África e Ásia, é reconhecida como uma das maiores organizações do mundo a trabalhar em ações de combate às doenças e mortes infantis e melhoria da qualidade de vida das crianças e suas famílias. As atividades visam promover o desenvolvimento integral das crianças, desde a concepção aos seis anos de idade, e a melhoria da qualidade de vida das famílias. Os líderes da Pastoral da Criança atuam na sua própria comunidade. Por viver no mesmo local, o líder conhece bem a família e as condições em que ela vive e, junto com ela, busca maneiras de melhorar a realidade. Ver: <http://www.pastoraldacrianca.org.br/>. Acesso em: 29.01.13

mas vão. Se cês desistir, eles ganharam’, eu falei assim preles, e eles num desistiram, não.

Continuaram tocando a rádio e, com o tempo, os mesmos colegas que os xingavam, passaram a interagir, ligando para o celular dos garotos para pedir música, enviar recados pela rádio de João Congo. Selma, 16 anos, é umas das locutoras de maior audiência. O programa dela é de músicas e recados. Ela fala com os ouvintes, chama-os pelos nomes, estabelece uma intimidade com os que acompanham seu programa. “Na escola, agora, eles falam pra mim tocar uma música pra eles, pedem pra eu dar recado, elogiam, falam que gostaram do que disse, essas coisas”.

A programação é toda montada pelos meninos, com o que eles gostam de ouvir. Não há uma diversificação, basicamente todos os programas são de músicas e de recados, feitos ao vivo. Maurício, 14 anos, irmão de Selma, também tem um programa cuja participação dos ouvintes pode ser um indicativo de sua popularidade. O programa é de funk, gênero que Maurício adora. “Eu gosto de tocar isso pras pessoas ouvirem. Outra coisa eu não quero, não”, vai logo dizendo o garoto.

Quando um deles falta, o horário é preenchido com músicas. A rádio fica em frente à casa de Ednan e Edilene e as duas filhas do casal, Ednéia e Tamires também fazem parte do grupo de radialistas. Durante a semana, quando alguém falta, Tamires cuida de colocar as músicas. Em geral, é ela também que abre e fecha a rádio. O último programa do dia é o dela, *A Voz do Agricultor*, o único voltado para agricultores, em que ela coloca músicas que os mais velhos gostam, modas sertanejas de raiz, forró e músicas religiosas. Também exhibe o programa produzido pela Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom), *Riquezas da Caatinga*.

Após o programa, entra no ar o *Momento Ave Maria*, que tem à frente do microfone Edilene. Ela lê uma oração, fala com os moradores da comunidade, dá recados de reuniões da Associação Comunitária, da Pastoral da Criança e reza a Ave Maria. Com isso, encerra a programação diária da “rádia”.

A atuação na rádio tem feito os jovens pensarem sobre comunicação. Para cada um é uma coisa diferente, mas não antagônica. A opinião de Edinéia é que:

Pela rádio, a gente consegue comunicar com outras pessoas de outras comunidades, a gente consegue dar uma notícia de alguma coisa que acontece na comunidade.

Tamires acredita que:

Comunicar é a comunidade junta, podendo ajudar outra comunidade. É também uma pessoa tá falando do seu sofrimento pra outra pessoa, pra gente poder ajudar. Então, Comunicação pra mim é isso.

Ludmila destaca o alcance do veículo:

Comunicação é quando, tipo assim, tem uma novena na comunidade e a gente não pode avisar a todo mundo, mas quando a gente avisa pelo rádio, vem mais pessoas do que o de costume.

Outra integrante do grupo, Fernanda, 16 anos, completa:

Comunicação pra mim é comunicar de uma comunidade para outra. Quando houver um evento, falar na rádio o evento pra quem tá ouvindo comparecer neste evento. Comunicar pra mim é uma conversa de uma pessoa para outra. Comunicação e comunidade é quase a mesma coisa. Então, Comunicação é quase comunidade, comunidade com outra comunidade.

O grupo de jovens radialistas avalia que precisaria ter mais participação da comunidade na programação, mais adultos fazendo programas. Edilene concorda. Para ela, o que faz com que os adultos não estejam diretamente envolvidos em fazer a rádio, é a vida do dia a dia. O jovem tem mais tempo livre. Mas, ter tempo disponível não é garantia de permanecer na rádio. Entre a primeira e a segunda visitas feitas à comunidade para a realização desta pesquisa, um intervalo de quase cinco meses, duas integrantes deixaram o grupo: Jucélia, por motivos de saúde, foi para São Paulo se tratar; e Fernanda não foi mais, não se sabe o porquê.

Lúcio, avô de muitos jovens que cuidam da rádio, ouve a emissora (Figura 52), gosta da programação, mas tem um palpite para o fato de alguns jovens começarem a trabalhar na rádio e depois saírem:

Hoje, nós ouve a rádio comunitária. Nós gosta muito dela e ela aqui pega boa que só mesmo, né? Tem uns [jovens da comunidade, netos, inclusive] que começou a ir [pra rádio] gostando muito. Depois uns afastaram, assim meio desorientada, não sei por que motivo. Não sei se elas queria trabaiá pra ganhar algum dinheirinho. Eu acho que é por isso.

Elzio vê que se os jovens não tiverem apoio, uma forma de serem também remunerados pelo trabalho que fazem, vem o desestímulo:

É uma rádio que funciona mais com o pessoal jovem, e o pessoal jovem tá aqui hoje, mas não tem salário, tem que ser voluntário. Então, é aquele jovem que não sai da comunidade, que muitas vez faz o trabalho de locução pra rádio funcionar.

Se a rádio *A Voz do Agricultor* tivesse um alcance maior, Elzio acredita que seria mais fácil conseguir patrocínio para ajudar a manter os jovens a tocarem os programas. “Às vezes ele tem programa, é até bonito, o povo gosta da vizinha dele, das música que ele passa, da notícia que ele tá dando, mas ele não recebe nada, ele vai indo e perde o estímulo”.

## Figura 52

Rádio da casa de Lúcio e Maria, preso ao telhado, onde o sinal é melhor



Foto Viviane Brochardt

Donizete tem a mesma opinião e acrescenta que os custos de manter a rádio no ar e de manutenção dos equipamentos poderiam também ser cobertos se houvesse patrocínio:

Quando não tem patrocínio, fica difícil em tudo. Gasta energia, fica na conta da comunidade, se der problema na rádio, tem que manda concertar... Aí, é outro problema, porque tem que ter a autorização pra levar, pra arrumar, porque ela, na realidade, ela é da Caritas, então a gente não pode mandar qualquer técnico mexer.

Com um transmissor de baixa potência (25 Watts) e localizada a 760 metros de altitude, *A Voz do Agricultor* tem um alcance maior do que o permitido às rádios comunitárias, mas, ainda não chega a todas as comunidades rurais do município, explica Ednan:

O alcance dela é de um raio de 14 quilômetros. De João Congo, onde ela tá hoje, pra Varzelândia, dá uns 11 quilômetros e de João Congo pra comunidade Caatinga da outros 11, mas se for direto, porque a rádio é direto, né? As ondas é direto, é diferente de estrada. Mas, de João Congo pra Caatinga, as ondas não passa, por causa do relevo. De João Congo pro assentamento Betânia, dá uns 30 quilômetros, o sinal não chega. Às vezes, chega num pedaço de Betânia.

O Sindicato acredita, entretanto, que se a antena estivesse em um lugar mais alto seria possível fazer com que o sinal da rádio chegasse a mais comunidades. Na sede do município de Varzelândia há um bairro chamado Estivinha, que está a 800 metros de altitude, considerado o lugar ideal para a instalação da antena. Para Elzio, além da localização da antena, a potência do transmissor é fundamental:

Se a gente colocasse a antena em Estivinha, que tá a dois quilômetros daqui do Sindicato, pegava em Varzelândia, João Congo e Caatinga, mas pra chegar em Betânia, que de Estevinha pra Betânia é 36 quilômetros, já precisa de um outro transmissor, pra daqui jogar lá, porque ele é baixa potência. E não tem como pôr transmissão maior, porque a legislação não deixa. A gente não pode pôr ela pra ir mais longe, ela tem que andar pouco, se ela andar mais longe já começa a perseguição.

Além do alcance do sinal da rádio, o conteúdo é um desafio a ser superado, embora se reconheça que para a comunidade de João Congo, a existência da rádio é por si só uma vitória e já tem trazido resultados importantes. Mas, Donizete alerta para a perseguição dos órgãos de fiscalização:

Essa rádio, de qualquer forma, tem chamado atenção. Ela é útil, muito útil. Nós tamo ainda com dificuldade, mas ela é útil. Se nós pudesse aumentar a frequência dela... Aí vai começar uma briga de legalidade, de ANATEL, desses troço aí de comunicação. Vai dar problema principalmente com a justiça né, porque aí, se alguém denuncia... Porque ela não é legalizada.

O companheiro das lutas sindicais, Elzio, vê na rádio um instrumento de disputa de poder:

O conteúdo precisava ser melhor. Por exemplo, tinha que divulgar todo esse trabalho, não só do Sindicato, mas todos o trabalho de parceria que tem com organização. Já pensou se a rádio conseguisse uma frequência maior pra gente pegar um patrocinador e divulgar toda essa história do Sindicato, desde a sua vivência, quando nasceu, até agora? Porque tem muita gente que ainda não sabe a potência que o Sindicato tem. Aí, eles [os políticos e as empresas] ia olhar o Sindicato com outro olhar. Não sei se eles ia tentar ofender a gente, não sei o que é que ia acontecer.

Enquanto as comunidades rurais lutam para se ouvirem, rádios comerciais conseguem jogar seus sinais a toda a região do Norte de Minas. É o caso da rádio *Onda Norte*, localizada no município de Janaúba, próximo a Varzelândia. Elzio conta como é a cobertura da rádio:

Lá onde eu moro, que é uma comunidade rural por nome Caatinga, a seis quilômetros daqui da sede de Varzelândia, a rádio *Onda Norte* pega dia e noite. A rádio é legalizada. Janaúba é um município vizinho daqui. A rádio é de lá e pega bem aqui. Ela dá notícia do planeta, ela busca informações a mais e passa as informações. Até na cidade de Janaúria, tudo pega ela. Ela tem um raio muito grande. Ela pega quase o Norte de Minas todo.

Nessa caminhada, a avaliação é de um saldo positivo, segundo Iranete:



A gente via o antes e hoje tá vendo o depois. Mudou muito. Até que as meninas da rádio acabou de falar que tinha vergonha, ficava meio encolhido no lugar, eu acho que isso era falta dessa integração, desse movimento todo, eu acho que faltava muito isso. Os mais jovens, os rapazes, as moças, criança... Criança aqui se tinha uma reunião, não vinha, porque elas não queria te ver, elas tinha aquela dificuldade. Era quase igual um índio. E hoje você vê que as crianças vem, participa, brinca. Quando eu paro pra pensar lá trás, a discriminação que era, o poder público não via, entidades não conhecia o João Congo. E hoje eu vejo, João Congo é rico. Quando eu paro pra pensar o que era ontem, naquela época, e o que é hoje, eu digo: 'João Congo é rico, João Congo tá rico', porque é reconhecido por entidades, porque é reconhecido no poder público, é reconhecido nas comunidades vizinhas. Aí, a comunidade, hoje, tem capacidade de fazer qualquer projeto, de chegar a comunidade de João Congo e dizer: 'Eu preciso disso, eu quero isso' e não ser barrado. Eu acredito que tamo no paraíso hoje, pra comparar aquela época, tamo no paraíso. É como a gente plantasse uma árvore e hoje ela tá dando frutos. Então, a gente tá vendo esse fruto.

Comemora a presidente da Associação de Moradores de João Congo.

## 6. HISTÓRIAS DE VIDA DE MORADORES DO SEMIÁRIDO

---

As histórias que veremos neste capítulo são contadas com as palavras de quem as vive, sem interferências significativas em suas narrativas, apenas algumas subtrações, quando a redundância o permitiu. São histórias de vida. Como toda história, tem personagens. Como vida, tem pessoas. Agricultores e agricultoras familiares do Semiárido brasileiro que, por meio de suas falas, com seus diversos sotaques e expressões peculiares (aliás, como em qualquer outro lugar do País), de seus risos e de suas lágrimas, contam as suas vidas e, assim, constroem suas histórias.

Por meio das histórias de vida individuais podemos perceber a prática social do grupo a que essas pessoas pertencem. O que pensam, sentem, esperam, sonham, sete agricultores familiares do Semiárido brasileiro podemos conhecer em quatro histórias que seguem nesse capítulo. Elas foram selecionadas entre as 30 entrevistas feitas para essa pesquisa por conseguirem sintetizar a vida de quem vive na região sob diversos aspectos. Políticas públicas, acesso à água, participação popular, Semiárido, ASA; são alguns dos temas abordados, além de refletirem sobre as comunidades em que vivem: as relações sociais e de poder ali estabelecidas, como a comunicação por eles desenvolvida e a comunicação produzida por organizações da ASA e pelos meios midiáticos têm interferido nesse ambiente, nas relações sociais e políticas locais.

Começaremos com a história de Tereza Rocha, da comunidade de Canto, em Serrinha, Bahia. Depois, seguiremos para Tejuco, em Januária, Minas Gerais, com a história de Marilda e Pedro. Por fim, conheceremos a vida de Lúcio e Maria e de Ednan e Edilene, ambos os casais de João Congo, Varzelândia, Minas Gerais.

## 6.1 A história de Tereza Rocha – Canto – Serrinha – Bahia

Tereza Rocha de Souza, 65 anos, agricultora, nascida e criada na comunidade do Canto, município de Serrinha, na Bahia. Solteira, sem filhos, vivem com uma irmã e uma sobrinha. Ela ajudou a construir o PIMC.

**Tereza** – *Minha vida, o meu dia a dia é mais dedicado às organizações do movimento social, mas eu também sou agricultora, crio alguns animais e faço algumas plantações a depender da chuva. Como nesse período tá sem chuva, então não tem plantações, só tem a questão de cuidar dos animais e dar ração aos animais. Sou de uma família de sete irmãos, quatro mulheres e três homens, e meus pais já faleceram.*

*Sou agricultora familiar desde o tempo de criança. Já trabalhava junto com os nossos pais na lavoura e também trabalho com a questão da criação de animais. Desde eu criança que meus pais já criavam animais, aí nós demos continuidade a essa atividade.*

*A propriedade nossa é de três hectares. Nós plantamos milho, feijão, hortaliça, algumas fruteiras e criamos animais. Minha irmã cria galinha, eu crio ovelha, crio cabras. Temos a cisterna do PIMC, que usamos a água para beber, captada da chuva. Temos três tanques de chão, pra os animais beberem e também pra gente tá molhando as hortaliças, algum tipo de fruteiro e outras plantas ornamentais que nós temos lá. Temos outra cisterna, que foi construída com recurso particular, que é da rede de água, encanação de água, que é para o uso doméstico.*

*A comunidade tem água encanada desde 2008. Temos também algumas agudadas comunitárias e um poço artesiano, embora a água desse poço artesiano só serve pros animais.*

*Além da atividade da agricultura e da lavoura, eu sou envolvida com o movimento social, lá dentro da comunidade e também aqui dentro do município. Faço parte da Associação Comunitária, da diretoria da APAEB e me envolvi também com a questão da religião, da Igreja Católica. Do Sindicato, participo assim, de reuniões, mas filiada, eu já fui filiada ao Sindicato, mas eu cancelei a filiação. Também faço parte da Cooperativa de Crédito aqui do município de Serrinha e, quando tenho tempo, pratico algum tipo de artesanato.*

*Esse meu envolvimento comunitário começou há muito tempo. Eu trabalhava como professora municipal e conhecia alguns problemas das famílias da minha comunidade, eu sou muito sensível com relação a isso. Então, eu comecei nessa vida*

*comunitária, mais ou menos, no ano de 1980. Como eu gosto muito de ajudar as pessoas, fomos discutindo dentro da comunidade a questão da implantação, da criação de uma associação na comunidade. No ano de 1987 a gente fundou a associação comunitária. Desde essa data pra cá, nunca mais eu saí da questão das luta e dos movimentos sociais, não. Me sinto muito bem.*

*A minha família se envolve sim, foi envolvida desde o começo. A família apoia e está envolvida até hoje, tanto é que, esse ano, nós comemoramos os 25 anos de fundação da associação e os fundadores da associação foram meus irmãos, meus pais também. Até hoje meus irmãos tão participando, junto conosco, nessa associação.*

*Toda a vida eu gostei de ir pro social. Eu acho que o social faz parte da minha vida. Então, eu me sinto assim, digamos assim, não sei se é puxada pra dentro do social, porque eu acho interessante a organização das pessoas, as pessoas que são organizadas, elas crescem, crescem com relação a conhecimento, a desenvolvimento e também eu gosto de trabalhar pra ajudar as pessoas.*

*Vejo que, às vezes, tem pessoas dentro da própria comunidade que não se envolvem muito com a questão dos movimentos. Eu fico assim, um pouco triste, porque hoje, pra gente conquistar algo pra nossa vida, nós queremos alguma conquista, nós teremos que estar envolvidos, teremos que estar participando de alguma associação, de sindicato ou de outras instituições, porque uma andorinha só, ela não faz verão. Então, nós temos que tá entrosado, integrado e organizados.*

*Pra mim participação é você tá inserido dentro de um processo. Você estando inserido, integrado com aquele processo e você tem conhecimento de, realmente, como é que aquele processo é desenvolvido. Já participei de vários atos públicos. A mobilização se deu através de convite pessoal, se deu através da participação de reuniões, através de telefone, de convite por telefone.*

*Desses projetos sociais do governo não participo não. A minha irmã é quem participa. Já do projeto de abastecimento de água, de energia elétrica, desses programas aí, eu participo. Também participo do programa da ASA, que eu sou beneficiada com a cisterna de consumo e espero um dia também ser beneficiada com outra tecnologia.*

*Política pública são ações governamentais que vêm beneficiar os cidadãos, que já é um direito dele, que cada cidadão paga imposto, e já é um direito dele a política pública. Todas essas ações que é do governo, são política pública. Agora, às vezes, é preciso que o cidadão brigue e reivindique pra que essa política pública aconteça.*

*Conheço a ASA porque eu estou inserida nesse processo desde a criação da ASA. Eu acho muito interessante essa rede, porque depois da criação da ASA, o Semiárido mudou e mudou bastante. Hoje, se nós não estamos sofrendo, digamos assim, ou até já morrendo de sede, foi por causa dessas ações que existem da ASA, tanto a cisterna de consumo como a cisterna de produção e outras tecnologias. A ASA é muito interessante pra nós aqui do semiárido.*

*O Semiárido é um local onde chove, porém as chuvas caem intensamente em determinado período e passam outros longos períodos sem chover. Mas é um local muito bom pra se viver, principalmente lá, no local onde eu moro, as famílias têm uma integração, são ligadas ao social e também são muito solidárias com o sofrimento dos irmãos.*

*Na minha concepção, tem o programa da ASA dentro da comunidade porque a comunidade é mais ou menos organizada. Hoje, nós já temos a questão da rede de água, mas quando nós fomos contemplados com o projeto piloto da cisterna de consumo, atendíamos todos os critérios, tanto é que as primeiras cisternas do programa, do projeto, no ano de 2000/2001, foram construídas lá nessa comunidade, justamente por causa do nível de organização da comunidade.*

*Lá na comunidade, a gente já tinha umas cisternas construídas em algumas famílias, pouquíssimas famílias, por causa do trabalho que nós tínhamos dentro da APAEB e o MOC, mas as famílias sempre estavam à procura de cisternas. Foi quando chegou o programa, na implantação, no início do PIMC. Foi uma oportunidade grande pras famílias, elas serem contempladas. Dentro dos benefícios que a comunidade já tinha recebido, a procura maior era com relação à cisterna. Foi quando, graças a Deus e à ASA, e algumas instituições; nós fomos contemplados e as famílias foram contempladas com as cisternas. Hoje, 90 por cento das famílias da comunidade já são contempladas com a cisterna, quem não é contemplado está à procura de como fazer pra ser beneficiada pela cisterna.*

*Elas foram convocadas assim: seja com relação à cisterna ou outros projetos, o convite sempre surge nos momentos dos avisos dentro da celebração. E, às vezes, nós saímos pelas casas das famílias convidando pessoalmente. Na minha comunidade, nem o celular não existia, não tinha essa questão do celular. Não tinha, assim, meio de comunicação não, dentro da comunidade não. Hoje, como nós já estamos mais informados, a tecnologia tá mais avançada, esses convites surgem através de ligações telefônicas, ou então quando nós pedimos, alguém sai de moto convidando algumas pessoas.*

*Eu conheço todo o processo do PIMC, desde o início. De quando foi implantado até hoje, eu estou inserida nesse processo. Eu acho muito interessante essa questão do PIMC pra nós aqui do Semiárido, porque se não é esse programa, existia cisterna aqui no Semiárido, porém não na quantidade que existe.*

*Sou membro de uma Comissão Municipal e também faço parte da Comissão Regional. As Comissões Municipais é quem seleciona as comunidades a serem contempladas pelo PIMC e também é quem vai fazer a apresentação do projeto na comunidade. A comunidade é articulada através da Comissão ou através de membros de associações das comunidades. E quando a comunidade é articulada, a Comissão vai lá, apresenta o projeto, suas normas, suas regras e tudo, fala de todo o projeto, de quais são os recursos, de onde vêm os recursos, quem é gerenciado, quem é que gerencia o programa aqui no Semiárido. Depois nós fazemos o cadastro das famílias e essas famílias são capacitadas por outra equipe, capacitada em relação a recursos hídricos. É construída a cisterna, nós acompanhamos a construção das cisternas, e, no final, a família recebe a cisterna, assina o seu Termo<sup>97</sup> e é contemplada com a cisterna.*

*A Comissão Municipal da ASA eu acho importante porque ela é do município, ela conhece o município. Então, a Comissão é quem seleciona as comunidades a serem contempladas e também é quem faz a seleção das famílias, porque se não tivesse a Comissão, quem seria contemplado não seria aquelas famílias que se encaixa dentro dos critérios, seria famílias, digamos que, se é de um grupo político, seria beneficiado aquela que faz parte daquele grupo. Mas como tem a Comissão, e a Comissão não trabalha essa questão da política partidária, não inclui no seu trabalho essa questão, então, só seleciona as famílias que realmente se encaixa dentro do critério. Também as comunidades que nós trabalhamos, nós conhecemos e, aquelas que nós não conhecemos, nós passamos a conhecer um pouco mais.*

*Nós não tem data específica das reuniões. Às vezes, nós reunimos mensalmente, às vezes, nós reunimos de dois em dois meses. Quando surge algum problema que precisa ser decidido, nós nos reunimos. Também fazemos reuniões pra tá avaliando o próprio processo e o andar da Comissão.*

---

<sup>97</sup> Termo de Recebimento da Cisterna é um documento assinado pela família beneficiada com a tecnologia, no qual constam os dados de georreferenciamento da cisterna, nome do pedreiro que a construiu, data de início e conclusão da obra, nome da comunidade, do município, da organização responsável, informações sobre a família, como número e idade dos integrantes, etc. O Termo é impresso em duas vias, assinadas pela família, uma via fica com a ASA, é digitalizada e o arquivo digital é enviado para o financiador do projeto e também é inserido em um sistema de gestão do PIMC, chamado SIGA Net, Sistema de Informação Gestão e Auditoria. As cisternas, geralmente, são colocadas em nome da mulher.

*Quem participa da Comissão são as instituições do município. Aqui no município de Serrinha, nós temos a Comissão formada de sete instituições, mas infelizmente não são todas as sete que são atuantes. Quem tá sempre atuando são quatro instituições [na verdade, cinco]: a APAEB, a Igreja Católica, o Sindicato e o Movimento de Mulheres e a ASCO, são os mais atuantes.*

*A Comissão, hoje, tá atuando para além dos convênios da ASA no município. Nas primeiras vezes que a gente foi construir os critérios [de outro projeto de construção de cisternas], foi obedecido os mesmos critérios da ASA. Teve a capacitação das famílias antes também, o cadastramento, a apresentação do projeto e a seleção das famílias.*

*Nós temos aqui o CODES, que é o conselho [Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável], e o CODES tem um convênio da construção de cisterna, não cisterna da ASA. Mas quando veio aqui para o município, eles procuraram a Comissão, o próprio município procurou a Comissão pra nós ajudarmos nessa questão de tá escolhendo as comunidade e as famílias. Nós participamos desse processo.*

*Eu conheço também algumas tecnologias do P1+2 porque eu faço parte da APAEB e a APAEB trabalha com esse projeto. Então, eu conheço várias tecnologias do P1+2 e acho também muito interessante essas tecnologias, porque fazem com que as famílias continuem nas suas propriedades e produzindo algo.*

*Nós temos 17 tecnologias do P1+2 na comunidade, de cisterna-calçadão, barragem subterrânea, bomba d'água popular. Na comunidade, [o P1+2] começou no ano de 2010. Todas as tecnologias eu acho importante. Agora o que eu acho de importante é que, quando se constrói uma tecnologia, você dá oportunidade para aquela família estar produzindo o seu próprio alimento. Quando a gente produz nosso próprio alimento, nós evitamos de tá consumindo outros alimentos que nós nem sabemos a origem, de onde é que veio. Então, quando nós produzimos nosso próprio alimento e consumimos, nós estamos trabalhando a questão da segurança alimentar, porque nós sabemos o que é que estamos consumindo e sabemos a origem de onde foi que veio. Então, eu acho isso muito interessante, porque melhora a questão da geração [de renda] e também melhora a questão da nossa saúde.*

*A comunidade participa do programa [P1+2] já com a minha participação, que sou membro da comissão municipal. Também a comunidade participa ajudando, digamos, quando ela recebe uma tecnologia ela ajuda no desenvolvimento, na construção daquela tecnologia. Também participa porque tem alguns pedreiros que constroem a tecnologia que são lá dessa comunidade. Também quando a família*

*contemplada começa a produzir, começa a consumir os alimentos, ou então ela começa a comercializar aqueles alimento. Tudo isso acho que é participação da comunidade no programa.*

*Pra mim, comunicação é você tá, digamos assim, entrosada, comunicando através de palavras, através da escrita e também através do próprio meio de comunicação. É você tá divulgando algo, tá socializando com as outras pessoas e comunicando com elas, seja através de qualquer meio de comunicação.*

*Rádio é muito difícil eu ouvir, mas sempre algum programa de notícia aqui do município, eu ouço sempre algum programa, pouco, mas ouço.*

*[O programa de rádio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha] eu não ouço mais. Não é porque eu não goste, eu gosto, é por causa das minha atribuições aqui na APAEB. Eu não estou em casa, eu não consigo ouvir, mas eu gosto sempre de ouvir o programa. Eu costumo sempre ouvir os programas da religião católica, ouço as missas, os programa de rádio que a igreja tem e também o programa do sindicato, de vez em quando, eu ouço; e ouço também outros programas que tem algumas notícias, principalmente pra ouvir as notícias daqui do nosso município.*

*Na TV, eu gosto de ver os noticiário, os jornais e lá algumas novelas assim que me interessam. Eu assisto assim... Mas, faço a minha avaliação crítica daquela novela e dos programas.*

*Jornal é muito difícil eu lê, não tenho muito acesso a jornal, não compro jornal, é muito difícil eu lê. Às vezes, eu leio algum jornal quando tem algum amigo que tá com algum jornal, aí eu pego, sento, e leio alguma notícia.*

*Eu acho assim, que eu ouço ou leio, mas eu formo a minha opinião. Se eu assisto um programa, eu tenho a minha opinião se aquilo que eles estão transmitindo, se realmente é verdade ou não, e se é verdade, até onde é que vai aquela verdade que é transmitida pelo programa e qual é o interesse, digamos, daquela notícia. Eu tenho a minha opinião própria formada daquilo que eu leio e daquilo que eu assisto.*

*Porque eu penso assim: quem quer transmitir a notícia transmite da sua maneira. Agora – eu avalio assim –, realmente, o que ele transmitiu ali foi o que aconteceu? É a realidade? Porque que ele tá transmitindo dessa forma? Qual é o interesse que ele tem de tá transmitindo dessa forma? A minha avaliação eu faço em cima disso aí.*

*No município tem três emissoras de rádio, de TV não. Tem a TV de Feira de Santana que faz uma cobertura aqui. Jornal impresso também não tem não. Eu acho assim: aqui tem os grupos políticos formados e esses grupos políticos é quem tem o*



*domínio dessas rádios e cada um vai transmitindo o que é de seu interesse. Não é assim, digamos assim, vai fazer uma transmissão de acordo com o que o público realmente tem interesse. Cada um vai transmitindo sua notícia visando o interesse daquele grupo político. Então, são as emissoras que, às vezes, são mais críticas com relação à política, pra atingir outro meio de comunicação, do que realmente pra transmitir o que é interessante para os ouvintes.*

*O programa de rádio do sindicato eu ouço de vez em quando, quando estou em casa. Eu acho assim: não é um programa, digamos assim, educativo. Eu acho que é um programa mais informativo, um programa pra tá registrando aniversário dos associados e também pra tá divulgando a agenda do Sindicato. Seria bom se tivesse, digamos, dentro do programa, uma parte educacional para os agricultores, mas até hoje, infelizmente, isso ainda não acontece. Mas quem sabe?*

*Na minha casa tem o boletim que a própria APAEB faz, eu tenho esse boletim em casa, de sistematização de experiência do banco de semente. Fala um pouco da comunidade, daquele processo da organização do banco. E esse boletim... Vou falar não só a Tereza, mas esse boletim, isso ajuda bastante, porque faz com que aquelas experiências sejam socializadas com outros agricultores ou outras pessoas. Vai levando, digamos, a sua experiência para outros agricultores e também para outros municípios, até outros estados. Eu acho interessante que é uma divulgação da experiência daquele agricultor.*

*Eu sinto assim, mais valorizada, porque eu vejo que os agricultores, com essa questão da divulgação das experiências, estão sendo mais valorizados. Hoje, os agricultores já têm aquele orgulho de dizer que ele é agricultor e, quando a experiência dele é divulgada, ele se sente mais valorizado ainda. Eu acho muito interessante essa questão desses boletins. Eu conheci várias experiências interessantes que são divulgadas dentro desse boletim. Também faz com que outros agricultores possam tá participando e até, quem sabe, fazendo também, experimentando, fazendo com que essa experiência seja experimentada.*

*Quando o agricultor pega aquele boletim, que se sente ali, que vê sua foto, a sua fala, a sua voz ali e a sua experiência, ele se sente muito valorizado. Quando outros moradores da comunidade vêm aquele agricultor, também se sente valorizado porque é um membro da comunidade que tá fazendo parte daquele processo.*

*O boletim é usado quando ele é lido por agricultores da própria comunidade, por outros agricultores e também quando ele é usado nos encontros, nas capacitações, que a gente tá sempre repassando pra outros agricultores, também ele é usado assim. E*

*digamos, quando aparece algum visitante dentro da própria APAEB, a gente passa o boletim pra essas pessoas. Em Serrinha, existem cinco experiências de Serrinha já sistematizadas, cinco boletins. Tem uma experiência lá do Canto, a do banco de semente; a experiência da comunidade de Recanto, que foi de um grupo de cultura que tem lá, que é “Nossa Raiz”, que é sobre o samba; na Boa Vista, de um grupo de cultura que existe lá, que é o “Pavão Dourado”; na Feira Agroecológica, com as comerciantes da feira; e também temos um boletim da comunidade próxima a Serrinha, que foi Barra Grande, que é de uma família de produção de castanha. Produção e beneficiamento da castanha.*

*O boletim também é distribuído no intercâmbio. É muito interessante o intercâmbio, porque eu vou conhecer uma experiência de um agricultor que ele está, digamos, mais avançado que eu. Ele já tem uma experiência e, nessa experiência, eu vejo o que é que eu posso tá praticando dentro da minha própria comunidade. Valorizo sempre esse agricultor por ele estar praticando essa experiência e mais conhecimento que nós. Que cada agricultor recebe de outro agricultor, porque quando nós conhecemos a experiência e vemos a fala de um agricultor, eu acho que é mais interessante do que quando nós ouvimos a fala de um técnico, porque é de agricultor pra agricultor. E se é de agricultor pra agricultor, o próprio agricultor pode dizer: “Se fulano, que é agricultor, faz, por que eu também não posso fazer?” Eu acho muito interessante essa questão.*

*Lá dentro do Canto, infelizmente, até agora, não foi feito nenhum intercâmbio do PI+2. Mas a comunidade já recebeu muitas pessoas de outros municípios, daqui do próprio município, pra conhecer a nossa experiência do banco de semente e, além do banco de semente, hoje, como nós temos a cisterna de produção, eles visitam. Nós recebemos, no mês de novembro, nossos vizinhos do município de Exu pra conhecer a experiência do banco de semente e também a experiência de uma senhora lá que foi contemplada com a cisterna de produção.*

*Na comunidade, como momento de comunicação, eu acho interessante o momento das celebrações e também no momento das reuniões comunitárias, porque o que é público é pra ser divulgado, comunicado, transmitido e avisado nas celebrações e nas reuniões que tem dentro da própria comunidade.*

*Lá dentro da comunidade nós temos as festas dos padroeiros, as festas juninas e, às vezes, nós temos sempre realizado algumas comemorações. Nós fazemos comemoração do 1.º de maio, dia do trabalhador; e nessas comemorações a gente sempre tá fazendo com que o potencial da comunidade seja divulgado. No mês de maio,*

*nós tocamos, tipo assim, uma feira pra os agricultores tá expondo seus produtos, como também algumas pessoas que trabalham com doces, estar divulgando, estar vendendo. As meninas que trabalham com artesanato, também estão lá expondo nessas barracas, nesse dia. Eu acho muito interessante porque a própria comunidade conhece o seu potencial.*

*Nós temos a exposição das hortaliças, pra quem já recebeu a sua cisterna estar expondo as suas hortaliças e comercialização também. A questão do artesanato... Muitas dessas ações a gente aprendeu foi com a própria ASA. A própria ASA incentiva que as pessoas estejam divulgando mais as suas ações, estejam divulgando mais os seus potenciais, divulgando mais os seus conhecimentos.*

*Eu acho que me identifico mais é com a questão do rádio, com o microfone, porque é o que tem mais lá dentro da comunidade, é o microfone. Então, eu me identifico mais com a questão rádio e quem sabe também com a questão do boletim, de estar redigindo alguma notícia, de estar divulgando. Acredito que me identifico com esses dois, com o rádio e as questões de jornais e boletim.*

*Eu pego, digamos, um boletim, um jornal, eu, primeiro, passo a olhar de todo o jornal pra ver quais as notícias, o que é de mais interessante. Aquelas que eu acho mais interessantes é que eu vou lendo. Nós temos acesso a um jornal que é daqui da Diocese, do qual eu sou assinante. Nós recebemos esse jornal a cada dois meses e divulga muitas coisas interessantes, não só com relação à religião, mas também com relação a qualquer tipo de notícia. E eu acho muito interessante as notícias que são divulgadas nesse jornal. Eu acho interessante porque é uma forma de esta divulgando o que acontece dentro do município e também o que acontece nos municípios vizinhos. Se, digamos, esse município não tem outro meio de comunicação, então aí é uma oportunidade de estar divulgando as suas notícias.*

*Depois da chegada do PIMC, algumas pessoas que não faziam parte da associação começaram a fazer parte. Outras que não faziam parte da igreja, começaram a fazer parte. Passaram a acreditar mais na questão dos movimentos, nas articulação, então mudou bastante. E como esse pessoal começaram a participar mais das reuniões, também foi mudado com relação aos seus plantio, foi mudado nas reuniões de discutir, com relação a tá evitando as queimadas, as derrubadas, tudo isso são mudanças que vem acontecendo dentro da própria comunidade.*

*Eu atribuo à questão da criação da ASA, porque se não fosse a ASA, muitas dessas coisas não aconteciam nem na minha comunidade, nem em outras comunidades. Através das ações da ASA é que sempre vem acontecendo isso, essas mudanças.*

## 6.2. A história de Marilda e Pedro – Tejuco – Minas Gerais

Pedro Almeida Chaves, 64, e Marilda Barbosa Figueiredo, 48, são casados e têm três filhos: Aline, Gabriel e Pedro, com idade entre 28 e 15 anos. São também avós de Lucas, 10. Vivem na comunidade de Tejuco, em Januária, Norte de Minas Gerais. Agricultores familiares, têm um pedaço de terra em que criam umas poucas cabeças de gado, “botam roça” e, atualmente, plantam mudas, boa parte frutífera, para “ir fazendo a chácara”. A área de 12 alqueires é herança deixada pelo pai de Pedro, dividida entre os 12 irmãos. A casa em que moram fica no povoado da comunidade, distante 8 km da área de produção.

**Pedro** – *Eu sou presidente dessa associação que nós criamos que tem o grupo de mulher. A associação chama Associação dos Pequenos Produtores São Martin da Mangueira. E também sou presidente aqui dos feirantes, aqui da feira livre, eu sou presidente da Associação dos Feirante da Feira Livre de Tejuco e Adjacências. Mas, essa associação nunca foi registrada ainda não. Então, tá funcionano, mas nunca foi registrada.*

**Marilda** – *Eu sou aquela pessoa extrovertida, alegre, amiga. Sou dona de casa, e contribuo com o que eu posso com as pessoas, ajudo com o que posso. Eu sou sócia do Sindicato dos Produtores Rurais de Januária. Também sou sócia da Associação dos Pequenos Produtores de São Martin da Mangueira, participo de todas as reuniões. Essa associação tem o grupo de mulheres que a gente participa, sou coordenadora desse grupo.*

**Pedro** – *Minha leitura é muito ruim. Eu assino e leio qualquer coisa, mas é muito pouco. Dá muito trabalho pra mim ler, porque eu não estudei, não. Inclusive, naquele tempo do meu pai era assim. Aquelas pessoas que não entendia muito não, né? Não tinha muito conhecimento e eles por vim dum certo tempo, que não tinha leitura, ele achou que ia continuar pra toda vida. Só a roça. Não tinha essa mudança que tem hoje. Então ele não fazia muito interesse da gente ir pra escola. Tem as minhas irmãs que fez o quarto ano, porque depois de muito tempo, minha mãe resolveu que, por conta dela, ou de um jeito ou de outro, as meninas tinham que ir pra escola. Mas nós, homi, cinco irmão homi, nós era mais velho e foi governado por ele. Tinha que ser só na roça, não tinha negócio de escola, o negócio dele era a roça, não deixava a gente ir pra escola. Então, as meninas foram mais novas. Minha mãe resolveu e meu tio, que*

*morava na cidade, arrumou pra elas estudar, foi como elas conseguiram o quarto ano. Daquele tempo pra cá, foi mudando.*

**Marilda** – *Minha vida é aquela, em casa mesmo... Participano da Associação, no sábado reúne com as colegas... Se tem uma reunião, nós tamo dentro.*

**Pedro** – *Eu levanto, a primeira coisa que eu faço é agradecer a Deus por tudo que ele me dá. Sempre que levanto o meu pensamento é em Deus. A ajuda de Deus é tão grande que eu, na idade que eu estou, eu posso te falar que eu fui no médico uma vez. Eu tenho uma saúde que nem toda pessoa jovem tem.*

*Eu levanto, cuido disso daqui. Ali tem uma criação de coelho, tem uma criação de codorna, tem as galinhas, tem ganso, tem um cachorro marrado por ali... A minha vida é essa. Daqui à oito quilômetros tem uma bomba, dum poço artesiano, que eu saio daqui vou ligar, que é pra nossa comunidade. É daqui a oito quilômetro [feitos de moto]. Quando é as quatro horas da tarde eu tenho que tá lá de novo. Tem também lá umas criação, uns gado lá que é uma criação que a gente tem lá. É o cuidado da gente, porque é pequeno o local de criar e a gente sempre tá com ele na mão. A minha vida é essa: acordei aqui, meu pensamento é em Deus. Eu rezo e agradeço a Deus tudo que ele me dá, porque eu já levanto pronto pra tudo.*

*Eu só fico em casa de manhãzinha e à noite, porque durante o dia eu cuido aqui e vou pra roça. Chego meio-dia, aí almoço. Tem hora que Marilda fala: “moço, vai deitar um pouco”. Eu saio daqui e lá, onde eu tô formando a chácara, tem um pé de manga muito grande, enorme, eu forro uma esteira lá mesmo, eu deito lá e durmo. Tem dia que perco até a hora, porque lá não tem barulho nenhum. Aí quando é tardinha, lá pras quatro, é que eu venho embora.*

*De primeiro, aqui, tinha os riachos, chuvia mais. Não existia cavaeira<sup>98</sup>. As águas, porque tinha o riacho dali, outro daqui, outro lá daquele lado de lá, parece que a umidade era bem perto do solo, onde o pessoal plantava, ele ficava bem mais raso. Hoje, as cavaeria acabou com os matos. Os riachos secou, eu acho que foi mais por causa das cavaeria, e o povo fala que é por causa de muito poço artesiano. Então, as água é mais difícil. Baixou muito. Tá lá embaixo, no fundo, bem longe. A água daqui, dessa casa, vem daqui mesmo, da praça. Tem três poço aqui na praça; cada uma comunidade onde tem o pessoal, já tem um poço. Pode andar por aqui que tudo, tudo é cheio de poço artesiano. A água vem do poço pras casas por canos, pra todo mundo. Lá*

---

<sup>98</sup> Algumas carvoarias se instalaram na região. Os agricultores afirmam que essas empresas utilizam a vegetação nativa, inclusive das margens dos riachos, para fazer carvão. Atribuem à essa prática a seca dos riachos.

na roça também, do poço da comunidade de lá. A terra lá de onde eu tenho a minha roça era do meu pai e foi dividida entre os irmãos. A água fica nos nossos terrenos. Depois do terreno nosso tem os vizinhos. Aí a gente puxou a água pra os vizinhos.

Na agricultura, de primeiro, porque chovia mais, era mais fatura, dava mais. E outra coisa que cê não preocupava é porque antigamente não existia esse negócio de bater veneno e pasto, bater veneno em roça pra limpar roça com veneno. Então era uma coisa que era até melhor. Você não tinha preocupação com nada de agrotóxico e hoje a preocupação é grande porque em todo lugar tem.

Eu planto como o meu pai plantava. Eu não mudei quase nada, porque eu não tenho muito condições de pagar um trator pra gradear a terra. Eu sempre planto como meu pai plantava. Só a única coisa que mudou é que a gente teve umas capacitação e, pela capacitação, dá mais oportunidade da planta segurar mais. Mas sobre roça, eu continuo mais assim, do jeito que meu pai trabalhava. Parece que, ele não tinha estudo, mas Deus deu o dom pra ele. Ele não era muito de ficar de roça<sup>99</sup> e botar fogo, ele gostava mais era de fazer as coisas ajuntar, assim... Aquela bagaceira, paia de mio aquelas coisa, ia juntando no lugar de plantar. Aí ele fazia as cova, plantava. Aqueles coisa, no tempo de limpar, ele espalhava pros pé das plantas.

Antigamente a vida parece que era mais dura, mas era simples. Não tinha muita perseguição. Parece que o povo era assim, todo mundo humilde. Não tinha de você ficar cismado. Hoje, você sair daqui numa estrada, às vez você ter um celular, um dinheiro no bolso... Você não tinha aquela preocupação. A vida era dura, mas por um lado era bom, porque você não tinha aquela preocupação que você tem hoje. Você sai por aí, numa estrada dessa aí, ó... Todo lugar hoje tem maldade. Pode ser que cê sai com o dinheiro no bolso, com celular, com cordão de ouro e lá na frente você pode ficar sem. De primeiro não tinha isso. Você saía, ia pra qualquer lugar, não tinha preocupação. Então, a diferença que eu vejo, a vida de antes e a de hoje, é essa. Tem a facilidade, mas por outro lado, você já tem que ter cuidado.

**Marilda** – Já ouvi muito falar dessa palavra, Semiárido, mas até se for pra mim explicar, eu acho que nem vou conseguir... Semiárido é produtores rurais, campo.

**Pedro** – Nesses acompanhamento que a gente vai da Cáritas, desses encontro, a gente ficou sabendo sobre Semiárido, depois desses encontro da Cáritas. Semiárido pra mim é uma coisa que... que me ajudou e eu acho que... que nem só pra mim, porque... nos encontro que eu vou, eu pego lá as instruções e distribuo pra comunidade. Eu acho

---

<sup>99</sup> Ficar de roça significa ficar limpando o terreno, roçando o terreno, deixando a terra exposta.

*que eu vivo no Semiárido, porque é... uma coisa que a gente aprende e todo mundo tá junto e ajuda.*

*Eu já andei pra um bocado de lugar através da Cáritas, que eles covida a gente pra ir no encontro. Sempre que eles vem aqui ou que manda um convite, qualquer hora, eu tô pronto pra ir, porque foi aonde eu aprendi e tive, assim, a chance de capacitação pra qualquer evento.*

*Eu nunca fui nesses encontro de outras coisa não. Eu só participei, até hoje, foi só da Cáritas. Eu fui fazer uma capacitação de abelha sem ferrão em Cruz das Alma, na Bahia. Lá eu passei 13 dias. Fui também em outra cidade, próximo de Feira de Santana, fazer uma capacitação de barragem subterrânea, na Bahia também. E fui no Recife, num encontro nacional, num sei nem contar... nacional não sei de quê. Sei que eu fui. Passei lá foi seis dias, parece.*

*O que eu conheço da ASA é essas benfeitoria que eles doam pro pequeno agricultor. Igual essas caixa, essas cisterna de placa, essas cisternas-calçadão. É isso que eu conheço da ASA, o que eu sei é isso.*

*Essas caixas ajuda. Ali onde a gente mora, é uns oito quilômetros daqui lá, teve uma época que eu passei uns quatro ano, indo daqui pra lá com 700, 800 litro de água pra distribuir pra meus irmão que morava lá, que lá não tinha, não tinha água. E eu tinha duas carroça e eu colocava a pipa em cima. Eu arrumei uma pipa emprestada. Eu já contava os dias: tantos litro de água pra cada um e tal dia acaba. Aí eu já descia com a outra e distribuía. Hoje tem lá o poço artesiano e é água encanada na casa de todos e tem a cisterna que eles guarda a água da chuva. Lá na casa da minha irmã mesmo tem duas, tem uma cisterna-calçadão e a cisterna pequena. Essa cisterna pequena que é da água da chuva pra beber, ela usa durante o ano todo e ela não gasta a metade da água dela. Ela usa pra beber e pra cozinhar, mais é pra beber. E ela não usa metade da água. Ela não desce até a metade. Quando chega no tempo da chuva, ela não desceu até a metade. Ela tá mais da metade. Então, ajudou demais.*

**Marilda** – *Conheço a ASA pelas cisternas. Através da ASA essas cisternas veio pra região. Uma riqueza pro pessoal que receberam. Eu gostaria muito de ter uma, mas infelizmente não moro nessas casas afastada do povoado, eu moro no povoado, então... Inclusive essas pessoas receberam cisterna-calçadão, que possa tá plantando na horta, que possa plantar um pé de fruta, uma coisa assim que tá beneficiando ele próprio, né? E sem falar na água, que a água nossa aqui é uma água muito pesada, é muito calcário. E as pessoas que tem as cisterna bebe uma água mineral. E a água nossa*

*aqui, é muito calcário. Quem coloca água na panela pra ferver pra fazer café, vai parecendo cimento, é igual cimento.*

*Participação pra mim é tá nas reunião, participar das reunião, participar dos eventos, participar de tudo que a gente pode tá ajudano. Participo porque eu tenho meus filhos. Alguma coisa que eu estou ajudano e ensinano a eles também. E como nós somos pequenos produtores rurais, é o único meio da gente tá entrando na sociedade. Acho que mais participação é conhecimento. Pra mim conhecimento é tudo.*

*Esse grupo de mulheres que produz biscoito foi uma coisa boa que chegou pra nós. Até então, a gente aqui nunca teve oportunidade nenhuma de participar de nada, fora tá sempre dentro de casa e tal. Serviu pra tirar as Maria de dentro de casa, né? Foi muito bom. A reunião é todos os sábado, se reúne as mãe aqui da região. A gente tá fazeno o biscoito.*

*A gente também teve um benefício de dez mil reais através da Cáritas. E com esse dinheiro foi comprado o material da cozinha. Só que a coisa é meio difícil, porque a gente não tem o meio pra investir na matéria-prima.*

*Então, como funciona? Cada uma trazeno um potinho de cada de suas casas. Ai com esse pouco a gente vai juntar tudo, faz os biscoito, leva pra feira pra vender. Ah, também divide entre as mães que tava ali. E foi uma terapia muito grande pra gente ali, uma ajuda muito grande pra gente tá trabalhano, tá, assim, entre outras pessoas também. Foi muito bom.*

*Nossa, pra mim é um prazer tá ajudano a pessoa, apesar da gente não ser nenhuma psicóloga, mas tem pessoas do grupo, às vez tem um pobrema. Não é que traga o pobrema dele pra dentro do grupo, mas é uma coisa que cê gosta, saber acolher a pessoa, alegrar a pessoa. As vez a pessoa tá com pobrema lá com a família, a gente, entre conversas, e ele tá ali dentro do grupo, ele vai embora alegre. Às vez, as colega vem trabalhar, elas volta mais animada, elas volta mais... Sabe? Mais... É animada mesmo.*

*Eu já participei de uma caminhada da ASA aqui em Januária. Começou no alto de Januária e foi até a beira do Rio São Francisco. Muito maravilhosa, lindo mesmo. Já fui convidada também pra passeata das mulheres em São Paulo, só que não deu pra mim ir, mas eu fui convidada. A Cáritas manda o convite, a carta, e entrega a Pedro, meu marido, pra ele distribuir.*

**Pedro** – *Na Associação de São Martin da Mangueira eu sou presidente e cuido desses pobrema da água. Quando tem qualquer pobrema de encanação, quebrou, eles encarrega assim: “quem é responsável pra consertar é o presidente, vai atrás dele”.*



*Então tem que ir atrás de mim e eu não faço questão não, eu vou arrumar. Outra hora fala assim: “eita, lá em casa não tá indo água, o que é que tá acontecendo? Vai lá no presidente, ele tem que resolver, ele é presidente”. Então eles não tomam uma iniciativa deles mesmo ajudar. “Não, quem resolve é o presidente. Ele é presidente é pra isso”. Mas eu não faço muita questão de ajudar não, eu vou e resolvo o problema na hora, eu não tenho isso, não.*

*A associação faz parte da comissão comunitária das cisternas. Eu aqui sou como coordenador desses problema: eu, comadre Terezinha e Graça; é nós três os coordenador voluntário. Nós não ganha nada, não. É porque nós somos envolvido na Associação e pra nós... Nós já vem de toda vida é desse jeito. A gente já é da calabração com comunidade não é de agora, é desde o tempo dos meus pai era assim também. Então a gente não estranha, não.*

*Participação é pra mim é uma calabração. Calaborar. Se a pessoa não tem interesse de calabração e de ajudar alguém, ele não faz, pra ele é pesado. Mas pra quem é acostumado, e ele gosta do coisa de calaborar, ele se sente bem. Pra mim é isso. Eu me sinto bem é assim. Eu não quero a coisa só pra mim. Por um acaso, tem ali uma coisa pra fazer, tem uma pessoa pra ajudar, se eu não ajudar ele, pra mim não tá bem. Eu tenho que ir lá pra participar e ajudar.*

*Comunicação é a parte de orientar as pessoas. Às vez você não sabe de uma coisa e na rádio você fica por dentro. Você não sabia de uma notícia, você escutou, já tá por dentro daquilo. Na comunidade, a comunicação é rádio. A gente escuta, porque a notícia sai, ou de boa ou de ruim. É coisa assim: “fulano morreu. Fulano sumiu num cavalo, tava assim e assim, se você souber que avisa”. É assim, pelo rádio. A igreja, qualquer coisa que tive, apareceu uma notícia, uma coisa assim, a igreja avisa, a coordenadora.*

*Eu escuto rádio e vejo televisão todo dia. Eu gosto muito de assistir as reportage, de jornal. O jornal todo dia eu assisto. O Neném, meu neto, é chegado no programa do Chaves. Todo dia a gente assiste o Chaves por causa dele. Novela... Até da um sono, de vez em quando eu assisto. A rádio é a de Januária, tudo que passa no horário que eu tô em casa eu assisto.*

**Marilda** – *Comunicação acho que é tudo. Comunicação é tudo. Porque eu, sem comunicação eu não posso resolver nada. Acho que comunicação pra mim é tudo. Através do rádio, através da internet, através da televisão, através de telefone... Acho que é tudo. Na internet eu não vejo muita coisa, é difícil, que eu quase não paro assim pra mim prestar atenção, mas eu gosto muito de ver quando você vai pedir alguma*

*coisa pela internet, cê tá olhando aquelas coisa de comprar. Eu gosto mais de ver essas coisas aí. Meu menino tem 18 ano, tá na escola, ele usa pra estudar e, claro, pra esporte também, que ele é apaixonado. Já o outro, é pra comunicar.*

*Eu vejo jornal todos os dias. Não leio jornal de lê, não. Na televisão eu assisto mais as barbaridades e acho que coisas boas são poucas. Eu acho que coisa boa mesmo só quando você liga na Canção Nova, na TV Aparecida. Mas acho que se fosse pra gente viver de tudo que cê vê em televisão, cê nem vivia de tanta coisa ruim, tanta coisa cabulosa que você vê na televisão. Roubo, crime, tudo que cê vê de ruim tá lá. Assistio novela, mas de vez em quando, tem tempo também. Só assisto mais a das nove, porque todo mundo é filho de Deus, tem hora de descanso. Na rádio eu ouço mais a Rádio Januária. Não tem rádio aqui em Tejuco, tem em Januária, Mas é um meio de comunicação ótima.*

*Nós temos O Candeeiro. Nossa! Esse jornal aí foi maravilhoso, porque divulgou muito o trabalho nosso da feira e ficou uma coisa assim bem explicada. Não é questão que mudou, ajudou, né? Outras comunidade tiveram conhecimento do nosso trabalho, ficaram sabendo do nosso trabalho, como foi formado. Até porque essa feira, eu ajudei formar, eu e a diretora da escola. Aqui era um lugar que não tinha opção de nada. Nos domingos não tinha onde o pessoal ir. O pessoal aqui tinha uma mandioca, tinha uma laranja, um ovo, uma galinha, alguma coisa, eles tinha vergonha de oferecer as coisas deles.*

*Aí, um dia, a diretora da escola me chamou. Chegou lá em casa: “ô, Mara, bora ali na casa dos agricultor?” “Bora”. Aí chegam lá nós convidou eles e eles: “ah, não, não dá...” “ah, não moço, pode levar pra lá, a gente vai fazer uma feirinha”. Aí, nesse domingo, eu fui com ela. Eu, ela e a mãe dela. Nós fomos lá pra feira, botamos umas roupinha, levamos as banana de Januária, levei daqui o mel que meu marido produz. Quando foi no outro domingo, já veio mais gente. No terceiro domingo já veio outras comunidade, e tá até hoje. Então, assim, o pessoal tá levando o que eles tem no quintal pra lá, e vai levar pra Januária também. É difícil, não é fácil.*

*Eu divulgo a feira no serviço de alto-falante que tem. Se a gente quer arrecadar alguma coisa em benefício de alguém, uma pessoa doente, fazer uma mobilização pra ajudar o grupo de mulheres, a gente faz bingo, arrecadação de dinheiro. Se vai acontecer uma festa na feira, a gente vai lá, manda divulgar, e aparece todo mundo e ajuda mesmo. Ajuda. Todo mundo ajuda...*

*Eu acho que a política pública é tudo que o pobre precisa. Aí entra o benefício Bolsa Família... Tem que mais? Ah, aqui a gente é beneficiado com o leite... Aquele*

leite que o governo manda, como é que chama lá?... Bom, eu acho que toda coisa boa vem da política pública.

**Pedro** – Política pública eu entendi que era uma coisa assim pra ajudar. Pra ajudar as pessoa a entender mais manejo qualquer. É uma coisa da roça que ele não sabia e pra lidar com as pessoa. De programa assim, já ouvi falar em Bolsa Família, no programa das cisterna, já fiz o Pronaf pra comprar umas novilha praqui...

**Marilda** – Eu não tenho nada que reclamar da minha vida, não. Pra mim é muito boa, graças a Deus. Eu me acho a mulher mais feliz do mundo. Eu tenho uma família, graças a Deus, estruturada.

**Pedro** – Uma vez eu escutei assim: “ele tá fazeno isso daí porque ele tá ganhano. Tem razão dele tá correno de moto por aí, pois se ele enche o tanque de moto e não paga um centavo, a firma paga tudo”.

Eu quero dizer o seguinte, vou contar uma história: um dia saiu três pessoa pra subir uma montanha e essa montanha era muito alta. Tinha uma multidão que estava em volta da montanha e ficou achando difícil pra aquelas três pessoa. Um deles três subia e a multidão começou gritano, gritano, gritano, gritano e gritano que ele não ia conseguir. E ele quando chegou numa metade ele olhou pra trás, tava muito alto. Ele achou que era impossível subir, ele pegou e desceu. Pra eles que tava gritano, foi uma vitória que ele não consegue subir. Eles falou que ele não ia subir e ele não subiu mesmo.

E aí foi o outro. O outro foi e eles começaram gritar, gritar, gritar. Ele passou do outro e foi até quase no final, mas quando ele olhou pra trás, tava muito longe e ele desistiu, voltou. Pra eles foi uma vitória que ele desistiu.

E aí chegou o último. E o último seguiu. E eles começaram gritar, começaram gritar: “não consegue! Não consegue!” E ele seguiu e nunca ele olhou pra trás. Quando ele chegou lá no final foi que ele olhou pra trás. Pra eles foi uma derrota, porque eles achou que ninguém conseguia. Ele subiu e não desistiu. Ele não escutou nada porque ele era surdo.

Cido<sup>100</sup> falou que nos caminho tem muitas pedra. Se você saber desviar dela, cê vai embora. Foi o que aconteceu com ele. Ele subiu e não desistiu, ele não escutou nada ele era surdo. Subiu foi até no final. Então, as coisa é assim. Você não pode escutar muito o que o povo fala, senão você desiste. Você não pode dar ouvido pra muitas conversa que queira que cê desiste. Você vai embora, faz de conta que você é

---

<sup>100</sup> Agricultor da comunidade, vizinho a S. Pedro e D. Marilda.

*surdo. Você escutou coisa que vai te atrapalhar, você faz de conta que cê é surdo e vai embora. Você consegue.*

*Eu faço desse jeito. Eu sou o surdo, eu não escuto não. Pode me baroar do jeito que for, eu não tô ouvindo.” Ah, pra mim tanto faz, você pode gritar, eu não tô escutando”. Coisa que vai me atrapalhar eu sou surdo, eu não escuto não. Eu vou embora. Então, é desse jeito que eu faço. É igual a conversa de Cido: “óia, tem muitas pedra, você desvia, vai desviano dela, faz um carreirinho e vai embora”. O surdo foi desse jeito. Ele era surdo, podia gritar à vontade, ele nunca ia voltar e ele tinha que chegar lá. E é desse jeito que eu faço.*

*Eu sou uma pessoa humilde, gosto de fazer as coisa certa, eu sou contra coisa errada. Sou da roça, nasci e me criei na roça e até hoje eu sou lavrador. Eu aposentei por idade e minha pessoa é essa. Eu sou sempre, sou da roça. Tenho a minha família, que é tudo pra mim, o que eu tenho é minha família. Tudo que eu tenho é isso.*

*A minha menina casou, não deu certo com o casamento. Ela tem um filho, que pra gente é mais um filho nosso. Não, nem mais um, eu não tenho nem forma a gente comparar ele, porque ele é especial e pra nós ele é tudo, né? Então, em vez de ser três filho, pra nós é quatro, porque ele é também, e a gente cuida dele de quando ele nasceu.*

*Eu tenho o meu caçula que tá estudando lá na Escola Família Agrícola e minha intenção é que, a gente tiver nas condições, é investir nele, no estudo dele. O que é nós tiver a condições, da capacidade nossa, nos vamos fazer o que ele quiser, porque ele tem vontade.*

### 6.3. A história de Maria e Lúcio – João Congo – Minas Gerais

Lúcio Pereira da Silva e Maria Rodrigo da Silva. Ele, 84 anos, ela 82. Mas os números já começam a embaralhar na cabeça e, quando perguntados sobre que idade que têm, 10 anos a menos é a resposta, com alguma dúvida. O bom humor, com pitada de acidez, pontua a conversa do casal. Diálogo rápido, resposta entrosada de quem vive junto toda uma vida.

**Lúcio** – *Eu casei em 1950. Agora veja quantos anos tem daí pra cá. Foi um véio, Chico, que arrumou esse casamento pra mim com ela. Quando eu vi ela foi no dia que foi tratar o casamento. Posso dizer que vi ela no dia que nós casamos.*

**Maria** – *Nós só viu três vez. Foi assim, não tem essa coisa de namorar, não. Nunca tinha visto ele não. Falei: “Daí, se for uma onça, se for feio demais, eu não quero. Aí foi eu e uma irmã minha e mamãe e papai. Quando nós chegou na casa do véi, veio um neto dele, chama Cilistrino, um rapazinho sequim, era franzinim, feio que só o diabo. Eu falei: “Se for esse eu não quero de jeito nenhum”. Ficou eu pensando. Aí passado hora, veio ele. Passou assim, numa porta, como quem tinha medo de gente.*

**Lúcio** – *Eu tava na roça. Tava limpando era arroz.*

**Maria** – *Aí ele chegou. Eu vi abrir uma porta da cozinha, que a cozinha lá da casa tinha porta do meio. Aí ele saiu, veio, cumprimentou nós. Aí esse Chico foi logo falar assim: “Ô, aqui ô, o rapaz é esse aqui. Agora eu quero assistir o casamento deles e eu quero tratar o casamento hoje”. Aí eu olhei assim: “Antonce é esse”. Ele era bonito, hoje é que ele tá feio demais (risos). Era um rapazão fortão, bem bonito, encarado mesmo. Aí eu falei: “Ah, se for esse, eu vou de querer”. Aí o véio, o pai dele perguntou se eu queria. E deu problema deu falar. Esse Chico foi e falou: “Fala logo, minha fia. Fala, minha fia, fala logo, se cê quer. Eu sei que cê quer”. Aí eu fui e dei a palavra que queria. Aí nós tratou já o casamento nesse dia. Papai falou: “Pois é, eu já vim aqui, agora cê vai lá na minha casa também”.*

**Lúcio** – *Engraçado era a irmã dela. Era uma moçona véia. A hora que eu vi... No lugar da fechadura, da coisa da porta ali, eu oiei e enxerguei a irmã dela, véia, assim, feia. Falei: “Ah, mas se for aquela, eu não quero não”. (risos)*

**Maria** – *Ela já tava véia e tinha o cabelo ruim. O cabelo dela era a ruim, meu cabelo é bão mesmo, que meu cabelo era escorridinho, bão. Eu penteava ele e fazia umas trança. As trança dava cá no mei das costa. Aí ele olhou pela fechadura da porta,*

*disse que me viu: “Eu vou querer é aquela do cabelão, aquela do cabelo grande é que eu vou querer. Agora, aquela do cabelo ruim, não quero, não”.*

**Lúcio** – *A outra era feia e já tava véia. Tava veiona. (risos)*

**Maria** – *Até hoje ela nunca casou, essa irmã minha. Tá aí só; já caducando. Oh, dó dela... E nunca casou. Eu tinha 19 anos, quando eu casei. Foi bom demais o casamento. Nós fizemos a festa, papai matou gado, fez festa boa mesmo. Fizeram um baile. Eu nunca dancei. Aí os povo ia dançando no lugar e eu botano sentido. Mas eu não dancei de jeito nenhum, e o véi, o pai dele, disse que ficou alegre demais, porque disse que achou uma nora que não dançou quando casou.*

**Lúcio** – *E o fio dele, que era eu, dançava não, também não dançava não...*

**Maria** – *Ele não deixava dançar não.*

**Lúcio** – *Os fio homi dele não dançava também não.*

**Maria** – *Ele não dançava e eu não dancei. Fiz os gosto de papai, fiz os gosto do véi. E as roupa nossa! Cê vê, toda roupa nossa era assim: pisando na barra da roupa, era assim de comprido, nós não vestia roupa curta não. Papai não gostava, nem mamãe, com isso nós gostou também de vestir só roupa comprida, era desse jeito. Pois foi assim. E nós casemo. Morei no Joia, quando nós veio, nós ficou lá uns tempo, foi... Homi, nós ficou foi um ano, não foi? Ou foi dois anos?*

**Lúcio** – *Dois ano lá, morano mais ele.*

**Maria** – *Daí, o véi [pai do Lúcio] deu pra nojento. O véi era nojento...*

**Lúcio** – *Não deu certo morar mais ele não.*

**Maria** – *O véio queria me governa. E eu aguentava isso?*

**Lúcio** – *Mamãe era doente. Tinha vez que ela saía, ficava dois, três mês de tratamento lá em Januária. Eu que ficava, que tomava conta da casa. E papai era nojento demais. Era coisa que fazia pra ele, ele queria que fazia do jeitinho que ele queria. E eu fazia tudo, eu fazia almoço pra ele, fazia café, fazia janta, fazia tudo pra ele, né? Eu preendi tudo. Agora, eu não faço essas coisa mais, depois que eu casei e as fia foi crescendo.*

*Às vez, ela [Maria] queria ficar deitada e eu fazia coisa pra ela. Eu deixei de fazer, mas eu fazia tudo. Às vez, quando ela tava de dieta<sup>101</sup>, eu fazia farinha com mandioca, relava no ralo, truxia no pano e fazia farinha, torrava no forno. Até roupa eu lavava, cansei de lavar roupa. Sei fazer qualquer serviço, eu sei fazer qualquer um, mas hoje eu não faço.*

---

<sup>101</sup> Estava de resguardo dos partos.

*Hoje mesmo eu levantei, cendi o fogo e fui ver água lá na vasia. Liguei o rádio, tava aqui sentado. Ela levantou, xingando, falou: “É, mas por que que tu não fosse fazer o café pra mim? Quando tu fazia o café, era tão bonzím pra mim, me descansava”. Eu falei: “Mas eu já cansei demais de fazer isso, hoje não posso mais, não”.*

*Pelo modo que eu fui criado, eu criei meus fio. Hoje, tem vez que até neto eu vejo fazer umas coisa pros pai que eu não gosto. Acho tão esquisito, né? O jeito mudou. Tudo respondão. O jeito de educar hoje, eu acho tudo diferente. No tempo que eu criava meus fio, todo mundo falava. Papai mesmo cansava de falar: “É, de meus fio, parece que o que mais criou os fio do jeito que eu gosto é o Lúcio”.*

*Teve uma vez que eu respondi a meu pai. Mas pra quê? “Mas oia, o que foi que esse moleque me respondeu”. Eu vi quando ele foi lá panhou a corda, me pegou e tirou minha camisa. Fiquei machucado. As costa tudo ardendo. Aí eu fui deitei num banco assim. Mamãe veio chorando, pegou uma água morna numa bacia e pegou um pano e moiou naquela água com sal, passando naquelas coisa, naqueles ferimento. Mas doía demais. Era assim que ele fazia.*

*Agora, os meu fii, eu criei eles tudo bem criadinho, meus fii, todos eles. Tem o mais véio, o Manoel, nunca me responde uma coisa. Se eu falar uma coisa pra ele, ele obedece. Já não falo dos mais novo, porque esses mais novo nunca teve uma precisão disso.*

**Maria** – *De primeiro, era tudo difícil de aprender. No tempo de meu pai, não atendia sair pra escola não. Fez uma falta danada. Deixava não, deixava o quê?!*

**Lúcio** – *Eu aprendi assinar meu nome. Mas, coisa mais difícil... Primeiro era pra ir pra escola, chegar cinco horas, e ainda ir pra roça, trabaiá até um pedaço da noite, pra descontar aquele tempo que eu tive na escola. Aprendi assinar meu nome assim, né? Estudei poucos mês, mas Deus me ajudou, que eu preni ao menos assinar o nome. Sei ler um pouquinho, né?*

**Maria** – *Quem não sabe ler é eu.*

**Lúcio** – *Eu magino um irmão meu. Estudou três anos aqui no Campo Redondo e não aprendeu nem a assinar o nome. Ele escrevia, mas era errado, ele escrevia errado, as letra ele tanto escrevia...*

**Maria** – *Depois, nós veio morar aqui. Saímo da casa do véi e viemo pra cá. Pra buscar água, nós panhava e tinha ladeira, tinha ladeira pra gente subir, tinha embaixo pra gente descer. Eita pilora! Que a gente sofreu... Era assim, que isso tudo já aconteceu comigo. Eu com umas cabaçona, porque desse ano ninguém não achava nem*

*balde, nem nada, era cabaça. Aquelas cabaçona. Aí botava a cabaçona na cabeça. Quando foi chegando aqui na entrada do terreiro, eu escorreguei no sabuco e bati no chão, junto com a cabaça. A cabaça bateu no chão, caiu. A água correu por dentro da roça, lá pro mato. Repare esse sofrimento meu... Aí, tornar panhar as vasia d'água e foi voltar, foi buscar mais água. Era assim que nós sofria. Sofrimento...*

**Lúcio** – *Outras vez, a gente viajando, encontrava um que vinha com mais sede que a gente. Pedia água, a gente tinha que tirar daquela água que a gente vinha trazendo pra dar a um passageiro. Proquê a gente achava que era ruim a pessoa, um precisado, carecido, a pessoa com precisão, tá com sede e pedir alguma pessoa na estrada e ele não dá, ele tano com a água. Eu acho que é pecado, eu acho que Deus castiga a gente por causa daquilo, né?*

**Maria** – *E acabamo nós passando por cima da água aqui, sem a gente saber. Aí foi que Deus deu preparo pra nós saber, que esse menino aqui (Ednan) foi o que estuiuçou a água, que foi ele e o rapaz que achou, o homi lá... Como é que chama? É... Geraldo que é chamado. Geraldo Cardoso.*

*Pois esse Geraldo Cardoso enfrentou de abrir um poço aqui, aí nós atendeu... Mas esse homi veio, passou o lugar todinho pra mode vê onde é que tava a água. Girou esse lugar aqui tudo, caçando. Não achou. Aí, desceu ali pra baixo na lagoa, que lá quando chove ajunta água. Que Deus preparou lá o canto, falou: “é aqui”. Aí, Deus ajudou, que nós pôs o homi que fura o chão, que furou, e Deus deu a água, que nós tá vivo agora é por causa da água. Foi esse homi e esse fio meu (Ednan) que escrafunchou – esse é habilidoso! Esse poço. É isso tudo... E tem água.*

**Lúcio** – *Aqui, naquele tempo, quase não tinha essas coisa sobre reunião. Era meio difícil, era assim, bem devagar. [Pra avisar alguma coisa, uma reunião], a pessoa precisava ter que sair na perna e ir onde era de certo de ir, né.*

**Maria** – *Fazia era bilhete, mandava. Botava no correio. Primeiro era isso, nós fazia era carta, depois ia no correio, aí botava no correio.*

**Lúcio** – *Hoje, nós ouve a rádio comunitária. Nós gosta muito dela e ela aqui pega boa que só mesmo, né? Tem uns [jovens da comunidade, netos, inclusive] que começou a ir [pra rádio] gostando muito. Depois uns afastaram, assim meio desorientado, não sei por que motivo. Não sei se elas queria trabaiá pra ganhar algum dinheirinho. Eu acho que é por isso...*

*Antes, tinha as muié que oiava a outra [as parteiras]. Médico aqui não tinha. Tinha as muié véia. Nos tempo véio, antigo não tinha [médico] não. Tinha um entendido. A gente tomava remédio de algum entendido, um cartomante da Januária.*



*Vinha um Policarpo. Hoje eu sei que não tem mais, né? Policarpo era um cartomante que era muito bom pra dá remédio pra gente. Ele vinha de Januária, chegava aqui, o povo pegava ele, daqui pra Ibiracatu, Campo Redondo, pra dar remédio pro povo. E ele era bom pra dar remédio que só mesmo.*

**Maria** – *Ele mesmo já tratou de mim, de inímia.*

**Lúcio** – *A pessoa tava lá queimando de febre, ele mandava moia uma coberta, uma toalha de banho, bem moiadinha, e mandava a pessoa deitar lá. Tirava a camisa da pessoa e cobria a cabeça com aquela toalha e ora, que batia em cima das costas chegava a levantar fumaça. Então fazia assim, que era pra poder tratar da pessoa, né? E dava o remédio e todo mundo dava bem com o remédio dele, né?*

*Era remédio de planta, farmácia, banho de remédio do mato. Ele ensinava banho demais, pro povo tomar banho do santo cisco, que é uma rama que tem no mato, com nome santo cisco. Aqui tem ele, né? E o povo tomava banho dele e dava bem.*

*Ele tratou de um menino meu. O menino mais véio meu pegou uma febre de uma catapora, aquela febre de varíola – que hoje não tá tendo isso mais, mas antigamente isso matava gente que só. O menino pegou uma febre intermitente, endureceu um braço e uma perna. Aí, ficou aí e foi emagrecendo e ruim, não alimentava.*

*Aí, Deus tomou ele [o Policarpo] de lá da Januária praqui. Eu fui lá em Campo Redondo atrás de remédio pro menino. Cheguei lá, contei como é que o menino tava, ele fez a vigia. Falou: “É, moço, seu fii tá ruim, mas eu vou mandar uma porção de remédio”. Mandou um vidro de remédio pro modo eu dá o menino assim: “Você dá essa porção de remédio pra ele, que ele tem dois caminho, duas saída pra ele escapar. Se ele, amanhã, amanhecer melhorzim, a febre amanhecer mais calma, você vem aqui, bem cedinho, que, coisa de vitória de Deus, eu trato de seu filho.”*

*Aí eu cheguei, dei o remédio pro menino. No outro dia, ele amanheceu com a febre mais maneira. Ele falou: “Cê vem amanhã, quanto mais cedo melhor”. Eu saí daqui de madrugada, cheguei no Campo Redondo, ele já tava na porta esperando. Fui chegando, cumprimentei, ele falou: “Como é que tá o menino, a saúde do menino, lá?” “Rapaz, ele amanheceu com uma melhorazinha hoje, a febre manheceu menos”. Ele falou: “Pois eu vou mandar um remédio pra tu dá pra ele, porque eu não posso ir, que eu tô muito apertado aqui. Vou mandar um purgante preparado pra ele, cê dá o purgante dele”. Preparou o purgante dum tal de ruão, que tinha antigamente, esses era o remédio, né, num vidro grande assim. E eu trouxe o remédio.*

*Quando eu cheguei na porteira minha sogra tava aqui. Ela conheceu o remédio. Ela tinha muito medo de morrer (risos). Disse pra não dá o remédio ao menino, porque*

*o ruão é o derradeiro remédio que se dá a pessoa, né? Quando eu fui chegando com o remédio ela falou: “Ô, meu fii, pra que é esse remédio?” Eu falei: “É pra dar o Manoel”. “Eita, meu fii, por amor de Deus” – chegou ajoeiá nos meus pé – “ tu não dá esse remédio ao menino não, se tu dá esse remédio, mata ele. Passa logo um cacete e caba de matar”. Eu falei: “Não, o remédio eu truxe pra dar”.*

*E ele [o policarpo] ainda falou assim: “Você leva o remédio e dá ao menino. Agora, se ele tomar e não fazer efeito, é morto o menino”. Ele falou assim comigo, né? “Mas cê dá o remédio pra ele, se fazer efeito, seu fii, ele escapa”.*

*Aí ela [Maria] falou assim: “Não, tem que dá o remédio pra ele. Do jeito que ele tá, se tomar o remédio e morrer, é porque ele tinha que morrer, não é o remédio que mata, não.” Aí ela saiu pra ali, quase desmaiando: “Eita, meu pai do céu, o menino vai morrer, ele vai morrer.” Eu falei: “Morre, não”. Dei o remédio a ele. Dei o purgante pro menino.*

*Chegou aqui um homem, o Ernesto, ele veio mais uma a neta da minha sogra, uma moça. A minha sogra fala: “Ô, Ernesto, tu vai mais o Lúcio lá na fonte e eu fico aqui mais a Maria. Eu sei que esse menino vai morrer e ela não guenta ver ele morrer”. Aí eu panhei a cabaçona desse tamanho aqui e fui pegar água lá no Joia, longe daqui. Imagina, nós pegava água lá e tirava uns dois quilômetro, aqui não tinha água. Fui mais a menina, mais a moça, neta dela.*

*Quando eu cheguei aqui, o remédio já tinha feito o efeito. No outro dia, ele já amanheceu melhorzinho, a febre amanheceu passada, o braço começou amolecer – que o braço dele virou assim, podia pegar, irribar, mas o braço não mexia, né? Colado assim, e a perna também.*

*Ela falou: “É, pois se esse menino não morrer, de agora em diante, eu não tenho muito medo da pessoa tomar ruão, não, que eu sei que não mata assim mesmo, não”. E tratou do menino assim. Esse Policarpo tratou desse menino. Agora, ficou uns dez dias, ele emagreceu tanto que não podia sentar na cama. Sentava ele na cama, ele caia. Ele já tinha cinco anos. Eu ficava perto dele segurano nele pra não cair. Mas escapou. Taí, vivo, até hoje.*

*Hoje, eu não tenho irmão, nem irmã. Tinha quatro irmão, morreu tudo, os irmão morreu tudo. Morreu pai, morreu mãe, morreu tio, morreu tia, morreu padrinho, madrinha. Hoje tá eu aí, que nem uma andorinha sem verão. Tem os filho, os neto que tá com a gente. Porque parece que eu não fui muito ruim. Eles também não é muito ruim pra mim, não. Todos eles me estima, de grande a pequeno, é filho, é neto, é nora; é tudo. Acho que não tem uma dessa que pode falar assim, que eu já fui ruim pra eles.*

**Maria** – Tá veno nós aqui? Nós nunca briguemo dentro de casa. Nunca eu apanhei de marido, graças a Deus, eu é que não vou apanhar mais não. Ando apanhando, porque ando doente. É a pisa que eu ando tomando, é só as doenças. Mas nós nunca brigou. Nós nunca discutiui dentro de casa.

**Lúcio** – Eu tô achando ruim que a senhora tá caducando demais (risos).

**Maria** – Ele diz que eu tô caducando e ele também.

**Lúcio** – Foi fazer o café...deixou o açúcar pra por na água, pôs uns sal (risos).

**Maria** – Onde foi que tu tomou esse café com sal aqui?

**Lúcio** – Vai fazer o café, despeja a água na vasia de fazer o café, passa a água no bule, quando vai provar... (risos)

**Maria** – Eita, mentira. Um homi véi desse jeito, contano mentira.

**Lúcio** – Não, mas já aconteceu. Eu não conto mentira, não.

**Maria** – Pouco, não.

**Lúcio** – Quando eu conto uma coisa é verdade. Eu sou uma pessoa que eu não minto. Eu não gosto de contar mentira.

**Maria** – Mentiroso!

**Lúcio** – Quando eu sei de um caso e que uma pessoa vai [contar], que não é do jeito que eu sei, eu fico danado de raiva e da vontade de falar: “Não é assim não, o caso é assim!” Eu não sou... Num gosto de mentira (risos).

**Maria** – Pois é, assim como tu vê que eu faço café com sal, por que tu não faz um café com açúcar, ao meno pro mode eu vê? Ele nunca fez. Ele acende o fogo aí, o fogo dá o tempo de garrar na panela e ele não faz o café.

**Lúcio** – Ói, mas isso aí, pode provar que eu já falei isso aqui, não foi?

**Maria** – Ele não faz café, não faz nada.

**Lúcio** – Eu já falei aqui, óia, isso daí que cê tá falando aí, eu já falei, já tá sabendo que antigamente eu fazia isso tudo.

**Maria** – Pois é, mas acabou.

**Lúcio** – Mas hoje, não faço.

**Maria** –Nós pode deixar de fazer, depois que morrer, aí é o jeito. Nós tamo dentro de casa, aí tem que fazer um dia que a gente não pode, dia que eu não posso fazer.

**Lúcio** – Depois as menina foi cresceno...

**Maria** – Ficou fiado nas menina... ah... (Silêncio... Risos)

#### 6.4. A história de Edilene e Ednan – João Congo – Minas Gerais

Edilene Gonçalves Cenário da Silva, também conhecida como Édina, 45 anos, casada com Ednan Pereira da Silva, 46 anos. Ela, nascida em São Felipe e ele em João Congo, duas comunidades rurais do município de Varzelândia, Norte de Minas Gerais. Pais de cinco filhos. Amargam até hoje a morte do mais velho, ainda pequenininho. O casal atribui a morte à desnutrição, que acometia muitas crianças da comunidade, situação que mudou na última década. O restante da prole segue sadia: Ronan, 16 anos, Ednéia, 15, Tamires, 13 e Anderson, 12.

**Ednan** – *O nome de João Congo é por causa do pássaro que tinha aqui, com esse nome de João Congo. Aí, meu avô achou por bem colocar o nome na propriedade de João Congo. Era fazenda Arapuá. Tem ainda o nome por Fazenda João Congo, mas o povo já sabe: é Comunidade de João Congo.*

*Por motivo de ter muitas lagoas, tinha água. Aí esse pássaro vinha demais. Por desmatamento e porque tinha pessoas que, às vezes, até matava eles. Foram acabando, foram acabando todos aqueles pássaros.*

*Esse nome de comunidade começou depois, aos poucos, mais ou menos de 90 a 95 [1990 a 1995]. Antes, não existia esse negócio comunidade. Depois que foram criando as associações, aí começou a falar comunidade, comunidade Cruzeiro, comunidade João Congo... Hoje, todos esses lugares chamam de comunidade, mas não tem muito tempo isso. Era Fazenda Cruzeiro, Fazenda Joia... Era mais por fazenda. Por a terra ser pouca, achamos por bem mudar: em vez de ser fazenda, ser comunidade.*

*João Congo todo é hoje dividido em três comunidades: João Congo, Cruzeiro e Lagoa do Joia. Hoje, essa terra tem 99 alqueires<sup>102</sup>. Aqui em João Congo são sessenta e duas famílias, tudo da mesma família. O povo, os mais velhos, começou a morar aqui*

---

<sup>102</sup> O **alqueire** foi uma das medidas agrárias mais utilizadas pelos fazendeiros, mas atualmente ele é considerado uma medição imprópria, em virtude das diferentes quantidades de m<sup>2</sup> utilizados pelos estados brasileiros. O alqueire paulista é equivalente a 24 200 m<sup>2</sup>, o mineiro e o goiano correspondem a 48 400 m<sup>2</sup>, enquanto que o alqueire da região Norte é igual a 27 225 m<sup>2</sup>. Essa inconsistência de medidas entre os estados e a deficiência organizacional quanto à equiparação da unidade alqueire, tem contribuído para que os proprietários de terras abandonem esta unidade de medição, prevalecendo uma medida de padrão nacional, como o hectare. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/matematica/medidas-agrarias.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2013>. Informações sobre todas as medidas agrárias podem ser obtidas no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no seguinte link: <[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA\\_MEDIDA\\_AGRARIA\\_NAO\\_DECIMAL.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2013.

em João Congo, mais ou menos, em 1930, 1940. Eram agricultores, viviam mesmo só da agricultura.

*Eles tinham que sobreviver aqui na comunidade, seja lá de que forma fosse, mas tinha que ser aqui na comunidade. Mas a produção deles superava a de hoje, mas era por o espaço ser grande, pouca família. Então, tinha como produzir melhor também. Era pouca gente morando na terra. Era muita terra e pouca gente.*

*Naquela época chovia era 40 dias, entre dia e noite, direto. Plantava uma medida de feijão<sup>103</sup>, se colhia o correspondente a dez alqueires. Agora tem diferença na terra. Dependia, plantar no lugar mais alto, ser muito bom de chuva, aquele produzia. Aquele que plantava mais baixo, às vezes não produzia, porque era muita chuva o feijão melava, que é chamado melar, né? Derretia tudo.*

*Também tinha muita mata em volta. Hoje não tem nada em volta, não tem mata mais. Além que é muita gente, muitas famílias mesmo pra tá plantando em pouca terra, além disso o povo desmata.*

*O agricultor não consegue por isso na cabeça, separar isso, aí só fica naquela história: “ai esse tempo, ai era melhor...” E ninguém faz nada pra que volte esse tempo. Como é que se volta esse tempo? Será que tá muito difícil voltar esse tempo – voltar de 1940 pra hoje, 2012? Será que é muito difícil voltar isso? Eu ainda tenho na minha consciência que pode demorar um pouco, mas vai conseguir, é só cada um pensar a forma de, daqui pra frente, fazer, preservar mais a natureza, saber a forma de desmatar, saber tá captando a água da chuva. Eu acho que isso volta, volta esses anos, só acreditar que é capaz de voltar.*

**Edilene** – *Eu nasci na comunidade de São Felipe [próxima a João Congo]. Quando foi em 88 que eu me casei vim morar aqui. Eu nem sei direito como que isso [de conhecer o Ednan] veio a acontecer. Eu só sei dizer que nós somos da mesma família, que ele é primo carnal de mim, mas, no caso, primo segundo meu. Depois nós se encontrou e começou namorar, acho que nós namorou uns três anos. Aí, depois, casamento. E aí me mudar pra cá, pra comunidade.*

*Quando a gente veio morar aqui, nós tinha dificuldade com água, que era longe. A gente tinha que pegar na cabeça pra construir a casa. A primeira casa que nós construimos aqui foi de adobe. Nós pegava nas lagoa, nuns tanques ali em baixo, no barreiro. Dá quase um quilometro daqui lá. Pra gente beber, pegava na cisterna, mais longe ainda.*

---

<sup>103</sup> Na região do Norte de Minas uma medida equivale, aproximadamente, a 2 Kg.

**Ednan** – A cisterna<sup>104</sup> era mais ou menos há dois quilômetros.

**Edilene** – A energia elétrica chegou aqui em 2001, que começou a fazer toda a distribuição. Não só aqui nessa comunidade, mas nas outras comunidades vizinhas. Até 2001, nós não tinha energia aqui ainda. Era muito difícil demais. A gente tinha naquela época o aladim<sup>105</sup>, as vezes a candeia, que é o candeeiro<sup>106</sup>. E o aladim, assim mesmo, nem todas as famílias tinham. Mais era a candeia mesmo, que usava o querosene. E era só isso que podia usar, né? Não podia usar mais nada, a não ser um radinho de pilha e mais nada. O sofrimento era grande, né?

Eu fui a primeira professora aqui na comunidade. Tinha criança aqui de 12 anos que nunca tinha ido à escola. Eu trabalhava como professora e servente ao mesmo tempo. Até mesmo pegar água, eu pegava água na cabeça, pra fazer merenda pra essas crianças. Só que valeu a pena, muitas crianças aprendeu a fazer os nomes comigo. Trabalhei uns dois anos, aí não aguentei mais. Parei, porque depois já veio o primeiro filho. A gente ficou só trabalhando na roça, tentando a vida. Depois já foram vindo os outros filhos...

Quando foi em 95 surgiu a ideia de formar uma associação. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de João Congo. Essa época eu já tinha três filhos. A primeira reunião foi aqui em casa. Depois disso, a gente começou a organizar junto. Aí as autoridades acharam por bem abrir um poço artesiano aqui na comunidade. Só que tava um pouco distante, que foi lá em baixo. A gente pegava a água na cabeça de lá pra cá. Era num jeguinho com carga, com carro de boi, no tamborão, ia trazendo pras casas. Sei que de uma forma ou de outra tinha água nas casas, que o pessoal tomava as providências e trazia. Foi quando nós começamos a plantar as primeiras plantas aqui no quintal. Às vezes, molhava duas a três vezes por semana. Depois que a água chegou de vez na casa de cada um, aí melhorou cem por cento, né?

**Ednan** – Pra gente chegar até aqui, só foi através do projeto com as entidades não governamentais. A gente fez o projeto, foi aonde arrumaram recurso pra comprar tudo: o encanamento, fazer a distribuição, construir caixas<sup>107</sup>. Pra construir e fazer tudo isso foi de mutirão. A comunidade era muito grande, dentro de poucos dias todo mundo tinha água em casa, que todo mundo foi ajudar abrir valeta no chão pra colocar

---

<sup>104</sup> Em outros estados conhecida como cacimba.

<sup>105</sup> Luminária cuja chama é alimentada por um pequeno botijão a gás.

<sup>106</sup> Pequena luminária cuja chama é alimentada a óleo.

<sup>107</sup> Reservatório

os canos. Mais de três quilômetros de tubulação. Foi aberto valeta nisso tudo, de braço.

Essa distribuição toda foi feita em mutirão, não gastamos dinheiro do projeto pra fazer isso. O projeto foi pra comprar tubulação e construir a caixa. Mas, cada família recebeu até a torneira, até a torneirinha foi comprada com o projeto. Na época, esse projeto ficou no valor de treze mil [reais] e alguma coisinha; que deram pra fazer todo esse serviço.

A gente via no olho de cada família, né? Porque quem pegava água na distancia de dois, três quilômetros, na cabeça, pra ele ter uma torneirinha na casa, aquilo pra ele já queria dizer, assim, que tinha melhorado cem por cento. Apesar dos outros sofrimentos, mas a gente vê isso, a gente via isso no olho de cada um. Depois que essa água chegou em casa, então tinha tudo pra poder crescer, plantar mais. Então, ajudou demais mesmo, aquilo era uma alegria. Depois, qual foi o pensamento da comunidade e das entidade? “Agora vamos caçar um jeito de fazer um projeto de uma segurança alimentar”. Foi buscar também nas mesmas entidades. E aí é que toda família teve o direito de ter sua hortinha no quintal.

Ó, pra ver como as coisas mudam: nessa época era 35 famílias que faziam parte, que tinham horta no quintal. Hoje, hoje tá com 60, parece que 62 famílias, pode ser que tenha até mais, talvez eu já esqueci de alguma, mas é mais ou menos isso, 62 famílias. Aí, a gente vê que foi um passo grande que a comunidade deu. Tinha muitas famílias que uns acham que tá bom, outros acham que não, que tinha que mudar. Então, vamos buscar apoio.

A gente foi discutir junto com a Associação: o que era viável pra comunidade? O que a comunidade precisava mais? Foi aonde a gente discutiu sobre uma fábrica de farinha. Aqui, fazer farinha é relar tudo no ralo. As pessoas pegavam aquele monte de mandioca, relava tudo no ralo pra fazer duas, três sacas de farinha. Aquele sofrimento. Trucia no pano. Era um sofrimento grande. Aí eles acharam por bem fazer uma casa de farinha.

A gente começou, mas achou que poderia ser uma coisa maior. “Em vez de construir a casa de farinha, nós vamos deixar essa casa aqui pra construir uma casa de semente”. Depois já vem outra ideia: “nós poderia aqui é fazer outra coisa, vamos fazer pra colocar uma rádio comunitária”. Tudo bem: vamos fazer. Aí, a gente foi construindo aos pouquinhos. Mas nem aparelho tinha. “Da onde é que vai vir?” Aí, de conversa com o pessoal da Cáritas, surgiu. “Nós temos uma rádio que está localizada em tal lugar. Nós vamos levar pra lá.” Foi aonde que se chegou a essa conclusão.

*Dentro desse projeto nós fizemos a fábrica de farinha, grande, e mais a casa de semente e a rádio e mais um cômodo, que é pra uma farmacinha de remédio natural, que é remédio que vai ser produzido na própria comunidade. Então, isso tudo surgiu ao mesmo tempo.*

*A casa de farinha é comunitária, aberta pra todos estarem usufruindo daquilo que é da Associação. A manutenção é a Associação que paga. No mês de maio a gosto se produz em torno de 20, 30 sacas<sup>108</sup> de farinha. Esse ano, no mês de maio, foram feitas mais de 50 sacas. Aí parou. Agora não tem ninguém trabalhando. Vai começar no mês de agosto de novo. A hora que começar a querer chover, é que eles vão fazer farinha. É tradição fazer de maio ao mês de agosto.*

*A casa mesmo tá funcionando tem uns quatro anos. A gente já doou uma área grande pra fazer uma roça comunitária, que é pra sustentar a casa. Um ano plantou. Só que depois que plantou, tirou aquela, o povo não plantou mais mandioca, que era a sustentação da casa.*

*A casa de semente também é uma casa comunitária, pensando na comunidade toda. A gente vem fazendo esse trabalho há três anos. A gente percebe que, enquanto não pegar a comunidade toda pra fazer o trabalho, a gente não vai chegar a lugar nenhum. Cada família tem direito a uma quantidade de sementes. Se ele levar cinco quilos, vai ter o compromisso de trazer dez, que o ano que vem ele vai precisar de plantar. Às vezes, ele cresce a roça dele, ele já pode contar com dez quilos. Então, é pensando, não só naquele ano, mas pensando contínuo, né? Pra todo ano ele ter aquela semente.*

**Edilene** – *Outra coisa, a maioria das vezes a gente tem uma semente boa e a gente acaba deixando perder. Aí vai comprar essas sementes fora, nos mercados. Às vezes, a gente compra e não é uma semente boa, que não vai dar certo no terreno da gente. A casa de semente é importante porque pode tá deixando a própria semente que eles vêm que é boa, que dá certo no terreno.*

**Ednan** – *Então, a casa de semente veio pra isso, pra que cada um tivesse sua semente boa, de qualidade, sem tá precisando usar agrotóxico, veneno, até mesmo de tá preocupado com adubo. E também pensando na venda, porque eu me lembro, essa comunidade era a comunidade que mais produzia milho aqui. As pessoas passavam era com caminhão, era carro de boi, e as famílias vendiam tudo baratinho.*

*Por essas coisas, ele vai ter que guardar semente, ele vai ter que pensar que vai plantar no outro ano e, a sobra, que ele vai falar assim: “eu tenho semente pra*

---

<sup>108</sup> Uma saca tem 50 kg.



vender”. *Aí, a gente vamos caçar meio de vender pra ele. Vender por um preço justo. O agricultor tem que valorizar o trabalho dele, porque ele sofre muito pra trabalhar. Então, por que na hora de vender, tem que vender barato? Porque o que a gente vê também, que os comerciantes hoje compram o milho tudo a vinte reais ao agricultor. Só que o agricultor vende tudo no mês de maio e junho. O agricultor vende tudo, quando é no mês de setembro pra outubro, ele volta lá na loja e vai comprar tudo a quarenta reais. O agricultor faz assim. E isso é todo ano, todo ano...*

*Muitos vendem é porque precisa mesmo, se obriga a vender por esse preço porque se ele não vender aquele milho, como é que ele vai comprar outra coisa, né? Pra poder sobreviver. Isso cai mais no centro daquele mais pequeno. O agricultor, quanto mais pequeno, mais que sofre. É aquele sonho, que isso vai mudar um dia, né? Eu penso que ainda muda, né? Não pode ser desse jeito, direto. A discussão é essa. A gente tá discutindo, tem estatuto, tudo isso. E a gente tá querendo se organizar, a partir desse ano, desse jeito.*

*Então, isso tudo surgiu ao mesmo tempo. Tem coisa que falta ainda por em prática, mais já tá tudo pensado, as estratégias, como que vai fazer. Com conversa com a comunidade: “qual é o seguimento que nós vamos seguir?”, aí um dá ideia de um jeito, outro da de outro e a gente vamos... Mesmo que demore. Tem algum projeto que tem dois, três anos que tá pensando como é que faz. “Será que nós vamos fazer assim?”. Por isso que muitas vezes demora, mas isso é em conjunto com todo mundo. Nós temos hoje um número de 72 sócios na comunidade que faz parte da Associação, 72. Eu queria que a comunidade crescesse num nível só, pra que ninguém ficasse pra traz. Por a comunidade ser toda sofrida, tem que ter igualdade. Porém, a igualdade só ia acontecer depois desses trabalhos comunitários, depois de fazer esse trabalho pensando em cada um.*

*Eu sou superanalfabeto. Não tive a oportunidade de estudar nem o primeiro ano completo.*

**Edilene** – *Só assinou o nome ele.*

**Ednan** – *Hoje eu vejo a dificuldade. Mas apesar de todas as dificuldades que a gente tem, a gente tenta. Eu gosto muito de usar a palavra do Elzio<sup>109</sup>: “sou analfabeto, mas tudo aquilo que eu aprendi, eu consigo passar pra qualquer um professor”. Então, a gente não tem o estudo mesmo. Tem coisa que a gente fala totalmente diferente, as pessoas não vai entender. Mas a pessoa vai perguntando, até chegar aonde quer chegar, né? Tem que ser dessa maneira...*

---

<sup>109</sup> Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia.

**Edilene** – *E eu só tenho a quarta série, viu? Aí, eu leio muito jornal, muita coisa. Consigo ensinar os meninos a fazer tarefa, sei as quatro operação de conta, que naquele tempo, a gente aprendia, né? Bastante mesmo. Hoje, já é diferente. Às vezes, o menino tá na oitava série e tem hora que eu consigo ajudar ele e fazer a tarefa.*

*Quando eu terminei a quarta série, eu tinha 14 anos. E as professora também não era formada, muitas dela tinha a quarta série também. Fiz terceira e quarta série, recebi diploma da quarta série, e naquele tempo: “tá bom demais minha filha. Tem que trabalhar”. E como tava bom mesmo, né? Pra uma família de lá da zona rural, já tinha importado demais chegar à quarta série. Podia contar os filho de quem fazia isso, né? Quando os pais importava demais.*

**Ednan** – *Era mais difícil do que tá hoje. As coisas vai mudando. Era muito difícil pra gente estudar. Tinha que andar muito pra ir numa escola, não tinha transporte. Hoje não, hoje tá fácil. As escolas tá próxima e, além disso, tem transporte, tem a casa do aluno, material pra estudar. Eu, que estudei pouquinho, muitas vezes ia pra escola tinha que levar uma folhinha de caderno, porque não tinha condição de comprar um caderno, caderninho pelo mais ruim que fosse. Hoje, os meninos vai pra escola, não guenta a bolsa de caderno que leva. Então, pra ver quanto as coisa mudou.*

*Material pra escola, isso era difícil demais. Qual era esse pai que guentava sustentar? Não tinha condições, não. Ele [o pai] não tinha condição de comprar nem um caderno pra ele [o filho]. Isso não tem muito tempo não, dez anos, quinze anos, que isso veio mudando.*

*Quando eu vim morar aqui, não tinha nem um pé de árvore nem pra esconder, assim, um frango, por causa do sol, pra ficar na sombra. Eu me lembro disso hoje, nunca esqueci: passou um técnico da Emater e falou assim: “oh, Ednan, esse quintal seu tá precisando ser plantado alguma coisa, porque não tem sombra nenhuma”. Do dia que ele falou isso, aí eu comecei a plantar.*

*Hoje, eu nem dou conta de contar quantos pé de árvore tem aqui no quintal. Tem muitos que eu trouxe de outra região. Aí, a gente foi observando que a natureza mesmo faz. Aqui tem planta que, às vezes, eu fico pensando da onde que ela veio, eu não plantei. Eu não sei de que forma ela se achou no quintal. Acho que é por causa da gente preservar mais, nunca mais a gente queimou. Então, tem muitas coisas mesmo que a natureza é que faz, depende da gente cuidar dela.*

*Aqui nós de tudo produz um pouco. A gente planta o milho, feijão, fava, mandioca, cana, andu. Tem abóbora... A gente costuma ter de tudo na área, todas essas*

*culturas que a gente planta. Pra vê: se uma coisa não dá, outra dá. De horta também a gente planta. Planta um bocado de variedade, planta muita coisa mesmo.*

**Edilene** – *No quintal tem frutas: goiaba, manga, abacate, cajá, café, jambu, acerola... Que a gente aproveita tudo pra fazer as polpas de fruta, né? Tudo a gente tem. Tem galinha, tem porco.*

**Ednan** – *Umas coisas a gente vende e outras não. No caso do milho, é difícil a gente vender. No milho, a gente cria mais o porco, a galinha. Em vez de vender o milho barato, a gente faz isso. Às vez, a gente vende quando tem sobra. A gente vê que vai perder, então a gente vende. Mas é muito difícil isso acontecer. Muitas vezes, a gente fica só pra despesa da casa mesmo, né? Ou ajudar no vizinho, que às vezes não tem.*

*A polpa de fruta... No caso que eu falo que ela [Edilene] trabalha muito, porque isso fica por conta dela. Muitas vezes eu pego as frutas. Agora – é ela que faz, que vai ter que processar. Como hoje ainda é difícil, ainda faz tudo no liquidificador. Então, é muito trabalho que fica pra ela. Então, eu vou fazendo aqueles trabalho, aquilo mais difícil, que ela não pode sair lá pra pegar, aí eu vou pegar as frutas. É o que eu posso dar conta de fazer. Aí, ela tem que dar conta dessas polpas, da horta, de dar comida ao porco, a galinha, dar comida a menino...*

**Edilene** – *Quando [os filhos] chegar da escola, a comida tem que tá pronta, né?*

**Ednan** – *Aqui, eu saio de manhã, vou pro Sindicato. Eu acordo cedo, faço alguma coisa, dou comida a um porco, moio uma horta... Tem que sair daqui no mínimo de sete e quinze. Eu acordo cinco horas, cinco e meia, aí eu faço isso pra ficar mais fácil pra ela.*

*Aí ela vai ter que levantar, fazer café, tem que cuidar da casa, tem que acabar de moiá a horta. Tem que trabalhar muito, pra dar conta... Eu saio, os meninos vão pra escola e ela fica só, ela só, pra dar conta disso tudo. Muitas vezes, o dia que eu preciso sair mais cedo, eu saio, aí o porco fica sem comer. Ela é que tem que dar comida ao porco, tem que moiá a horta... Às vezes eu faço tudo, pico os canteiros, falo: “agora eu não dou conta mais de fazer”, ela que vai ter que plantar. Às vezes ela planta os canteiro, eu vou pegar o esterco, deixo aí, “agora você vai ter que fazer”, desse jeito, dividindo as tarefas. Mas, mesmo assim, ela trabalha muito, muito, muito, com tudo isso, mesmo com a ajuda.*

*Tudo isso que tá feito [de construir os cômodos pra aumentar a casa, construir depósito de material de trabalho, no final da casa], todo esse serviço aqui, sou eu mesmo que faço, não pago a ninguém pra fazer não. Só o final de semana, sábado e domingo, é que eu vou fazer.*

*É muita coisa, mas tudo isso ela faz satisfeita, sem achar que tá trabalhando muito. Até porque ela entende também que a vida do agricultor tem que ser dessa forma. Tem que ter esse trabalho conjunto, pensando no bem estar da família toda, fazer uma coisa que não tá fazendo só pra ela, só pra mim, tá fazendo pra família toda. Então eu vejo ainda que ela faz isso com vontade, com carinho. Eu sei, eu sei que é trabalho, né? Eu sinto muito, porque poderia, se eu ficasse aqui direto, direto mesmo, ia facilitar. Era trabalho, era, mas nós dividia muito, poderia dividir mais. Às vezes nós divide, mas ainda fica muita coisa, ainda fica muita coisa pra ela.*

**Edilene** – *Eu acordo muito cedo, viu? Assim que começa a clarear, que eu vejo azul claro, eu não consigo ficar deitada mais não. Assim, umas cinco, cinco e meia eu não tenho paciência de ficar deitada. Aí, eu levanto e uma das primeiras coisas que eu costumo fazer é ir ali na caixa (de água), porque a caixa grande (que armazena a água pra todas as casas de João Congo, que vem bombeada desde o poço, na parte baixa da comunidade) já tá derramando e eu abro o registro pra cair na caixinha nossa. Aí, já vou diretamente pra horta, já abro o registro da horta pra molhar a horta. Invés da água derramar no chão, vai derramar na minha horta.*

*Aí eu venho pra cá e vou fazer o café. Vou colocar feijão no fogo. Todos os dias eu coloco o feijão no fogo. Aí, já coloco o do almoço e já fica pra janta, né? Aí, já vou cuidar dos porcos, quando Ednan não deu conta da comida dos porcos, aí é eu. Vou olhar se tem água pros porco. Às vezes, vou olhar o gado. Depois eu já volto pra fechar o registro da horta, pra não desperdiçar água, já pensando no vizinho, porque se deixar gastar muito, já falta no vizinho. Às vezes, quando eu faço tudo isso, já é nove horas, nove e meia. Aí, já é a hora de eu vir pra casa pra fazer o almoço. E é assim.*

*Às vezes, quando é assim essa hora, que o sol tá muito quente, que eu não tô lá na horta, eu tô aqui trabalhando com as fruta, porque aqui eu posso tá na sombra. Então, eu deixo pra trabalhar na preparação das polpas das fruta nesse período do sol quente. Quando a fruta tá no período dela mesmo, que ela tá amadurecendo rápido, pra não deixar estragar, às vezes todos os dias eu faço de vinte a trinta quilos de polpa.*

*Os menino fica fora. Os mais velhos, Ronan e Ediléia, estudam em Varzelândia. Eles tá lá é porque o ônibus que vem pegar só vem até a Lagoa do Joia. Aí eles tá lá [em Varzelândia]. Fica lá durante a semana. E o Anderson e a Tâmires estuda ali, na escola da Lagoa do Joia, de manhã. Aí, no período de manhã, eu tô sozinha aqui em casa. Quando as crianças chega, eles todos coloca a mão na massa e ajuda, principalmente a Tâmires, ela é a que mais me ajuda aqui em casa. Tem as polpas, vai ter vez de tirar de um a dois dias da semana pra lavar roupa.*

*Aí, quando é à tarde, mais tarde, que às vezes o sol tá mais frio, de quatro hora em diante, aí vou lá pra horta, vou cortar algum mato, alguma coisa. Às seis hora tem a Ave Maria. Eu vou pra rádia, pra fazer a Ave Maria. Tudo isso a gente tem que tá pensando, e é assim a vida, né?*

**Ednan** – *É uma região aonde é uma seca, aonde chove pouco. Acho que é por isso que se trata esse nome, se fala Semiárido. Ele faz parte desse norte (de Minas), seco, pouca chuva mesmo. E isso não é só agora, sempre tem isso. De sempre que eu conheço, as pessoa fala isso. Não só pra o lado do Nordeste que é Semiárido brasileiro, digamos assim, né? Eu acho que isso é também do lado do Norte, também do Vale do Jequitinhonha. Então, eu acho que tudo faz parte desse Semiárido brasileiro.*

**Edilene** – *O Semiárido eu acho que é um local onde não chove muito, tem muita seca, pouca água e que tenha muito sol mesmo, muito quente. Aqui é Semiárido, por causa da questão da água e por causa da questão do jeito do terreno. Da chuva, que não chove muito. Tem os meses de chuva e, muitas vezes, nem todos esses meses que é considerado da chuva chove completo né? Então, por isso que é considerado assim.*

**Ednan** – *A ASA ele é como uma entidade. A gente fica bem assim pensando: “mas essa ASA, o que é que ela faz? Ela voa? Ela voa?” Eu já vi muitas pessoa fazendo essas perguntas pra gente. Mas é isso. Ela é uma entidade, né? É uma entidade que ela veio pra fazer parte, pra somar junto com esse Semiárido, pra poder tá aí, amenizando mais o sofrimento do povo aqui no norte (de Minas), digamos assim. Eu acho que ela veio pra somar. É uma entidade que preocupa muito com a seca. Então, ela vem assim pra tá ajudando os agricultor a combater a seca, porque a seca a gente não consegue falar assim: “ah, eu vou dar jeito na seca”. Vamos combater mais a seca, que essa seca ela não... Não tem como a gente falar assim: “eu vou dar um jeito pra que não exista a seca mais”, mas assim, ajudar as pessoas a conviver com ela. Conviver com essa seca pra tá amenizando mais o sofrimento do povo. Eu entendo que a ASA é mais pra isso.*

*Já ouvi falar dos programas da ASA, não só aqui, no Norte de Minas, mas em fim, em todos municípios aonde a ASA atua. Já tem muitas cisternas que ela fez, que a gente já tem conhecimento do trabalho que ela fez. Quando começou aquele primeiro, quando falava P1... PMC. Foi o primeiro programa da ASA que eu me lembro, né? Depois veio outro programa, já veio pra completar. Já vem a cisterna calçadão. E aí, a ASA trabalha nesse sentido.*

**Edilene** – *ASA é uma entidade não governamental que ajuda as pessoas, principalmente essas do Semiárido, com projeto. Conheço mais ou menos os programas*

da ASA. Já li em algumas cartilhas, já tive também a oportunidade de ver algumas dessas caixas em algumas comunidades.

*Participação é a pessoa atento em tudo, é isso a participação. Tiver fazendo parte de qualquer uma coisa, participando. Eu participo da Associação Comunitária, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das reuniões da Pastoral da Criança.*

*Na Associação aqui da comunidade, eu já participei da diretoria. Eu era vice-presidente, mas agora eu já não tô mais como vice, mas eu sempre participo ajudando em alguma coisa nas reuniões. Eu sempre faço trabalho de secretária, mesmo não sendo secretária. No Sindicato é como sócia. Na Pastoral, atuo mesmo no trabalho da Pastoral, como líder, como mãe e também como coordenadora da Pastoral aqui na minha comunidade.*

*Eu já participei de encontro das mulheres trabalhadoras rurais, no dia 8 de março. Foi na Varzelândia, com a Associação das Mulheres Trabalhadoras. Eu já participei desse agrobiodiversidade. Participei pra gente fazer aquelas caminhadas assim na rua. Eles chamavam para as caminhadas através do Sindicato. Mesmo em Varzelândia, as meninas [que trabalham no Sindicato] costumam mandar convite pra Associação e aí, fala: “duas, três mulheres da Associação”, e aí sempre que fala assim eu tô no meio.*

*Eu tenho prazer em ajudar nesses trabalhos voluntários. Meu dia a dia é um pouco puxado. Às vezes eu fico cansada de levantar cedo, cuidar da casa, cuidar da horta, cuidar dos pequenos animais, cuidar dos filhos e ainda ir pra esses trabalho, mas vou.*

**Ednan** – *Eu entendo assim: participação é quando tem várias entidades, várias pessoas participando daquilo, participando de todos os programas, né? Parceria. Eu vejo hoje, a ASA, ela trabalha não só, mas tem os parceiros, a Cáritas, o CAA<sup>110</sup>, sindicatos, associações, tudo isso faz parte, tudo são parceiros, né? As entidades trabalham desse jeito. Então, as coisas só vai acontecer com a participação de todos, as entidades, as associações, juntos. Isso ai é a participação.*

*Eu participo de associação, sindicatos, cooperativa. Somos várias cooperativas, não só a Cooperativa Grande Sertão<sup>111</sup>. Então, eu faço parte de tudo isso. Faço parte do conselho, do CMDRS<sup>112</sup>, aonde a gente discute o desenvolvimento do município,*

---

<sup>110</sup> CAA – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

<sup>111</sup> Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão LTDA. Inscrita no CNPJ sob o número 05.866.105/0001-41 Disponível em <<http://www.caa.org.br/noticia.php?ID=81>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

<sup>112</sup> Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

*junto com a prefeitura [de Varzelândia]. Que tem os programas, e é o conselho que é o coordenador de algum recurso que saia pra o município. Então, eu sou conselheiro.*

*No Conselho eu represento o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Varzelândia e um núcleo das associações comunitárias, formado por cinco associações, não só a de João Congo, que é Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de João Congo, mas as vizinhas. Esse núcleo não tem nome, não. Ele junta as outras comunidades, as associações vizinhas, e reúne num local pra discutir o que é que a comunidade tá precisando, o que é que a comunidade pretende, que projeto é que ela sonha a desenvolver naquela localidade.*

*Eu entendo que [estar nesses espaços, como no Conselho] é participar. Quando a pessoa tá atento com tudo aquilo que acontece dentro do sindicato, dentro das associações, ele participando.*

*A gente tem um local, lá em Varzelândia, aonde reúne todos os conselheiros pra discutir. No caso, pra discutir um projeto em termos do município. Só que tem um núcleo que vai juntar as comunidades vizinhas, pra que tenha um projeto que vai beneficiar aquelas pessoas do núcleo, pra que quando mandem um projeto, não mandar um projeto, por exemplo, pra uma comunidade que, às vez, não é nem aquilo que as pessoas precisam. Então, reúne um núcleo e aí vai discutir, vai discutir junto, pra saber se aquele benefício que tá vindo, se vai atender as cinco comunidades.*

*Dentro do conselho tem várias pessoas e, muitas vezes, tem muitos debates. As cabeças não são iguais. Às vezes a gente tem uma visão, a outra pessoa tem outra, né? No Conselho hoje é que tá mudando, que sempre o poder público tinha a maioria do Conselho. Debater com a gente assim, que faz parte do Sindicato, da Associação era muito difícil. Hoje é que, através de muito debate, isso já tá mudando. A gente já tem mais direito de colocar aquilo e, muitas vezes, as pessoas ouvir. Mas antes, era muito difícil isso. Às vezes a gente queria defender uma coisa, um projeto que seria bom pra comunidade, e, por eles terem maioria, sempre tinha maioria, você não conseguia esse espaço. Hoje tem melhorado. Hoje não tá 100%, mas já mudou bem.*

*Desde 1996 eu comecei a participar da Associação. No caso, foi quando criou a Associação, de 95 a 96. Aí, eu fiquei como presidente Associação da comunidade 12 anos, aí; entreguei pra outra pessoa e ela ficou seis anos. Quando foi agora venceu e ela não... Tornou a passar pra mim de novo. Aí eu tive que assumir, pra não deixar que a Associação acabasse. E aí eu me envolvi com o Sindicato. Em 1998 eu me filei ao Sindicato, aí comecei a participar, aí depois achou por bem eu ser diretor do Sindicato, aí me convidou e eu aceitei e tô lá, de 1998 até agora, como diretor do sindicato.*

*Eu já tive em vários encontros. Pra participar dos encontros, de ato público, muitas vezes as informações chegam primeiro no Sindicato, pra comunicar comigo aqui na comunidade. As entidades já mandam [o convite] por um e-mail do Sindicato, por telefone do Sindicato, porque aqui, às vezes, não tinha telefone. Aí começaram a chamar: “tem um encontro em tal lugar e eu quero que seja o Ednan, pra poder participar de tal reunião”. Aí o Sindicato me convoca: “tem como você ir?”*

*Eu nunca fui uma pessoa de falar assim: “não, eu não posso ir” Qualquer hora que falava assim: “ó, tem uma reunião, você vai?” Seja aonde for. “E quantos dias?” “É dois dias, dá pra você ir?” Eu não sou aquela pessoa de falar assim, “não, não dá pra mim não”. Sempre eu gosto de ir pra participar, pra mode a gente ficar mais informado, né? Então eu gosto, gosto de participar e as primeira informação a chegar, chega lá [no Sindicato].*

**Edilene** – *É um pouco difícil pra mim falar sobre política pública, sei direito não, viu? Eu participo de projeto, isso sim. Participo aqui do projeto da horta, né? Também tem o projeto de agricultura familiar, que a gente participa, do Pronaf<sup>113</sup>. Esse é pra gente ajudar nos próprios trabalhos da gente, na criação de pequenos animais, pro gado. Já fizemos pra criação de pequenos animais, pra criação de porco, até criação de galinha a gente já fez Pronaf também, né? Eu tenho o cartão Bolsa Família, dos meninos. Conheço os programas da ASA, das caixas<sup>114</sup>.*

**Ednan** – *Quando se fala da política pública, na verdade, nós não temos essa política pública, nós ainda perdemos muito nesses espaços político. Quando cê tem direito, pode participar de tudo e, muitas vezes, a gente ainda não tem participado. Às vezes, essa política, chamada política pública, a gente não consegue fazer essa política ser pública de verdade. Pra isso, precisa de mais participação mesmo, precisa de mais participação, precisa de mais coragem, pessoas com mais coragem, pra poder formar grupos maiores pra ter coragem de ir pra Câmara, de ir pra rua mesmo, pra falar o que é política pública, o que é que serve. Não existe essa política pública voltada pra atender a população, ainda não existe isso não.*

*Tem muitos projetos que a gente, as vezes, acompanha. Quando a gente vê que tem uns projetos, quando ele vem de uma entidade qualquer que faz o projeto, a gente faz adaptação desses projetos, a gente vê como que é a participação da comunidade, das famílias da comunidade junto à entidade... Aí se torna essa política pública. Mas*

---

<sup>113</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Ver mais em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> >. Acesso em: 10 jan. 2013.

<sup>114</sup> Em Minas Gerais as cisternas são chamadas de caixa.



*quando é um projeto que ele depende do poder, dos poderes públicos, aí muda totalmente, aí a gente não tem aquele direito de tá... Depende muito do projeto. A gente fala muito. Às vezes a pessoa não ouve aquilo que a gente precisa, que sonha, que é o que pode dar certo, que pode atender mais as pessoas. Muitas vezes não é ouvido.*

**Edilene** – *Se falar assim, as coisa mais difícil, o povo aqui não entende não. Muitos fala: “eu não tô entendendo nada. O que é que o Germano<sup>115</sup> tá falando?” Germano, ele fala muito bem, mas a maioria das pessoas daqui não entende o que ele fala numa reunião e fica perguntando: “o que é que significa aquilo que ele falou?” Então, é por causa do jeito d’agente falar, popular desse jeito assim né? Pra outras pessoas é enrolado, mas pra aqui é exato desse jeito.*

**Ednan** – *Comunicação é a pessoa ter mais facilidade de tá comunicando um com o outro, sem tá precisando de, muitas vezes, dá uns passos pra ir até lá. De onde ele tá, ele mesmo pode tá comunicando com uma pessoa. Por exemplo, eu tenho que comunicar com uma pessoa, tá lá na comunidade de Campo Redondo, vamos supor. Só que eu, as vezes, não tô tendo condições de ir lá. No mesmo instante eu vou lá no rádio e comunico com ele “ó fulano, eu tenho um recadinho pra dá pra você, tal, tal..” E aí, em vez de eu ir lá, tirar aquele tempo pra mim ir lá, minha voz já foi lá, deu o recado, comunicou com aquela pessoa e a pessoa possa tá vindo até onde eu tô comunicando. Eu entendo assim.*

**Edilene** – *É comunicar à distância, com mais rapidez. Por exemplo, se eu estiver aqui na minha casa e eu querer comunicar com alguém em Varzelândia, pode ser através do rádio, do telefone, do jornal, duma carta – que aqui mesmo na comunidade nós comunica muito com um bilhetim<sup>116</sup>. Eu vejo que o pessoal aqui gosta de receber esse bilhetim. Às vezes, a gente tem um convite pra ser passado, aí em vez de falar só na rádio, a gente escreve o bilhetim e manda. Eu vejo que eles tem uma atenção...*

*A gente pode tá mandando uma pessoa da comunidade fazer a distribuição e chega na casa da pessoa. É também um meio de comunicar que o pessoal aceita muito, fica muito satisfeito e fala: “ih, eu gosto de receber um convite”, e eu faço isso. Às vezes, a gente usa fazer isso até pra convocar a reunião da Associação, da Pastoral da Criança, de um aniversário. A gente costuma tá enviando esse convite. É um jeito de comunicar também.*

---

<sup>115</sup> Membro da Associação Comunitária

<sup>116</sup> *Bilhetim* é uma referência a *bilhetinho*, pequeno bilhete.

**Ednan** – *Na comunidade, tem que ser através telefone, ou até mesmo através de uma cartinha, pra poder tá comunicando com a pessoa. Mas isso já é uma coisa mais demorada, a não ser telefone ou mesmo a rádio, né? Com a carta ai vai demorar mais. Até essa comunicação chegar lá, muitas vezes já passou, né? Aí, tem que ter uma pessoa pra levar, tem que sair, levar lá naquela pessoa que a gente tá querendo comunicar com ele. É, o meio mais fácil é o rádio ou o telefone mesmo.*

**Edilene** – *Eu gosto de ouvir o rádio. Agora, no momento, eu estou ouvindo é a 96.7, a nossa aqui da comunidade. Na televisão eu assisto jornais e gosto também das novelas. Gosto de ler jornais também. Quase todos jornais que às vezes chega na minha mão, principalmente o Jornal da Criança, que tem um jornalzinho aí que fala sobre as Pastorais nos setores, aí eu gosto muito de ler. De jornal [de comunicação de massa] só às vezes. Quando chega na minha mão, já tá um pouco atrasado, mas eu leio um pouco dele também. Desses jornais dos políticos também eu gosto de tá lendo pra ficar por dentro das coisas que tá acontecendo.*

**Ednan** – *Eu gosto muito de assistir jornal na televisão. Às vezes, o rádio também eu gosto de assistir. Tem hora que tem umas notícias boas que passa pelo rádio. Tem uma pessoa que passa uma informação que, muitas vezes, a gente tá tão desligado daquilo ali, acaba a gente tendo conhecimento daquilo que foi falado no rádio. E o jornal, é uma coisa que eu já não... Já o Jornal Nacional eu tô sempre ligado ali, pra poder tá informado, né? De novela eu não sou muito gostador, não, mas assisto.*

*Antes da gente ter uma rádio aqui, tinha uma rádio em Varzelândia que eu gostava muito, 97.3 era a rádio que eu mais ouvia. Ela falava muito sobre o município. Eu gostava muito de tá ouvindo ela pra saber o que é que tá acontecendo na comunidade, o que seja de bom ou o que seja de ruim, mas, porém, a gente tá bem informado. Eu ouvia muito essa rádio.*

*Em Varzelândia tem três rádios, hoje tem três rádio em Varzelândia: tem 97.3; outra 95.1; tem outra 98.3. Essas rádios que eu conheço aqui em Varzelândia. Aqui, na comunidade João Congo, agora tem uma: é 96.7, né? A rádio A Voz do Agricultor, porque que ela leva o nome, a voz do agricultor, pra que todo agricultor entenda a voz do outro, a voz do agricultor. Porque o agricultor tem que ter essa voz, voz e vez. Chegar na rádio e falar a voz dele pra de acordo que, quando se fala assim “A Voz do Agricultor”, qualquer um agricultor que chegar lá na rádio “essa voz é de um agricultor”... Por isso a gente colocou esse nome na rádio, Voz do Agricultor, porque só agricultor é que muitas vezes pode tá indo lá pra tá dando essas informações.*

*A rádio tá pegando numas oito comunidades, as mais próximas, inclusive em Varzelândia. Tem Biracatu, que é mais longe, mas tá pegando Biracatu, Campo Redondo, Campo Alegre, que são as comunidades que são mais longe, mais distante, mas tão pegando lá. Já não falando as vizinhas aqui, como a Lagoa do Joia, Tabuão, Limoeiro, Lagoa de Cima, Poço do Angico, Boqueirão da Lagoa, Cruzeiro. Essas são as comunidades mais vizinhas. Tá pegando todas essas comunidades.*

*Pra reunião da Associação, às vezes vai acontecer uma reunião ordinária, e as vezes a gente não tem como convidar a todos. A gente vai na rádio e dá um recado, fala assim: “ó, nós tá tendo uma reunião amanhã, tal hora”. Aí, não precisou da pessoa ir na casa de cada um, aí a comunicação já chegou lá. Muitas vezes nem todos tá com o rádio ligado, mas tem um vizinho que tá, já passa pra outro, e aí já acontece que na reunião chega todos, sem tá precisando de ir na casa de cada um. Então, eu acho importante a comunicação pelo rádio nesse sentido.*

*Vai para o Sindicato, ocorre muito, a pessoa tá requerendo um benefício lá, só que ele [o Sindicato] precisa de um documento [do agricultor]. Às vezes, a pessoa mora distante, até ele [o Sindicato] ir lá demora. Então, [o Sindicato] vai na rádio, já avisa: “tá dependendo de um documento, amanhã, tal hora”. Às vezes a pessoa já chega lá, não precisou de ele [o Sindicato] ir lá [na comunidade do agricultor]. Então, tem muitas coisas que é muito importante a gente ter o rádio, esse meio de comunicação, pra poder tá comunicando com as pessoas com mais facilidade.*

**Edilene** – *Às vezes, a gente distribui O Candeeiro aqui na comunidade. Às vezes, quando a gente vai numa reunião fora que tem umas pessoas, a gente costuma levar pra distribuir também pro pessoal. Ele ajuda muito, até pra tá falando, tá mostrando o trabalho da gente. Porque, às vezes, a gente mesmo, que fez aquele trabalho, com o passar do tempo esquece. Aí, com ele, a gente lê: “oh, foi mesmo, aconteceu isso aqui, oh”, “mas é bom, eu já tinha até esquecido disso aqui”.*

*É também um jeito da gente tá mostrando o trabalho da gente, o que a tá fazendo, ou tá passando. Às vezes, é também um pouco de espelho pra outra comunidade que tá tentando melhorar alguma coisa, dá uma olhada naquele O Candeeiro ali, vê alguma coisa que pode ser copiado da comunidade da gente. Então, de uma forma ou de outra, tá ajudando a gente, ou outras pessoas de fora, que pode tá tentando ampliar daquele jeitim na comunidade dele.*

*Quando alguém lê O Candeeiro nosso, eu me sinto assim, orgulhosa, por a gente vê a dificuldade e também que a gente conseguiu vencer e deu a volta por cima, e tá ali, né? E eu sinto orgulho.*

**Ednan** – *O boletim*<sup>117</sup> *O Candeeiro fez com que o trabalho da gente fosse mais reconhecido. A partir daquele O Candeeiro, as pessoas viram mais as experiências que a comunidade tem, o que agente fazia, o que deixou de fazer, né?*

*Eu me sinto feliz de ser agricultor. Se não fosse o agricultor, o que seria desse mundo que nós vivemos? Porque nós entendemos que é o agricultor que leva a comida na mesa de cada um brasileiro, nós sabe disso. Só de a gente saber isso, então eu me sinto feliz. Eu não queria ter aquela vida boa, ter tudo. Queria é essa vida como agricultor, trabalhando, adquirir tudo com trabalho, mas trabalho digno pra todos.*

*A gente vai ficando pela idade. Chega um ponto que a gente não guenta mais trabalhar. Os filhos poderiam ficar com um futuro melhor, pra que eles não pudessem levar essa vida. Tem que saber que meus filhos vai ter uma vida melhor, porque eu não sei se eles vai ter a cabeça e a coragem de enfrentar, como eu e a mãe deles tem. É isso que é a minha preocupação, adquirir aquilo pra no final da vida da gente, deixar pra eles.*

**Edilene** – *Eu queria que ele tivesse outra profissão, no caso do menino meu, o Ronan, o mais velho. Eu falei pra ele que o meu sonho é dele ser um médico e pra ele trabalhar aqui, aqui! Porque nos sofre muito na área da saúde. A maioria dos médicos não vem no PSF<sup>118</sup> nosso aqui, porque tem que enfrentar uma estrada de chão. Aí, eles acham um salário mais alto e vai.*

*Aí, eu conversando com ele: “ô meu filho, eu queria que ocê fosse um médico e ocê não ia pensar no salário, pensar nas pessoas, independente de salário alto ou baixo. Aí, pra mim, já tava bom. Então, é esse o meu sonho. Eu até já conversei com ele sobre isso. Ainda pensei assim: “vamos ver se agente consegue chegar lá, né?” Mas o meu sonho é esse. Com Ednéia<sup>119</sup>, a gente já conversou sobre isso também: o que ela pretende ser. Um dia ela falou pra mim que tinha vontade de ser policial. Só que ela, vendo umas provas que ia formar um policial, ela falou assim: “não sei se eu vou suportar. Será que eu suporto tudo isso?” Aí eu não sei, né?*

**Ednan** – *Eu ainda sonho que sou capaz de ter uma vida boa, tranquila. Na verdade, hoje eu tenho uma vida tranquila, porque eu vivo bem com a minha família, tenho uma saúde boa, graças a Deus, convivo com todo mundo. Mas, eu acho, em termos de condições financeiras, a gente acha que ainda somos capazes de chegar, de chegar ainda, né?*

---

<sup>117</sup> *Boletim* aqui é uma referência a *boletim*.

<sup>118</sup> Programa de Saúde da Família.

<sup>119</sup> A filha que, junto com Ronan, estuda em Varzelândia.

*Às vezes, a gente não tem aquelas condições que eu acho que o agricultor merece. Mas eu sonho que isso vai acontecer um dia. Eu sonho que eu vou ter uma vida tranquila, com as condições financeiras melhores. Todo agricultor tinha que sonhar isso, e ele não sonha, ele acha assim: “eu nunca sou capaz de sair dessa vida, eu vou morrer desse jeito”. Ele não pode pensar desse jeito. E é com trabalho, isso é com trabalho, é com muita luta, é com muito sofrimento também, porque agente não vai viver uma vida boa de braço cruzado. A gente vai ter uma vida boa, mas com muita luta, muito sacrifício, até passar, até chegar a vida que muitas vezes a gente sonhava.*

**Edilene** – *O meu sonho é de quando a gente chegar a uma certa idade, que a gente não aguentar mais lutar, tiver assim fraco, não aguentar, a gente tiver uma vida melhor. Que a gente possa viver sem muito sacrifício e sem passar necessidade. Esse é o meu sonho. E se tiver também algumas coisas boas pra os meus próprios filhos também, né? Uma vida até diferente pra eles, com estudo bom, pra que eles possam ter a vida diferente. Porque é boa e tudo, mas a luta é muito forte e eu não sei se eles podem aguentar essa luta da gente. Por isso, meu sonho é de eu consegui alguma coisa, quando eu tiver velha, a gente ter uma vida mais ou menos, sem passar necessidade, e os meus filhos também ter uma vida diferente da minha, pelo menos um trabalho melhor, né? Uma vida melhor do que a da gente. É esse o meu sonho.*

## 7. CONCLUSÃO

---

Mudanças significativas vêm acontecendo no Semiárido brasileiro. Uma das mais visíveis transformações se encontra na paisagem: a presença das cisternas próximas às casas dos agricultores. Hoje, são centenas de milhares desses reservatórios aflorando na zona rural dos municípios da região. Esse “elemento concreto” encerra em si mais que água, guarda mudanças imperceptíveis aos olhos de quem não mora na região e muito importantes para os que nela residem.

Esta pesquisa nos permitiu conhecer a origem das cisternas e as transformações sociais que vieram juntamente com elas. A pesquisa-participante, realizada em três comunidades do Semiárido, nos permitiu conhecer os usuários desses reservatórios e ouvi-los sobre como a chegada das cisternas nessas comunidades trouxe consigo a mobilização social, o surgimento ou o fortalecimento das organizações sociais locais, regionais e nacionais.

Os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2) são projetos sociais gestados ao longo de um longo processo de organização social, que culminou com a criação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Uma das maiores conquistas da ASA foi ter conseguido elaborar uma proposta, colocá-la na agenda política nacional, fazê-la ser aprovada e realizá-la. Destaque para a capacidade de mobilização de recursos públicos e privados na casa dos milhões de reais. A disputa por recursos públicos federais se dá com estados e municípios e isso coloca a ASA em evidência e no centro de um debate controverso: cabe à sociedade civil executar políticas públicas? A ASA vem demonstrando que sim, o que pode ser uma quebra de paradigma entre os que pensam e executam políticas públicas, especialmente entre os que defendem o pacto federativo e entendem serem os entes da federação os únicos legítimos e capazes dessa execução.

Na rede, há vários outros aspectos a serem analisados, como os conflitos internos, as divergências, as disputas de poder, os níveis diferentes de participação das ASAs estaduais nas decisões do coletivo nacional, entre outros. Mas esses são temas para outra pesquisa. Aqui, vamos nos concentrar na comunicação desenvolvida pela Articulação.

Um dos objetivos desta pesquisa era conhecer quais os limites e potencialidades desta comunicação, identificando o papel que ela cumpre na mobilização social e participação popular dos diversos atores que integram a ASA, especialmente os agricultores, na elaboração e execução dos programas (P1MC) e (P1+2). Para tal,

desenvolvemos várias etapas de pesquisa. A ida às comunidades associada à participação em outras atividades, descritas na metodologia, permitiram-nos identificar dois elementos primordiais da comunicação da ASA: a forma: presencial; e a essência: pertencimento.

Sobre o primeiro, podemos destacar o fato de que a oralidade é a forma de comunicação mais comum entre as famílias agricultoras do Semiárido; portanto, as informações repassadas pelos técnicos para as famílias em momentos presenciais são mais bem assimiladas. O mesmo se dá nos momentos de intercâmbio entre agricultores, quando a troca de informações acontece entre eles, em muitos casos sem a mediação do técnico. É essa forma presencial adotada pela comunicação da ASA que lhe confere força, pois não depende essencialmente dos meios midiáticos de comunicação para fazer chegar informações ao seu público.

Sobre a essência de a comunicação ser focada no sentimento de pertencimento, percebemos que a comunicação da Articulação busca passar para os agricultores que eles fazem parte de algo e que esse algo lhes pertence. Portanto, eles são ASA e a ASA é deles. Assim, esses dois elementos da comunicação da ASA – ser presencial e trabalhar o pertencimento – refletem-se na sua capacidade de mobilização social e busca estimular os agricultores a participarem da Articulação em suas localidades.

Em alguns casos a participação dos agricultores extrapola o espaço da ASA e seus programas e chega aos espaços de construção das políticas públicas locais, como vimos nas comunidades de João Congo (MG) e Canto (BA), onde as lideranças daquelas comunidades integram conselhos municipais. Não podemos, entretanto, creditar essa participação apenas à comunicação, mas percebemos que isso acontece em consonância com o amadurecimento político das comunidades e que a comunicação é um dos elementos estimuladores desse amadurecimento e também por ele influenciada.

Por outro lado, percebemos que a comunicação voltada para os agricultores, embora *feita para os agricultores*, não conta com eles na definição de suas estratégias e produtos. Eis aqui uma limitação significativa na ação de comunicação da Articulação. É verdade que os produtos desenvolvidos pela Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom) “dão voz” aos agricultores, mas eles não definem o que fazer, o que abordar, nem desenvolvem junto os produtos. As exceções, até 2012, são a série de desenhos animados *Água Vida e Alegria no Semiárido* – lançada em 2010, que contou com a participação de crianças em algumas etapas de seu desenvolvimento – e o boletim *O Candeeiro*. Esse tem a mediação dos comunicadores populares em sua elaboração.

Embora a história relatada seja do agricultor e o texto tente ser o mais fiel possível à narrativa dele, ainda assim, passa por um filtro, que é o comunicador popular.

Importante observar que quando falamos de comunicação desenvolvida pela ASA há várias direções e atores no desenvolvimento dessa comunicação: a ASACom; os comunicadores populares; as organizações; e as comunidades, ou seja, os próprios agricultores. Essas “frentes” são complementares, mas distintas. O demonstra que, embora não escrita, a Articulação tem uma política de comunicação clara.

Observamos que a comunicação desenvolvida pela ASACom (atua em três direções: voltada para os agricultores, direcionada às organizações da rede e destinada à sociedade. Para cada público há uma estratégia, com meios e recursos financeiros definidos. A ASACom atua como mediadora dos diversos processos de comunicação da ASA. É facilitadora para que a comunicação popular aconteça nos municípios de atuação da ASA; é um elo entre os veículos de comunicação e os porta-vozes da Articulação, no seu papel de relação com a mídia; é uma “agência de comunicação” ao produzir conteúdos e materiais próprios para as organizações e programas da ASA (P1MC e P1+2).

Os comunicadores populares, assim como a ASACom, são agentes mediadores da comunicação em seus territórios de atuação. Relacionam-se com a mídia local, irradiam a comunicação produzida pela ASACom e fazem chegar à Assessoria o que produzem os agricultores. Os comunicadores são um importante elo nessa teia da comunicação da ASA, pois são eles, junto com os técnicos que trabalham com os agricultores, os que estão mais próximos das famílias da zona rural. São os comunicadores que produzem o boletim *O Candeeiro*, o que lhes exige sensibilidade e preparo para uma sistematização o mais próxima possível das experiências a serem relatadas.

Ainda é um desafio para a ASA o fortalecimento de uma rede de comunicadores populares da Articulação, mas é importante reconhecer que esse grupo vem amadurecendo gradativamente. Tem conseguido importantes resultados como o fato de provocar a ASA sobre os temas da democratização e do direito à comunicação como bandeiras que devem ser defendidas pela Articulação e da necessidade do fortalecimento da comunicação popular como uma estratégia de visibilizar as populações do campo e de horizontalizar a comunicação desenvolvida pela rede.

Como resultado da ação desse coletivo, destacamos a realização de mais de mil sistematizações de experiências. São centenas de histórias de agricultores e agricultoras e de grupos organizados, em maior ou menor escala, que juntos alcançam mais de um



milhão de cópias do boletim *O Candeeiro* e estão disponíveis no ambiente virtual da *web* para *download*. Como conquista política dos comunicadores dentro da rede ASA, registramos o lançamento da Escola de Comunicação Popular do Semiárido, em fevereiro de 2013, em Minas Gerais, uma iniciativa das comunicadoras daquele estado.

Não foi possível nessa pesquisa, pela data em que a Escola foi criada, acompanhar essa ação, mas acreditamos ser importante destacar que há uma agenda de atividades de formação para todo o ano de 2013, destinada a comunicadores populares de todo o Semiárido mineiro, regiões Norte e Vale do Jequitinhonha. O papel dos comunicadores é de vital importância para o êxito da proposta de comunicação da ASA. Infelizmente, no escopo desta pesquisa não foi possível aprofundá-lo, sendo um rico objeto para futuras investigações.

Além desses dois atores da comunicação da ASA (ASACom e comunicadores populares), identificamos que as organizações que integram a Articulação também tem sua comunicação – em alguns casos, há um assessor de comunicação –, mas é uma comunicação independente da praticada pela ASA, não está a ela relacionada, é uma comunicação organizacional. Também é um desafio para a rede conhecer esses assessores e desenvolver estratégias para integrá-los à proposta de comunicação da rede.

Outra de nossas questões de pesquisa era identificar se os produtos de comunicação da ASA chegam ao público pretendido e que importância eles têm na mobilização social, participação popular e na divulgação das ações e projetos da Articulação.

A pesquisa participante revelou que, na comunicação com os agricultores e agricultoras, o boletim *O Candeeiro* é o produto de comunicação que melhor cumpre sua função. Nas três comunidades pesquisadas, as afirmações que *O Candeeiro* trouxe autoestima foram recorrentes. Ter a sua vida ou da comunidade contada, impressa, com “retrato” estampado, é dar veracidade a história narrada, como se antes de ser grafada no papel, pudesse se perder na fala, levada com o vento e esquecida com o tempo. Impressa, a história ganha vida longa, se perpetua. *O Candeeiro* evidencia a existência de gente que por muito tempo passou despercebida. Imprimir as histórias de agricultores é, portanto, valorizar o conhecimento tradicional alçando-o ao mesmo nível de importância atribuído ao saber científico.

Percebemos que os moradores do Semiárido são também excelentes narradores. Gostam de contar a própria história e a história da comunidade onde vivem. Eles guardam na memória a história das lutas e das conquistas de suas associações, sindicatos, conflitos com o poder público local. Percebi que eles são exímios na

comunicação oral, porém, infelizmente, limitados na leitura e na escrita. Não tiveram acesso na infância e juventude ao ensino formal. Muitos são analfabetos ou quase. O que não quer dizer que não tenham sabedoria, muito pelo contrário. Segundo Elzio, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia/MG: “Sou analfabeto, mas tudo aquilo que eu aprendi, eu consigo passar pra qualquer um professor”.

Nas localidades estudadas percebemos a interferência dos meios midiáticos de comunicação, seja abrindo espaços para as organizações e movimentos sociais por meio da venda de horário, como acontece em Serrinha, na Bahia, com o programa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, *A Voz do Homem do Campo*, exibido pela rádio comercial Continental AM, seja de forma hegemônica, como é o caso da rádio *Onda Norte*, localizada no município vizinho a Varzelândia, cujo sinal alcança quase toda a região norte de Minas Gerais. Isso sem falar em veículos de alcance nacional, como os canais abertos de TV, como a Globo, cujo noticiário diário *Jornal Nacional* é assistido por todos os entrevistados adultos. As telenovelas, especialmente as da Globo também são vistas por todos os entrevistados.

Percebemos que esses veículos midiáticos influenciam as comunidades e também os meios de comunicação comunitários. Como exemplo, citamos os programas da rádio de João Congo, *A Voz do Agricultor*, cujos formatos e conteúdos dos programas são espelhados nos da mídia comercial, vide o programa de *funk* apresentado pelo jovem Maurício. Isso não quer dizer, entretanto, que não se faça uma leitura crítica das informações exibidas pelos veículos, como percebemos no depoimento de Tereza Rocha, da comunidade de Canto, sobre comunicação, e ainda que pautem a mídia com os temas de seu interesse, como o fez Elzio, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, em seu relato sobre o episódio com a emissora de TV que produzia matéria sobre sementes.

Isso indica que as comunidades rurais, ao mesmo tempo que são influenciadas pelos meios de comunicação midiáticos também busca pautá-los, não estão inteiramente passivas como consumidoras dessas informações, mas isso é mais perceptível entre as lideranças, não podendo ser uma análise extensiva a todos os membros das comunidades.

Sobre esse aspecto, nas histórias de vida dos agricultores, também foi possível perceber como a comunicação desenvolvida pelas comunidades está relacionada à forma de organização desses grupos sociais. A comunicação é parte de suas vidas, existe para atender as necessidades do coletivo, com instrumental de que dispõem, em diálogo com a cultura local, com linguagem compreensível a todos.

Nos depoimentos foi possível acompanhar como os espaços coletivos e presenciais são vitais para a informação da comunidade e como a comunicação oral é valorizada. A mediação da comunicação, por bilhetes, cartas e, mais recentemente pelo rádio, é mais utilizada para convocar os membros da comunidade para atividades e eventos. O assunto a ser tratado é discutido presencialmente. Percebemos que quanto mais tecnologia é empregada nessa mediação mais difícil é para a comunidade se apropriar dela, menos pessoas se envolvem ou as pessoas mais jovens assumem essa comunicação, a exemplo da rádio na comunidade de João Congo.

Entendemos, pelo que foi observado, que quanto mais descentralizada é a produção do material, mais participativa é a sua elaboração. Nesses casos, a comunicação é parte de outros processos que ocorrem na comunidade e os potencializa. A comunicação tem mais força quanto mais iniciativas e projetos existir nessa comunidade e quanto maior for a organização comunitária. Se endógena, a comunicação será legítima, desenvolver-se-á e se fortalecerá à medida que a comunidade cresce e se fortalece. Vimos isso nas comunidades pesquisadas, onde em cada localidade a comunicação se apresentou em estágio e formas diferentes, acompanhando o amadurecimento dos grupos e o perfil de seus integrantes.

A pesquisa participante apontou para um veículo de comunicação – o rádio – como o que há de mais acessível aos moradores da zona rural do Semiárido. Percebemos que a rádio chega a João Congo a partir de uma demanda da própria comunidade para suprir, inicialmente, as necessidades de integração e diálogo entre seus membros e, posteriormente, melhora a autoestima da comunidade e ajuda a construir e projetar uma imagem positiva de João Congo para o restante do município. Associado a isso, a inserção das lideranças da comunidade em espaços políticos, como conselhos municipais, contribui para que a comunidade de João Congo, por meio de sua associação comunitária, esteja conseguindo interferir nas políticas públicas locais. A rádio, então, divulga e fortalece essas conquistas ao torná-las públicas. *A Voz do Agricultor* pode ser resumida como um importante instrumento de afirmação daquela comunidade. Tem contribuído para melhorar a autoestima da população, especialmente dos jovens que tocam a programação.

O rádio foi uma novidade da pesquisa. Inicialmente não havia previsto abordar o rádio como veículo de comunicação nas comunidades rurais. Esta experiência da rádio comunitária *A voz do agricultor*, de João Congo, com todas as suas potencialidades e dificuldades me fez pensar, inclusive, em pesquisar futuramente esse tema. Fazer uma pesquisa sobre as rádios comunitárias existentes no Semiárido brasileiro, para além de

um simples levantamento. Como elas conseguem sobreviver? Como os órgãos de fiscalização governamentais se transformam em perseguidores das comunitárias que não são legalizadas? Como muitas delas foram e continuam a ser apropriadas para fins político-eleitoreiros? Como elas funcionam quando são de fato apropriadas pelas comunidades? Como podem ser um espaço de expressão da cultura e dos movimentos sociais locais? Como ajudam a acabar com preconceitos? Por que os jovens gostam de falar e tocar música nessas rádios? Como é “a voz do agricultor”?

Gostaria de mencionar também meu aprendizado como pesquisadora. Aprendi que uma pesquisa tem potencialidades, mas também limitações e surpresas. No caso desta pesquisa de mestrado, uma das principais limitações foi o tempo que tive para fazer a pesquisa de campo e para escrever a dissertação. No caso da pesquisa de campo, dependi muitas vezes da agenda dos programas e ações da ASA nas comunidades. Elegei os eventos que gostaria de acompanhar e tive que esperar o momento certo para me deslocar até as comunidades. E ali encontrei surpresas, como por exemplo, a importância da rádio comunitária *A voz do Agricultor* em João Congo. Não podia deixar de abordar esse tema e ele não estava previsto em meu planejamento inicial. Por outro lado, tinha previsto abordar o tema dos comunicadores populares e não tive o tempo necessário para desenvolvê-lo a contento. As histórias de vida também foram surpreendentes e acabaram se transformando, em minha opinião, na principal contribuição dessa dissertação. Elas me exigiram tempo para transcrever e analisar essas falas plenas de emoção e conteúdo. Elas me ajudaram a apreender o que é a região semiárida brasileira e qual o papel da ASA e da comunicação da ASA nesse contexto

Uma pesquisa deve prever também desdobramentos. Espero retomar os temas que não consegui trabalhar a contento nesta pesquisa, por meio de artigos e futuros projetos de pesquisa; como por exemplo, o papel dos comunicadores populares da ASA e as rádios comunitárias do semiárido brasileiro. Finalmente, gostaria de externar que aprendi muito com essas pessoas que bebem água de cisterna.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

---

ASA. **ASA: construindo futuro e cidadania no Semiárido**. Recife: [s.n.], 2010. p.7.

ASA. **Campanha cisterna de plástico, somos contra**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

ASA. **Declaração do semiárido**, Recife-PE, 1999. Disponível em: <[http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=104](http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=104)>. Acesso em: 13 mar. 2013.

ASA. **Carta de princípios**. Igarassu-PE, 2000. Disponível em: <[http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=103](http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=103)>. Acesso em: 13 mar. 2013.

ASA. **Missão da ASA**. Disponível em: <[http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=97](http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97)>. Acesso em: 9 mar. 2013.

ASA. **VII Enconasa**. Disponível em: <[http://www.oitavoenconasa.org.br/oitavoenconasa/index.php?option=com\\_content&view=article&id=106&Itemid=223](http://www.oitavoenconasa.org.br/oitavoenconasa/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=223)>. Acesso em: 17 jan. 2013.

ASA. **PIMC**, Recife, 2003.

ASA MINAS. **Projeto Guarda-Chuva**. Disponível em: <<http://asaminas.blogspot.com.br/p/entidades-executoras-de-programas.html>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Série Água Brasil: impactos e externalidades sociais da irrigação no semiárido brasileiro**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186329487615/19Agua5final.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

BLACKBUM, Daniel *et al.* **Diaconia**. Recife: [s.n.], 2005.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; e BRITTOS, Valério Cruz. Capitalismo e política de comunicação: a TV digital no Brasil. In: HAUSSEN, Dóris Fagundes; BRITTOS, Valério Cruz (org.). **Economia política, comunicação e cultura: aportes teóricos e temas emergentes na agenda política brasileira**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009.

BRASIL. **Bioma Caatinga**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/item/191>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2013.

BRASIL. **Lei Federal 11.079/2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2013.

BRASIL. **Lei 7.827, de 27 de dezembro de 1989.** Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

BRASIL. **Lei 9.790, de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Medidas agrárias.** Disponível em: <[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA\\_MEDIDA\\_AGRARIA\\_NAO\\_DECIMAL.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programa Água para Todos. **Cisternas de plástico.** Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/agua-para-todos>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Cisternas de plástico.** Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/cisternas-barreiros-e-sistemas-coletivos>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do semiárido brasileiro.** Brasília: [s.n.], 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/semiario/arquivos/Delimitacao%20do%20Semi-Arido.pdf/view>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Lista dos municípios em situação de emergência.** Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/pt/c/document\\_library/get\\_file?uuid=de26c310-07a5-4c8f-bbfa-1b54cc20fa8d&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=de26c310-07a5-4c8f-bbfa-1b54cc20fa8d&groupId=10157)>. Acesso em: 5 nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção nas Nações Unidas de Combate à Desertificação.** 3. ed. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr\\_desertif/\\_arquivos/unccd\\_portugues.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/unccd_portugues.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 10 jan. 2013

BRASIL. **Programa nacional de alimentação escolar.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

CÁRITAS. **Fundo nacional de solidariedade.** Disponível em: <<http://caritas.org.br/novo/fundo-nacional-de-solidariedade-2012/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

CÁRITAS. **O que é a Rede Cáritas.** Disponível em: <<http://caritas.org.br/novo/sobre/>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspecto da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMISSÃO Pastoral da Terra. **Romarias da terra e da água.** Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/romarias-da-terra-e-da-agua>>. Acesso em: 9 mar. 2013.

CEAAL. **Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe.** Disponível em: <<http://www.ceaal.org/v2/index.php>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões.** Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Portal Domínio Público. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. p. 91, 96.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: \_\_\_\_; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 63.

EBC. Agência Brasil de Notícias. **Governo usa tecnologias diferentes de cisternas no Semiárido e gera debate sobre modelo mais conveniente.** 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2012-09-04/governo-usa-tecnologias-diferentes-de-cisternas-no-semiarido-e-gera-debate-sobre-modelo-mais-convenie>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

FAGRO/EMBRAPA SEMI-ÁRIDO/MDS-FAO. **Relatório técnico analítico final:** avaliação ambiental da performance do programa cisternas do MDS em parceria com a ASA (Índice de Sustentabilidade Ambiental – ISA), Brasília, 2006.

FUNFAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=418&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=418&Itemid=1)>. Acesso em: 3 out. 2010.

FURTADO, Celso. O nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. In: \_\_\_\_ *et al.* **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

GALINDO, Wedna. **Intervenção rural e autonomia:** a experiência da articulação no semiárido/ASA Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p. 33-34.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKEL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 76.

GASPAR, Lúcia. **Seca no nordeste brasileiro**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2009. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=418&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=418&Itemid=1)>. Acesso em: 14 mar. 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2006. (Série Monitoramento e Avaliação 2).

IBGE. **Divisão Regional Brasileira**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1)>. Acesso em: 14 mar. 2013.

IBGE. **População do município de Varzelândia-MG**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=317090#>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

IBGE. **População rural do município de Varzelândia-MG**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

IICA. Disponível em: <<http://www.iicadesertification.org.br/lendo.php?sessao=MTA3>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Venício; LOPES, Cristiano Aguiar. Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo. In: ROLIM, Renata (Org.). **Rádio, movimentos sociais e direito à comunicação**. Recife: Oito de Março Gráfica e Editora, 2008.

LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. Resistência e emancipação social: a cidadania como condição participante na construção da produção simbólica. In: HAUSSEN, Dóris Fagundes; BRITOS, Valério Cruz (Org.). **Economia política, comunicação e cultura: aportes teóricos e temas emergentes na agenda política brasileira**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009.

MELO NETO, João Cabral. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. Recife: Moinho Recife, 1984.

**Movimento de Organização Comunitária (MOC)**. Disponível em: <<http://www.moc.org.br/>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

MONTORO, Tânia Siqueira (Org.). **Comunicação, cultura, cidadania e mobilização social**. Brasília/Salvador: UnB, 1997. Série Mobilização Social, vol. 2.



MOREIRA, Sonia Virginia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 272.

NORONHA, C. Teologia da libertação: origem e desenvolvimento. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-186. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307/1410>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

Pastoral da Criança. Disponível em: <<http://www.pastoraldacrianca.org.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

PEPSICO. **Campanha projeto colhendo chuva**. Vídeo 3`01`. 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=RofzFmt-008>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

PEPSICO. **Agradecimento – projeto Colhendo a Chuva**. Vídeo 2`34`. 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DRhN8i0QBfQ&feature=plcp>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. edição. São Paulo: Atlas, 2011. p. 137, 138.

PORTAL G1. **Seca na Bahia**. 2 maio 2012 Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/05/seca-na-bahia-e-maior-dos-ultimos-47-anos-diz-secretario-da-casa-civil.html>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

PORTINARI, Cândido. **Os retirantes**. Óleo sobre tela, 1944. MASP. São Paulo.

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. 94. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SANTOS, Milton e Silveira, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011.

SANTOS, Suzy dos; Caparelli, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRTTOS, C.V.; Bolaño, C. R. S. (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2009. p. 21-42.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SOUZA, Silvaney. **Impacto de novas tecnologias de acesso à água no Semiárido baiano**. 2012. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Universidade Norte do Paraná. Paraná.

SUDENE. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/sudene#instituicao%20sudene>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

TORO, José Bernardo; WERNEK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. Mobilização social: uma teoria para a universalização da cidadania. In: **Comunicação e mobilização social**. Brasília: Editora da UnB, 1996. v. 1. (Série Mobilização Social).

TV GLOBO. Programa Globo Rural. **Cisternas de plástico doadas pelo Governo Federal apresentam defeitos no Piauí**. Vídeo 2'40". 2012. Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/globo-rural/v/cisternas-de-plastico-doadas-pelo-governo-federal-apresentam-defeitos-no-piaui/2058892/>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

## Anexo 1 - O Candeeiro (Especial Enconasa)– Comunidade de Tejuco

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

**O Candeeiro** Edição Especial

VIII Enconasa  
19 a 23 de Novembro - Belo Horizonte - Minas Gerais

## Comunidade do Tejuco: Vencendo Barreira e Superando Desafios

A comunidade de Tejuco, localizada no município de Januária nasceu a partir da devoção religiosa a São José. O pároco do distrito entregou a imagem do Santo para seu José Moreira, um dos moradores mais antigos do lugarejo, que iniciou a festa. O coronel Alexandrino de Carvalho chegou à região e logo se apropriou das terras do Santo e da festa. Na década de 1950, o coronel começou então a fazer a doação de lotes. O lugar começou a ficar movimentado, tornando-se primeiro arraial, e hoje a comunidade de Tejuco.

A partilha e a solidariedade são marcas fortes da comunidade. Terezinha, Ivaneide, Maria das Graças, Railda, Fátima, Pedro, Antônia, Manoel Aparecido contam que no início a produção era farta: feijão, arroz, abóbora, mandioca, milho, fava, melancia, algodão, que alimentava a todos. No dia a dia, entre a comunidade, não se pagava serviços, nem se vendia os produtos. Entre eles, os serviços e os produtos eram trocados. Vendiam algodão, farinha e mamona para a cidade de Januária, o que ajudava na compra anual de tecidos. Todo mundo se reunia para fazer a colheita, para ralar a mandioca na mão, para puxar a roda, para colher o feijão. Tudo era abundante: tinha café, almoço e jantar e ainda sobrava, relembra Dona Maria das Graças.

Com a chegada das grandes fazendas e das empresas de eucalipto na região, na década de 1970, impactou fortemente a agricultura e o modo de vida desta comunidade. Os rios, riachos e fontes de água diminuíram, e com isso, o plantio do arroz. Com as áreas cercadas e devastadas a coleta das plantas do cerrado como o pequi ficou escassos.

Em 2004, as famílias perceberam que era preciso organizar para buscar melhorias na infraestrutura, na produção e geração de renda. Perceberam que sozinhos tinham menos força do que juntos. A primeira associação criada na região foi na Barra do Tejuco, onde se uniram para reivindicar água e luz. Começaram, então, a buscar fontes de financiamento e parceiros. O primeiro projeto conquistado pela comunidade foi o PROSAN em 2004 que apoiou a compra de caixas para criação de abelha, roupas e



Alguns membros da Agriferta



Feira livre comunidade Tejuco

Minas Gerais

equipamentos para a produção de mel.

Os intercâmbios e visitas foram importantes na consolidação do grupo. Em 2005, participaram do I Encontro de Agrobiodiversidade que aconteceu em Porteirinha/MG, onde conheceram outros agricultores, experiências de conservação das sementes e comercialização.

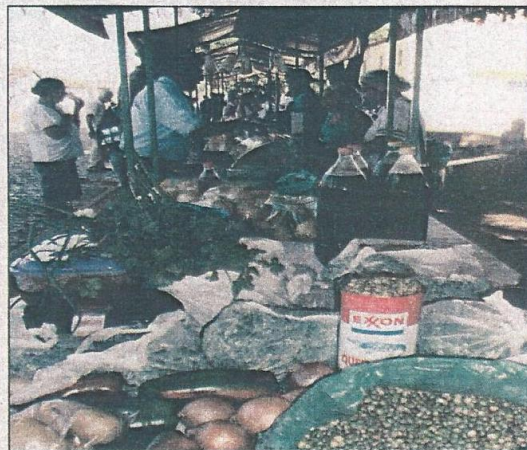
Em 2007 surgiu o Grupo de Mulheres Semeando para Crescer. Elas começaram a se reunir para conversar, se encontrar. Reunir é bom pra tudo: é o bate-papo, a conversa, além do nosso trabalho, diz alegre, a Dona Terezinha. No ano seguinte, após muita conversa, elas começaram a participar de cursos e oficinas, buscando desenvolver estratégias de melhoria da renda. De tudo que conheceram e experimentaram,

viram uma oportunidade na produção de biscoitos, e com o apoio da Cáritas Diocesana de Januária, as mulheres elaboraram projeto para o Fundo Nacional de Solidariedade. Com o recurso adquiriram fornos, bateadeiras, liquidificadores, vasilhas, pia e mesa. Do biscoito que fazem, tiram uma parte para elas, e a outra é vendida na feira. O dinheiro que arrecadam com a venda dos biscoitos é todo revertido para o grupo. Com ele compram mais materiais para fazer os biscoitos para a próxima feira. E quando faltam produtos, elas dividem o material entre elas: uma leva o óleo, outra o açúcar. Para comprar a lenha, elas tiveram outra ideia: fazem um leilão de pratos, um do forno, como chamam que é feito pelo grupo e o outro, a partir da doação de uma das mulheres. Pode ser galinhada, frango assado ou outra especialidade. Cada domingo, uma é responsável pelo prato.

A constituição da feira livre também foi uma iniciativa do grupo de mulheres. Após a primeira feira organizada pela diretora da escola da comunidade, foram as mulheres que entenderam que a realização de uma feira livre seria uma grande oportunidade para os agricultores e para a população da comunidade de Tejuco. Elas saíram com um convite para todos os agricultores e no primeiro domingo, o grupo de mulheres colocou logo três mesas. No domingo seguinte, apareceram outras mesas, até que formaram um grupo de 20 pessoas. A experiência da feira foi um sucesso. Os feirantes se organizaram numa associação Agriferta, com o apoio da Cáritas, elaborou outro projeto para o Fundo Nacional de Solidariedade, para aquisição de 10 barracas.

Buscando melhorar as condições de produção, os agricultores ampliaram suas formas de financiamento. O projeto Seriema com o fundo rotativo solidário tem sido uma alternativa importante de fortalecimento. Algumas famílias também têm acessado ao Pronaf, que apesar dos limites no acesso a política por parte da grande maioria dos pequenos agricultores e agricultoras, foi identificado casos de sucesso no acesso e pagamento do crédito. Alguns deles já acessaram 3 vezes de forma crescente.

A comunidade de Tejuco não perdeu as referências e os valores de um tempo onde a vida parecia mais difícil, mas ao mesmo tempo, a natureza e a produção era farta. Seu Pedro, atual presidente da Agriferta reforça "A união da comunidade foi essencial durante esta história de conquistas".



Alimentos produzidos na comunidade

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



# O Candeeiro

## Feira do Tejuco: Uma ação comunitária do protagonismo feminino que gera trabalho, renda e saúde.

A feira de economia popular do Tejuco nasceu da necessidade de implementar na comunidade a agricultura familiar como uma forma sustentável de geração de renda a uma região onde as famílias vivem sem muitas expectativas e onde a juventude vive ociosa.

A feira acontece na comunidade do Tejuco do município de Januária no norte de Minas Gerais e é chamada por eles de FEIRA LIVRE. Eliete Aparecida de Carvalho Santos diretora da Escola Estadual da Rua São José, diz que há muito tempo trabalha na perspectiva de conscientizar as famílias. Ela não conformava ao ver a comunidade em que a maioria da população é rural consumindo tantos produtos vindos de fora, e ver o índice de êxodo rural crescer, e a falta de trabalho para os jovens.

Ela começou então promovendo cursos para capacitar, na expectativa de que através do conhecimento os agricultores e agricultoras sentissem estimulados a produzir. Mas mesmo com os cursos a produção não foi muito a frente. Então Eliete teve a idéia de começar do fim, de começar com a feira.

Da primeira vez eram só três mesinhas de baixo da árvore na Praça de São José, conta Eliete. Ela colocou uns artesanatos, e comprou algumas bananas para vender, vieram também mais dois amigos



O início, algumas mesas de baixo da árvore e a determinação de uma grupo de mulheres

que tiveram a coragem de expor seus produtos, sendo eles o grupo de mulheres « Semeando para Crescer» comercializando ovos, puba de mandioca e milho verde, bananas e remédios caseiros, e Manuel Aparecido Almeida com caldo de cana, carne de bode e mandioca.

E a cada domingo que vinha aparecia mais gente, inclusive de outras comunidades, como Barreiro, Cabeceira, Barra do Tejuco, Lapa, Riachinho, Barreiro do Brejo, Remancinho, Pau D'oleo, Campos, Boa Esperança, e até feirantes de Januária. Depois de um ano de funcionamento da feira, são cerca de 46 feirantes, onde todos os domingos têm o compromisso de se reunir na Praça do Tejuco para expor e comercializar os produtos da agricultura familiar, artesanatos entre outros.

Eliete conta que no começo não tinha muito



A quantidade de feirantes e de consumidores da agricultura familiar agroecológica

produtos, e o problema é que a comunidade rural está urbanizada, não fazem como antes de produzir para comercializar, apenas para alimentar a família, assim os jovens ficam ociosos, não vêm à agricultura como trabalho, como renda, como forma de sustento. A iniciativa destas mulheres surgiu então com a preocupação em dar esta perspectiva para os jovens, para que tivessem uma profissão que os mantivessem junto à comunidade e com qualidade de vida.

Em 2010 a Cáritas escreveu junto com a comunidade um projeto ao Fundo Nacional de Solidariedade onde foram adquirida as barracas para o melhor funcionamento da feira garantindo assim a exposição dos produtos.

Muitas destas famílias são acompanhadas pela Cáritas Diocesana de Januária e Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, por já serem beneficiárias dos projetos e programas que trabalham na perspectiva da soberania e segurança alimentar como: Projeto Seriema, Programa Um milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).



A variedade de produtos vindos da agricultura familiar sem agrotóxico.

### Feira livre é o lugar de trabalho, renda e saúde

Foi organizada pela comunidade rural do Tejuco a Associação Agrícola Familiar dos Feirantes de Tejuco e Adjacências, a AGRIFERTA, que agora está na luta para conquistar o registro e poder participar de outros programas, fornecendo alimentos como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Projeto Nacional de Alimentação Escolar). Mas uma das principais ações da associação foi dar unidade aos feirantes e é na associação que se desenvolve os projetos para melhorar a produção de forma sustentável, além de ser o espaço onde eles discutem a importância dos alimentos na saúde, e trazem a meta de estruturar a feira para que ela seja cem por cento de produtos saudáveis e livres de agrotóxico.

E foi assim a partir da feira, da venda e da troca que as famílias se sentiram estimuladas a produzir. Os feirantes afirmam que a feira é uma forma de troca, a gente traz o que tem e leva o que não tem.

No início tinha poucos produtos, assim relata Pedro Almeida Sales o presidente da associação, que no começo traziam muito produto de fora, e agora eles já têm uma produção feita com semente própria o que os deixa livre por não ter de comprar no comércio. Segundo ele a produção dá em sobra na casa e na feira, quase cem por cento dos produtos vêm das próprias famílias e sem veneno.

### O protagonismo feminino

A feira também possibilitou a melhoria de vida das mulheres, foram elas quem começaram a feira e com elas vieram suas famílias. Quando começaram a ver a possibilidade de sair de casa, e ter um espaço para mostrar seu trabalho, se sentir capaz e valorizada. Uma das feirantes conhecida como Paizinha, diz que antes sempre quando ela tinha uma idéia desistia, porque achava que ia ser muito difícil e que havia muitos obstáculos, pensava que ninguém sairia de casa para comer seu pão de queijo na feira. Com a feira ela abriu sua mente e não tem mais medo de tentar. *“Ir a feira é como ir à festa, a gente se embeleza e se anima para ver as amigas e receber elogios do nosso trabalho. A gente ficou famosa, as pessoas passam e dizem, olha a mulher da paçoca, a mulher do caldo. Nós nos sentimos importantes”.*





## Banco Sementes da Comunidade do Canto

No município de Serrinha, uma comunidade desenvolve uma prática que tem garantido a produção de agricultores e agricultoras familiares. É o Banco de Sementes, criado na Comunidade do Canto, que fica 14 km da sede, desde ano de 1992. Seu Antônio Rocha, agricultor familiar que é responsável pela gestão do banco e sua irmã Dona Tereza Rocha, contam como essa experiência teve início.

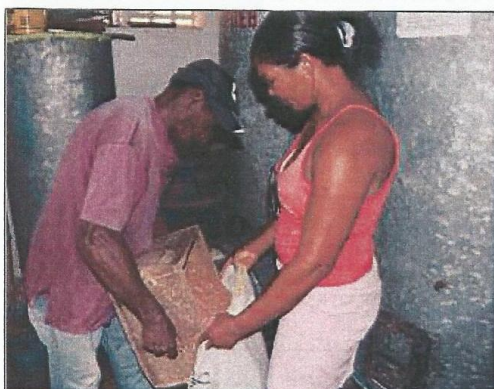
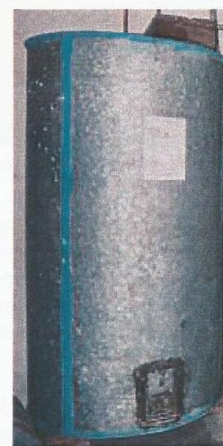
A comunidade tinha a prática de armazenar no depósito da casa de farinha particular e recebia o acompanhamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). No ano de 1992 foi implantando o banco. Em 1994, como conta Dona Tereza, agricultora familiar e atual presidente da Associação dos Pequenos Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Serrinha (APAEB), veio o período de escassez e o Movimento de Organização Comunitária deu o reforço, com as capacitações e a doação de quatro sacos de feijão. Nessa época eu fazia parte da associação de moradores da comunidade, lembro que a APAEB, nos ajudou através de cursos de armazenamento e seleção da semente e nós começamos a adquirir essa consciência da importância de preservar as sementes crioulas daqui da região.

### Formas de Armazenamento:

#### Garrafa Pet



#### Silo



Seu Antônio Rocha fazendo a distribuição das sementes

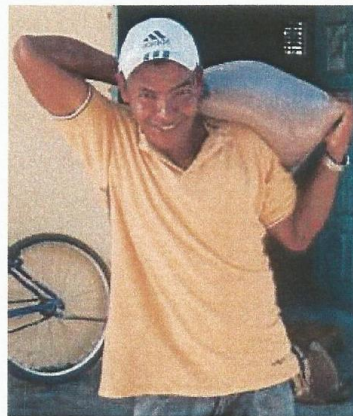
### O funcionamento do banco

No início eram 15 famílias, hoje são 45, como explica seu Antônio. Já teve mais pessoas participando, porém houve anos em que as chuvas foram escassas, o que diminuiu o número de famílias, mais a gente acredita que esse ano aumente mais. Temos feijão carioca, feijão mineiro, feijão preto e milho. A pessoa que recebe 10 litros de feijão para o plantio devolve vinte e cinco por cento a mais, ou seja, doze litros e meio. Os dois litros e meio de acréscimo ficam para a nova família que vai entrar.

No período do final de abril até início de maio é o período das chuvas, em que a gente faz a distribuição, e a devolução é no mês de setembro a outubro, período da colheita. O armazenamento é feito em recipientes e sem o

uso de conservantes químico. Armazenamos em silos e dornas, mais não usamos produtos químicos, somente pimenta do reino e alho, para que não dê praga, gorgulho. Na mesma época que construímos o armazém compramos o silo, dois deles foram doados pela APAEB.

Sobre as vantagens de guardar sementes de forma coletiva seu Antonio não tem dúvida. "Essas sementes são de grande importância para gente, aqui é uma semente que a gente já tem, porque plantamos por todos os anos, é uma semente que conhecemos, se pegar uma semente diferente não saberemos se vai dar certo aqui nessa terra. A grande vantagem é essa, as primeiras sementes que foram armazenadas são da própria comunidade, as que não eram a gente foi deixando de plantar, só plantamos o feijão mineiro, carioca, porque são mais adequados para essa terra".



José Renato pegou 30 litros para o plantio

Tem várias famílias que sempre falam que não sabem o que seria se não fosse esse banco de sementes, é o que diz o casal José Renato Oliveira de Jesus e a esposa Antonia, que fazem parte do banco desde 1994. "Guardamos feijão e milho, para a gente é importante por que temos onde armazenar a nossa semente, todo ano assim que a gente tem, vem logo aqui para guardar, antes quando não tinha era difícil porque a gente ficava sem ter onde armazenar, deixava em casa, no saco, e quando chegava o tempo de plantar a semente estava ruim, aí tinha que comprar outras. Estou pegando 30 litros, mais ano passado deixei 38 litros, deixamos a mais porque sempre tem alguém que precisa".

Quem não participa do banco, armazena em casa, de forma individual, em garrafa pet, nos anos de seca já ocorreu que as famílias não tinham condições de devolver vinte cinco por cento, somente a metade do que foi pego. A APAEB é uma das entidades que contribui para a experiência da comunidade, através da doação de silos, sementes, e de cursos. Nos cursos foram mostradas técnicas de armazenamento em garrafa pet, em depósito, sem agrotóxico, usando apenas cinzas, pimenta do reino triturada, alho e areia. Enche a garrafa com a mistura, sem deixar que o ar fique dentro, isso é importante porque a semente não apodrece, ensina Dona Tereza

### Identidade da Comunidade



Dona Tereza, faz arte com a mandala de sementes

Ela também fala que os moradores da Comunidade, entendem que o banco só deve atender à Comunidade, por ter sido iniciativa do local. Para gerenciar o banco não é fácil, por que lidamos com pessoas, para fazer parte é preciso uma seleção, primeiro fazemos a escolha da semente, aquela que percebemos que não vai germinar tem que ser eliminada, a semente tem que está sequinha, quando chega molhada muitas pessoas voltam para secar e selecionar. Aí tem gente que se aborrece e não quer fazer parte, tem pessoas que pegam e não devolvem e aí não tem como receber no próximo ano. A gente quando começou não tinha essa noção do que era a semente crioula da comunidade, por isso recebíamos a semente de fora sem questionar, o que prejudica o plantio, deixa doenças, hoje às pessoas estão mais conscientes e não trocam a semente do banco por de outra região.



Realização:



Apoio:





## Anexo 4 - O Candeeiro (Especial Enconasa)– Alô comunidade: uma experiência d'A Voz do Agricultor

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas



Edição Especial

### Alô comunidade: Uma Experiência d'A Voz do Agricultor

No semiárido mineiro, a rádio comunitária tem sido um importante instrumento de comunicação entre as famílias agricultoras na zona rural. Em muitas comunidades, a rádio é o único instrumento em que as famílias podem produzir e divulgar as informações do seu interesse, não sendo apenas receptoras dos conteúdos dos outros meios de comunicação.

No município de Varzelândia, Norte de Minas Gerais, a comunidade João Congo tem desenvolvido uma experiência em comunicação popular com a rádio comunitária A Voz do Agricultor, na frequência 96,7FM. A rádio envolve jovens e lideranças, dando oportunidade aos agricultores e agricultoras de produzir informações de interesse comunitário e exercer seu direito à comunicação.



A Voz do Agricultor foi instalada na Comunidade João Congo em 2009. Com a proposta de ser uma rádio móvel, ela chegou ao município no fim de 2006, mas passou por outras comunidades antes de ser montada no João Congo. A rádio veio através do Projeto de Segurança Alimentar, Nutricional, Hídrica e Energética (PSANHE), executado pela Cáritas Regional Minas Gerais, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Varzelândia. O projeto PSANHE era desenvolvido em quatro comunidades do município: Assentamentos Betânia e Arapuim, Comunidades Caatinga e João Congo. A rádio tem o objetivo de incentivar a organização comunitária e despertar o interesse das famílias para a importância da comunicação popular.

O Assentamento Betânia foi o primeiro a receber A Voz do Agricultor. Ademir Alves era uma das pessoas envolvidas nos trabalhos da rádio. Ele lembra que quando a rádio chegou foi uma alegria danada. O assentamento fica a 36 quilômetros da sede de Varzelândia, por isso na comunidade só chega sinal de rádios de outros municípios, o que traz dificuldades para as famílias receberem informações atuais de sua localidade.

A Voz do Agricultor foi para a Betânia com o objetivo de ajudar a organizar a comunidade e integrar os moradores, pois o assentamento é formado por 87 famílias vindas de vários municípios da região. Quando a rádio chegou na Betânia, um grupo de jovens do assentamento foi visitar a experiência de duas rádios comunitárias no Vale do Jequitinhonha, para trocar conhecimentos sobre como desenvolver essa experiência. No assentamento, a rádio comunitária funcionava dia e noite, sua programação começava às 5 horas da manhã. Inicialmente, ela iria atender apenas a comunidade, mas acabou chegando a toda a região e até mesmo em alguns municípios vizinhos dava para ouvir a rádio. Ela tocava músicas, divulgava informações do interesse das famílias agricultoras, as reuniões do sindicato, da associação, eventos da igreja e programas da Pastoral da Criança. Ademir conta que a maior dificuldade era manter os custos da rádio, pois para isso era preciso pagar a energia, renovar os CD's e dar manutenção nos aparelhos. A comunidade teve dificuldade em dar manutenção ao equipamento quando uma peça estragou, por isso teve que pedir o apoio do sindicato e levar a rádio para ser consertada na cidade.

Como a rádio era móvel, ela teve que sair do assentamento Betânia. Ademir conta que a comunidade avançou muito na sua organização e com a saída da rádio eles perderam bastante. Ele avalia que a comunidade deveria ter criado um fundo para custear estas despesas, através de uma associação de amigos da rádio. Hoje, o sonho do assentamento é ter uma rádio comunitária fixa e eles pretendem lutar para conseguir realizar este sonho.

No início de 2007, a rádio foi instalada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, onde

Minas Gerais

permaneceu por quase 2 anos. Neste período, A Voz do Agricultor funcionava com a contribuição de funcionários do sindicato e agricultores que passavam por lá. Eles faziam programas de rádio, tocavam músicas, davam recados e levavam informações para as famílias do campo no município e região. Devido a interferências de outras rádios, a frequência da Voz do Agricultor foi mudada para deixar o sinal mais limpo e alcançar mais lugares.



Lucimara Borges trabalhava no sindicato e contribuía na programação da Voz do Agricultor. Ela lembra que a polícia federal estava perseguindo as rádios comunitárias que não tinham a documentação regulamentada, chegando a fechar 3 rádios do município. Como forma de se proteger, durante os programas da Voz do Agricultor não era falado que a rádio estava instalada no sindicato. Por medo de também ser fechada, A Voz do Agricultor ficou desligada por 2 meses.

Com a proximidade do IV Encontro da Agrobiodiversidade do Norte de Minas em 2008, a rádio retomou sua programação. Naquele ano o encontro seria realizado no município de Varzelândia, reunindo agricultores de toda a região. Lucimara lembra que a rádio foi uma ferramenta de comunicação importante para a mobilização e preparação do evento. Durante o IV Encontro da Agrobio, a rádio teve programação o dia inteiro, divulgando as informações do evento. O pessoal da zona rural, que não teve oportunidade de participar, ficou sabendo de tudo que acontecia. A rádio serviu como instrumento para a troca de conhecimentos das experiências visitadas pelos participantes do encontro.

Após esse período no sindicato, as comunidades envolvidas no projeto perceberam que era o momento da Voz do Agricultor prosseguir em sua caminhada pelo município. Em 2009, foi decidido que ela iria para a Comunidade João Congo, que fica em uma região plana e por isso facilitaria o alcance das ondas da rádio. Iranete Martins era presidente da associação comunitária de João Congo na época. Ela convocou uma reunião para discutir a chegada da rádio, que teve a participação de todos os sócios e foi bastante organizada. A comunidade ficou muito curiosa e animada e decidiu envolver o grupo de jovens nos trabalhos da rádio.

A Voz do Agricultor funcionou por um curto período com o envolvimento da comunidade, mas em pouco tempo quebrou uma peça, o que impediu seu funcionamento. Após muitas tentativas para resolver o problema, a comunidade conseguiu articular uma parceria entre a Cáritas Regional Minas Gerais e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Varzelândia para garantir o conserto do equipamento.

Hoje em dia, A Voz do Agricultor está em pleno funcionamento no João Congo, apesar dos desafios em envolver um número maior de pessoas da comunidade na organização e funcionamento da rádio. A programação varia entre programas informativos e divertidos, conduzidos por adolescentes da comunidade. Eles ainda têm dificuldades em buscar maior quantidade de informações da região e enriquecer o conteúdo, mas utilizam-se de materiais de parceiros importantes, como o programa "Riquezas da Caatinga" da ASA Brasil, que é executado para que os agricultores conheçam e se identifiquem mais com a sua região, que é semiárida.

A Voz do Agricultor é escutada nas comunidades rurais do Brejo, Olhos D'Água e João Congo e na sede dos municípios de Ibiracatu e Varzelândia, Edilene faz parte da Pastoral da Criança e mora na Comunidade João Congo. Ela é responsável pelos programas da rádio e conta que fica muito orgulhosa quando algum ouvinte pede um alô ou comenta que ouviu seu programa. Com a perseguição da polícia federal na região, atualmente apenas a rádio comunitária A Voz do Agricultor e uma rádio voltada para o público evangélico conseguiram resistir no município. Por onde A Voz do Agricultor passou, despertou nas pessoas a importância de um instrumento de comunicação popular que esteja a serviço da comunidade, contribuindo para a organização, integração e informação das famílias agricultoras.

Realização:



Apoio



Patrocínio:



## A luta de Edinam e Édina na Comunidade João Congo

Quem vê o quintal na casa de Edinam e Edilene Pereira da Silva não imagina como foi o início deste trabalho. Edilene conta que antes de mudarem para o local onde moram já começaram a plantar. Na época, ela plantou uns pés de manga rosa, entrou um jeguinho e comeu tudo. Eles plantaram outras mudas frutíferas e duas vezes por semana pegavam água num balde para molhar a tardinha.

A família de Edinam e Edilene mora na Comunidade João Congo, no município de Varzelândia, Norte de Minas Gerais. A comunidade tem 56 famílias e fica a 13 quilômetros da sede do município. Edinam é nascido e criado na comunidade. Edilene, ou Édina, como é conhecida por todos, nasceu em uma comunidade próxima e se mudou para João Congo em 1988, quando se casou.

O casal tem 4 filhos: Ronam de 14 anos, Edinéia de 13 anos, Tamiris de 11 e Anderson de 10. Todos vivem com os pais em uma casa simples e bem cuidada cercada por um farto e diversificado quintal agroecológico.

Quando Edinam e Édina chegaram a comunidade não havia escola, nem professora. Édina lembra que as crianças não sabiam nem o A-E-I-O-U. Ela começou a dar aula na sala de sua casa. Era professora e servente. Ela deu aula até seu primeiro filho nascer, aí parou e outras pessoas assumiram.

Depois de um tempo, a escola veio para a comunidade, mas as dificuldades continuavam. Édina conta que a maior dificuldade era com a água. Ela pegava a água da cisterna (poço amazonas) na cabeça e sempre tinha que esperar a água assentar para pegar mais limpa. Tinha dia que as crianças não vinham pra aula, porque a mãe não agüentava pegar água para dar banho.

Edinam explica que eles queriam trazer melhorias para a comunidade e decidiram criar uma associação comunitária. Em 1996, a associação foi criada e Edinam ficou 12 anos a frente dela como presidente.

A primeira conquista da associação foi uma horta comunitária. A área foi doada por um tio de Edinam para o uso da comunidade. A água vinha de longe, cerca de 100 metros de distância. A associação fez uma parceria com a Emater para conseguir os canos.



Édina e Edinam com as filhas Edinéia e Tamiris



Édina, Edinéia e Tamiris no quintal agroecológico

Edinam lembra que a horta funcionou muito bem. Por 03 anos, 25 famílias trabalharam na horta. Cada família tinha seu canteiro. Um via o canteiro do outro dando certo e queria que o seu também ficasse bonito. Mas algumas famílias tinham que andar até 3 quilômetros para molhar a horta. Por isso em uma reunião da associação, a comunidade decidiu fazer a horta nas casas das pessoas.

Com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Varzelândia e da Cáritas Regional Minas Gerais, a associação fez um projeto sobre segurança alimentar e distribuição de água. O projeto foi aprovado pela CESE e também conseguiu o apoio do Instituto Marista. O projeto apoiava hortas nos quintais de 35 famílias e a distribuição de água nas casas destas famílias.

As hortas foram feitas e ainda hoje 12 famílias trabalham nelas. Até as torneiras nas casas das famílias vieram através deste projeto. Edinam conta que a vida melhorou 100 por cento depois que chegou a água.

Outra conquista da associação foi um viveiro de mudas. A associação montou o viveiro para distribuir mudas para a própria comunidade. A idéia era incentivar a produção de frutas nos quintais para complementar a alimentação das famílias.

A associação entrou para a Cooperativa Grande Sertão. Assim, as frutas também podiam ser uma fonte de renda. Edinam conta que o desafio é que muitas famílias não acreditam e por isso não entram nos projetos. O viveiro está na comunidade até hoje, mas está desativado, porque o pessoal esmoreceu de produzir as mudas.

Édina considera que a saúde foi o que mais melhorou com a experiência dos quintais e das hortas. Principalmente a saúde das crianças. Na época, muitas crianças eram desnutridas na comunidade. Édina conta que chegou a perder um filho, o mais velho, e pra ela foi por causa da desnutrição.

Em 1998 começou o trabalho com a Pastoral da Criança com o apoio de Dona Deusa, que era agente da Pastoral no município. Edinam conta que hoje a comunidade não tem mais criança desnutrida. A alimentação vem toda da horta e dos quintais, juntam as famílias e fazem aquela alimentação saudável.



Viveiro de mudas da comunidade João Congo



Édina e Edinam no quintal agroecológico

## Tem de tudo nesse quintal

No quintal da família tem goiaba, abacate, banana, laranja, mamão, inhame (cará), acerola, araruta, pitomba, coco, mandioca, pimentão, abóbora, milho, taioba, alecrim do cerrado, couve, alface, caju, taro (inhame-coco), algodão crioulo, batata doce, cagaita, leucena, maracujá, fava de porco, ora-pro-nobis, hortelã, marvão, taioba, transagem, cebolinha, lambarizinha, arouça, andu, pinha, umbu, cajá, arnica de casa, conde, pinhão, tingui, cedro, picão, jurubeba, tamboril do mato, laranja da terra, pequi, pitanga, sapatá, girassol, gonçalo, coquinho azedo, uruncum, tamarindo, siriguela, jambo, limão e pimenta.

Edinam explica que no quintal tem muitas variedades de frutas. Ele não sabe todas, já

contou, mas sempre esquece. Ele não utiliza nenhum fertilizante químico, só usa o esterco do gado misturado com restos de alimentos e palha, o composto orgânico. Edinam não faz queimadas, toda a palha e folhagem são utilizadas como cobertura vegetal no quintal.

Ele conta que um técnico foi na sua casa, viu a horta e disse que ela estava com muito mato. Edinam explicou para ele que se viesse algum inseto, ia comer o mato e não atacava a horta.

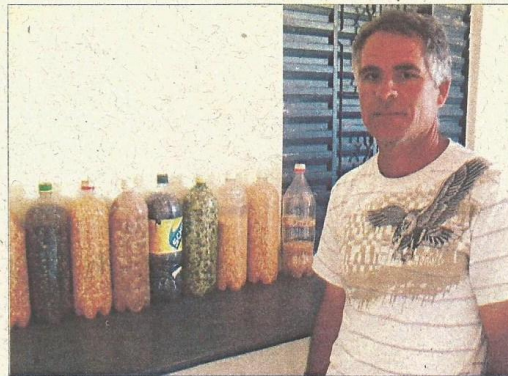
A agroecologia veio dos conhecimentos lá de fora, dos cursos, viagens e do próprio Sindicato. A comunidade nunca foi de usar muito químico, mas tinha o costume de fazer queimadas. Esse costume encurtou muito, apesar de alguns ainda queimarem. Mas ele garante que na horta ninguém usa químico, nem mesmo remédios naturais. Eles deixam no natural e usam só o esterco.

A produção é comercializada na feira de Varzelândia. As primeiras feiras eram uma dificuldade danada. Edinam lembra que tinha que levar as coisas na cabeça. Ele sentia vergonha e não levava. Quem levava era Édina. Então, ele fez umas bagagens na bicicleta e saía às 5 da manhã de casa para chegar a tempo. As vezes a bicicleta pesava e virava nas ladeiras.

Eles conseguiram um projeto com a Cáritas Regional Minas Gerais para garantir uma carroça e um burro para três famílias irem à feira. No projeto também vieram 10 barracas para a comunidade. Na feira, eles também enfrentaram muitas dificuldades. Quando chegaram com as barracas e os produtos agroecológicos, dizendo ser sem veneno, sofreram preconceito. Eles colocavam cartazes divulgando os produtos e o povo arrancava. Os atravessadores reclamavam muito.

Também não tinham quem desmontasse as barracas, então elas ficavam armadas. Nas noites de festa, o povo dormia nelas e estragavam. Por isso, eles ficaram uns 2 meses com as barracas e pararam de ir com elas.

Hoje, quase todas as famílias têm carroça para levar os alimentos. Édina conta que eles continuam indo a feira. O que não produzem, compram lá mesmo. O dinheiro da feira ajuda muito e já garante a compra da semana.



Edinam no banco de sementes da comunidade

## Comunidade organizada



Comunidade reunida na inauguração da Fábrica de Farinha

Todo trabalho da comunidade João Congo é comunitário, em mutirão. A distribuição de água foi um trabalho em mutirão e a luz, que chegou em 2001, também foi através da organização da comunidade. Até o poço artesiano é a comunidade que toma conta da manutenção.

Em setembro de 2007, a comunidade construiu uma Fabriqueta de Farinha, através de um projeto com o Banco do Nordeste. Cerca de 10 famílias trabalham na fábrica. Edinam e

Édina gostaria que cada família produzisse para seu próprio gasto. Mas muitos ainda preferem comprar a farinha, porque acham mais barato que produzir.

A comunidade também construiu uma Casa de Sementes, com apoio da Cáritas Regional Minas Gerais. Eles trabalham com a semente de milho argentino, amarelão e STR da Várzea. A comunidade já guardava as sementes antes da Casa. Mas era de qualquer forma e às vezes perdia e dava caruncho.

Edinam conta que o pessoal está animado, porque na hora de plantar, muitas vezes o produtor não tem uma semente boa. Com a Casa, essa semente fica garantida. A contrapartida de todos os projetos é toda da comunidade e eles sempre tiveram grande apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Varzelândia.

A comunidade tem planos de montar uma rádio. Edinam explica que só falta acabar de construir o local e quem vai tomar conta é o grupo de jovens. O objetivo dessa rádio é divulgar todos estes trabalhos e trazer informações para a comunidade.

Edinam e Édina contam que tentam mobilizar o povo para produzir e melhorar a qualidade de vida. Os desafios ainda são muitos. Mas na história desta família, as conquistas são bem maiores.



Fábrica de farinha da comunidade João Congo



Família de Edinam e Édina com companheiros da comunidade e do Sindicato de Varzelândia



# Declaração do Semiárido Brasileiro

## **O Semiárido TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!**

### **Depois da Conferência da ONU, a seca continua**

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 - a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semiáridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplitude de um fenômeno mundial "a desertificação" do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do Semiárido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do Semiárido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação Semiárido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km<sup>2</sup>, imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal - do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

## **AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DEVEM SER IMEDIATAMENTE REFORÇADAS**

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação Semiárido (ASA); nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO Semiárido!

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A ASA, por sua vez, afirma que, sendo o Semiárido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

## **NOSSA EXPERIÊNCIA MOSTRA QUE O SEMIÁRIDO É VIÁVEL**

A convivência com as condições do Semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- que a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam



um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;

- que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;
- que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;
- enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

### **É PRECISO LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A GRANDE DIVERSIDADE DA REGIÃO**

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semiárido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como "irrigação", "açudagem" ou "adutoras". Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no Semiárido brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres).

Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde. O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve

em consideração os mais diversos aspectos e suas inter-relações, impõe-se mais que nunca.

## **PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido.
- A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

### **CONVIVER COM AS SECAS**

O Semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto sócio-econômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a "atacar as causas profundas da desertificação", bem como "integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca". Partindo dessas reflexões, nosso Programa de Convivência com o Semiárido inclui:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o Semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semiárido compreende, entre outras medidas:

- A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semiárido.
- A priorização de investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.

- Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.
- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

## **ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE**

O Semiárido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infra-estruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macro-econômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

## **FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL**

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do Semiárido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção. A ASA propõe para vigência desse direito:

- O reforço do processo de organização dos atores sociais, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.
- Importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular:
  - A erradicação do analfabetismo no prazo de 10 anos.
  - A garantia do ensino básico para jovens e adultos, com currículos elaborados à partir da realidade local.
  - A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.
- A valorização dos conhecimentos tradicionais.
- A criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o Semiárido e

atravesse toda a sociedade brasileira.

## **INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens. Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5º da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a Articulação no Semiárido Brasileiro reivindica, entre outras medidas:

- que seja cumprida a Convenção 100 da OIT, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.
- que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;

## **PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS**

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que... têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II - a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III - a recuperação de terras degradadas.” A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no Semiárido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha,

entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- A realização de um zoneamento sócio-ambiental preciso.
- A implementação de um programa de reflorestamento.
- A criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semiárido.
- O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o Semiárido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.
- O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.
- A proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas.
- A fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

## **FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”.

Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semiárido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- A captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil.
- A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- Uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos

efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, custaram aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (56 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no Semiárido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O semiárido que a Articulação está construindo é aquele em que os recursos são investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, saúde, informação. Esperamos que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que possamos trocá-las por outras, como convivência, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento, ecologia e justiça.

Recife, 26 de novembro de 1999

## Carta de Princípios

São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à "Declaração do Semiárido" (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios;

1. A Articulação Semiárido (ASA) é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Semiárido brasileiro.
2. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
3. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido;
4. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido;
5. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido;
6. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;
7. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semiárido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.

Igarassú (PE), 15 de fevereiro de 2000.